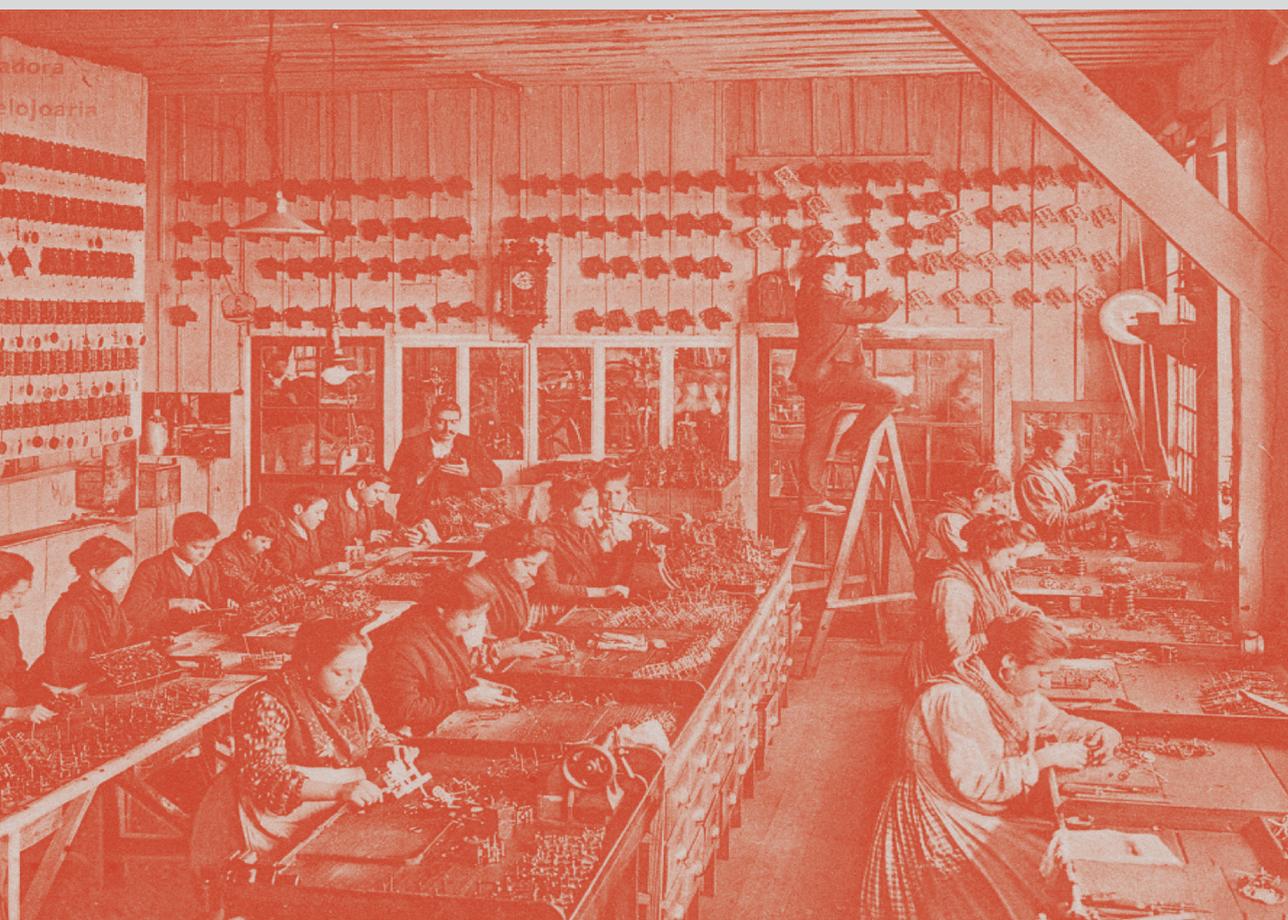


Boletim Cultural

VI SÉRIE · N.º 2
ANO 2022



Boletim Cultural

VI SÉRIE N.º 2
ANO 2022

SUMÁRIO

01 ABERTURA

- 7 1. Um pedaço da história
Mário Passos

02 EDITORIAL

- 10 2. Identidade e Memória
Pedro Oliveira

03 DO LOCAL AO GLOBAL

- 14 3.1 Guerreiros e berrões. Uma aproximação da iconografia ao universo proto-histórico do noroeste peninsular
Armando Coelho Ferreira da Silva
- 33 3.2 Entre cá e lá: dois “brasileiros” do Minho (séculos XIX-XX). A Quinta da Igreja Velha em Vermoim, Vila Nova de Famalicão
Odete Paiva
- 47 3.3 O Partido Republicano Radical em Vila Nova de Famalicão
António José Queiroz
- 69 3.4 A Manifestação dos Lavradores do Norte
João Afonso Machado

86	3.5 O Auto de São João em Vilarinho das Cambas <i>Diogo Cardoso</i>
101	3.6 A emigração para França no entreguerras e os Famalicenses no esforço de guerra do III Reich <i>Cláudia Ninhos, Cristina Clímaco, Arminda Ferreira, António Carvalho, Ansgar Schaefer</i>
139	3.7 Migrações em Vila Nova de Famalicão, visão genérica e especificidades <i>Sandra Teixeira</i>
147	3.8 O problema da identidade nacional na óptica de Eduardo Lourenço <i>Norberto Cunha</i>
165	3.9 Naturalmente Famalicão – Cronologia de uma paisagem <i>Vasco Flores Cruz</i>
181	3.10 Famalicão: Terra de Turismo? Passado e presente <i>Vitor Sá</i>
202	3.11 O impacto do programa educativo e cultural municipal “De Famalicão para o Mundo”, nas práticas pedagógicas e na relação com o território, em contexto educativo, a partir da formação contínua de professores <i>Luís Alberto Alves e Arminda Ferreira</i>

04 **CURRÍCULOS**

228	Breves Currículos
-----	-------------------



ABERTURA

01

1. Um pedaço da história

↳ **TEXTO** MÁRIO PASSOS

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

O lançamento de mais uma edição do Boletim Cultural é uma boa notícia para Vila Nova de Famalicão.

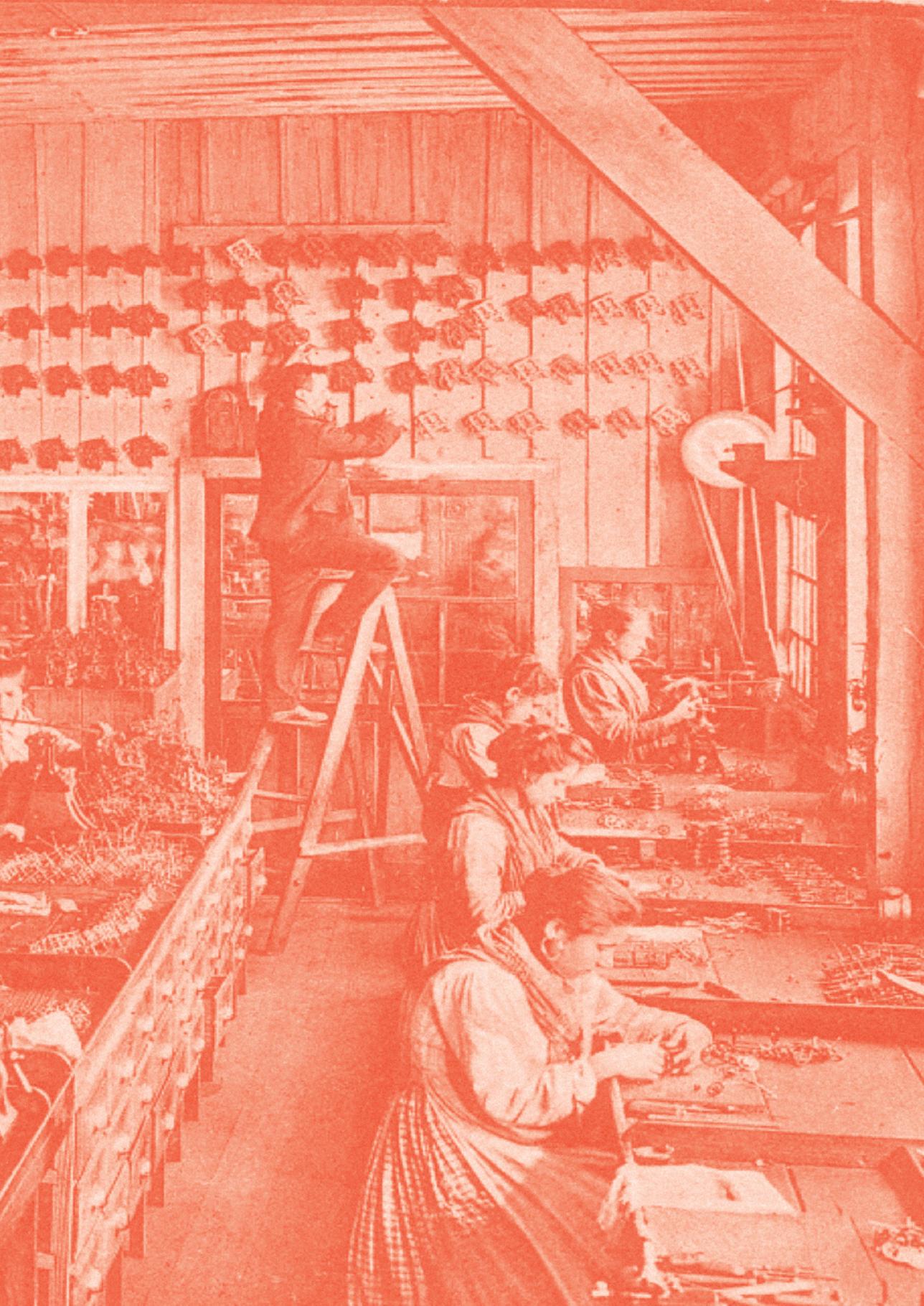
A sua publicação representa um ato de justiça não só para com a nossa história e a nossa cultura, mas também para com as gerações futuras.

O município deve valorizar e assegurar a reflexão e divulgação da nossa identidade cultural, mas deve também assegurar a transmissão desta herança tão rica e tão importante. É isso que pretendemos com a publicação de cada edição do Boletim Cultural, que desempenha um papel relevantíssimo no projeto cultural municipal.

Neste novo número, olhamos para alguns elementos patrimoniais de Vila Nova de Famalicão, como é o caso do Mosteiro de Oliveira Santa Maria e a Quinta da Igreja Velha, em Vermoim. Refletimos sobre o turismo, sobre as migrações e sobre a história do Partido Republicano Radical no nosso concelho, entre outros temas abordados num conjunto de trabalhos inéditos e com uma enorme qualidade científica.

Uma palavra de agradecimento a todos aqueles que estiveram envolvidos na elaboração desta e de todas as edições do Boletim Cultural. O vosso contributo em prol da valorização da nossa identidade tem sido inestimável.

Boas leituras!



EDITORIAL

02

2. Identidade e Memória

↳ TEXTO PEDRO OLIVEIRA

VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Esta é mais uma edição do Boletim Cultural disponível para todos aqueles que se interessam pela nossa história, pela nossa memória e pela nossa identidade, concretizada graças ao generoso contributo de um significativo grupo de colaboradores e amigos que partilham os seus trabalhos, os seus estudos, as suas investigações e a paixão por Vila Nova de Famalicão.

A todos eles, agradeço a disponibilidade por partilharem o seu conhecimento!

Nesta edição do Boletim Cultural, reunimos doze artigos de autoria e/ou coautoria de quinze colaboradores, que abordam diferentes temáticas e períodos históricos locais.

O programa educativo e cultural municipal “De Famalicão para o Mundo” chegou ao nosso território em 2018, e a partir daí tem-se constituído como uma importante ferramenta para os nossos professores e alunos. É de referir o trabalho colaborativo e fundamentado cientificamente de articulação realizado entre este programa educativo e cultural e o CITCEM/FLUP – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto –, com o Instituto de História Contemporânea, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, com a Associação de Professores de História (APH) e com o Centro de Formação de Associação de Escolas de Vila Nova de Famalicão, quer nas várias ações de formação realizadas e acreditadas, quer no efetivo apoio a projetos de investigação científica e pedagógica.

O CITCEM, ancorado no domínio das Humanidades e Ciências Sociais, atua como plataforma de investigação transdisciplinar, explorando as relações próximas entre várias áreas disciplinares, como a História, Arqueologia, História de Arte, Estudos Culturais e Literários, Demografia, Informação, Comunicação e Ciências do Património, tem facultado apoio ao projeto através, sobretudo, dos investigadores Isabel Barca e Luís Alberto Alves, formalizado em protocolo específico com o Município.

O artigo “A emigração para França no entre-guerras e os Famalicenses no esforço de guerra do III Reich”, dá-nos a conhecer factos novos da História de Famalicão, em articulação com a História Nacional e da Europa, e pode ser considerado, por exemplo, como um recurso educativo de apoio aos docentes em contexto de sala de aula.

Também o artigo “Migrações em Vila Nova de Famalicão, visão genérica e especificidades”, constitui-se como uma ótima oportunidade para reforçarmos o conhecimento sobre os dados da comunidade migrante no nosso território, cujos últimos dados já referem uma presença acima dos 2200 estrangeiros com estatuto legal, distribuídos por 67 nacionalidades. Ao conhecermos melhor estaremos, certamente, mais perto de garantirmos uma intervenção social mais eficiente e eficaz.

O famalicense Vasco Flores Cruz, reconhecido no trabalho que desenvolve na área da conservação e divulgação da biodiversidade, traz-nos um artigo baseado na exposição que esteve patente na Casa do Território do Parque da Devesa, entre janeiro e agosto de 2022. É, simultaneamente, um convite a uma viagem no tempo, procurando imaginar como seria a nossa paisagem há muitos milhares de anos e uma reflexão sobre como queremos que seja o nosso território no futuro.

**DO LOCAL
AO GLOBAL**

03

3.1 Guerreiros e berrões

Uma aproximação da iconografia ao universo proto-histórico do noroeste peninsular

↳ **TEXTO** ARMANDO COELHO FERREIRA DA SILVA

1.

Situado na finisterra do ocidente europeu, as particularidades que o noroeste da Península Ibérica foi registando cumulativamente desde os tempos pré-históricos vão evidenciar-se com a emergência, a partir do final da Idade do Bronze, de uma cultura original fundamentalmente caracterizada pelo seu tipo peculiar de habitat em povoados fortificados em posições elevadas vulgarmente conhecidos pelo nome geral de *castros*.

Daqui deriva a designação tradicional de *cultura castreja*, que, contando com cerca de 5000 estações arqueológicas inventariadas, constitui um intenso foco de densidade humana que se observa como conformador do perfil demográfico regional.

Ocupando um lugar bem individualizado na Proto-história peninsular, é sem dúvida uma das manifestações mais significativas da personalidade deste vasto território, cuja originalidade foi já reconhecida pelos autores clássicos, em especial, pelo historiador e geógrafo grego Estrabão (64-63 a.C. – 24-25 d.C.), identificável como uma “unidade de paisagem património” regional transformadora, por atividades económico-sociais e simbólicas de largo espectro, da que anteriormente se caracterizava essencialmente pelo trabalho agropastoril próprio dos “planaltos dolménicos”.

A importância que a investigação linguística reconheceu à unidade supra-familiar designada por *castellum* no quadro da organização social, fazendo coincidir entidades territoriais com unidades sociais, mais afirma a propriedade desta designação.

Foi já estabelecido com relativa nitidez o âmbito mais alargado da sua área pelos rios Navia e Esla, a oriente, pelo rio Vouga, a sul, e com limites naturais, a norte e oeste, pelo Oceano Atlântico, cobrindo o norte de Portugal, a totalidade da Galiza, a zona ocidental das Astúrias e as regiões imediatas, a que parece corresponder, genericamente, uma província

geográfica com características bem definidas por uma posição atlântica, vincados sistemas orográficos, uma densa rede hidrográfica e uma importante riqueza de recursos naturais.

É claramente manifesto, a uma escala macroscópica, que esta conformação cultural é constituída por núcleos de povoamento indígena declaradamente defensivos e com estruturas arquitetónicas de planta predominantemente circular, evidenciando desde cedo uma implantação intencionalmente perdurável numa verdadeira “civilização do granito”, conferindo ao habitat castrejo a mais antiga expressão do emprego da pedra na paisagem construída, ainda hoje pervivente como primeira marca identitária regional, há uma década realçada na exposição patente na Cidade da Cultura de Santiago de Compostela justamente apelidada de “Gallaecia Petrea” (Xunta de Galicia, 2012).

Em áreas de contacto com formações de afloramentos xistosos foram explorados desde a Antiguidade filões de ouro, mais se distinguindo a região pela abundância de cassiterite, que forneceu matéria-prima para o florescimento de uma metalurgia do bronze patente em numerosos artefactos e depósitos.

Área considerada dos *Callaeci* (Calai-cos), segundo designação apropriada de um étnico menor da margem direita do rio Douro (Tranoy, 1977), que se fez extensiva até à Galiza (cuja onomástica adotou), e Trás-os-Montes com a romanização, distingue-se por uma cultura proto-histórica de idiosincrasia complexa, em que se acumularam sobre um fundo pré-indoeuropeu um poderoso substrato linguístico indo-europeu, bem reconhecido nas principais entidades do atual quadro geográfico (em especial hidrónimos e orónimos), e elementos de natureza celtizante (em particular, etnónimos e antropónimos) mais visível a norte, e de procedência túrdula, mais implantada na Beira Litoral a sul do Douro, documentados em numerosas informações das fontes clássicas, históricas e epigráficas, ao conjunto linguístico

lusitano-galaico correspondente à área II/III de Untermann (1965; Delamarre, 2018 e 2019).

É notável a memória da pervivência toponímica que se lhes reporta com designações, tão diversas, mas mais indiciadoras de povoados fortificados, em evolução de pequenos aldeamentos, normalmente chamados *castros*, seus derivados e afins, até situações quase urbanas, normalmente correlacionadas com a designação de *cividade*, e seus derivados e corrutelas, de que a mais emblemática é a designação de *citânia*.

Tendo por base elementos significativos do registo arqueológico, controlado por perfis estratigráficos e datações absolutas, vimos propondo um quadro evolutivo de longa duração, segundo um esquema relacionável com o desenvolvimento interno e o discurso histórico peninsular, em três fases, com escalonamentos próprios, que cobrem o primeiro milénio a. C. e grande parte do século I d.C. (Silva, 1986 / 2007).

A fase de formação desta cultura regional terá ocorrido em contexto atlântico, de ótimo climático e económico, relacionada com o desenvolvimento excecional da atividade metalúrgica, com relações centro-europeias e ao mundo mediterrânico, de efeitos multiplicadores na atividade económica e no progresso social.

Por vezes reocupando instalações anteriores, calcolíticas, verifica-se, em geral, uma implantação *ex novo* dos povoados em altura. Situados em pontos estratégicos, visavam primordialmente o controlo da linha de costa e das bacias fluviais, em relação com as zonas de aptidão agropecuária e exploração de recursos naturais, nomeadamente mineiros, como o estanho e o ouro, e o acesso a vias de penetração, revelando integração num sistema económico de largo espectro.

O estudo do povoamento em algumas das instâncias revelou uma ocupação em superfície restrita, da ordem dos 600 m², e só raramente atingindo 2 ha.

De notar, em especial, o aparecimento de sistemas defensivos, ainda que rudimentares, em clara evidência de início de fortificação, característica que prevalecerá sobre o carácter aberto do habitat como sinal visível de uma nova situação económica, política e social. As muralhas de pedra aparecem, então, pela primeira vez como um elemento de delimitação, “pomerial”, do povoado, marcando primordialmente a identificação do grupo (eventualmente correspondente a uma *família extensa*), com o seu habitat assim como a autoridade dos chefes enquanto garante da sua proteção.

Entre as razões que terão presidido à transferência das comunidades indígenas de aldeamentos dispersos pelas terras baixas para povoados implantados em posições naturalmente defensivas e fortificadas, parece evidenciar-se uma seleção de critérios estratégicos, em que seria garantida a subsistência das populações e a defesa e gestão dos recursos, particularmente relacionados com o domínio do território e dos mecanismos de produção e intercâmbio dos produtos metálicos pelas elites locais.

Admitimos mesmo como possíveis símbolos de domínio territorial personalizado as estátuas – estelas antropomórficas, de evidente parentesco figurativo, identificadas na região flaviense, na Terra de Aguiar, Veiga de Chaves, Alturas do Barroso até Vilar de Santos, em Ourense, que havemos como herança de uma tradição iconográfica bem representada na região desde o começo da Idade dos metais, com destaque para o conjunto do Cabeço da Mina, Vila Flor, Bragança (Silva, 2011), e como antecedentes da estatuária de guerreiros castrejos que tem, justamente nesta região, os mais celebrados exemplares.

A notória prosperidade do noroeste peninsular, sobretudo manifesta nos numerosos depósitos de bronze e ouro, motivadora de interesses, poderá ter encontrado neste fenómeno a resposta adequada à organização da sociedade gerando a necessidade de defesa com conseqüente incremento de hierarquização,



Fig. 1 Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira (Porto)

que acentuaria porventura o poder de algumas chefaturas, não raro indiciadas por numerosos bens de prestígio, denunciadores de uma acumulação extraordinária de riqueza.

Por meados do I milénio a. C., numa fase que se poderá considerar como de afirmação cultural em *facies* sub-regionais, grande parte dos castros prolonga a ocupação anterior, sendo notório um alargamento da área, demonstrando crescimento populacional interno.

Outros, implantados em colinas mais dependentes dos recursos dos vales e das planícies, exemplificam casos de fundação, reforçando a imagem de um período de expansão demográfica patente no incremento numérico de novos povoados.

Em conformidade com este processo, em todos os casos que analisámos se verifica a adoção sistemática da pedra como matéria-prima das construções, nos sistemas defensivos, ora reforçados, e nas estruturas residenciais, que se

tornou um elemento caracterizador da arquitetura castreja, que permaneceu até à atualidade como marca da arquitetura rural.

Um expressivo acervo artefactual cerâmico e metálico, de ouro, prata, bronze e ferro perspectiva, nesta fase, uma evolução do mundo indígena integrada num quadro de relações com influxos de procedência continental, com particular referência ao horizonte de Las Cogotas II, e contactos meridionais e mediterrânicos no âmbito das migrações túrdulas e do comércio púnico e, posteriormente, das primeiras influências itálicas.

Esta ordem de relações, cuja assimilação transparece nos dois grandes grupos de ourivesaria castreja, um interior transmontano, mais céltico, e outro litoral, mais mediterrânico, é-nos testemunhada por inúmeros outros materiais, em particular os que resultam do intercâmbio cartagines.

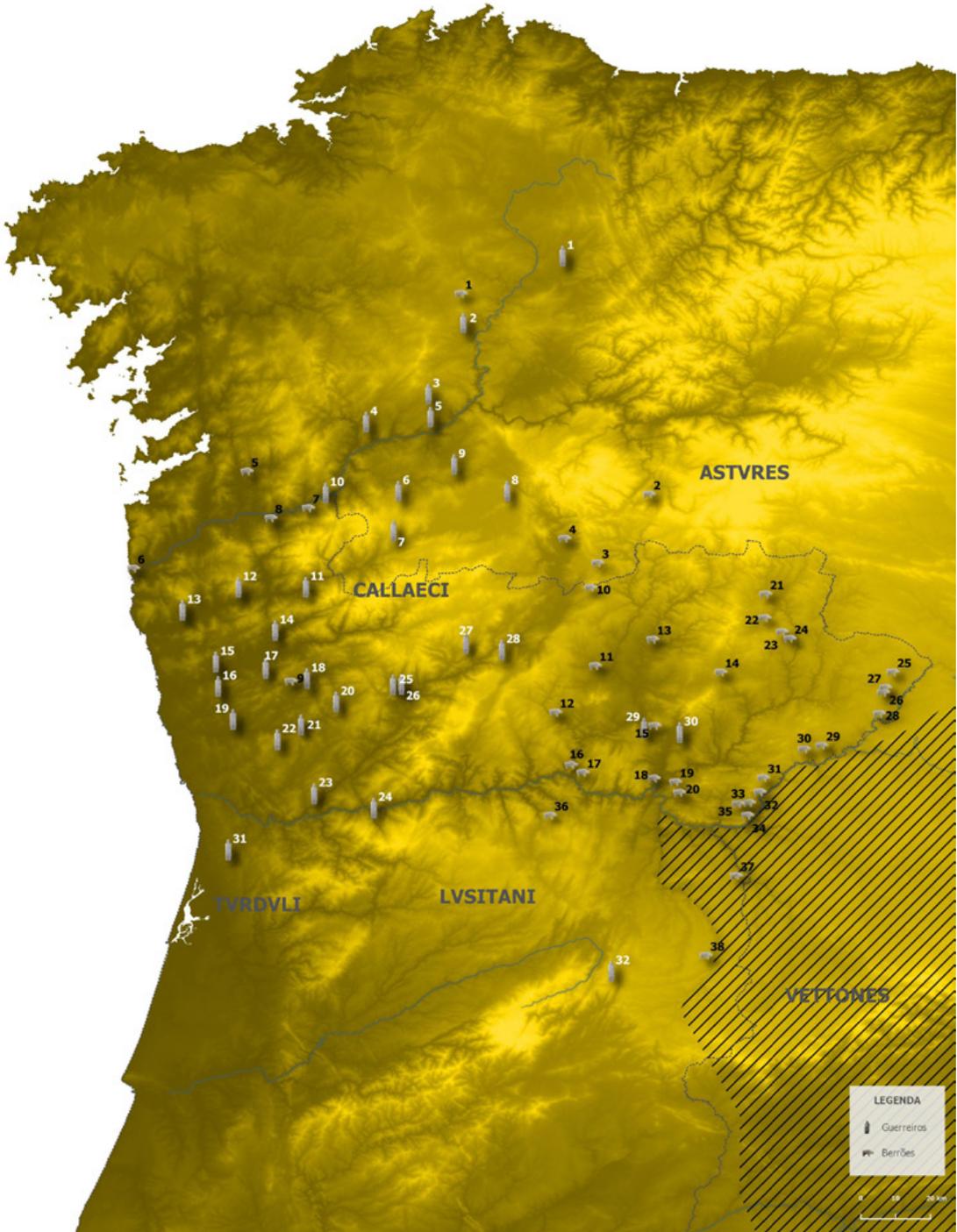


Fig. 2 Cartografia da estuária de guerreiros e berrões do norte de Portugal e da Galiza

Guerreiros

1. Bergazo, O Corgo (Lugo)
2. Ralhe, Vilela, Taboada (Lugo)
3. Río, Vilamarín (Ourense)
4. Anlló, Castrelo, Cea (Ourense)
5. Santa Águeda, San Vicente de Reádegos, Vilamarín (Ourense)
6. Castromao, Celanova (Ourense)
7. Castro de Rubiás, Cadós, Bande (Ourense)
8. Vilar de Barrio, Bóveda/Padrela, Vilar de Barrio (Ourense)
9. Castro de Armea, santa Mariña de Augas Santas, Allariz (Ourense) (2)
10. Sabanle, Quintela, Crecente (Pontevedra)
11. Cidadelhe, Britelo, Ponte da Barca (Viana do Castelo)
12. Castro do Mau Vizinho, Cendufe, Arcos de Valdevez (Viana do Castelo) (2)
13. S. Paio de Meixedo, Viana do Castelo (Viana do Castelo)
14. S. Julião, Ponte/Coucheiro, Vila Verde (Braga)
15. Citânia de Roriz, Roriz/Oliveira, Barcelos (Braga)
16. Midões, Barcelos (Braga)
17. Braga (Braga)
18. Citânia de Briteiros, Guimarães (Braga) (1/2?)
19. Castro de S. Miguel-o-Anjo, Calendário, Vila Nova de Famalicão (Braga)
20. Castro de Santo Ovídio, Fafe (Braga)
21. S. Jorge de Vizela, Guimarães (Braga)
22. Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira (Porto) (1/2?)
23. Monte Mozinho, Oldrões, Penafiel (Porto) (2)
24. Monte do Castro, Mosteirô, Baião (Porto)
25. Refojos de Basto, Cabeceiras de Basto (Braga)
26. Santa Comba, Refojos de Basto, Cabeceiras de Basto (Braga)
27. Outeiro Lezenho, Campos, Boticas (Vila Real) (2+2)
28. Monte do Crasto, Capeludos, Vila Pouca de Aguiar (Vila Real)
29. Monte da Senhora d Assunção, Vilas Boas, Vila Flor (Bragança)
30. Monte de N.^a S.^a dos Anúncios, Vilarelhos, Alfândega da Fé (Bragança)
31. São João de Ver, Santa Maria da Feira (Aveiro)
32. Guarda (Guarda)

Berrões

1. Monterroso (Lugo) (1)
2. Castro de Eirexairo, Bembibre. Viana do Bolo (Ourense) (1)
3. Castro de Florderrey, Vllardevós, Verín (Ourense) (2)
4. Castelo do Val, Monterrey, Verín (Ourense) (1)
5. Castro de Troña, Puenteáreas (Pontevedra) (1)
6. Castro de Santa Tecla, A Guarda (Pontevedra) (2)
7. Castro de Paderne, Melgaço (Viana do Castelo) (1)
8. Castro de Nossa Senhora da Assunção, Barbeita, Monção (Viana do Castelo) (2)
9. Castro de Sabroso, Guimarães (Viana do Castelo) (2)
10. Mairós, Chaves (Vila Real) (2)
11. Água Revés e Castro, Chaves (Vila Real) (1)
12. Murça (Vila Real) (1)
13. Torre de D. Chama, Mirandela (Bragança) (1)
14. Vale da Porca, Macedo de Cavaleiros (Bragança) (1)
15. Castro da Senhora da Assunção, Vilas Boas, Vila Flor (Bragança) (1)
16. Quinta da Ribeira, Tralhariz, Carrazeda de Ancieães (Bragança) (1)
17. Linhares, Carrazeda de Ancieães (Bragança) (1)
18. Cabanas de Baixo, Torre de Moncorvo (Bragança) (7)
19. Baldoeiro, Torre de Moncorvo (Bragança) (1)
20. Açoreira, Torre de Moncorvo (Bragança) (1)
21. Bragança (Bragança) (1)
22. Failde, Bragança (Bragança) (1)
23. Parada de Infanções, Bragança (Bragança) (2)
24. Coelhooso, Bragança (Bragança) (1)
25. Malhadas, Miranda do Douro (Bragança) (1) (Bragança) (1)
26. Duas Igrejas, Miranda do Douro (Bragança) (1)
27. Ramilo, Duas Igrejas, Miranda do Douro (Bragança) (1)
28. Castro de Castelar, Picote, Miranda do Douro (Bragança) (2)
29. Algosinho, Mogadouro (Bragança) (1)
30. Vila de Sinos, Mogadouro (Bragança) (9)
31. Fornos, Freixo-de-Espada-à-Cinta (Bragança) (1)
32. Mazouco, Freixo-de-Espada-à-Cinta (Bragança) (1)
33. Monte de Santa Luzia, Freixo-de-Espada-à-Cinta (Bragança) (15)
34. Freixo-de-Espada-à-Cinta (Bragança) (3)
35. Quinta de S. Tiago, Freixo-de-Espada-à-Cinta (Bragança) (2)
36. Paredes da Beira, S. João da Pesqueira (Viseu) (1)
37. Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo (Guarda) (2)
38. Castelo Mendo, Almeida (Guarda) (2)
- s/n. Marvão (Portalegre) (1)

Assumidos como bens de prestígio, a integração destes produtos terá desempenhado papel de relevo no funcionamento da sociedade castreja do Noroeste: o vinho, para os atos de comensalidade; o azeite e as essências, porventura para os banhos e outros rituais ou para uso quotidiano qualificado; joias e contas, para ostentação das elites; outras peças, como as cerâmicas áticas e a própria moeda, como elementos de valorização social.

A própria iconografia de guerreiros deste período denunciará esta diferença, que parece visível quando se confronta o guerreiro transmontano de Capeludos (Vila Pouca de Aguiar, Vila Real) com o de S. João de Ver (Santa Maria da Feira, Aveiro).

O de Capeludos (Fig. 2, nº 28) fruste, sem *torques* e incompleto mas certamente com saio, a crer na designação toponímica de *Bragado* nas imediações do seu achado, tem a cabeça coberta de forma cónica, a lembrar o *sombrero* do príncipe de Hochdorf e a representação de Hirschlanden, enquanto o de S. João de Ver (Fig. 2, nº 31) entre os *Turduli* (Túrdulos), mais exatamente, os *Turduli Veteres* (Túrdulos Velhos), com estola e armado, mostra atributos de carácter mediterrânico, que o sugerem como eventual representação do chefe túrdulo da expedição referenciada.

A esta fase deverá atribuir-se também a introdução de formas complementares de defesa, com destaque para fossos e pedras fincadas de numerosos castros transmontanos, relacionadas, em última análise, com a arquitetura militar da Meseta, em mais um indício de celtiberização cruzada com as influências vindas do litoral.

Tal investimento faz supor um período de fortes tensões entre as comunidades lideradas por chefes locais, cujo poder assentaria na capacidade para defender o seu território, ou se possível alargá-lo, para o que contaria com grupos armados, a dar razão ao texto de Estrabão (*Geografia*, 3.3.5.), que denuncia bandoleirismo endémico.

A terceira fase desta sequência vem sendo caracterizada como de proto-urbanização e reordenamento territorial no quadro da romanização.

A este período se reporta a generalidade dos conhecimentos vulgarizados sobre a cultura castreja a partir das escavações de grandes estações arqueológicas como as citânias de San Cibrán das Las (Ourense), Santa Tecla (A Guarda), Briteiros (Guimarães) e Sanfins (Paços de Ferreira) (Fig. 1), que se tornaram modelos desta cultura.

Por força de contactos cada vez mais sistemáticos com os romanos, por motivo das etapas da conquista peninsular, esta região terá assistido a profundas alterações de organização espacial, originando o surto de amplas aglomerações proto-urbanas com polarização das atividades de ordem defensiva, político-administrativa, económica e religiosa, em *lugares centrais* de territórios demarcados, cujos limites alguns ensaios de modelização pretendem esclarecer.

Esta organização segundo um sistema político hierarquizado, com a integração de povoados menores sob o domínio desses *lugares centrais*, terá sido determinada, a nosso ver, por razões político-militares originadas pela necessidade de uma estratégia de defesa sequente à campanha de *Decimus Junius Brutus* (138-136 a. C.). Poderá favorecer esta interpretação o registo de tal padrão de povoamento na área meridional castreja, a Sul da bacia do rio Minho, justamente o limite da expedição desse general romano.

Fenómeno similar ao da “civilização dos *oppida*”, no quadro da organização político-social característica de numerosas sociedades não-clássicas de La Tène Final, que conta com numerosas expressões paralelas por toda a Europa, ter-se-á tratado, na prática, de um processo de *sinecismo* em lugares altamente estratégicos de unidades castrejas menores, cumprindo a função de uma espécie de *principados*, segundo uma designação avalizada pela epigrafia, que eram liderados por chefes

guerreiros, cuja tutela ficou imortalizada na estatuária antropomórfica desta fase (Silva, 2013, pp. 22-37).

2.

Do significativo inventário artístico da proto-história do noroeste peninsular, assume particular importância a estatuária de guerreiros (Silva, 1986 / 2007; Calo Lourido, 1994; IAA – AA. VV., 2003), cobrindo grande parte da área litoral, atlântica, da cultura castreja e a representação de esculturas zoomorfas conhecidas como berrões, que se encontram sobretudo para interior, por toda a região de Trás – os – Montes, como expansão da “cultura dos verracos” característica da Meseta Ocidental (Santos Júnior, 1975 e 1985; Álvarez Sanchis, 1999 e 2001) (Fig. 2).

O conjunto das esculturas de guerreiros constitui um *corpus* de cerca de quatro dezenas de exemplares identificados em trinta e dois sítios, maioritariamente presentes na área meridional castreja, globalmente, correspondente aos *Callaeci Bracari*, e apenas com dois exemplares na área lucense e dois no leste trasmontano, pertencentes aos *Zoelae*, dos *Astures*, e, a sul do Douro, mais um entre os Lusitanos e outro, bem diferenciado deste grupo, entre os *Turduli*, mais propriamente *Turduli Veteres*, segundo as fontes literárias (C. Plinius, *Naturalis Historia*, 4, 112 – 113) e epigráficas (Silva, 1983) (Fig. 2: Guerreiros).

Neste conjunto se inclui, como mais um valioso achado desta série de documentos arqueológicos significativos da área meridional da cultura castreja do noroeste peninsular, a cabeça de uma estátua de guerreiro (Silva *et alii* 2007, pp.150-151, nº 1) feita em granito local, recolhida pelo Gabinete de Arqueologia, no decurso do acompanhamento de ações preventivas que tiveram lugar, em 2002, no Castro de S. Miguel-o-Anjo, freguesia de Calendário, concelho de Vila Nova de Famalicão, no sopé da encosta Este do monte (Fig. 2: Guerreiros, nº 19).



Fig. 3 Estátua de guerreiro do Outeiro Lezenho, Boticas (Vila Real)

© Museu Nacional de Arqueologia, José Pessoa 2000 (DGPC/ADF)

Feita em granito local, porfiroide, com muita biotite, e de dimensões relativamente reduzidas (altura – 19cm X largura – 13, 5cm X espessura – 9, 5cm), a metade superior representa um capacete em calote, de base plana, apontada para a parte frontal, onde termina em protuberância interpretável como espigão, congênera a tipologias tardias do mundo céltico ocidental.

O rosto é oblongo, bem alisado, com as cavidades oculares assimétricas e nariz ao nível das sobrancelhas sem qualquer depressão entre elas, e sem indicação de boca nem representação de orelhas, estando fraturado pela base.

A modelação da cara destaca-se do pescoço por um sulco profundo, com uma saliência



Fig. 4 Cabeça de estátua de guerreiro do Castro de S. Miguel-o-Anjo (Calendário, Vila Nova de Famalicão)
© Gabinete de Arqueologia de V.N. Famalicão, Inv. n.º GA-FA07 – 00063

do lado esquerdo, que não pertence ao colo nem ao capacete e que tem continuidade envolvente na parte posterior, que indicará a presença de um *torques* com terminal (Fig. 4).

Ainda que não seja mais que um fragmento, não podemos deixar de sublinhar, de imediato, a sua importância, por se tratar justamente do seu rosto, que obviamente se assume como item mais identitário destas peças, que, em contrapartida, falta em muitos outros exemplares, que aparecem decapitados.

A presença de um capacete e os vestígios de um *torques* são os elementos característicos a considerar como atributos deste género de estatuária.

Conforme a análise do nosso trabalho sobre a cultura castreja do noroeste (Silva 1986 / 2007), estas estátuas apresentam genericamente um cânon iconográfico que ilustra, na generalidade, a passagem de Estrabão sobre

o guerreiro castrejo, onde refere que “os Lusitanos, segundo dizem, são hábeis em armar emboscadas e a descobrir pistas; são ágeis rápidos e destros. Usam um pequeno escudo de dois pés de diâmetro, de frente côncava, suspenso de correias de couro, por não terem braceadeira nem asa, e ainda um punhal ou gládio. A maior parte veste cotas de linho e capacetes de couro, e apenas algumas cotas de malha e capacete de tríplice cimeira. Os peões calçam polainas e alguns deles estão armados de lanças com ponta de bronze” (*Geografia*, 3. 3. 6.).

Aparecem-nos hieráticos, em posição de parada, assentes sobre uma peanha, descálços ou calçando polainas ou grevas. Mostram um conjunto de armas, de que se destacam, em posição central, um pequeno escudo redondo e côncavo (*caetra*), em concordância com as fontes e a maior parte das representações, seguro por correias na mão esquerda e, do lado direito,

um punhal embainhado. Como insígnias, ostentam um colar (*torques*) no pescoço e braceletes (*viriae*), nos braços.

Os guerreiros de Santa Comba de Basto e de Armeá mostram mais uma espada ao alto e ao longo do tronco e os de Capeludos, Sanfins, Braga, Calendário (Fig. 4) e Alfândega da Fé, como os galegos de Rio e Ralle, capacetes diversos.

O vestuário, que seria de linho, ora aparece liso ora apresenta motivos geométricos de padrões decorativos típicos de SS encadeados, como na estátua do Outeiro Lezenho (Fig. 3), ziguezagues e quadriláteros, que sugerem ornamentações de tecido do saio.

A maior parte apareceu decapitada, umas vezes acidentalmente e outras porventura por razões iconoclastas, devendo algumas cabeças que têm sido referenciadas como achados soltos ((Villamarín e Leiro (Ourense), Braga, Calendário (Fig. 4) e Roriz (Braga), Baião (Porto), Vilas Boas e Vilarelhos (Bragança)) reportar-se a este género de estatuária, a que pertenciam sem dúvida dois fragmentos, um de escudo decorado e outro de pés calçados noticiados por F. Martins Sarmento nos relatórios das escavações de Briteiros.

Observações de carácter estilístico, que visualizam diferenças num conjunto com claro «ar de família», bem visível na unidade de estrutura e na utilização de elementos, levam-nos a supor estarmos na presença de monumentos realizados por grupos de artistas ambulantes que, do mesmo modo que noutras civilizações antigas ou na Idade Média ou noutros períodos históricos, percorriam a região a construir obras de arte, o que muito bem poderá explicar as diferenças principais adentro de um parentesco comum. A este significado temos atribuído a expressão de *artífices* patente na *caetra* do guerreiro de Santa Comba de Basto (Cabeceiras de Basto, Braga).

Efetivamente, a consideração do seu teor geral, o sentido das proporções, o desenho de certas particularidades anatómicas, mais

evidentes nos traços de alguns deles, a figuração das armas e de elementos de vestuário, face à dificuldade de tratamento da matéria-prima em que foram lavradas, evidencia o carácter relativamente evoluído destes monumentos, mais os fazendo obras de artistas, em confronto com o carácter rude, grosseiro e fruste que muitas outras espécies escultóricas castrejas manifestam.

Para o mesmo sentido concorre a existência de inscrições latinas, que em alguns casos não se podem considerar aditamentos anacrónicos, fazendo reportar este género de estatuária a um momento de difusão da escrita na região, tornando-se um índice expressivo de uma situação muito avançada no âmbito dos parâmetros cronológicos da cultura castreja, genericamente correspondente à fase final deste processo, conectada com a romanização.

Além desta indicação cronológica, que nos é oferecida pela epigrafia, as inscrições que estão gravadas em quatro exemplares, contando com o de Santa Comba de Basto, podem ajudar-nos a descobrir o sentido da sua interpretação funcional, que, apesar de controverso, em todo o caso aponta para um estatuto de carácter religioso.

Com efeito, os dados linguísticos dessas inscrições transmitem uma onomástica quase em absoluto indígena e circunscrita, no âmbito da celtização (Albertos, 1966; Delamarre, 2018 e 2019), ao conjunto linguístico lusitano-galaico correspondente à área II/III de Untermann (1965), mostrando uma adequação do seu significado à figura representada, em terminologia que ora invoca o seu prestígio ora a vincula a conceitos e instituições típicas da cultura dos castros, segundo um sistema tradicional de nomes relacionado com as comunidades de linhagem, que, neste caso, consideramos oportuno explicitar.

O guerreiro de S. Julião de Caldelas (Braga) chama-se *Malceinus*, nome céltico de provável função patronímica, que quer dizer «filho da montanha» e a etimologia do nome

de seu pai *Dovilo* pode relacionar-se com a ideia de «força», ambos quadrandos bem com a geografia e a história dos povos castrejos.

A inscrição da estátua do guerreiro do Castro de Rubiás (Celanova, Ourense) pertenceria, segundo as nossas observações, provavelmente a um *Ladronus*, com significado específico de «guerrilheiro», conforme parece ser a interpretação mais ajustada, não deixando de ser curioso verificar que o nome de seu pai *Verotus*=*Virotus*, com base muito provável I-E **uiros* conexo com a ideia de «torcer», «força», «virilidade», presente em inúmeros casos de que Viriato poderá ser o mais conhecido, de novo se aproxima do sentido das primeiras etimologias.

Do guerreiro de S. Paio de Meixedo (Viana do Castelo) temos a sua identificação como *Clo-damus*, um superlativo derivado da forma sonorizada do radical *Clot-*, reduzida de *Clout-*, da raiz I-E **kleu*, «famoso», «célebre», «inclito», frequente na antroponímia indo-europeia.

No outro nome desta inscrição, que segundo a nossa leitura parece ser uma forma provavelmente composta, *Coroc + audi/udius*, em genitivo, designando a filiação na parte frontal e, em nominativo, o cognome na face lateral, é óbvia a referência no primeiro elemento ao radical *coro* – ligado à forma I-E **koros*, «exército», «povo», talvez melhor dizendo, «povo em armas», bem testemunhada na área castreja na onomástica pessoal, gentilícia e religiosa, sendo igualmente o segundo elemento de raiz indo-europeia bem documentado nos dialetos célticos com significado de «senhor».

Ao realçarmos a importância das significações conjuntas deste vocábulo como «senhor do exército», na mais perfeita adequação do significante ao significado, cumpre-nos também assinalar a curiosidade da coincidência entre as formas linguísticas desta inscrição (*audius*, frontal/*udius*, lateral) e o paralelo céltico da forma *udd* (**audos*), «senhor» do dialeto galês, tornando-se assim desnecessária qualquer restituição ou correção para confirmar a identidade desse termo.

E se esta análise específica parece refletir momentos reais, concretos e diversos, não podendo, de facto, ser entendida de outro modo a individualização nominal dos guerreiros com referências familiares, do género «fulano, filho de cicrano» (S. Julião, Rubiás, Meixedo), a referência possível à camaradagem militar (Meixedo) ou a dedicação feita a um chefe guerreiro local por um grupo determinado de artistas (Santa Comba de Basto), conforme nos é transmitido pela epigrafia, e com correspondência em dados iconográficos de alguns monumentos, designadamente os rostos perviventes (Río, Ralle, Outeiro Lezenho (Fig. 3), Roriz, Braga, Calendário (Fig. 4); Sanfins (Fig.5), Mosteirô, Capeludos, Vilas Boas, Vilarelhos e Guarda) e as particularidades de cada peça mesmo no interior de cada grupo, a denunciar mais o retrato que uma conceção simbólica, esta linguagem cumpre de certo modo também uma forma significativa da hierarquia da função guerreira entre os povos castrejos, sugerindo para estas representações algo de simbólico, abstratizante e geral, igualmente patente no hieratismo das estátuas. Numa palavra, não representariam realmente retratos, mas arquétipos.

Neste passo e por esta via, de novo nos afastamos da interpretação funerária destes monumentos, ainda sugerida em estudos de referência relativamente recentes (vg., Tranoy, 1981, p. 351) e que se reporta aos primeiros ensaios sobre o tema mais ou menos baseados em supostos paralelos do mundo indo-europeu designadamente célticos e clássicos, mas laborando no desconhecimento absoluto das práticas funerárias castrejas que a arqueologia nos tem vindo a documentar para o mesmo período cronológico e na mesma área geográfica e cultural.

Divergindo também de uma interpretação vinculada a conceitos e propósitos romanos, mais nos entendemos próximos de F. Alves Pereira (1908) quando, no princípio do século XX, apontava para a sua interpretação como heróis divinizados. Mas às suas razões, em geral



Fig. 5 Reconstituição da estátua do guerreiro da Citânia de Sanfins
© Das Rätsel der Kelten vom Gläuberberg, Höck 2002, p. 231

de ordem dedutiva a partir de paralelos estranhos, julgamos todavia acrescentar elementos mais positivos, como é o argumento arqueológico fundamental retirado da descoberta da implantação original de um desses monumentos, por nós feita, em 1973, dominando a entrada principal de um importante povoado como é a Citânia de Sanfins (Fig. 1, 5, 6-7), deste modo, se nobilitando o sistema defensivo como símbolo de uma sociedade em que os chefes garantem a proteção do castro, da comunidade e do seu território, visibilizando a carga simbólica, genealógica e apotropaica, deste elemento iconográfico.

Do mesmo modo, a evidência do carácter honorífico que o tipo de inscrições que por vezes lhes são dedicadas manifesta, em consideração à estrutura epigráfica e suporte onde se ostentam, faz igualmente convergir para entendermos tão original forma de expressão artística como manifestação clara e sugestiva de uma função heroicizada de tutela, que podemos supor estar conexas com o culto dos chefes, de raiz documentadamente antiga no mundo

indígena peninsular, bem demonstrada por R. Étienne (1958), e porventura também cumulativamente com a glorificação dos antepassados própria de sociedades organizadas com base nos laços de sangue, como era a sociedade castreja.

Enquadrar-se-á no limite deste processo o conteúdo religioso manifesto na epígrafe da base da estátua de guerreiro do Monte Mozinho (Penafiel) dedicado a *Deo C* (oso?), divindade do grupo *Cos-*, epigraficamente documentado na região em mais de vinte inscrições, identificável com uma divindade da segunda função, propiciadora de “força”, conforme a terminologia de G. Dumézil, assimilado a *Ares* por Estrabão (*Geografia*, 3. 3. 7.), dizendo que os indígenas lhe “sacrificam bodes, prisioneiros e cavalos”.



Fig. 6-7 Achado dos pés do guerreiro *in situ*, 1973
© A. C. F. Silva

3.

Sobressai como insígnia emblemática desta iconografia, enquanto signo da dignidade da função guerreira, o colar que lhes adorna o pescoço, o *torques*, documentado nas representações das cabeças perviventes das estátuas de Anlló, Ralle, Río, Rubiás e Sabanle, na Galiza, Citânia de Sanfins, Outeiro Lezenho (Fig. 3), Castro de S. Miguel-o-Anjo, em Calendário, Vila Nova de Famalicão (Fig.4), Alfândega da Fé e Guarda, em território português

Com antecedentes de ouro maciço documentados na região desde o final da Idade do Bronze, ter-ser-á tornado este tipo de joias como o mais característico da época de La Tène na Europa, identificado com os Celtas pelos dados arqueológicos e pelos autores gregos e latinos. Deste modo, a sua frequência no noroeste peninsular, onde se contam mais de uma centena de exemplares, não pode também deixar de ser apontada, entre outros, como um

dato altamente denunciador das influências da civilização céltica nesta região, que aqui aportavam a par dos contactos meridionais e mediterrânicos.

Conforme sublinhámos anteriormente, esta quadro de relações transparece, efetivamente, nos dois grandes grupos de ourivesaria castreja desta fase, um interior transmontano, mais céltico, como se pode observar nos torques transmontanos, e outro litoral, mais mediterrânico, próprio das joias da costa atlântica.

Fica relevada a assimilação do cruzamento destas características no *torques* que melhor emblematiza este atributo, enquanto manifestação da simbologia do poder das hierarquias regionais, onde se combina uma rica decoração de filigrana, granulado e polvilhado, de inspiração mediterrânica, com a utilização de punção e de motivos que recordam peças similares da ourivesaria céltica datáveis entre os séculos III e I a.C., como a presença de ornitorfos na base dos remates (Fig. 8 – 9).



Fig. 8 Torques áureo do Monte da Senhora da Assunção, Vilas Boas, Vila Flor (Bragança)

© Museu Nacional de Arqueologia, José Pessoa 1993 (DGPC/ADF)

Encontrado em março de 1965, justamente em território de fronteira, entre o litoral e o interior, no Monte da Senhora da Assunção, em Vilas Boas, concelho de Vila Flor, dele fizemos a análise descritiva seguinte:

Colar de ouro, com 380, 4 gr, de peso, constituído por um aro, com 22cm de diâmetro máximo, dividido em três segmentos, um médio e dois terminais, intercalados por duas pequenas gaiolas feitas de dois arames consistentes, dobrados, um deles em meandro e outro em ziguezague, e sobrepostos, entrecruzando-se de modo a não permitir a saída de uma esfera que se move livremente no seu interior.

O aro é tubular e de secção quadrangular regular com as faces externas planas e decoradas e as internas percorridas por profunda canelura feita a repuxado. O segmento central apresenta as faces externas totalmente ornamentadas a filigrana com um motivo decorativo constituído por dois fios duplos que se entrecruzam, enlaçando esférulas dispostas em

alinhamentos nas sucessivas dobras e formando losangos na sua zona média, preenchendo todo o campo decorativo limitado perifericamente por filetes em corda. As mesmas faces dos segmentos laterais estão decoradas com duas bandas simétricas limitadas externamente por filetes funiculares e internamente por uma linha sinuosa de SS encadeados e contrapostos e com polvilhado grosso entre os SS internos e a corda periférica.

Os terminais são volumosos e ocos e estão soldados e cravados ao aro, com forma em dupla escócia moldurada por nervuras circulares nas bases na zona média e com as bases decoradas.

A decoração das bases inferiores consta de uma coroa a repuxado circundada por uma série de duplos semicírculos concêntricos estampados compostos de pequenos traços paralelos com um pequeno círculo com punção central impresso no interior. As bases superiores mostram uma coroa circular ornamentada



Fig. 9 Terminal do *torques* com representação ornitomórfica
© Museu Nacional de Arqueologia, Luísa Oliveira 2013 (DGPC/ADF)

por treze SS encadeados limitando um espaço a polvilhado grosso e no seu interior, sobre uma cavidade cônica, está soldado de cutelo e orientado para o centro, um para o outro, um motivo ornitomórfico representando a figura estilizada de um pato ou uma grua, que consta de uma lâmina dupla recortada e debruada por fios simples e torcidos e com esférulas a assinalar os olhos e as asas (Silva 2007, pp. 352-353; Est. CX; 2011, p. 105).

O mais belo exemplar deste tipo de joias do noroeste peninsular, aparecido entre nós, pertencente à coleção do Museu Nacional de Arqueologia, e que se pode estimar, entre todos os bens de prestígio, como o mais genuíno “tesouro nacional” representativo dessa cultura regional.

Uma cabeça de estátua de guerreiro procedente deste castro, mais recentemente identificada (Silva 2011, pp. 17, 102: 3.12), juntamente com outro exemplar referenciado em 1977 no Monte de Nossa Senhora dos Anúncios, Vila-relhos, Alfândega da Fé, representam os registos mais orientais desta iconografia adstrita ao mundo calaico, em zona de contacto com os Zoelas, dos Astures. Correspondentes a uma etapa avançada da sua cultura, poderão representar, como dissemos, a última expressão da tradição das estátuas-estelas na região.

4.

Em simetria com a estatuária antropomórfica, teriam congénere função tutelar as inúmeras esculturas com representações zoomórficas de suídeos, javalis ou porcos, denominados de “berrões” ou “verracos”, em castelhano, e de bovídeos, touros de pedra, com expressão dominante na região interior do leste trasmontano, prolongando para ocidente a denominada “cultura dos verracos” da Meseta espanhola, com mais relação à área dos Vetões (Fig. 2 e 10).

Podendo estimar-se, segundo os dados mais recentes (Álvarez-Sanchís, 1999 e 2001), em cerca de quatro centenas o número de

exemplares de estátuas ou fragmentos de estátua, segundo uma distribuição geográfica que cobre fundamentalmente as províncias espanholas de Ávila, Salamanca, Cáceres, Zamora, Toledo e Segóvia, contamos também com uma significativa concentração na província portuguesa de Trás – os – Montes, com algumas extensões, a sul, na Beira interior, e, para ocidente, até à área litoral do Entre-Douro-e – Minho e províncias galegas de Pontevedra e Ourense.

Segundo o estado atual da sua inventariação (Fig. 2: Berrões), desde os primeiros achados de seis exemplares descobertos por José Augusto Tavares no Olival dos Berrões, em Cabanas de Baixo, concelho de Torre de Moncorvo, e integrados no Museu Nacional de Arqueologia em 1894, evocando as inventariações de J. R. Santos Júnior (1975 e 1985) e G. López Monteagudo, (1989), até ao achado mais recente, ocorrido em junho de 2020 no lugar de Ramilo, freguesia de Duas Igrejas, no concelho de Miranda do Douro (Salgado – Queiroga, 2021), junto ao Douro, o seu número é de 83 com referência a 39 localizações, em território português, incluindo o registo mais meridional de Marvão, no distrito de Portalegre, a Sul do Tejo, relacionado com as peças da Extremadura espanhola.

Mas, seguindo as observações Calo Lourido (1994, pp. 726-728), algumas presenças que vêm sendo assinaladas no interior da área litoral, representadas por cabeças exentas, podem na sua generalidade considerar-se, por motivos diversos, de atribuição duvidosa como pertencentes a esta tipologia plástica, havendo-se como única representação, de corpo inteiro, neste âmbito, a celebrada “Porca de Murça”, que se julga procedente do vizinho Castro de Cadaval, Murça (Vila Real), situado no limite oriental da área cultural castreja adstrita aos povos Calaicos.

Em geral, obedecem a um cânon iconográfico de relativa uniformidade, como esculturas individuais de vulto redondo, talhadas em

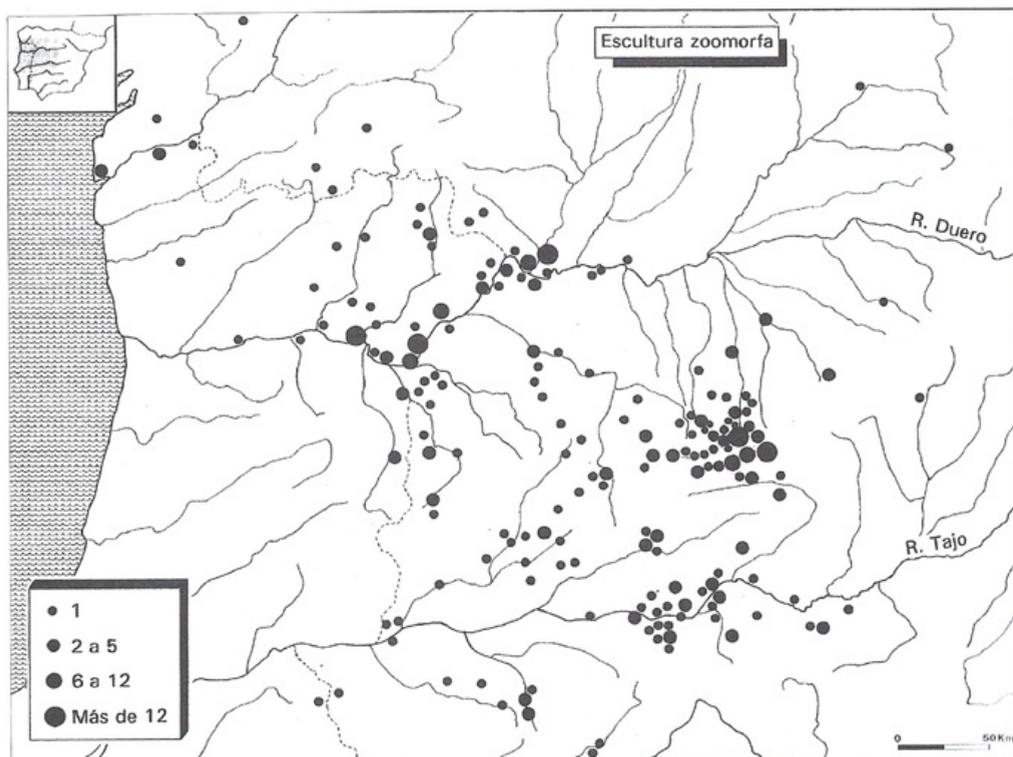


Fig. 10 Distribuição da escultura zoomórfica (Álvarez-Sánchez 1999, 226, Fig. 87)

blocos monolíticos com a representação zoomórfica de corpo inteiro, de pé e em posição frontal, assente numa peanha, evidenciando uma simplicidade figurativa dos elementos anatómicos, por vezes geometrizada, sem diferenciação de género, que se revela sempre como masculino quando os órgãos sexuais são representados, como se verifica em certos casos em que a tradição popular os entende como femininos, como a “Porca de Murça”, onde se pode observar a representação dos testículos.

É, por sua vez, extremamente significativa a variabilidade das suas dimensões, desde exemplares com pouco mais de vinte centímetros, como os do conjunto de Santa Luzia (Freixo-de-Espada-à - Cinta, Bragança), até esculturas que superam os dois metros e

meio de comprimento, como os célebres touros de Guisando (El Tiemblo, Ávila), a ponto de este aspeto se tornar em elemento de referência da sua evolução estilística, como observa Álvarez-Sánchez (1999, p. 221), quando aborda os critérios a adotar na elaboração da proposta tipológica para a classificação deste material escultórico.

A relação desta iconografia com uma entidade tutelar dos rebanhos não deixará de ser uma das mais compreensíveis no quadro de uma economia com assinalada componente pastoril e pecuária, numa região interior continental, onde as condições geográficas a isso se tornam mais favoráveis.

Essencial no regime de alimentação das suas populações, além do leite e da carne, o

gado proporcionava numerosos artigos domésticos de primeira necessidade, como a lã, as peles, o couro, os ossos e os chifres que serviam para a confecção dos mais variados tipos de artefactos, sendo reconhecida a primazia destes recursos relativamente a outras atividades económicas desde a denominada “revolução dos produtos secundários”, ocorrida nos últimos tempos neolíticos, entre os finais do IV milénio e os começos do III milénio a. C.

Não se conhecendo a localização originária da maior parte destas peças, sabemos que as esculturas do Castro de Las Cogotas (Cardenosa, Ávila) foram encontradas junto ao caminho que conduz a um dos recintos muralhados, do mesmo modo que outras duas estavam localizadas no terceiro recinto muralhado do castro vizinho de la Mesa de Miranda (Chamartín de la Sierra, Ávila), fazendo sugerir tratar-se de recintos para guarda de animais, circunstância que levou, nos anos trinta do século passado, o arqueólogo Juan Cabré a conferir a estas esculturas um significado mágico ou religioso, relacionado com a proteção e fertilidade da criação de gado como principal fonte de riqueza destas comunidades (Álvarez-Sanchis 2001, p. 272).

De outras sabemos a localização aproximada, permitindo-nos dizer que certamente foram utilizadas a fim de estabelecer pontos visuais de referência na paisagem, de modo a indicar as pastagens dos vales e as fontes mais próximas de cada território, fazendo pressupor uma organização da estrutura fundiária por parte dos chefes das diferentes comunidades, que a associação, ocasionalmente registada, de textos epigráficos de carácter funerário com estes símbolos zoomórficos não deixa de fazer, por sua vez, presumir uma relação entre o culto da fertilidade e o culto dos antepassados, deste modo, representados porventura como seu *alter ego*.

E o aparecimento destas representações em conjuntos, como por vezes têm sido detetadas, vg., no Castro de Santa Luzia, Freixo de Espada-à-Cinta (Bragança), mais sugere, de preferência a uma mera explicação zoolátrica,

que sejam interpretadas como ex-votos a uma divindade tutelar da atividade pecuária.

Com efeito, apesar das dificuldades em distinguir o grau de espeziação de muitas das esculturas, se se trata de animais selvagens ou já domesticados, por inabilidade dos artistas ou pelos fatores erosivos a que estiveram sujeitas, não deixa de ser possível observar em muitos casos, como os de Cabanas de Baixo, Torre de Moncorvo, Bragança (Fig. 11) ou o mais recente achado de Ramilo, em Duas Igrejas, Miranda do Douro, Bragança (Salgado – Queiroga 2020, p. 52), com a representação avançada das patas, em posição de ataque, o recorte da boca, com relevação da presa, ou navalha, que se eleva até à crista lombar, eriçada, como em momentos de combate, além da representação dos testículos, a evidenciar que tais efigies representam inequivocamente javalis, numa manifesta ostentação de numa manifesta posição de poder, força e virilidade, tal como se caracterizam as divindades da 2ª função do esquema, tripartido e trifuncional indo-europeu, duméziliano

Neste passo, não podemos deixar de apontar mais uma aproximação às representações célticas, como símbolo da figura belicosa, que ornamentavam as insígnias militares (Soulac-su – Mar), os capacetes e os escudos do pavilhão da trombeta de guerra, o *carnix* (Dekford e Gundestrup), e em numerosas fibulas zoomorfas e estatuetas de javali, da segunda Idade do Ferro, conhecidas de todas as regiões do mundo céltico, de que mais notáveis provêm de Bata (Hungria), Hounslow (Middlesex, Grã-Bretanha), Navy-en-Sullias (França) e Praga-Sarka (Boémia) (Kruta, p. 2000, 807-808), com significação congénere para as representações dos touros, de essência provavelmente divina, tal como nos aparece no caldeiro de Gundestrup e no Pilar dos Nautas, em Lutécia (Paris), associado ao deus *Esus* e a três aves.

A evocação apotropaica da escultura singular de um javali e o baixo-relevo do pilar 12 do “recinto dos javalis” do “primeiro templo” de Göbelki Tepe, com a representação desse



Fig. 11 Berrão de Cabanas de Baixo, Torre de Moncorvo (Bragança)
© Museu Nacional de Arqueologia, José Pessoa 2000 (DGPC/ADF)

quadrúpede selvagem encimado por uma série de aves, aparentemente patos (Schmidt 2015, pp. 211-231), como os figurados no torques de Vilas Boas, apesar dos milhares de anos que os distância, desde os primórdios da agricultura, poderá ser de utilidade para o entendimento da ancestralidade e pervivências das nossas representações proto-históricas da simbologia do poder, tal como seria exercido pelos “senhores da guerra” e pelos “senhores do gado”, na defesa das suas comunidades, dos seus territórios e dos seus bens.

5.

A este quadro semântico entendemos remeter a genuinidade do significado mais profundo que nos é transmitido, no território famalicense, pela representação da cabeça de guerreiro do Castro de S. Miguel-o-Anjo, freguesia do Calendário (Fig. 4), na simbólica dos seus atributos proto-históricos e na herança que deles nos é dado ver pela sua interpretação cristã patente na referência hagiotoponímica, protetora, do Arcanjo S. Miguel e na designação conexas de *Castelo de Custóias* que lhe sucedeu em plena Idade Média, ora bem atestado pelas escavações arqueológicas aí realizadas.

BIBLIOGRAFIA

- Albertos, M. L. (1966). *La onomástica personal primitiva de Hispania Tarraconense y Bética*. Salamanca.
- Álvarez – Sánchis, J. R. (1999). *Los vettones*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- Álvarez – Sánchis J. R. (2001). *Los vettones*. In *Celta y vettones*. Ávila: Diputación Provincial de Ávila, pp. 259-287.
- Calo Lourido, F. (1994). *A plástica da Cultura Castrexa galaico-portuguesa*. Catalogación Arqueológica y Artística del Museu de Pontevedra, 1994.
- Calo Lourido, F. (2003). Catálogo. In IAA – AA. VV (2003), *Madrider Mitteilungen*, 44. Mainz am Rhein, Verlag Philipp von Zabern, pp. 6-32.
- Delamarre, X. (2018). *Dictionnaire de la langue gauloise. Une approche linguistique du vieux celtique continental*. Paris: Errance (3ª ed.; 1ª ed., 2003).
- Delamarre, X. (2019). *Une généalogie des mots. De l'indoeuropéen au français: Introduction à l'étymologie lointaine*. Paris: Errance.
- Étienne, R. (1958). *Le culte imperial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*. Paris (BEFAR, 191) (reimp. 1974).
- IAA – AA. VV. (2003). *Madrider Mitteilungen*, 44. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern.
- Kruta, V. (2000). *Les celtes. Histoire et dictionnaire*. Paris: Éditions Robert Laffont.
- López Monteagudo, G. (1989). *Esculturas zoomorfas celtas de la Península Ibérica*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Pereira, F. A. (1908). Novo material para o estudo da estatuária e arquitectura dos castros do Alto Minho. *O Arqueólogo Português*, 13. Lisboa, pp. 202-244.
- Salgado, M. – Queiroga, F. M. V. R. (2021). O Berrão de Ramilo, Duas Igrejas, Miranda Douro. Nota preliminar. *Portugalia*, Nova Série, 42. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 49-61.
- Santos Júnior, J. R. (1975). A Cultura dos Berrões no Nordeste de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 22 (4). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 353-517.
- Santos Júnior, J. R. (1985). A Cultura dos berrões proto-históricos fundamentalmente radicada em Trás-os-Montes. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 25 (1). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 31-40.
- Schmidt, K. (2015). *Le premier temple. Göbelki Tepe*. Paris: CNRS Éditions.
- Silva, A. C. F. (1983). As tesserae hospitales do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, Vila Nova de Gaia). *Gaya*, 1. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia, pp. 9-26.
- Silva, A. C. F. (1986). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira – Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins (Diss. doutoramento)
- Silva, A. C. F. (2003). *Expressões Guerreiras da Sociedade Castreja*. In IAA 2003: AA. V V., *Madrider Mitteilungen*, 44. Mainz am Rhein, Verlag Philipp von Zabern, pp. 40-50.
- Silva, A. C. F. (2007). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira – Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins – Centro de Arqueologia Castreja e Estudos Célticos (ed., 1986).
- Silva, A. C. F. (2011). *Ordo Zoelarum. Arqueologia e identidade do nordeste de Portugal*. Bragança: Museu do Abade de Baçal – Instituto dos Museus e Conservação.
- Silva, A. C. F. (2012). *Os Senhores da guerra*. Boticas: Câmara Municipal de Boticas: CEDIEC.
- Silva, A. C. F. (2013). A ocupação do espaço e a modelação da paisagem proto-histórica no norte de Portugal. *Brathair*, 13 (2), pp. 22-51.
- Silva, A. C. F. – Machado, J. – Oliveira, F. (2007). Catálogo. In A. C. F. Silva (coord.) *Pedra Formosa. Arqueologia experimental*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão – Museu Nacional de Arqueologia, pp. 149-211.
- Tanoy, A. (1977). À propos des “Callaeci” de PLine. *Épigraphie et peuplement. Bracara Augusta*, 31 (71-72 (83-84)). Braga, pp.225-233
- Tranoy, A. (1981). *La Galice Romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris: Diffusiod de Boccard (Publications du Centre Pierre Paris, 7).
- Untermann, J. (1965). *Elementos de un atlas antroponimico de la Hispania Antigua*. Madrid.

3.2 Entre cá e lá: dois “brasileiros” do Minho (séculos XIX-XX)

A Quinta da Igreja Velha em Vermoim, Vila Nova de Famalicão

↳ TEXTO ODETE PAIVA

RESUMO

A correspondência recebida por Joaquim José de Sousa Fernandes¹ proveniente de Manuel Gomes dos Santos Portela² e de Custódio José Gomes, seu pai, constitui a fonte nuclear e inovadora que poderá explicar a presença de Manuel Portela em Vermoim, após uma longa carreira de comerciante no Rio de Janeiro, em parte da segunda metade do século XIX. Os laços de amizade e de trabalho construídos por eles, nessa cidade, admitem-nos colocar a possibilidade desses vínculos gerarem o desejo de aproximação em Portugal, mais fácil se, geograficamente, o estivessem. Ambos “brasileiros” de torna-viagem, um de Guimarães e outro de Vila Nova de Famalicão³, a compra da Casa ou Quinta da Igreja Velha, ou Casa do Assento por Manuel Portela, por volta de 1881, seria propiciadora de outros vínculos, sugerindo-se a hipótese de a sua colocação em venda lhe ter sido dada a conhecer por Sousa Fernandes.

1 De agora em diante, usaremos o nome Sousa Fernandes.

2 A seguir, será abreviado o nome para Manuel Portela.

3 A partir de agora, irá ser designada como Famalicão.

Palavras-chave: “Brasileiros” do Minho; Vila Nova de Famalicão; Guimarães; Aplicação de capitais no Brasil e em Portugal em Oitocentos e Novecentos.

INTRODUÇÃO

O fenómeno emigratório para o Brasil constitui um episódio marcante da história portuguesa e o norte do país, com relevo para o Minho, no arco temporal da segunda metade do século XIX até à primeira Grande-Guerra Mundial, carrega uma parcela significativa da mesma, tanto pelo volume dos que partiram, como pelos reflexos que esse êxodo provocou.

A carência de recursos económicos terá sido uma das causas prioritárias da emigração. A diminuta modernização agrícola, a escassa rendibilidade e a ausência de capital de reserva levaram a que muitas unidades produtivas, a maioria familiares e de pequenas dimensões, não subsistissem, e, como algumas, sazonalmente, utilizavam trabalho assalariado, arrastavam consigo para a precariedade, muitos trabalhadores, a quem só restava emigrar. Herbert S. Klein (2000,13-31) defende a centralidade das condições económicas, considerando ser fundamental saber-se porque mudam e que elementos levam ao ponto crítico. Aponta três factores que se combinam: o acesso à terra e ao alimento, a variação da produtividade da terra e o número de membros da família que dela dependem. Conclui que, nas grandes migrações do século XIX e XX, seriam propulsores os três factores combinados.

O Minho era a imagem de uma região debilitada no seu tecido social e económico, procurando encontrar soluções para o que estava a acontecer, vivendo a maioria num vão social, a que nem a monarquia nem a república pareciam responder. “Fazer a América” constituía uma via possível para uma parcela populacional, mesmo que à custa do endividamento e/ou da venda ou penhora de bens.

A motivação que “os bem-sucedidos” constituíam, bem como o respaldo familiar que alguns dos emigrantes encontraram no país recetor foram um apelo para a sua partida.

Manuel Portela, o reconstrutor da antiga Quinta⁴ da Igreja Velha, em Vermoim, era oriundo de uma família de média burguesia, residente em Guimarães, cujo pai foi negociante e proprietário. O segundo dos três rapazes que emigraram para o Brasil nasceu na freguesia de S. Sebastião, Guimarães, no dia 23 de março de 1833, num agregado numeroso constituído por 6 rapazes e 5 raparigas. Admitimos que tenha ido antes dos 14 anos para o Brasil, onde mais tarde, fez parte de várias sociedades comerciais no Rio de Janeiro, com

4 Será, indistintamente, nomeada como Quinta ou como Casa.

os irmãos e também com Sousa Fernandes, com quem manteve uma relação estreita ao longo de anos.

MANUEL PORTELA, SOUSA FERNANDES E A QUINTA DA IGREJA VELHA

Procedente do Rio de Janeiro e escrita em 27 de março de 1878, Manuel Portela envia uma extensa carta a Sousa Fernandes, aludindo a duas outras que este lhe remeteu a 6 de abril e a 21 de maio, desse ano. Pelo teor da mesma, cremos que o famalicense já se encontrava em Portugal, sendo-lhe pedido que diligenciasse a compra da casa que Sousa Fernandes lhe indicara na última missiva, escrevendo: “apesar de me parecer que essa casa não corresponde bem aos meus desejos, mas enfim é sempre um refugio e garantia que temos. Eu não espero pechinchas, porque para mim não estão reservadas, contentar-me-hei acaso que faça compra regular⁵.”

Manuel Portela pede ao amigo e sócio que verifique se a casa era foreira e a quem, quanto pagava de laudémio, informando-o que este incidia sobre a compra, o que a onerava. Sublinha a sua confiança na “inteligência” de Sousa Fernandes e termina esse assunto escrevendo: “devo porem dizer-lhe que o pagamento tem de ser em moeda brasileira e a escriptura passada aqui⁶.” É interessante referir que, no último parágrafo, antes das despedidas e agradecimentos, usa de alguma ironia, ao escrever que, se Sousa Fernandes estivesse com seu irmão padre, esse “freguez” lhe devia servir de companhia, e “o faça andar”, para abater a barriga⁷.

Passados anos, e já em Portugal, em 20 de março de 1882⁸, em carta endereçada de Vermoim, Manuel Portela responde à epístola de Sousa Fernandes, de 11 do mês precedente, remetida do Rio de Janeiro. A missiva pode dividir-se em quatro partes: a 1.^a alude a mudanças por que passou a firma comercial; a 2.^a indica a concordância de Manuel Portela com a viagem de Sousa Fernandes do Rio de Janeiro para Portugal, sublinhando que, conquanto entendesse os benefícios da sua presença para os negócios, os sócios se deveriam ir habituando; a 3.^a parte refere: “Em consequencia das obras desta quinta⁹ vi-me na necessidade de acabar com a casa de Lisboa, mas se julgar que lhe sou necessario diga-me o vapor em que vem para o ir esperar.” Por último,

5 *Correspondência recebida por Sousa Fernandes, doc. 858.*

6 *Idem, ibidem.*

7 O irmão Joaquim Gomes dos Santos Portela frequentou a Universidade de Coimbra, Faculdade de Teologia. Matrícula(s): 10.10.1864 (ordinário). Exames: 1.º ano, 03.06.1865, Aprovado Nemine Discrepante, Atos n.º 7, fl.20 v.2º, 29.05.1866, Aprovado Nemine Discrepante, Atos n.º 8, fl.º 33. Detalhes do registo – Arquivo da Universidade de Coimbra – Archeevo (uc.pt). Nasceu a 30 de dezembro de 1843, na freguesia de São Sebastião, Guimaraes, e faleceu com 22 anos, a 15 de agosto de 1866, estudante. Livro de Óbitos 1851-1878, fl.º 171.

8 Manuel Portela tinha, à data, 49 anos de idade.

9 Sublinhado nosso.

pede-lhe que lhe traga *A Physiologia das paixões*¹⁰, de Mello Morais e a última edição do *Formulário*, de Chernoviz.

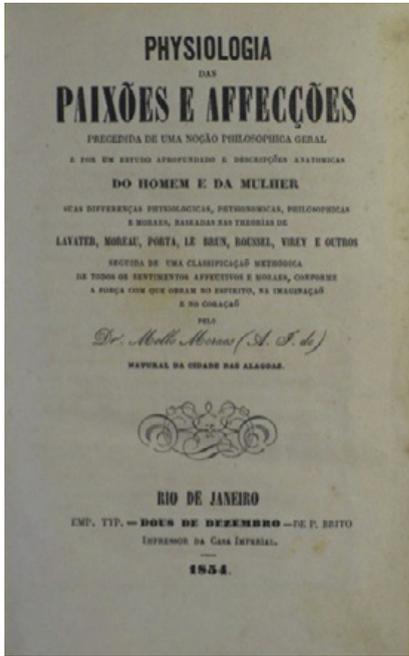


Fig. 1 Physiologia das paixões e affecções
Fonte: Franklin Levy

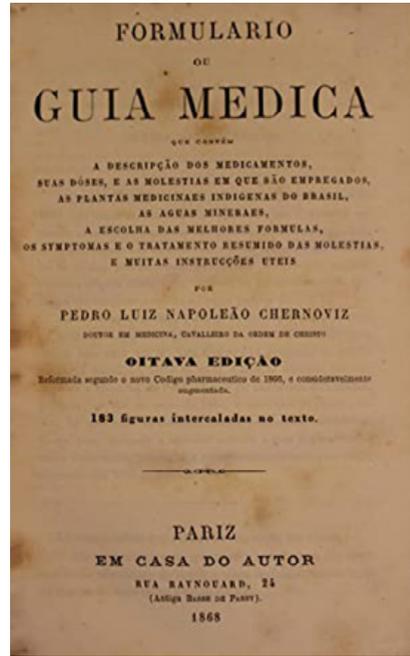


Fig. 2 Formulário ou Guia Médica
Fonte: traca.com.br.

O ano de 1878 foi nefasto para Manuel Portela e para Sousa Fernandes, com a morte das mães, convocando em termos laborais outro esforço de organização, para permitir a presença do segundo em Famalicão.

Manuel Portela resolve adquirir a Quinta da Igreja Velha e Sousa Fernandes assume a vinda a Portugal para tomar decisões que não pode alienar nem adiar: ver a família e levar a irmã e as sobrinhas órfãs, então ao cuidado de sua avó Justa Maria de Sousa Fernandes, falecida a 3 de agosto de 1878.

¹⁰ O nome completo era *Physiologia das paixões e affecções : precedida de uma noção philosophica geral e por um estudo aprofundado e descrições anatomicas do homem e da mulher suas diferenças physiologicas, physionomicas, philosophicas e moraes, baseadas nas theorias de Lavateur, Moreau, Porta, Le Brun, Russel, Virey e outros : seguida de uma classificação methodica de todos os sentimentos affectivos e moraes, conforme a força com que obram no espirito, na imaginação e no coração*, de Mello Morais e o *Formulário de Chernoviz, ou Formulário ou guia médico*, de Pedro Luis Napoleão de Chernoviz.



Fig. 3 Quinta da Igreja Velha

Fonte: Cristina Azevedo, *Jornal Opinião Pública*, 13 de janeiro de 2022

Na família nuclear de Manuel Portela só estavam vivos, aquando da morte da mãe, em 8 de março de 1878, o pai e os seus 3 irmãos: António (1835-), solteiro, a residir em Lisboa, o padre João Gomes dos Santos Portela (1840-1886), a habitar com os pais, e Maria Gomes dos Santos Portela (1847-1934), casada com Augusto Mendes da Cunha, a viver em Guimarães, na Rua Nova de Santo António.

Tomando como referência a data da primeira carta de Manuel Portela a Sousa Fernandes, a que antes fizemos alusão, e a do óbito de José Inácio de Sequeira Lobo, anterior proprietário da Quinta, morreu a 3 de junho de 1880, inumado na capela da Quinta da Igreja¹¹, bem como os óbitos dos outros elementos da família Sequeira Lobo enterrados em Vermoim, verificamos que a compra da Quinta da Igreja Velha por Manuel Portela só poderia ter ocorrido depois de 28 de março de 1878 e antes de 25 de outubro de 1880, data em que faleceu na sua casa e morada do lugar da Igreja Velha, Vicente de Sequeira Lobo, de 29 anos, casado, enterrado na igreja, na campa n.º 16¹². Admitimos que a aquisição da Quinta tivesse lugar depois da morte de José Inácio de Sequeira Lobo. Fizemos um ensaio, visionando todos os óbitos desta família, por um período de 4 anos

11 *Livro de óbitos de Vermoim*, de 4-9-1784 a 10-12-1885, fl.º 161.

12 *Livro de óbitos de Vermoim*, de 4-9-1784 a 10-12-1885, fl.º 163.

a seguir à morte de José Inácio de Sequeira Lobo, e concluímos que nenhum deles foi enterrado na capela¹³.

Queríamos, ainda, confirmar desde quando e até quando os membros da família constituída por Dona Teodósia Machado de Miranda¹⁴ e João de Sequeira Monteiro foram inumados na capela da Casa da Igreja, e só encontramos essa alusão no registo de óbito de: João José de Sequeira, da Casa da Igreja, falecido a 16 de abril de 1794, sepultado na sua capela; Dona Maria Joana Bernardes de Oliveira, sua viúva, da Casa da Igreja, falecida a 21 de junho de 1799, enterrada “na capela da mesma Quinta” e do Doutor José Inácio de Figueiredo, ou José Inácio da Silva de Figueiredo Lobo, de Vila do Conde, morador em Vermoim, “no casal” da Igreja, falecido a 31 de janeiro de 1801, sepultado na capela¹⁵. Este dado, invalida a anterior conclusão, apontando para a compra da Quinta por Manuel Portela, para o ano de 1881.

Como sabemos, Dona Teodósia Machado de Miranda, viúva de João de Sequeira Monteiro, faleceu a 10 de novembro de 1755¹⁶ e Dona Maria de Sequeira, solteira, do lugar da Igreja, faleceu a 17 de janeiro de 1786, ambas sepultadas na igreja. O reverendo irmão António de Sequeira morreu a 5 de março de 1802, na Casa da Igreja, e foi enterrado na igreja¹⁷.

Interessa referir que, a 2 de abril de 1765, é sepultada a última pessoa na igreja velha¹⁸, junto à capela-mor, e a 5 de dezembro desse ano, é enterrada a primeira pessoa, na igreja nova¹⁹.

-
- 13 A 25 de abril de 1882, faleceu Joaquim Tomás de Sequeira Lobo, residente em sua casa no lugar da Breia, empregado na direção de sua casa, de 25 anos, casado, enterrado na igreja, campa n.º 41, deixou filhos, *Livro de óbitos de Vermoim*, de 4-9-1784 a 10-12-1885, fl.º 170. A 3 de agosto de 1883, morreu, no lugar da Breia, em casa de seus avós, Camilo, com a idade de 18 meses, filho de Joaquim Tomás de Sequeira Lobo e de Leonor da Costa. *Livro de óbitos de Vermoim*, de 4-9-1784 a 10-12-1885, fl.º 176 v.º A 17 de agosto de 1884, faleceu numa casa no lugar da Lagarteira, Adolfo, de 26 meses, filho de António de Castro Ferreira e de Dona Ana Narcisa de Sequeira Lobo, sepultado no adro da igreja, por não haver cemitério público. *Livro de óbitos de Vermoim*, de 4-9-1784 a 10-12-1885, fl.º 180.
- 14 Provisão a favor de Dona Teodósia Machado de Miranda para embargar um capítulo de visita, a 18 de fevereiro de 1724. PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/0074/015057. PT/ADB//K/24/B/2.
- 15 *Livro de óbitos de Vermoim*, de 4-9-1784 a 10-12-1885, respetivamente, fl.º 3-v.º, fl.º 10 e fl.º 13.
- 16 *Livro de óbitos de Vermoim*, de 4-9-1784 a 10-12-1885, respetivamente, fl.º 134 v.º e fl.º 135.
- 17 *Idem*, fl.º 2 v.º e fl.º 15.
- 18 Em 4 de março de 1764, foi registada provisão a favor dos suplicantes juiz e homens de fala da freguesia, para que se possa fazer de novo a igreja da freguesia. PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/0184/041079. A - 184-91v-92v.
- 19 A 3 de novembro de 1767, foi registada uma provisão a favor de João de Sequeira Machado Miranda de Azevedo, de Vermoim, para que na capela-mor que foi da igreja matriz da freguesia, se possa colocar um confessionário. PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/0149/032496. A - 149-121v-122.

A FAMÍLIA NUCLEAR DE MANUEL GOMES DOS SANTOS PORTELA

Manuel Portela nasceu, tal como os seus irmãos, na freguesia de S. Sebastião, Guimarães. Oriundo de uma família extensa, foi o segundo dos 11 filhos de Custódio José Gomes e de Josefa Maria Emília dos Santos, casados na freguesia de S. Sebastião, em Guimarães, a 23 de outubro de 1828, o pai natural de S. Gens de Monte Longo e a mãe de S. Sebastião, nascida a 31 de julho de 1807 e falecida a 8 de março de 1878 e ele falecido a 17 de julho de 1888. Tiveram 6 rapazes e 5 raparigas, tendo morrido na infância, pelo menos, uma. Dois rapazes cursaram Teologia, João e Joaquim: o primeiro foi padre e o segundo frequentou dois anos a Universidade de Coimbra e morreu antes de terminar o curso. Admitimos que os outros rapazes tenham ido para o Brasil²⁰.

Manuel Portela nasceu a 23 de março de 1833, José, o irmão mais velho, veio à luz dois anos antes, a 6 de abril de 1831. António e Maria nasceram com uma diferença de pouco mais de 2 anos, tal como os irmãos, o primeiro a 15 de setembro de 1835 e o segundo a 19 de agosto de 1837. Entre João Gomes dos Santos Portela e Joaquim Gomes dos Santos Portela mediaram, sensivelmente, três anos, o primeiro nasceu a 15 de outubro de 1840 e o segundo a 30 de dezembro de 1843, como já referimos. Francisco Gomes dos Santos Portela e Maria Gomes dos Santos Portela nasceram com um ano de diferença, no dia 23 de fevereiro, respetivamente, de 1846 e de 1847. O primeiro faleceu com 23 anos, a 16 de março de 1869, solteiro, e a segunda com 86 anos, a 21 de janeiro de 1934, casada a 9 de agosto de 1866, com Augusto Mendes da Cunha²¹, natural da freguesia de S. Pedro, concelho de Gouveia. Antónia Gomes dos Santos Portela e Rosa nasceram, respetivamente, a 4 de outubro de 1849 e a 21 de dezembro de 1850, com pouco mais de um ano de diferença e Amélia, a mais nova dos irmãos, nasceu a 14 de julho de 1852.

Custódio José Gomes faleceu na casa n.º 14-16 do Campo D. Afonso Henriques, na freguesia de S. Sebastião, Guimarães, com 90 anos, proprietário, viúvo. Fez testamento aos filhos²².

Dona Josefa Maria Emília dos Santos faleceu a 8 de março de 1878, na mesma casa em que o marido morreu, proprietária, filha de José António dos Santos, cirurgião, e de Dona Maria Luísa, proprietária. Fez testamento, deixou quatro filhos, a saber, Manuel, António, Maria e o reverendo João Gomes dos Santos Portela²³.

20 Antes de 3 de novembro de 1878, já tinha falecido, como vemos na carta dessa data que o pai escreve a Sousa Fernandes.

21 Em 1894, era sócio efetivo da Sociedade Martins Sarmento. Lista dos sócios da Sociedade Martins Sarmento. *Revista de Guimarães*, 11 (4) Out.-Dez. 1894, pp. 227-232. Ver, nomeadamente, a página 229.

22 *Livro de Óbitos de 1878-1890*, fl.º 121.

23 *Livro de Óbitos de 1851-1878*, fl.º 195 v.º

O padre João Gomes dos Santos Portela fez parte dos corpos gerentes da Irmandade de S. Nicolau, em Guimarães: da mesa de 1861, como mordomo, e da mesa de 1867, como procurador. Nasceu a 15 de outubro de 1840, na freguesia de S. Sebastião, Guimarães, como já indicámos, faleceu com 45 anos, a 21 de janeiro de 1886, numa casa do Campo de S. Francisco, sem testamento²⁴.

A RELAÇÃO DO PAI DE MANUEL PORTELA E SOUSA FERNANDES

As cartas enviadas por Custódio José Gomes, expedidas de Guimarães, no ano de 1878, permitem-nos ver que a relação entre os dois teve como intermediário privilegiado Manuel Portela.

A 24 de julho de 1878, Custódio José Gomes escreveu a Sousa Fernandes uma missiva²⁵, remetida de Guimarães, onde lamenta o estado de saúde em que este encontrou a mãe ao chegar a Famalicão. Disponibiliza-lhe o dinheiro que necessite, pois, “desde que tive o p.º aviso de meu Filho seu sócio e com M.ta especialidade desde qd.º me entregou a carta de ordens de que foi portador pode despor asua bontade (,,,) no mesmo dia sera ahi levado. “ Acrescenta que o filho António lhe escreveu a missiva que junta e pede-lhe que tome conhecimento da parte que lhe diz respeito. Faz alusão ao filho padre e a Augusto, seu genro, dizendo que lhe entregou os “recados” enviados por Sousa Fernandes.

Nova carta remetida por Custódio Gomes a Sousa Fernandes, a 15 de outubro de 1878, onde refere que as sobrinhas deste teriam para frequentar o colégio em Guimarães de levar: camas de ferro, enxergões e travesseiros²⁶. Passados dias, a 31 desse mês²⁷, Custódio Gomes escreve-lhe de novo, já com as meninas instaladas, contando-lhe que as visitou e se disponibilizou para tudo o que precisassem, o mesmo acontecendo a 1 de novembro²⁸ e, nessa carta, verificamos ser ele o encarregado de lhes comprar o material escolar e também lhes vai fazendo algumas visitas, no sentido de minorar a falta da família. Decorridos 2 dias, endereça a Sousa Fernandes nova missiva²⁹, começando por falar das menores, reiterando toda a sua disponibilidade para elas. Envia-lhe uma carta para a entregar a seu filho Manuel e outra para o Senhor Andrade e pede-lhe para dar “recados a todos os amigos e com especialidade ao Ex. mo Senhor Agostinho, antigo amigo de meus Filhos e sócio do falecido Jose.”A última carta foi escrita entre 8 e 11 de novembro³⁰, destacando-se nela as questões das necessidades e bem-estar das meninas, lamentando Custódio Gomes que Sousa Fernandes partisse sem terem ido os dois a Pombeiro.

24 *Livro de Óbitos de 1878-1890, fl.º 94.*

25 *Correspondência recebida por Joaquim José de Sousa Fernandes, doc.827.*

26 *Idem, doc.828.*

27 *Idem, doc. 830.*

28 *Idem, doc. 831.*

29 *Idem, doc.832.*

30 *Idem, doc. 833.*

MANUEL PORTELA E O CUNHADO AUGUSTO MENDES DA CUNHA E A CRIAÇÃO DA SOCIEDADE CUNHA DIAS & C.^a LIMITADA

Os curtumes, as cutelarias e os têxteis de Guimarães percorreram a Europa e atravessaram o oceano Atlântico rumo às exposições mundiais. Sujeitos à apreciação dos júris e apesar do atraso tecnológico e das dificuldades, conquistaram prémios e distinções que certificavam a qualidade e atestavam o reconhecimento internacional

Paula R. Nogueira *et al.* (2019)

Manuel e o cunhado Augusto Mendes da Cunha foram empresários, o primeiro na área têxtil e o segundo, primordialmente, na cutelaria. Este integrou o conjunto dos expositores de Guimarães na *Centennial Exhibition de Filadélfia* (EUA, 1876), como fabricante de facas e tesouras, na categoria de cutelarias, de freios, rédeas e esporas, na classe carruagens e acessórios³¹ e, ainda, de pentes de osso, no grupo “Fancy goods”.

Augusto Mendes da Cunha incluiu os expositores de Guimarães presentes na Exposição Universal de Paris de 1878, no setor da cutelaria³². No ano seguinte, foi um dos expositores de Guimarães premiados na Exposição Portuguesa do Rio de Janeiro de 1879. Obteve diploma e medalha de ouro na categoria cutelaria e ferragens³³.

Em 1891, na Exposição do Palácio de Cristal, no Porto, esteve presente, no setor da cutelaria, o seu sucessor e sobrinho, José Augusto Ferreira da Cunha,³⁴ com a firma sediada na Rua Nova de Santo António, n.ºs 27 e 29 em Guimarães³⁵.

A 7 de março de 1902, constituiu-se uma sociedade registada no cartório do Dr. Gaspar Ribeiro da Silva Castro situado na Rua Nova de Santo António. Compareceram os Excelentíssimos Comendador João Dias de Castro³⁶, casado, capitalista, morador na Rua das Hortas, Manuel António Vilaça, casado, capitalista, morador na casa de Vila Flor, Manuel Martins Barbosa de Oliveira, casado,

31 Fonte: *Catálogo oficial, Centennial Exhibition*. Philadelphia: United States Centennial Commission, (1876).

32 Fonte: *Catalogue Spécial de la Section Portugaise de L'Exposition Universelle de Paris en 1878*. Paris: Typ.A. Pougin. Biblioteca Nacional de Portugal.

33 Fonte: *Revista da Exposição Portuguesa no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mateus, Costa & C.^a. 1879.

34 Augusto Mendes da Cunha era tio paterno de José Augusto Ferreira da Cunha, negociante, natural da freguesia de S. Julião, vila de Gouveia. Admitimos que Augusto e sua mulher, Dona Maria Gomes dos Santos Portela, irmã de Manuel Portela, não tivessem filhos e herdasse o sobrinho.

35 Fonte: *Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa, em 1891*, Palacio de Crystal Portuense, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 104.

36 No ano de 1889, integrou a direção do Banco Comercial de Guimarães, fundado em 1875, que teve um “brasileiro” como principal impulsionador.

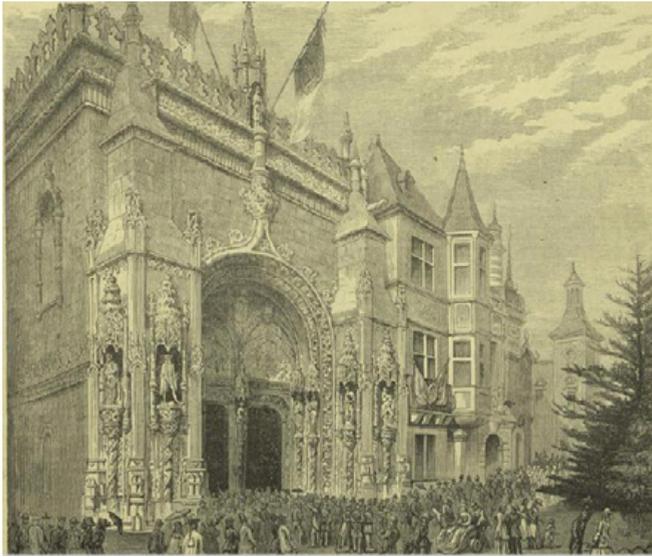


Fig. 4 Exposição Universal de Paris de 1878.
Fachada do pavilhão português – Rua das Nações
Fonte: core.ac.uc



Fig. 5 Palácio de Cristal do Porto
Fonte: etcetajournal.pt

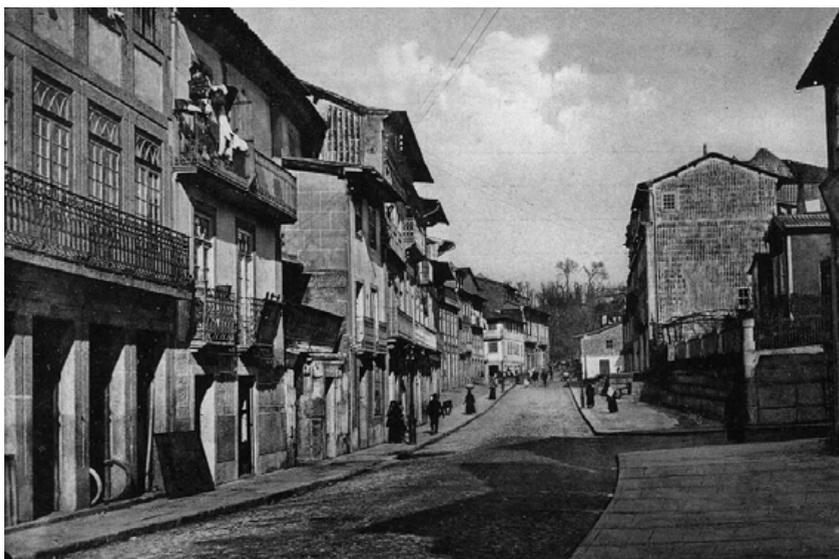


Fig.6 Rua de Santo António em Guimarães. Início do século XX
Fonte: Rua de Santo António (1) (araduca.blogspot.com)

proprietário, morador na Rua de Gil Vicente, José Augusto Ferreira da Cunha, casado, negociante, morador na Rua Nova de Santo António, Augusto Mendes da Cunha, casado, proprietário, morador na Rua Nova de Santo António, todos de Guimarães e Joaquim Marinho de Carvalho³⁷, casado, capitalista, morador na Rua de Costa Cabral n.º 90, cidade do Porto³⁸, figurando o penúltimo por si mesmo e também na qualidade de procurador do Excelentíssimo Senhor Manuel Gomes dos Santos Portela, solteiro, capitalista e proprietário, morador no Lugar da Igreja Velha, freguesia de Vermoim, tendo dissolvido a Sociedade coletiva que entre si constituíram denominada Cunha Dias & Companhia, com o fim de lhe dar a forma jurídica de sociedade por cotas, com a designação de Cunha Dias & C.ª Limitada, com sede na cidade de Guimarães. O fim da empresa é a indústria de cutelarias por meios aperfeiçoados, exercida na fábrica denominada Fábrica Restauração de Cutelarias de Guimarães, com um capital social de 28 contos de réis, representado por 4 contos de réis de cada sócio. A gerência e administração da Sociedade ficam pertencendo ao sócio José Augusto Ferreira da Cunha e, no seu impedimento, ao sócio Augusto Mendes da Cunha³⁹.

37 Fez parte da empresa Fernandes, Andrade & C.ª com Manuel Portela, Francisco da Mota Alves de Andrade e Joaquim José de Sousa Fernandes.

38 Embarca no Porto, a 10 de março de 1874, com passaporte, para o Brasil.

39 Jornal *O Progresso*, Órgão do Partido Progressista, Guimarães, 18 de Janeiro de 1903, 6.º ano, n.º 259, pp. 2-3.

A 8 de janeiro de 1911, morre na Quinta da Igreja Velha, Manuel Portela, com testamento. Conduzido o seu corpo para Guimarães, fica sepultado no jazigo de família.

OS EMPRESÁRIOS MANUEL PORTELA E SOUSA FERNANDES

Manuel Portela foi empresário no Rio de Janeiro, integrando a Casa Gomes & Irmãos, situada na Rua das Violas n.º 27, onde antes de 25 de março de 1868, Sousa Fernandes exerceu a profissão de caixeiro, após deixar de trabalhar em Niterói⁴⁰. Admitimos que fizessem parte da firma, além de Manuel Portela, os irmãos: Francisco Gomes dos Santos Portela, falecido com 23 anos, a 16 de março de 1869, na casa n.º 9 do Terreiro de S. Francisco, em S. Paio, Guimarães, negociante⁴¹, e António Gomes dos Santos Portela, dois anos mais novo que Manuel Portela.

A empresa Gomes & Irmãos deu lugar à sociedade do mesmo ramo Gomes & Portela, de que Manuel Portela era sócio, admitimos que com seu irmão António. Localizada na Rua Teófilo Otoni n.º 23, no Rio de Janeiro, onde Sousa Fernandes trabalhou, primeiro como caixeiro e depois como “interessado”. Constituiu-se, a seguir, a empresa Fernandes, Andrade & C.^a, da qual faziam parte Manuel Portela, Francisco da Mota Alves de Andrade, de Arnóia, Celorico de Basto, e Joaquim Marinho de Carvalho. Em 2 de janeiro de 1877, já Sousa Fernandes incorporava esta empresa (Paiva:2017).

PROFISSIONAIS DE SAÚDE NA FAMÍLIA DE MANUEL PORTELA

O avô na linha materna de Manuel Portela, José António dos Santos, exerceu o ofício de cirurgião⁴² e, mais tarde, Augusto Gomes de Castro Ferreira da Cunha, sobrinho-neto de Dona Maria Gomes dos Santos Portela e marido, foi médico. Com uma carreira de mérito, Augusto Cunha, na sua vida, combinou a medicina e a política. Natural da freguesia de S. Paio, Guimarães, nasceu a 17 de janeiro de 1899 e faleceu a 29 de dezembro de 1977. Filho de José Augusto Ferreira da Cunha e de Ana Mendes da Cunha e Castro contraiu matrimónio com Ana Maria Pereira Mendes. Licenciou-se em Medicina na Universidade do Porto, onde se doutorou com a tese *A reação de Kahn no diagnóstico da sífilis, trabalho do Laboratório de Bacteriologia da Universidade do Porto*. Entre os

40 Em missiva do pai de Sousa Fernandes para este, de 6-09-1871, faz referência a António Gomes, ex-patrão do filho. Como, à data da morte da mãe de António, em 1878, este ainda vivia, e residia em Lisboa, seria natural que deixasse o Rio de Janeiro, para se instalar nesta cidade.

41 *Livro de Óbitos de 1851-1878*, fl.º 96.

42 Só poderia diagnosticar e tratar doenças externas. Obtinha licença para exercer, se um cirurgião atestasse que o aluno praticara com ele, no mínimo 4 anos, ou se frequentasse uma Escola de Cirurgia. No que ao Porto concerne, a criação da Régia Escola de Cirurgia do Porto ocorreu no ano de 1825.

familiares a quem agradece, no início desse trabalho académico, destacamos os tios-avós Dona Maria Gomes dos Santos Portela e Augusto Mendes da Cunha.

Augusto Gomes de Castro Ferreira da Cunha foi Presidente da Sociedade Martins Sarmento, criada em 1881, em Guimarães, diretor clínico do Hospital da Misericórdia de Guimarães, diretor dos Serviços Médico-Sociais de Guimarães, entre outros cargos relevantes. No campo político, desempenhou as funções de vice-presidente da Câmara, no triénio de 1946-1950 e alguns meses do ano seguinte, posto que foi nomeado presidente em 1951, e exonerado a seu pedido em 1954. O seu nome faz parte da toponímia vimaranense (freguesia de Azurém).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O epistolário recebido por Sousa Fernandes constitui uma fonte relevante para o conhecimento da forma como a Casa da Igreja Velha foi transacionada, bem como para se encontrar uma data aproximada da passagem para o novo proprietário, Manuel Portela.

Os registos paroquiais são uma fonte de grande valor, maior ainda, quando o redator paroquial é prolixo. Os dados obtidos ganham mais consistência, se cruzados com outros documentos, como fizemos.

Neste artigo, várias questões que nos colocámos ficaram por explicar ou não o foram cabalmente. A primeira reporta-se à origem da Casa da Igreja, que admitimos advenha, pelo menos, do início do século XVI, pois, o assento da igreja é mencionado como fazendo parte dos bens do Mosteiro de Santa Maria de Oliveira de Vermoim, bem como as terras do assento, no Tombo Velho do Mosteiro, do ano de 1504. Refere o documento que “as traz” Gil Afonso da Agra Maior⁴³. Decorrido quase um século, em 27 de junho de 1596, surge-nos o contrato de enfiteuse (prazo em três vidas) do assento da igreja de Santa Maria de Vermoim, anexa in *perpetuum* ao Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, a favor de Torcato Machado de Miranda, em três vidas, sendo ele a primeira vida⁴⁴. Para que possamos conhecer o curso desta propriedade, e entender como nos surge a Casa da Igreja, se possível, com as sucessivas descrições, até ser vendida a Manuel Portela, seria interessante proceder a uma investigação documental, o que nos propomos fazer em breve.

Por último, entendemos ser necessário completar a pesquisa, com a busca das várias escrituras da Casa, com ênfase para a que teve lugar entre Manuel Portela e o anterior detentor, e passar à compreensão do edificado, com relevo para a capela.

43 Liv. 18, flº. 80. Tombo velho – Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DigitArq (arquivos.pt)

44 PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/0002/000892

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Maria Antónia Pires (2013). *Dicionário biográfico do poder local em Portugal, Presidentes de Câmara e Governadores Cívicos, 1936-2012*. ebook (ePub).
- Cunha da, Augusto Gomes de Castro Ferreira (1923). *A reação de Kahn no diagnóstico da sífilis, trabalho do Laboratório de Bacteriologia da Universidade do Porto*. Imprensa Nacional, Jaime Vasconcelos. Porto.
- Klein, Herbert S. (2000). "Migração internacional na história das Américas". Boris, Fausto (org.). *Fazer a América – a emigração em massa para a América latina*. Edusp. S. Paulo:13-31.
- Nogueira, Paula R. (2020). *A Ciência e a Tecnologia na indústria têxtil e do vestuário – uma abordagem historiográfica ao setor em Guimarães*. Tese no âmbito do Programa conjunto de Doutoramento em História das Ciências e Educação Científica da Universidade de Coimbra e da Universidade de Aveiro, Instituto de Investigação Interdisciplinar, Centro de Física da Universidade de Coimbra. CFisUC. Coimbra.
- Nogueira, Paula R., Martins, Décio R., Fiolhais, Carlos, Santos Gilberto (2019). "Guimarães, cidade industrial? Entre a memória e o esquecimento". *Atas do II Congresso Histórico Internacional as cidades na História: sociedade*. Câmara Municipal de Guimarães. Guimarães: 507-526.
- Paiva, Odete (2017). "Cartas que navegam, estudo de caso de um «brasileiro» do Minho entre o século XIX e o XX". CEM N.º 8/ Cultura, ESPAÇO & MEMÓRIA: 391-407.

3.3 O Partido Republicano Radical em Vila Nova de Famalicão

↳ **TEXTO** ANTÓNIO JOSÉ QUEIROZ

RESUMO

O presente estudo visa dar a conhecer, em traços gerais, as origens do Partido Republicano Radical, bem como as circunstâncias em que surgiu e atuou o seu núcleo de Vila Nova de Famalicão. Dar-se-á conta da complexidade do seu processo organizativo, dos seus dirigentes e militantes, bem como do jornal que o representou oficialmente neste concelho.

A partir de 1919, isto é, no período pós-sidonista, a República era já outra. Os seus líderes históricos abandonaram a vida partidária: Afonso Costa, desgostado com o Partido Republicano Português (PRP), exilara-se em Paris (1917); António José de Almeida foi eleito Presidente da República (6 de Agosto de 1919); Brito Camacho tomou posse do cargo de Alto-Comissário de Moçambique (3 de Novembro de 1920).

A ilusão de estabilizar a vida política portuguesa, criando alternativas ao PRP (popularmente designado Partido Democrático), provocou a pulverização do quadro partidário¹. Em meados de 1922, com apoiantes (e participantes) do movimento revolucionário de 19 de Outubro de 1921² e de alguns sectores ligados ao Partido Republicano Popular (que se sumira da cena política após o fracasso eleitoral de Julho de 1921), fundou-se o Partido Republicano Radical (PRR)³.

O PRR sucedeu ao Partido Republicano de Fomento Nacional (PRFN), criado por apoiantes do 19 de Outubro, que viam no seu programa uma solução para regenerar moral, económica e financeiramente o país. Convictos de que

1 Em 1919 surgiu o Partido Republicano Conservador, efémera formação neo-sidonista que desapareceu no ano seguinte. Bem mais consistente foi o projecto que juntou, também em 1919, o Partido Republicano Evolucionista com a União Republicana, dando origem ao Partido Liberal Republicano. Por não terem aceite a fusão, alguns deputados evolucionistas constituíram o Grupo Parlamentar Popular. A ele se juntariam alguns deputados democráticos, dando origem, em Maio de 1920, ao Partido Republicano Popular. Em Junho deste ano era constituído o Partido Republicano de Reconstituição Nacional (mais conhecido por Partido Reconstituente), com origem na dissidência de Álvaro de Castro (que tivera lugar em Março no PRP), que congregou elementos democráticos e doutras forças políticas. Da fusão entre liberais e reconstituintes surgiria, em Fevereiro de 1923, o Partido Republicano Nacionalista (PRN). Em Dezembro desse ano, uma facção deste partido, liderada por Álvaro de Castro, daria origem ao Grupo Parlamentar de Acção Republicana, que sobreviveu até 1925. Em Março do ano seguinte, durante o congresso do PRN, Cunha Leal protagonizaria uma segunda cisão entre os nacionalistas, que daria origem à União Liberal Republicana. Em meados de 1925, de nova cisão no PRP, desta vez liderada por José Domingues dos Santos, ex-presidente do Ministério, fundou-se a Esquerda Democrática, que em Abril de 1926 daria origem ao Partido Republicano da Esquerda Democrática. À margem do quadro demoliberal, constituiu-se, em 6 de Março de 1921, o Partido Comunista Português. Era “herdeiro” da Federação Maximalista Portuguesa, uma estrutura de transição surgida em Setembro de 1919, por influência da Revolução Russa, que se dissolvera em Dezembro de 1920 (Queiroz, 2008: 18-21).

2 Este controverso movimento partiu de um conjunto de republicanos que pretendiam dar à República “uma orientação mais radical”, de modo a torná-la “querida do povo”. Porém, na “Noite Sangrenta” que se lhe seguiu, “um bando de malfiteiros aproveitou essa ocasião para saciar seus ódios”, assassinando alguns republicanos históricos, bem como o próprio movimento “que as aspirações populares justificavam” (*A Força*, 21/10/1923, p. 1). Esta opinião estava muito longe de ser consensual no campo republicano (e não só). Para um diário portuense, o 19 de Outubro de 1921 foi “obra de meia dúzia de aventureiros” (*A Tribuna*, 3/11/1921, p. 1).

3 Não era nova esta nomenclatura na política em Portugal. De facto, em 1888, por iniciativa da redacção do jornal portuense *O Radical* (onde preponderava Felizardo de Lima) organizara-se um Partido Republicano Radical, de cariz fortemente descentralizador, que divulgou o seu programa e directório. Este exemplo foi replicado em Lisboa nos círculos afectos a Manuel de Arriaga (Homem, 1990: 38). Em Outubro de 1911, em Lisboa, foi fundado o Partido Republicano Radical Português (PRRP), por iniciativa do Centro Republicano Radical Português (que surgira em Maio desse ano). O seu programa foi aprovado em 30 de Outubro. Um dos redactores foi o então alferes Henrique de Sousa Guerra, de quem voltará a falar-se neste texto. O PRRP apagou-se da cena política após a revolta radical de 27 de Abril de 1923 (Leal, 2008: 36-40).

o movimento se perdera por lhe ter faltado apoio partidário, os *outubristas* decidiram organizar-se politicamente, de modo a “levar às camadas mais profundas da população portuguesa o verbo redentor da Democracia”⁴. Para os seus promotores, o PRFN ia “buscar às origens da propaganda republicana, aos seus doutrinários, aos seus prosélitos e aos seus mártires, o estímulo e a fé”⁵.

O nome do PRFN suscitara desde o início sérias dúvidas. Eram poucos os que se reviam nele, por considerarem que não exprimia as intenções “de radicalismo político, de reconstituição económica, de critério financeiro avançado e de orientação doutrinária”⁶. As sugestões que iam chegando aos dirigentes eram as de que se chamasse Partido Republicano Radical, tal como propusera Orlando Marçal na reunião em que ficara decidido dar-lhe o nome de PRFN⁷.

A decisão de alterar o nome do partido foi tomada no dia 27 de Dezembro de 1922, no Centro Republicano da Graça (Rua da Voz do Operário, 64, 1.º, Lisboa). Nessa assembleia-geral, presidida por José de Freitas (do Porto) e secretariada por José Pinto de Macedo (de Lisboa) e por um representante dos *outubristas* de Évora (o “sr. Mendes”)⁸, ficou também marcado o primeiro congresso do Partido Republicano Radical⁹.

O PRR expressava, pois, os princípios do movimento de 19 de Outubro de 1921¹⁰. No seu programa, aprovado em 10 de Junho de 1923, afirmava aceitar “as grandes ideias dos partidos democráticos do mundo”, indo buscar à revolução francesa “os seus grandes impulsos ideais”. Na história contemporânea portuguesa colhia os seus “motivos fundamentais”: inspirava-se nas Constituintes de 1820 e revia-se nas aspirações e no exemplo de alguns “episódios” marcantes (Setembrismo, Maria da Fonte, 31 de Janeiro de Janeiro de 1891, 14 de Maio de 1915 e, em 1919, a “escalada épica de Monsanto”)¹¹.

De matriz descentralizadora, mas sem uma definição clara do modelo político que pretendia para o país (os seus dirigentes e quadros dividiam-se entre a via federalista e a via unitarista), o PRR prometia ao país, quando fosse governo, a reforma do regime parlamentar com uma só Câmara legislativa; a

4 O *Outubrista*, 3/2/1922, p. 1.

5 *Ibidem*. Para a institucionalização do PRFN contribuiu de forma significativa o bom resultado dos *outubristas* nas eleições de 29 de Janeiro de 1922 (17 lugares na Câmara dos Deputados).

6 A *Capital*, 24/1/1923, p. 1.

7 A *Capital*, 8/6/1923, p. 3. Na primitiva reunião para a escolha do nome do partido, os *outubristas* haviam rejeitado a proposta de Orlando Marçal, optando pela de Firmino Alves, que propusera a designação de Partido Republicano de Fomento Nacional (*Ibidem*).

8 *Alma Nova*, 5/1/1923, p. 3. Nesta assembleia-geral estiveram presentes os núcleos do Porto, Coimbra, Elvas, Mafra, Vizela, Viseu, Guimarães, Alpedrinha, Évora e Vila do Conde (*Ibidem*).

9 A data agendada (31 de Janeiro de 1923) não foi cumprida. De facto, o 1.º congresso do PRR realizou-se em Lisboa, nos dias 9, 10 e 11 de Junho de 1923; o 2.º teve lugar no Porto (31 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 1924); o 3.º, em Coimbra (31 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 1925); o 4.º (que foi o último), em Lisboa (20 e 21 de Março de 1926).

10 Vd. “Para a História. O manifesto da Junta dirigente do movimento nacional de 19 de Outubro” (*O Outubrista*, 19/1/1922, p. 2); “Para a História! O programa do movimento nacional de 19 de Outubro” (*O Outubrista*, 24/1/1922, p. 2).

11 A *Lanterna*, 18/8/1923, p. 6.

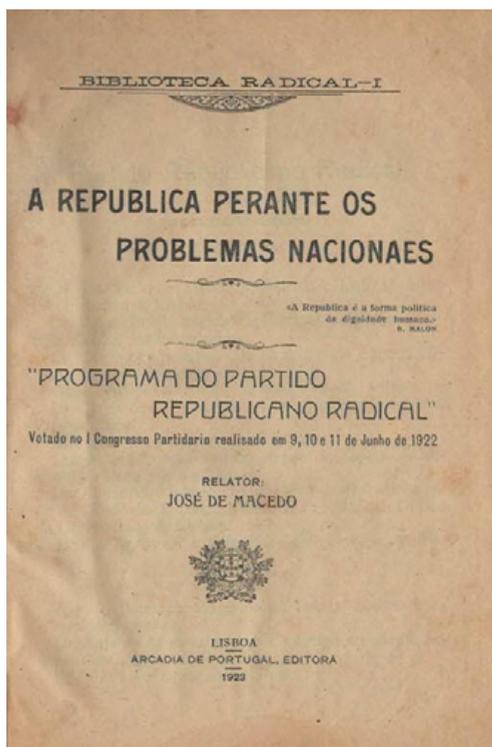


Fig. 1 Programa do Partido Republicano Radical

transformação do Senado numa Câmara de Economia Nacional com representação de interesses regionais e profissionais; o Presidente da República com poderes devidamente definidos, sendo, de facto, o chefe do poder executivo¹².

Quanto à sua organização, o PRR adoptava a divisão administrativa do continente e ilhas¹³. A sua direcção (tal como previa a lei orgânica¹⁴) era constituída por comissões políticas de freguesia (cinco membros efectivos e igual número de substitutos)¹⁵, comissões municipais políticas (sete membros efectivos e outros tantos substitutos)¹⁶ e comissões distritais (sete efectivos

¹² *Ibidem*.

¹³ Nas colónias, era adoptada a divisão relativa a concelhos ou circunscrições, distritos e províncias, como estava estabelecido.

¹⁴ *A Lanterna*, 11/8/1923, pp. 3-4.

¹⁵ As comissões de freguesia eram eleitas anualmente, no primeiro domingo de Março, por sufrágio directo dos cidadãos filiados no partido que estivessem domiciliados nas respectivas freguesias. Onde fosse impossível eleger uma comissão, seria nomeado um delegado (com os mesmos poderes) pela Comissão Municipal.

¹⁶ As comissões municipais eram eleitas anualmente, no primeiro domingo de Abril, pelas comissões de freguesia dos respectivos concelhos.

e sete substitutos)¹⁷. O directório, seu órgão de cúpula, tinha sede em Lisboa. Era composto por nove membros efectivos e outros tantos substitutos, eleitos anualmente em congresso¹⁸. Reunia quinzenalmente. Da orgânica do PRR faziam ainda parte a comissão executiva (escolhida entre os membros do directório), a junta consultiva¹⁹ e a comissão de propaganda²⁰.

Os principais núcleos do PRR situavam-se em Lisboa, Porto, Évora, Setúbal, Barreiro, Castelo Branco, Leiria, Viseu, Braga, Barcelos e Viana do Castelo. Em 1925, organizou-se também um núcleo em Vila Nova de Famalicão. O processo, porém, foi conturbado e complexo. No semanário *Estrela do Minho*, António José Ferreira Lima, delegado do directório, convidava os correlegionários famalicenses para uma reunião que teria lugar no Campo Mouzinho de Albuquerque, n.º 63, no dia 26 de Janeiro²¹. Desconhece-se a ordem de trabalhos. Ou até mesmo se a reunião se realizou. De facto, do que se passou nessa data nada se sabe. Há notícia, porém, de que no dia 28 os “radicais” do concelho haviam escolhido uma “comissão municipal política”. Na verdade tratava-se da comissão organizadora, que alegadamente integrava elementos de questionável convicção republicana²². Dela faziam parte Manuel Firmino de Vilhena (presidente), Manuel Ferreira Brandão (tesoureiro), Manuel José Rodrigues e António Maria de Sousa Neves (secretários), José Manuel Teixeira Cadão, Armindo Rodrigues da Silva e Rafael Dias Marques (vogais). Eram todos, fazia questão de sublinhar quem escreveu a notícia, “velhos republicanos, sem ligações ou responsabilidades políticas com monárquicos”²³.

17 As comissões distritais eram eleitas anualmente, no primeiro domingo de Maio, pelas comissões municipais dos respectivos distritos.

18 Os membros efectivos do directório eleitos no primeiro congresso foram os seguintes: José Pinto de Macedo (publicista e lente do Instituto Industrial de Lisboa), Alberto da Veiga Simões (ministro de Portugal em Berlim), João da Câmara Pestana (engenheiro agrónomo), César Procópio de Freitas (senador e capitão de fragata), José Lopes de Oliveira (advogado e professor do Liceu Camões), Alexandre Mourão (coronel de Infantaria), Camilo de Oliveira (professor e jornalista), Albino Vieira da Rocha (lente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa), Arnaldo de Carvalho (industrial). Vd. *Alma Nova*, 5/7/1923, p. 1.

19 Composta por cinco membros efectivos e outros tantos substitutos, a junta consultiva era eleita pelos congressos ordinários do partido. Os membros efectivos, eleitos no primeiro congresso, foram os seguintes: António de Almeida Arez (juiz do Supremo Tribunal de Justiça), Orlando Marçal (advogado), Francisco Xavier Pereira (coronel de Artilharia), António Mendes Barbosa (proprietário), João dos Santos Monteiro (advogado). Vd. *Alma Nova*, 5/7/1923, p. 1.

20 A comissão de propaganda, nomeada pelo directório, era também composta por cinco efectivos e cinco substitutos.

21 *Estrela do Minho*, 25/1/1925, p. 3. O convite (para tratar de assuntos de interesse para o Partido) era datado de 22 de Janeiro.

22 Com data de 1 de Março, o correspondente em Vila Nova de Famalicão do semanário bracaraense *União Radical* dava conta de que os simpatizantes do PRR haviam recebido com agrado a resolução do directório de anular os trabalhos da comissão organizadora deste partido no concelho. As dissidências famalicenses derivavam do facto de nela haver elementos que haviam aplaudido “o Sidonismo e até a Monarquia da Falperra”. Para “purificar” a República, concluiu o dito correspondente, era preciso “afastar a erva daninha que intriga, corrompe e estraga” (*União Radical*, 5/3/1925, p. 8).

23 *Estrela do Minho*, 5/4/1925, p. 2.

As reacções adversas à referida eleição suscitaram a intervenção do directório do PRR. Daí que, com data de 13 de Fevereiro, António José Ferreira Lima assinasse um comunicado dando conta de que esse órgão considerava nulos os actos até então praticados, não reconhecendo a existência da dita comissão. Convidava, pois, os cidadãos que pretendessem filiar-se no PRR a preencherem as propostas que se encontravam com os elementos que haviam sido agregados para constituírem “a comissão organizadora dum novo cadastro”²⁴.

A confusão, obviamente, instalou-se entre os radicais famalicenses. E viria a acentuar-se ainda mais quando, a 1 de Abril, o major Filipe de Sousa (enviado pelo directório do PRR para solucionar os conflitos internos no distrito) deu posse aos elementos da comissão eleita a 28 de Janeiro. Segundo o autor da notícia (que não quis identificar-se, já que assinava “X”), ficava solucionado o conflito no concelho, tendo-se feito “justiça a quem de direito devia ser feita”²⁵.

O optimismo era manifestamente exagerado, já que o conflito persistia, como logo se viu. De facto, a 5 de Abril (dia em que foi publicada a notícia do enigmático autor) realizou-se uma nova votação, agora sim para a comissão municipal. Três dias mais tarde, o directório do PRR, em ofício assinado pelo seu secretário (José de Macedo) e dirigido ao delegado do partido em Vila Nova de Famalicão, comunicava que a eleição fora oficialmente aprovada²⁶.

Os elementos que compunham a comissão municipal do PRR eram os seguintes: Efectivos – Presidente: Joaquim de Carvalho (professor); Tesoureiro: Manuel Joaquim do Vale (proprietário); Secretário: António Maria Pereira (professor); Vogais: António José Ferreira Lima (proprietário); Ernesto Lopes Guimarães (industrial); Mário Barbosa Rodrigues dos Santos (comerciante); José Casimiro da Silva (guarda-livros).

Substitutos – Joaquim Xavier (professor); Domingos José de Carvalho (proprietário); Serafim da Costa Rego (professor); José Pires de Melo (comerciante); Ernesto Gonçalves da Silva (militar – 2.ª sargento); Sabino José da Silva (empregado comercial); Camilo Joaquim da Silva (gráfico)²⁷.

Para além destes dirigentes, eram também divulgados os nomes dos militantes no concelho. O “universo radical” famalicense (segundo o cadastro

24 *Estrela do Minho*, 15/2/1925, p. 3. Os elementos da nova comissão organizadora eram os seguintes: Joaquim de Carvalho, Ernesto Lopes Guimarães, António Maria Pereira, Mário Barbosa Rodrigues dos Santos e José Casimiro da Silva (*Ibidem*).

25 *Estrela do Minho*, 5/4/1925, p. 2.

26 *Estrela do Minho*, 12/4/1925, p. 2.

27 *Ibidem*; *Diário do Povo*, 11/4/1925, p. 4. Nesta lista, que o historiador Amadeu Gonçalves considera “desobediente”, notava-se a presença de nomes que, vindos da Monarquia, se haviam estabelecido “na sociedade famalicense durante a I República”, nomeadamente em “instituições culturais e de solidariedade social”. Nascia em Vila Nova de Famalicão “uma nova geração, conservadora, que irá desembocar no Estado Novo, aqui detendo cargos de responsabilidade” (Gonçalves, 2017: 42).

oficial) englobava 42 indivíduos. Era maioritariamente constituído por proprietários (35,5%), gráficos (11,9%) e professores (9,5%)²⁸.

Decorridos cerca de três meses, o PRR de Vila Nova de Famalicão anunciava ir dar início às acções de propaganda eleitoral no dia 12 de Julho, em S. Cosme do Vale, onde esperava “um acolhimento entusiástico”²⁹. Na imprensa consultada não há notícia de qualquer acção aí realizada. É provável, pois, que não tenha acontecido, já que, no mês seguinte, no primeiro número do semanário *O Minhoto*, que se apresentava como semanário do PRR e era dirigido, secretariado e administrado por três elementos da sua comissão municipal³⁰, divulgavam-se novamente os nomes que dela faziam parte, seguidos da seguinte advertência:

28 Além dos referidos dirigentes, em Abril de 1925 militavam no PRR os seguintes indivíduos: Adelino da Costa Barroso (pedreiro), Afonso de Freitas (lavrador), Alberto Pinto (ferroviário), Alfredo de Araújo Carneiro (empregado comercial), António Ferreira Silva (proprietário), António Gonçalves Branco (gráfico), António José Machado (proprietário), António Lopes da Fonseca (proprietário), António Martins de Araújo (gráfico), António Martins Leite (gráfico), Artur José de Carvalho (proprietário), Augusto César (proprietário), Augusto José Lima (lavrador), Domingos José de Carvalho Júnior (proprietário), Domingos José de Castro (proprietário), Eduardo Augusto Freitas Lage (ferroviário), Ernesto José Correia (gráfico), Francisco Brandão (proprietário), João Pereira Soares (empregado comercial), Joaquim Castro (tintureiro), Joaquim da Silva Castro (oficial de diligências), Joaquim Guimarães (proprietário), José António Monteiro Torres (agrimensor), José de Freitas (proprietário), Manuel da Silva (lavrador), Manuel da Silva Soares (proprietário), Manuel Emílio Moreira (proprietário), Serafim Mendes da Silva (carpinteiro). Vd. *Diário do Povo*, 11/4/1925, p. 4.

29 *Diário do Povo*, 4/7/1925, p. 2

30 Propriedade da comissão municipal do PRR de Vila Nova de Famalicão, o semanário *O Minhoto* tinha como director e editor Joaquim de Carvalho. O secretário de redacção era António Maria e José Casimiro da Silva o administrador. Definindo-se como um órgão de um partido que marcava “pela sua posição na esquerda do regime”, dizia-se “profundamente regionalista”, defensor “à outrance” dos interesses do concelho. Pugnaria “por todas as regalias de carácter social” que melhorassem “as condições de vida do proletariado”, a quem devotava o “maior respeito” e o “máximo carinho” (*O Minhoto*, 19/8/1925, p. 1). Para outras informações sobre este periódico, vd. Faria, 2014: 212-213.

O MINHOTO

SEMANARIO DO PARTIDO REPUBLICANO RADICAL

DIRECTOR E EDITOR:
Joaquim de CarvalhoSECRETARIO DA REDACÇÃO:
Antonio Maria PereiraADMINISTRADOR:
José Casimiro da Silva

PUBLICA-SE A'S QUARTAS-FEIRAS

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
Campo Mesinho de Albuquerque, n.º 8

ASSINATURAS:

Continente — Semestre (série de
20 números) 1500
Colonias — Série de 10 números 750
Pagamento adiantado — Número avulso 80

PUBLICAÇÕES:

ANUNCIOS: Cada linha em cor-
po 8 \$50
Anúncios permanentes, contrato especialPROPRIEDADE
da Comissão Municipal do P. R. R.Composto e impresso na «Tip. Minerva»
Av. Barão de Trovisqueira — Famalicão

SURSUM CORDA!

Ao iniciar a sua publicação O MINHOTO sauda, com fervoroso entusiasmo, todos os sinceros republicanos, sem distinção de partidos, fazendo votos para que, arredando de vez o fervilhar da baixa intriga, todos concorram para o apaziguamento das paixões políticas, gritando connosco, em plena concordancia e íntima solidariedade:

VIVA A REPUBLICA!

SAIBAM QUANTOS . . .

É costume velho que um jornal, no seu primeiro numero, diga para o que vem, diga o que pretende.

Em obediencia, pois, a essa praxe, aqui nos encontramos.

Modesto semanario, como modestos são os seus dirigentes, não pretende este jornal apresentar-se como um orientador da opinião publica, como uma alavanca do progresso, como hoje se diz, em lugar comum.

Não; as intenções deste jornal não vão tão alto. Será, quando muito, uma tribuna onde um grupo de homens ha-de dizer o que sentir, com lealdade, sem olhar a amigos ou inimigos.

Estruturalmente republicano, defenderá intransigentemente a Republica, seguindo a orientação do Partido Republicano Radical, cujo programa perflha, como é obvio.

Não vem para hostilizar os outros partidos republicanos, mas exigirá deles o cumprimento dos seus deveres políticos, castigando inexoravelmente os seus erros, apontando-os à opinião publica, para que os emendem.

Não regateará, contudo, o elogio sincero a todas as medidas que dignifiquem, antes o fará com o entusiasmo de quem põe acima dos interesses partidários, sempre restritos, os supremos interesses da colectividade.

Será, na imprensa local, mais um órgão que à outrance pugnará pelos interesses do concelho: será profundamente regionalista, na aceção honesta deste termo, pondo de parte a politica sempre que isto seja necessario para o progresso deste lindo rincão do Minho.

Órgão dum partido que marca pela sua posição na esquerda do regime, pugnará por todas as regalias de carácter social que melhorarem as condições de vida do proletariado, por quem tem o maior respeito e a quem dedica o maximo carinho.

Definida, assim, a attitude deste jornal, pode a Republica contar com o seu esforço no sentido da sua perfectibilidade e defesa, e o concelho de Famalicão com a sua acção persistente em prol dos seus interesses.

Telefones

Está definitivamente assente a ligação telefonica entre Santo Tirso, Guimarães e Feivem.

As Camaras de Guimarães e Santo Tirso subsidiaram, por emprestimo ao Estado, este grande melhoramento.

Porque o não faz a nossa Camara? Não chegará o seu rendimento para cobrir tão insignificante emprestimo?

Breve voltaremos ao assunto, provando que a Camara não faltam receitas mais que suficientes para este e outros melhoramentos.

OS SINOS

Lasciate ogni speranza, voi chi entrate.
DANTE.

Dobrai, dobrai, ó sinos! que saudade!
Que lembrança trazeis no som dolente
Dos tempos joviais da mocidade
Em que eu vos escutava alegremente!

Morreu o vosso canto, o vosso então
E muitos corações que vi felizes
Repousam nos covais ao abandono
Tendo por confidentes as raizes...

E assim será quando eu morrer também!
— Aquete bronze que hoje me extasia
Ha-de dobrar por mim, enquanto alguém
Ouvir contente a triste melodia...

Esplêndio, VIII—925.

ANTOINE RUBENS.

(Tradução de inglês).

Comissão Política

A Comissão Municipal do Partido Republicano Radical neste concelho é constituída pelos cidadãos e nossos amigos: Joaquim de Carvalho, Mario Barbosa Rodrigues dos Santos, Antonio José Ferreira Lima, Ernesto Lopes Guimarães, José Casimiro da Silva e Antonio Maria Pereira, como vogais efectivos, e Joaquim Xavier, José Pires de Melo, Domingos José de Carvalho, Sabino José da Silva e Serálim da Costa Rego, como vogais suplentes.

Sabemos haver criaturas que se arvoram em membros da Comissão Municipal, sendo certo, porém, que nem sequer são filiaidos no nosso partido; por isso, novamente publicamos aqueles nomes, para que de futuro não haja quem se atreva a usar de um direito que não possui.

PELA CERTA

Ha eleições brevemente.

Não repararam ainda como se trabalha afanosamente nos principios da celebre Avenida?

Homens, mulheres, rapazes, tudo trabalha.

É preciso justificar o pedido dos votinhos aos nossos amigos.

Luz electrica

Pessoas amigas, que antecipaadamente conheceis da data da saída deste jornal, escreve-nos uma carta pedindo-nos, instantaneamente, que não esqueçamos o assunto luz electrica, levantando uma campanha que leve a Empresa e a Camara, mormente esta, a uma resolução definitiva e de maneira a que Famalicão seja iluminada convenientemente, a que tem incontestavel direito, como terra progressiva.

Tem imensa razão o nosso querido amigo, signatario da carta.

Já era intenção nossa levantar essa campanha em prol desse magno problema, porque julgamos de absoluta necessidade que se desvende o misterio ou força oculta que faz com que a Camara não olhe para esse assunto de frente, deixando-se das pallidias das reuniões dos consumidores, como fez, e que, afinal, só vieram demonstrar que ela se entranhava de cócoras perante a Empresa.

Nos proximos numeros trataremos desenvolvadamente do assunto, não o iniciando já por estarmos recolhendo elementos que reputamos indispensaveis para a demonstração da tese que propusemos.

Não perde, pois, o nosso solícito amigo com a demora, verá.

Fig. 2 O Minhoto, 19/8/1925

“Sabemos haver criaturas que se arvoram em membros da comissão municipal, sendo certo, porém, que nem sequer estão filiados no nosso partido; por isso, novamente publicamos aqueles nomes, para que de futuro não haja quem se atreva a usar de um direito que não possui”³¹.

Tendo causado “a alguns assombro e a outros repulsa”³², o semanário *O Minhoto* desligou-se do PRR a partir de 9 de Setembro. Quebrava “as algemas partidárias para melhor interpretar o sentimento de todos os republicanos deste concelho e de todos os famalicenses amantes da sua terra”³³. Como se verá, este “divórcio”, embora oficial, foi mais aparente do que real.

No final de Setembro, as atenções do país começavam a focar-se nas eleições de 8 de Novembro³⁴. No seu manifesto “Ao País”, o directório do PRR retomava e desenvolvia as linhas mestras do seu programa, dedicando-lhe os cinco capítulos a distintos “problemas”: político, económico, social, colonial (“problemas indígenas”) e conjuntural (“problemas transitários”, relativos às estradas, aos tabacos, aos bancos e à pacificação nacional)³⁵.

Em Vila Nova de Famalicão, cujo concelho integrava o círculo n.º 4, com sede em Guimarães³⁶, num editorial dirigido “Ao Eleitorado”, *O Minhoto* considerava que o novo Parlamento seria ainda pior do que o anterior, que “tão desastrosamente” findara. A razão estava à vista de todos: para “satisfazer ambições, interesses particulares, desprezando os sagrados interesses da Nação”, os candidatos às eleições eram os das comissões políticas³⁷. Esta situação só era possível por haver “um eleitorado inconsciente, sem educação cívica, incapaz, portanto, de escolher com isenção os seus representantes”. Conhecedores deste facto, os “mandões da política”, a troco de dinheiro ou de uma qualquer promessa, “alimentam e tripudiam livremente sobre a consciência da Nação inteira”³⁸.

Entretanto, na habitual troca de cadeiras dos períodos pré-eleitorais, tomara posse o novo “delegado do governo”³⁹. Segundo o *Estrela do Minho*,

31 *Ibidem*.

32 *O Minhoto*, 2/9/1925, p. 2.

33 *O Minhoto*, 9/9/1925, p. 1.

34 As eleições foram convocadas pelo Decreto n.º 11094, de 22 de Setembro de 1925.

35 *O Directório do Partido Radical Ao País*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1925. Publicado integralmente no semanário *O Libertador* (edições de 20, 24, 27/9 e 4/10/1925).

36 O círculo n.º 4 integrava os seguintes concelhos: Guimarães, Fafe, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Vila Nova de Famalicão, Vieira do Minho e Terras do Bouro (Lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915).

37 *O Minhoto*, 30/9/1925, p. 1.

38 *Ibidem*. Em finais do mês seguinte, noutra editorial (intitulado “O Descrédito Parlamentar”), este periódico responsabilizava os eleitores pela acção negativa dos Parlamentos do sul da Europa. E tirava esta conclusão: “O Parlamento inglês é a suprema expressão da cultura dum povo; S. Bento é o expoente da ignorância e do ódio” (*O Minhoto*, 28/10/1925, p. 1).

39 Os delegados do governo (com funções não remuneradas) substituíram os administradores de concelho, cujo cargo (remunerado) fora extinto pelo Decreto n.º 9356, de 8 de Janeiro de 1924. Voltou-se a esta tradicional designação, pela Portaria n.º 4529, de 23 de Novembro de 1925.

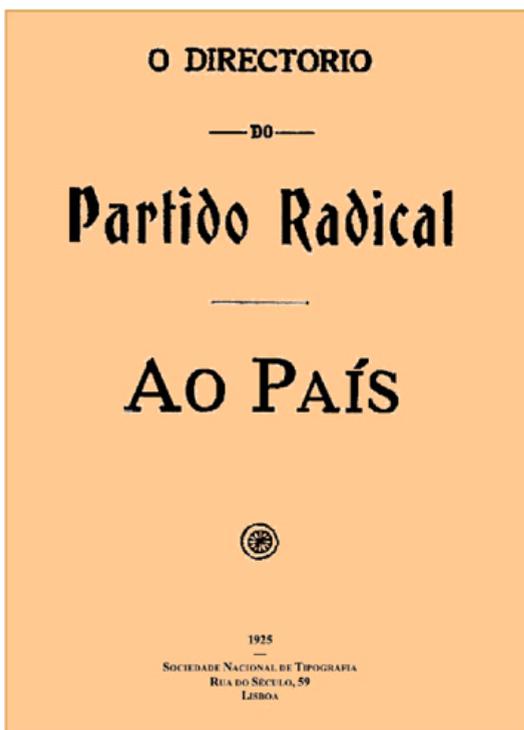


Fig. 4 Manifesto do Partido Radical

Diogo Osório da Cunha Dá Mesquita⁴⁰ vinha “precedido das melhores referências”⁴¹. Que, de facto, não demorou a confirmar. Num gesto de óbvia parcialidade (não há notícia de que o mesmo tenha acontecido com outras forças políticas), convidou alguns elementos do Partido Republicano Português para uma reunião na sede da administração do concelho, “a fim de trocarem impressões acerca do próximo acto eleitoral”. Os “influentes” locais retiraram-se com o firme propósito de trabalharem pelo prestígio do velho partido da propaganda, o que equivale ao triunfo da República”⁴².

Na véspera das eleições, num editorial em que apelava aos famalicenses para irem às urnas, o semanário *O Minhoto* lançava um violento ataque ao PRP e dava público testemunho do seu inequívoco alinhamento com o PRR, ao afirmar:

“O Partido Republicano Radical, nascido do Idealismo daqueles que nunca quiseram participar da *boda lauta* do já histórico e glorioso, mas hoje nocivo e inglório partido Democrático, é o único adentro do regime que teve a altivez de instituir no seu programa a responsabilidade governativa.

40 Diogo Osório da Cunha Dá Mesquita (Aldeia de Santo António, Sabugal, 29/9/1891 – Campo Grande, Lisboa, 14/12/1978). Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra.

41 *Estrela do Minho*, 1/11/1925, p. 1.

42 *Ibidem*.

Há que apurar desmandos!
Há que apurar responsabilidades!
É esta a vontade firme dos seus homens que amanhã se vão submeter
à soberania do teu sufrágio”⁴³.

O manifesto terminava com o incentivo ao voto no candidato radical, Henrique Alberto de Sousa Guerra:

“Votar nele é dar incremento aos sãos princípios da Democracia, contra os desvarios da choldra.

É proporcionar força à Pátria para correr os vendilhões.

É dispensar-lhe braços para a defender dos *sanguessugas* que a rodeiam.

E finalmente votar na República, sim, nesta República linda que a corja tenta prostituir através [d]uma infinidade de descabros e escândalos, encobrindo as responsabilidades as mais tremendas, mas que há-de caminhar triunfante através de tudo, quando a sua vara inabalável de Justiça, transformada em ferrete, baixar em brasa sobre a cabeça dos vampiros e lhes gravar o estigma: *bandidos!*”⁴⁴

Num comentário à grande actividade eleitoral que se verificara no dia 28 de Outubro em Vila Nova de Famalicão, o *Estrela do Minho* afirmou que os chefes políticos locais “andaram numa roda-viva”. Até mesmo o candidato monárquico e os representantes das chamadas “forças económicas”, apesar dos poucos votos que previsivelmente iriam alcançar. É que, concluía o *Estrela do Minho*, “para trás não se anda e para a frente está o futuro, abrindo alas à Democracia triunfante”⁴⁵.

Se os candidatos teriam ou não muitos ou poucos votos nas urnas é coisa que ficou por saber. De facto, em Vila Nova de Famalicão aconteceu um dos fenómenos mais típicos das eleições realizadas durante a Monarquia e a I República, isto é, os famigerados acordos eleitorais entre as diversas forças concorrentes.

Não era, pois, uma situação inédita em Portugal. Daí que, ainda em Setembro, o semanário *O Minhoto* alertasse para essa eventual situação. Em editorial, verberava o “caridoso” estender das mãos dos republicanos aos monárquicos, que o jornal considerava não ser o “caminho a seguir”, sob pena de que o futuro Parlamento se assemelhasse ao que terminara “tão miseravelmente”. Era, pois, necessário que o eleitorado não fosse “o eterno *carneiro*” e escolhesse “homens competentes, honestos e trabalhadores” e não “arrivistas”,

43 *O Minhoto*, 7/11/1925, p. 1.

44 *Ibidem*.

45 *Estrela do Minho*, 1/11/1925, p. 2.

O MINHOTO

SEMANARIO REPUBLICANO



DIRECTOR E EDITOR:

Joaquim de Carvalho

SECRETARIO DA REDACÇÃO:

Antonio Maria Pereira

ADMINISTRADOR:

José Casimiro da Silva

PUBLICA-SE A'S QUARTAS-FEIRAS

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
Campo Mouzinho de Albuquerque, n.º 8

ASSINATURAS:

Continente — Semestre 7\$50
Colónias — Série de 10 números 7\$50
Pagamento adiantado — Numero avulso 2\$30

PUBLICAÇÕES:

ANUNCIOS: Cada linha em cor-
po 8 \$50
Anuncios permanentes, contrato especial

PROPRIEDADE

da Empresa "O MINHOTO"

Compuesto e impresso na «Tip. Minerva»
Av. Barão de Frouqueira — Famalicão

A'S URNAS!

Povo de Famalicão, ás urnas! E' chegado o momento de mostrares ao Paiz o absolutismo dos teus direitos politicos e a tua soberania nacional.

Alheares-te da luta, seria uma traição de lesa-Patria. Povo! Para que não tenhas um dia de correr os vendilhões que no momento se apresentam ao teu sufragio, cinicamente encobertos com o rotulo duma democracia que nunca sentiram, e de cujo termo abusaram; para não correres um dia, repetimos, essa cafla de aventureiros que vão ser a vergonha de Portugal aos olhos cubicos dos estrangeiros que nos vigiam, tu, Povo, para cuja soberania apelamos, quebra altivamente o jogo dos influentes da tua consciencia, daqueles que te prometem um mundo em troca do voto, erguendo a tua fronte alta e dizendo:

— Não!... Pagar-te-hei favores com favores, mas não tolero que manietes os meus direitos de cidadão, submetendo a minha consciencia ao capricho volubel das tuas variações politicas! Demais, vens-me pregando uma democracia soberba, sempre que precisas do meu voto e, francamente, através essa Democracia que tu tanto bemdizes e idolatras, em só vejo enxovalhada a soberania com que me distinguem apenas neste momento, só vejo descalabros e escandalos, ruínas e desvergonhas, injustiças, falta de pudor e muito pouca honradez!

— Não! Isso que tu me vens pregando não é uma Democracia, é uma chuchadeira!

Tens interesses ligados e não queres renegar; pois bem, renego-a eu, e renego-a com o direito absoluto da minha soberania de *verdad*.

Quero Liberdade, e isso que tanto pregais tem sido a clausura do pensamento humano!

Com o coração, já que favores te devo, pagar-teos-hei; a cabeça não ta devo; é tempo de acabar a lenda, e com a mesma gratidão com que reconheço as tuas gentilezas, com o mesmo entusiasmo e alma combatarei as tuas ideias!

O Partido Republicano Radical, nascido do Idealismo daqueles que nunca quiseram compartilhar da *bóda lauda* do já historico e glorioso, mas hoje nocivo e inglorio partido Democrático, é o unico adentro do regime que teve a altivez de instituir no seu programa a responsabilidade governativa.

Ha que apurar desmandos!
Ha que apurar responsabilidades!

E' esta a vontade firme dos seus homens que amanhã se vão submeter á soberania do teu sufragio.

E' candidato por este circulo um bravo soldado de Africa, e antigo governador da Guiné, aonde, á força do seu trabalho, intelligencia e sã administração, deixou profundamente vincado o seu nome.

E' o

Capitão Henrique Alberto de Sousa Guerra!

Votar nele é dar incremento aos sãos principios da Democracia, contra os desvarios da choldra.

E' proporcionar força á Patria para correr os vendilhões.

E' dispensar-lhe braços para a defender dos *sanguessugos* que a rodeiam.

E finalmente votar na Republica, sim, nesta Republica linda que a corja tenta prostituir através uma infinidade de mais tremendas, mas que ha-de caminhar triunfante através de tudo, quando a sua vara inabalavel de Justiça, transformada em ferrete, baixar em brasa sobre a cabeça dos vampiros, e lhes gravar o estigma: *bandidos!*

Rosalmiro.

Basta!

Continua o fervilhar da baixa intriga, da insidia.

No momento actual da galopianagem eleitoral tem-se descido a tudo. Criaturas que, pela sua posição social, nos deviam merecer um certo respeito, teem vasculhado na linguagem das alforjas os termos mais depreciativos para nos atacarem.

Estamos mancomunados com monarquicos, dizem alguns, fazendo acompanhar esta afirmação com os insultos mais leres.

Estamos fazendo uma politica de represalias entre republicanos, afirmam outros, usando o mesmo rosario de insultos.

Que baixeza moral!
Qual tem sido, porém, a nossa attitude politica?

Temos discordado da orientação seguida na administração municipal, no uso dum direito?

Seremos, porventura, obrigados a concordar com os actos e opiniões de toda a gente, pelo simples facto de serem republicanos ou anterepublicanos como tal?

Não; não sabemos vergar a nossa consciencia na defesa de interesses que não sejam guiados por um ideal de Justiça. E no ataque que temos feito á vereação municipal só nos guia um ideal: a Justiça.

Somos republicanos inefectivos e, por isso mesmo, nós queremos que a administração camarária seja de molde a prestigiar as instituições.

Pouco nos importa que nas cadeiras municipais se sentem os partidos A. ou B.

O que desejamos, o que pretendemos e exigimos, até é que esses lugares sejam ocupados por criaturas que, estruturalmente republicanas, saibam bem administrar este concelho, conduzindo-o para uma situação melhor, transformando esta linda vila de maneira que se não possam apontar aos homens de amanhã os erros e desleixos que se apontam aos homens que hoje estão de posse dos lugares de camaristas.

Queremos que os homens que amanhã hão-de ser vereadores — não nos importa nomes — sejam profundamente baírristas e, além disso, republicanos.

Mas republicanos na acção nobilissima do vocabulo.

Sociedade

Pelo ex.º sr. Paulo Brando Peixoto, socio-gerente da concluída firma Brandão & C.ª, de Vila Nova de Famalicão, foi pedida para o sr. Paulo Rodrigues Moreira, zeloso e intelligente empregado da importante firma J. de Araújo & C.ª, de Famalicão, a mão da ex.ª sr.ª D. Ester de Deus Real, simpática filha do ex.º sr. Jaime Augusto de Deus Real, de Barcelos.

Precedendo a cerimonia, que foi estruturalmente íntima, serviu-se um delicioso copo de agua.

O enlace deve realizar-se brevemente.

Ho eleitorado

Cuidado, eleitores! Não vos deixeis enlevar pelo conto da falsa sercia democratica, pelo homem e seus sequezas que hoje vos rodeia, vos aperta a mão como um amigo sincero, e que amanhã vos critica asperamente, vos descoñece, zombando e rido da vossa innocencia.

Cuidado, eleitores! Não acrediteis no seu sorriso, nos seus falsos segredinhos, pois amanhã sereis forçados a malizar a vossa consciencia, arrependendo-vos do erro que comestes — mas infelizmente já tarde, — do mal que praticastes, elegeudo homens que só tratam de si, criaturas que só se servem da politica para seu beneficio, aumentando os seus proventos, em prejuizo dos interesses do nosso concelho, da nossa terra, tão linda como outra não ha.

Cuidado, eleitores! Consultai a vossa consciencia, a vossa razão, e exercici altivamente, sem receio das ameaças, das perseguições, o vosso direito de voto mais digno, mais sagrado.

que vos mereçam confiança, que tenham qualidades de trabalho e amigas a valer do nosso bem-estar, e correi os falsos amigos, os vendilhões do nosso torção querido, aqueles que amanhã vos desprezam, vos requelem, vos apoitam como a cães vadios.

Cuidado eleitores com a lista que vos apresentarem! Lêde-a bem antes de a lançardes na urna, não vão eies iludir-vos a consciencia.

Os trucs, as artimanhas eleitorais que hão-de empregar serão tantas que, se não estiverdes de atalala firmes no vosso proposito, sereis ludibriados, extorquidos do vosso direito sacrosanto.

A' urna pelos homens de bem!

Parvoice

Na sexta-feira passada correu nesta vila o boato de que no cemiterio tinha aparecido um grande bicho de cabelos estendidos pelo costado.

A affluencia de povo foi enorme e, embasbacado, vinha berrando contra o autor de tal falsidade, pois não era nenhum lobisomem, nem nenhuma alma do outro mundo o que acabavam de ver, mas sim um lagarto, bicharico vulgar e por todos muito conhecido.

Lagartos trazia esta gentinha no cerebro, como lagartos e saramelas trazem os sts. democraticos que confundem *O Minhoto* jornal com alguma agua ou, á certa, com aves agóticas denunciadoras de grandes desgraças.

E' assim mesmo. *O Minhoto* denuncia-lhes para as proximas eleições a derrocada do grupo que até hoje tem sido o senhor de tudo isto, apesar da má administração que tem feito.

Arde-lhes? E' pimenta...

que apenas pretendiam “viver à custa da política por processos impróprios duma Democracia”⁴⁶.

Posição contrária era também a do semanário monárquico *A Paz*, que considerava os acordos “imorais e desprestigiantes para o sistema constitucional”. Admitia, porém, uma excepção: para um acordo “digno e patriótico”, que contemplasse “a união de *todas as forças conservadoras*, para uma luta, leal mas sem tréguas, junto das urnas, com os elementos *avançados*”⁴⁷.

No dia da eleição, o *Estrela do Minho* (que desde meados de Outubro vinha patrocinando a candidatura do democrático Gaspar Ribeiro Vilas⁴⁸) dava conta de que a luta estava “renhida”. O que não estava certo era que alguns grupos republicanos, para passar à frente de outros em número de mandatos parlamentares, fizessem acordos com os monárquicos, situação que não podia admitir-se, por ser “deprimente para a República”. Mas desses “híbridos conluos” seriam “quási nulos os resultados eleitorais”⁴⁹.

Esta conclusão tem obviamente a “vantagem” de não poder ser confirmada nem desmentida, já que, em boa verdade, no círculo n.º 4 houve acordos concelhios. O estabelecido em Vila Nova de Famalicão foi assinado na véspera da eleição. No dia seguinte era divulgado em pormenor pelo diário lisboeta *O Século*⁵⁰.

Contados os votos, o PRP venceu no país com maioria absoluta. Nenhum dos candidatos do PRR foi eleito. O que não obstou a que, face aos alegados 30 mil votos que este partido havia obtido no continente e ilhas, um periódico seu se referisse ao resultado como “a maior das vitórias”⁵¹.

46 *O Minho*, 23/9/1925, p. 1.

47 *A Paz*, 8/11/1925, p. 1.

48 Considerando não ser possível a eleição de um famalicense, o *Estrela do Minho* manifestava o seu apoio ao vimaranense Gaspar Ribeiro Vilas, coronel do Estado Maior, então em serviço no ministério da Guerra. Tratando-se de um “cavalheiro muito activo e sabedor, muito estimado em Famalicão”, com quem o concelho podia contar, o jornal juntou a sua voz a outras vozes para que o directório do PRP o apresentasse como candidato pelo círculo de Guimarães (*Estrela do Minho*, 18/10/1925, p. 1).

49 *Estrela do Minho*, 8/11/1925, p. 2. Este semanário já se havia referido anteriormente aos acordos, afirmando ser no período eleitoral que melhor se punha “à prova a falta de carácter”, já que, “para conseguir o fim desejado, em regra não se olha aos meios empregues”. Daí os “conluos amistosos entre inimigos irreconciliáveis”, em que se davam as mãos “católicos com livres-pensadores, sectários do azul e branco com o verde rubro” (*Estrela do Minho*, 25/10/1925, p. 1).

50 *O Século*, 8/11/1925, p. 2. Os números divulgados não correspondem inteiramente aos que constam das actas aprovadas pela comissão parlamentar de Verificação de Poderes. De facto, segundo *O Século*, o candidato nacionalista iria receber 1500 votos; na acta oficial surgem apenas 1470 votos. O candidato radical deveria ter 700 votos mas só lhe foram contabilizados 601. Aos candidatos da União dos Interesses Económicos e da Causa Monárquica foram prometidos 700 votos e 600 votos; porém, só receberam (respectivamente) 550 e 580 votos.

51 *Renovação*, 17/11/1925, p. 1. Mais realista do que este semanário de Coimbra, um periódico lisboeta do PRR considerou o resultado uma “vitória moral” (*O Libertador*, 21/11/1925, p. 2).

No círculo n.º 4, as maiorias foram também para os democráticos⁵². A minoria coube aos nacionalistas⁵³. Com 2137 votos no total do círculo, o candidato do PRR, Henrique de Sousa Guerra⁵⁴, falhou a eleição, posicionando-se em 6.º lugar. Com votação bem superior (4510 votos), mas igualmente não eleito, ficou Diogo Pacheco Amorim, candidato do Centro Católico Português. O democrático Gaspar Ribeiro Vilas teve um resultado decepcionante (1349 votos). No acordo estabelecido em Vila Nova de Famalicão foi fortemente prejudicado⁵⁵. Os 2000 votos, que supostamente lhe deveriam ter sido atribuídos, foram para Luís da Costa Amorim, cuja candidatura nem sequer havia sido sancionada pelo directório do PRP⁵⁶ (Queiroz, 2009: 279).

Sobre os resultados, *O Minhoto* nada disse. E poucos foram os comentários do *Estrela do Minho*, que, em substância, se limitou a dizer que representavam “o triunfo iniludível da República”. Quanto ao monárquico *A Paz*, voltou novamente o seu foco para o famigerado acordo. Em editorial, intitulado “A vergonha dos políticos ou os políticos sem vergonha”, dizia:

“O que se acaba de passar neste desgraçado país no capítulo das eleições é de tal maneira vergonhoso e baixo, que supomos estar na derradeira hora o regímen que de tais vergonhas lança mão. Nunca uma donzela de 15 anos, como esta República, chegou a tal grau de prostituição e torpeza.

Guerreou-se a monarquia porque a monarquia cometia erros e as eleições não eram expressão da vontade popular. E nos comícios gritou-se ao povo que ele era soberano e que em regímen republicano – o governo do povo pelo povo – esse povo é que livremente escolheria os seus delegados e os seus governantes.

E aqui, como em muitas outras terras, meia dúzia de criaturas, reunidas na administração do concelho, pegou num papel e num lápis, e em face do número de eleitores inscritos, escreveu: tantos para nós, tantos para vocês, tantos para aqueles e tantos para aqueles outros. Nem sequer houve este rudimentar cuidado de deixar alguns votos de fora a fingir de abstencionistas. Nunca, em nenhuma eleição, deixou de haver abstenções. Só em Famalicão é que não. Não faltou ninguém. Não estava nesse dia um eleitor doente. Não se ausentou ninguém das suas terras. Não houve um só indiferente, nem um

52 Pelo Partido Republicano Português foram eleitos Mariano da Rocha Felgueiras, Maximino de Matos e Luís da Costa Amorim.

53 Pelo Partido Republicano Nacionalista foi eleito Artur Brandão.

54 Oficial do Exército (capitão de Infantaria). Nasceu em Lisboa, da relação extra-conjugal de Henrique de Macedo Pereira Coutinho e Maria do Nascimento dos Santos Guerra.

55 O dirigente democrático Daniel Rodrigues atribui o insucesso eleitoral de Gaspar Ribeiro Vilas a “uma trapaça indecente, tramada pelo pessoal do gabinete de Domingos Pereira” (então presidente do Ministério) em que estiveram também envolvidos o deputado vimaranense Mariano Felgueiras e Hernâni de Magalhães, presidente da Câmara e administrador do concelho de Vieira do Minho (Rodrigues, 1990: 173).

56 Apesar de ter sido também eleito pelo círculo de Chaves, Luís da Costa Amorim optou pelo círculo de Guimarães.

Fig. 6 Henrique de Sousa Guerra



único com o nome trocado. Nada. Tudo votou – tudo – sem uma lista, sem uma chamada, sem uma presença. [...]

Acabem, senhores, com este espectáculo vergonhoso. Nunca mais eleições que são uma mentira – porque só é eleito quem não tiver votos, porque só é eleito quem o governo quer.

Vergonha! Vergonha! Vergonha!”⁵⁷

As eleições deixaram o país praticamente na mesma. Face à hostilidade a que o PRP (principal sustentáculo do regime) continuou a ser sujeito, não foi difícil perceber que a grave crise político-social que o país vivia dificilmente poderia ter uma solução constitucional. A renúncia do Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes, em 10 de Dezembro, foi disso mesmo sinal bem evidente⁵⁸. Aos olhos da opinião pública, a intervenção do Exército era apenas uma questão de tempo. Assim foi.

⁵⁷ *A Paz*, 21/11/1925, p. 1.

⁵⁸ No dia seguinte, no Parlamento, Bernardino Machado seria eleito Presidente da República.

Estrela da Manhã

Semanário Regionalista, Literário, Desportivo e Noticioso

(AVENÇADO)

ASSINATURAS: Por semestre (Continente), 40\$; anual, 70\$; Províncias Ultr. Port., ano, 50\$; Brasil, ano, 90\$; Estrangeiro, 100\$. PAGAMENTO ADIANTADO
 ANÚNCIOS: Oficiais, linha, 4000 — Comunicados e outros, 2850 — Série, preços convencionais — Linotipo tipo corpo 8 — Largura de linha, 45 milímetros

N.º 591

Proprietário, Director e Editor — JOSE CASIMIRO DA SILVA
 Redacção, Administração e Oficinas — CENTRO GRÁFICO DE FAMILIGIO
 Avenida Barão de Tróvisqueira, 327 — Telefons 23304
 VILA NOVA DE FAMILIGIO

Braga, onde há 45 anos eclodiu o «28 de Maio» vai comemorar com brilho o patriótico movimento

Reencontrado Portugal nos seus altos destinos, mercê da Revolução Nacional do 28 de Maio, vai Braga comemorar com o brilho e a grandeza que a efeméride justifica, o 45.º aniversário do histórico movimento.

Como já anunciamos, a comissão promotora, a que se digna presidir o Governador Civil, Sr. Comendador António Maria Santos da Cunha, é composta pelas seguintes individualidades: Eng.º Alberto José do Vale Rego Amorim, Presidente da Câmara Municipal de Braga, em representação de todos os municípios do distrito; coronel João de Sousa Machado, comandante militar de

Braga; Dr. Teotónio Rebelo Teixeira de Andrade e Castro, presidente da Junta Distrital; Dr. José Mário Machado Ruivo, presidente da Comissão Distrital da Acção Nacional Popular; tenente-coronel Rui Vasques de Mendonça, comandante distrital da Legião Portuguesa; e Dr. Agostinho de Sousa Guimarães Pestana, delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

As comemorações, como noticiamos, iniciam-se no dia 29 de Maio (sábado) à noite, com uma sessão comemorativa no salão medieval da Biblioteca Pública de Braga e a qual estarão presentes altas figuras

(Continua na 2.ª página)

A «Medalha de Ouro da cidade de Lisboa» para o Cardeal Cerejeira

A Câmara Municipal de Lisboa, na sua reunião de quarta-feira, atribuiu a Sua Eminência Reverendíssima o Sr. Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira, a «Medalha de Ouro da Cidade».

Jornal da terra do ilustre e venerando purpurado não poderia Estrela da Manhã deixar de partilhar do júbilo que tão alta e merecida distinção trouxe a toda a comunidade cristã portuguesa, orgulhosa, como no texto da proposta se lê, da «orientação serena e firme do prestígio Príncipe da Igreja».

Onde pára a Comissão das Festas a Santa Catarina?

Com o nosso Director ausente, recebemos a seguinte carta:

Meu prezado amigo Sr. José Casimiro:

Nós, e muitos mais Calendarenses com quem nestes últimos dias temos falado, estranhámos o seu silêncio relativamente às Festas a Santa Catarina, sabendo-se que o meu bom amigo é considerado por todos nós o maior impulsor desta velha romaria. Estamos, como vê, a pouco mais de um mês da data da sua realização, e ainda não se vislumbram sequer os primei-

ros passos para essas Festas, que não, sem dúvida nenhuma, as únicas de Vila Nova, já que, ingloriamente, deixaram emorruar as que se realizaram na sede do Concelho.

Diz-se que a Comissão que tão laudavelmente as realizou no ano passado, não apresentou detalhadamente as contas respectivas, embora o tivesse feito em resumo, como era habitual, e daí, um mal-entendido

(Continua na 7.ª página)

O Dia da Acção Católica

Celebra-se no próximo dia 30, Domingo de Pentecostes, o dia da Acção Católica Portuguesa.

Como é do conhecimento comum, trata-se de um movimento de leigos que procuram tornar real e activa a presença espiritual do Cristianismo no Mundo, em colaboração com os seus Bispos.

Tendo uma história já longa e tendo prestado apreciáveis serviços à causa da Igreja de Cristo em Portugal, atravessa neste momento um processo de actualização, a concluir brevemente, com que opera sobre uma maior vitalidade, mais adequada ao mundo de hoje e ao nosso País.

Num momento em que a perturbação atinge o espírito de tantas pessoas, não seria demais esperar dos que são católicos a sua atenção, a sua oração e a sua generosidade, para com tão importante meio de apostolado.

(CONTINUA NA 5.ª PÁGINA)

APERITIVOS DEPORTE (DO «RING» E DO «STAND»)

por SÉRGIO DARQUE

Dizia-me outro dia um amigo que o patriotismo não é uma palavra oca. Tem o seu carácter insofismável, o seu conteúdo sentimental no espírito humano, sem prejuízo do que o homem civilizado deve à fraternidade geral e à evolução da espécie. Ainda agora tive ocasião de sentir no desenrolar das competições desportivas realizadas em Lisboa. Assim, também o

(Continua na 7.ª página)

bairrismo tem uma expressão idêntica, e não significa, longe disso, que se aconselhe voltar a cara ao vizinho por se pretender fazer melhor, sobressair, o que é próprio da condição e desejo de aperfeiçoamento.

Ante a imagem transmitida pela Televisão lá estivemos a observar e a sofrer os lances do jogo, e como era quase matemática a solução favorável desse problema, isto é, a vitória nacional frente ao adversário, não havia sombras

(CONTINUA NA 5.ª PÁGINA)

A nossa Banda de Música

Composta por 36 executantes, a excelente Banda de Música de Famaligio apresentou-se na Feira Grande com novo e elegante fardamento, facto que não passou despercebido à população que lhe dispensou um cordial e carinhoso aceno de simpatia.

Trinta e seis fardas, de uma assentada, representam para a sua devotada Direcção um

enorme sacrifício financeiro, aliás exigido pela dignidade que uma apresentação correcta imprime ao próprio executante e concomitantemente à Banda e à Terra que ela serve e prestigia, tanto mais que o seu repertório é já vasto e a sua afinação perfeita, em nada desmerecendo das suas congéneres, pois tanto directores como



Banda de Música de Famaligio

Rebelo Mesquita

A sua crónica de Paris inserta no último número de o Jornal de Famaligio, diz-nos da disposição de espírito daquele nosso prezado camarada e vigoroso director daquele nosso prezado confrade convido-nos, ao mesmo tempo os episódios relacionados com a sua doença.

Todos rejubilamos com o seu reaparecimento nas colunas de o Jornal de Famaligio, sinal, evidente, da sua franca recuperação e da inquebrantabilidade do seu espírito. Votos pelo seu pronto regresso.

ACERCA DO «28 de Maio» Subsídios para a sua história

Quarenta e quatro anos volvidos sobre a revolução do «28 de Maio», poucos serão aqueles que recordam hoje os seus antecedentes (o clima político que se vivia); os curiosos episódios do movimento; o modo como o governo pretendeu jugulá-lo e a célebre marcha sobre Lisboa culminada com o triunvirato.

Era muito jovem a República que oito anos antes fizera uma demonstração da sua força e da unidade da Nação à sua volta, na 1.ª Grande Guerra, batendo-se no Ultramar e na

(CONTINUA NA 2.ª PÁGINA)

Fig. 8 Estrela da Manhã, 22/5/1971

A conspiração que desembocou no golpe militar de 28 de Maio de 1926 teve um carácter plural, envolvendo a generalidade dos partidos (com a óbvia excepção do PRP). O Partido Republicano Radical, cujos dirigentes se dividiam entre a via constitucional e a via revolucionária, também esteve envolvido na conspiração. Um dos seus dirigentes, Martins Júnior (director do jornal *O Libertador*), fora, aliás, um dos cabecilhas da chamada Revolta de Almada, que eclodira, sem sucesso, a 2 de Fevereiro de 1926. No dia seguinte, delegados do comité revolucionário radical propuseram um acordo ao comité conservador (que também conspirava para derrubar o governo liderado pelo democrático António Maria da Silva). Das conversações entre ambos os comités resultou um acordo à volta de um programa mínimo⁵⁹.

Não cabe aqui, evidentemente, esmiuçar os contornos conspirativos do 28 de Maio, que foram complexos e de composição heterogénea. É de salientar, porém, que o general Gomes da Costa, que chefiou o levantamento militar a partir de Braga, aderira ao PRR em finais de Outubro de 1925 (Madeira, 2002: 145). E fora candidato por este partido nas eleições do mês seguinte⁶⁰. É conhecida a sua presença em Vila Nova de Famalicão, em 26 de Maio, quando o golpe militar estava já em marcha acelerada, bem como a colaboração que então lhe foi aqui prestada, nomeadamente por José Casimiro da Silva⁶¹, membro da comissão municipal do PRR⁶².

O tempo que decorreu desde o 28 de Maio de 1926 até aos confrontos sangrentos que enlutaram o país, em Fevereiro de 1927, foi definido pelo republicano minhoto Eduardo Cerqueira Machado Cruz como “nove meses de intrigas, entre os vencedores, manejadas, da sombra, pela reacção clerical que espreitava o ensejo de dar o salto; nove meses de incompetência governativa, de improvisação administrativa, feita por militares arrancados ao seu meio natural, para o desempenho de todos os cargos públicos; nove meses de gestação do primeiro movimento constitucional – a revolta do Porto de 3 de Fevereiro de 1927 –, que foi também a primeira reacção enérgica contra o fascismo incipiente” (Cruz, 1985: 70).

59 *O Radical*, 7/6/1926, p. 2.

60 Nas eleições de 1925, o general Gomes da Costa foi candidato (não eleito) nos círculos de Lisboa Oriental (762 votos) e Évora (269 votos). No círculo de Chaves recebeu 26 votos. Vd. Arquivo Histórico-Parlamentar, Secção IX, Caixas n.ºs 438, 448 e 409 (respectivamente).

61 José Casimiro da Silva (Calendário, Vila Nova de Famalicão, 29/5/1901 – 22/3/1983), foi administrador do semanário *O Minhoto*; director dos semanários *Estrela do Minho* e *Estrela da Manhã*; correspondente do *Diário Popular*; fundador do Centro Gráfico de Famalicão.

62 Segundo José Casimiro da Silva, a comissão municipal do PRR era então constituída pelos seguintes elementos: José de Freitas (Tenente da Armada), António Maria Pereira (professor), António Alves de Pinho (comerciante), António José Ferreira Lima (africanista), Mário Barbosa (guarda-livros do Centro Industrial do Minho) e o próprio José Casimiro da Silva (então funcionário da firma J. d’Araújo & C.ª). Vd. *Estrela da Manhã*. 22/5/1971, p. 2. A composição (mesmo sem os substitutos) está incompleta, pois falta um nome aos efectivos.

Em consequência dessa revolta (replicada, também sem sucesso, em Lisboa⁶³), inúmeros opositoristas ao governo da Ditadura Militar (civis e militares) foram sujeitos à prisão e ao exílio. Organizaram-se, porém, redes clandestinas que iriam pôr em contacto os que se encontravam dentro e fora de Portugal. Outras revoltas rebentariam. Mas sempre sem sucesso: 20 de Julho de 1928 (Revolta do Castelo); Abril-Maio de 1931 (Revolta das Ilhas); 26 de Agosto de 1931. Esta última foi uma espécie de “canto do cisne” do chamado “Reviralhismo” (Farinha, 1998: 171-197). Com ela morreria a ilusão de todos quantos – crentes na promessa governamental de que em breve se realizariam novas eleições – haviam participado na organização da Aliança Republicano-Socialista (ARS), formação de carácter unitário constituída no interior do país em meados de 1931⁶⁴. Em Vila Nova de Famalicão, a comissão municipal da ARS integrava os seguintes elementos: Carlos Bacelar (Partido Republicano Português), João Machado da Silva (Partido Republicano Nacionalista), Joaquim Dias de Sá (União Liberal Republicana), José de Freitas (Partido Republicano Radical) e António Lopes da Cunha (Partido Republicano da Esquerda Democrática)⁶⁵.

A partir do 26 de Agosto de 1931, o governo tomou várias medidas no sentido de se precaver contra ameaças futuras. Uma delas, de âmbito político, foi a institucionalização da União Nacional. A ideia de a constituir germinara desde cedo entre os vencedores do 28 de Maio. De forma clara, Albino Vieira da Rocha (ex-dirigente radical) concretizava deste modo os desígnios da organização a que aderiu: “A União Nacional não é um partido político mas apenas o modo prático da realização da finalidade da última revolução”⁶⁶.

Embora tenham sido avançados outras designações, o nome ficara definitivamente estabelecido em 1930. Os seus estatutos, porém, só seriam aprovados em 1932⁶⁷. O fim formal dos partidos constitucionais acabaria por ser uma inevitabilidade face ao disposto no capítulo III, artigo 26.º, dos referidos estatutos, onde se lia que a União Nacional era “incompatível com o espírito de

63 No Porto, a revolta prolongou-se até 5 de Fevereiro; em Lisboa, começou a 7 e terminou a 9 de Fevereiro.

64 O directório da Aliança Republicano-Socialista tinha a seguinte composição: Adriano António Crispiniano da Fonseca (Partido Republicano da Esquerda Democrática, Amílcar Ramada Curto (Partido Socialista Português), António de Almeida Arez (Partido Republicano Radical), José Mendes Cabeçadas Júnior (União Liberal Republicana), José Mendes Ribeiro Norton de Matos (Partido Republicano Português), Maurício Costa (Acção Republicana), Tito Augusto de Morais (Partido Republicano Nacionalista), Mário de Azevedo Gomes (*Seara Nova*), Carlos Belo de Morais (Independente), José Francisco de Azevedo e Silva (Independente) e Mário de Castro (representante da “nova geração”).

65 *Estrela do Minho*, 21/6/1931, p. 1.

66 *A Tarde*, 6/7/1926, p. 4.

67 Os estatutos da União Nacional foram aprovados em 1932, pelo Decreto n.º 21608, de 20 de Agosto, alterado pelo Decreto n.º 21859, de 12 de Novembro do mesmo ano e pela Portaria n.º 7909, de 30 de Outubro de 1934, modificada pela Portaria n.º 9016, de 13 de Junho de 1938.

Este numero
Inf. Estado
pelo costume

Estrela do Minho

Folha Republicana, Regionalista, Literaria e Noticias

Fundador, proprietario e administrador—MANUEL PINTO DE SOUSA

Director e editor—JOSÉ CASIMIRO DA SILVA

N.º 1888

PUBLICA-SE AOS DOMINGOS

86.º ANO

Vila Nova de Famalicão, 21 de Junho de 1931

UM DOS JORNALS MAIS ANTIGOS DO DISTRITO E O DE MAIOR EXPANSÃO E ASSINATURA NO CONCELHO

Vida Política

Devido pelas actividades competentes o requerimento de conselho local do Freixo Uniao dos partidos da Republica e que faziam referencia ao presente assumto, realicou-se a seguinte reunião entre os elementos partidarios e independentes do Regiao, que decorreu no acto do maior entusiasmo e não menor elevação.

A nota interessante e significativa desta reunião foi dada, logo no principio, pelo republicano da aldea, por esse grande simples mas tão hábil cinco anos arreda da politica e que, no momento em que muitos se mostram alienados da vida do Regiao, os demarcados partidarios, o pendo não da indiferença, se apressa a compreender os seus direitos e a sua parte Regiao no campo da legalidade.

Menos um só descreta, sem um desfechoamento actual!

Pelo contrario, em estantes não são a condicão!

Uma condicão a ser feita no distrito da Pina e da Republica.

Fove admiravel, o sono para humilde das almas!

Vegado de não se mais rode e se mais extenuado das fadas, ele sabe como se trata outro compreender a grandeza dos seus deveres civicos.

Já se encontram organizados os Comités porquês do Freixo Uniao, na sua hegemonia de honra e de todos os laços da uniao de grande entusiasmo e respectivo trabalho civico.

Encantado em demerção e a festa de frequencia de Santa Helena de Vila Nova de Famalicão e sua associacão de respeito a organizacão do respectivo reconhecimento, o Conselho local do Freixo Uniao, pelo presidente da Socio Administrativa do Caminho Municipal, que preside tratar desde já da grande festa de não se mais extenuado do reconhecimento.

havendo alguma devida sobre a lei eleitoral, podem os interessados dirigir-se directamente ao Alvará Republicano, que não os seguintes: Sr. Carlos Soares, João Machado da Silva e Joaquim Dias de Sá, respectivo de Marçal José de Freitas e João Lopes da Cunha, delegados respectivamente do Partido Republicano, da Uniao Uniao Liberal Republicana, Radical e Republica Democrática.

Comedia internacional

(Em 2 actos)

PERSONAGENS:

Austria
Alemanha
Inglaterra
França

PRIMEIRO ACTO

AUSTRIA (desanimado) — As velhucas não comem a pátria!
São manhosas como raposas!
Por mais que se lhe deite a isca, não ha diabo que as faça parar!

ALEMANHA (fando brado) — Ah! o nosso diabo, o nosso querido anão é capaz de naufraga!

AUSTRIA (correndo se puchos empunçados) — Aquela França! Aquela França! Ainda se há de arremper quando se está no picepo as tuas garras leoninas...

AUSTRIA — Qual?...
ALEMANHA — Jogando os cordeiros com a Inglaterra.

Ela julga-se muito fina, mas move-se e deixa-se enganar facilmente. E depois, se nada conseguirmos, também nada se perde com a levatua. Vai-me preparar as malas... Mas, antes disso, escauta-me: *confidencial!* Logo que lá chego, principiarei pelas cortesias. Depois, exporei-lhe as nossas pretensões e o maximo sentimento... Fogo de artifício, como é de ver... assim como quem não quer a coisa, deitello o barro, com arte, com pericia...

Tome-me humilde por interesse, é claro... Que tu bem sabes que o meu maior regato era expostar-lhe na sua real assento quatro pontapos hum dardos. Reflexo-me agora, é certo; mas no futuro tingar-me hei, porque maior há-de ser a hostilidade...

AUSTRIA (com desidia) — E ela apunhará o péso á urina!...

ALEMANHA — Se for bom deitado, oíd que apunha...

A questão é sabê-lo deitar.

AUSTRIA — Para isso namrá te faltou jeito. Vai, boa viagem, muitas felicidades e feliz regresso.

SEBUNDO ACTO

(Pouso-se em Chocera)

ALEMANHA (fado dobrado com um chinelo) — Dahi hçona?

INGLATERRA (sumido) — Por Deus, destolai-vos!

ALEMANHA (desdobrando-se) — Saúdo a rainha dos dardos, a defensora heroica do progresso.

INGLATERRA — Grande honra me dáis com a vossa visita.

Sentai-vos... Ponde-vos á vontade... Como nãoço amiga, tendes aqui um bom acolhimento.

ALEMANHA (ponderoso) — A vossa amizade é grande, tão grande que nos confunde.

Infortunio quisera o destino que ela se interrompesse por algum tempo! A Alemanha considera esta amizade preciosa. O vosso poder é tão forte, que deie de fazer uma parte da nossa felicidade...

INGLATERRA — Poderis contar connosco...
ALEMANHA — Eu venho pedir justiça... Não permito que o direito que nos assiste, para não sermos confundidos no mais lenhoso caso. O futuro avizinho é tão necessário ao progresso, que bem se presente o perigo que avizria, se acesa entratucossem...

U que seria da Europa, se a Alemanha viesse a perder a sua força e o seu prestigio? Lembrai-vos que somos o maior dique á invasão desordenada e destruidora dos principios bolchevicos.

A humilhacão cada sovietica devesc aviznar, mas, ruidosamente, vem quebra-se nas arestas das nossas fronteiras.

INGLATERRA — Pensa bem...
ALEMANHA — Por esses e outros motivos, não nos olheis como veados.

INGLATERRA (resilo amarr) — Tendes direito a isso.

ALEMANHA — As condicões que nos impõem são de tal forma pesadas, que é legitima a contravenção duma revisão dos trabalhos. Espero que a vossa hostilidade pugne desvalidamente pelos nossos interesses, que, de resto, são os interesses da civilização e o melhor meio do nivelamento dos povos... e é isso o que nos impingamos tambem, com os principios de Deus, de Harmonia, de Concordia...

INGLATERRA — As vossas irações são decisivas... Tudo se há-de conseguir.

ALEMANHA (ponderoso) — Que grandeza do animal (que prodigio) Que espirito protector! Que luminoso criterio! Esperamos confiantemente na vossa justiça.

Desejamos obediencia a nossa cooperacão para a eterna gloria da Paz.

As vossas palavras fazem eborar de alegria... Contai sempre connosco... *desconfiadamente tira do bolso o bradeiro das «Cortesias de Apoa para enganar os olhos humanoides».*

FRANÇA (de longe) — *Cauteia! Cauteia! Não confies nessa intronjal! Essa hipocrita pretende enganar.*

ALEMANHA, *apressa-se a procer grãto o seu objectivo* — Ah! malfida caudela que me vieste enganar o arrozeiro!

(O povo fica suspirando até ao fim do acto.)

FIM OBTENCIONAL

Joaquim Borges.

Carta do Porto

A medicina profissional é uma das maiores pragas dos tempos que correm. Combate-lhe persistentemente porque a medicina de alho, além de fazer contra a boa costuma, consolidando pela prática um espirito degradante, é um leirão das verdades necessitadas, da poltrona exereçada que se espalha por toda a parte, que não se dá a mão a qualquer medicina, que não se dá a mão a qualquer medicina.

Os seus combates e actividades por toda a Europa, e a melhor será sempre a que se espalha por toda a parte, que não se dá a mão a qualquer medicina, que não se dá a mão a qualquer medicina.

Verdade é que alguma coisa se vai fazendo já nesse sentido, enquanto a obra de Assistencia entre a mão longa de ser o que devesc aviznar, por ser, por regressar uma das mais belas demonstrações de assistência social que os povos podem apresentar no balcão de sua cultura.

Problemas mais complexos, nestas de mais breves propozicões entre os seus meritos de sanacão particular ou colectiva.

Como medida preventiva contra a morbididade dos povos, as autoridades administrativas organizaram um serviço de auxilio em propozicão. E pelo que se respalda e esta laboriosa cidade, como se. Governado civil, naturalmente encorajado, a honra de tão bela iniciativa, cuja realisacão e principio foram bem realizados.

O pelate descreveu da via publica, pelo menos das legaves mais connotadas. Separe-se o novo, dezoito de ser porreger a sua vez humilidade e pudorem já dobrar uma enxada sem que o outro tivesse inventado braco estendido de chupar na mão sua embargada. A reacção porém da falta indigra não todos a manifestarem: vivam agora em pleno movimento da sua contra-offensiva impare. Propozicão e propozicão mostrando a energia politica qualia sua praga — *estudo de que se trata, regresso de uma nação!*

Dize-se que a entidade de assistencia publica possui os recursos para os estragos perpetrados pela sociedade da vendicção indigra. Responsabilidade angaria doutrina, a politica consuetudinária em vez de uma justa cooperacão do alto dignidade da boa empreitada, mais indolente, mais avaro, muito egoista.

Quem pôde subverter essa ou subvertiva com ele. O poder é que tanto dos se compromettam a subvertiva para essa sua de credito, são consuetudinários, embora não

Fig. 9 Estrela do Minho, 21/6/1931

partido e de facção política, julgando-o contrário ao princípio da unidade moral da Nação e à natureza, ordem e fim do Estado”⁶⁸.

Face à impossibilidade legal de poder actuar livremente, e da consequente desmobilização de militantes e dirigentes, alguns dos quais iriam aderir ao Estado Novo (situação que também se verificou em Vila Nova de Famalicão⁶⁹), o Partido Republicano Radical acabou por desaparecer silenciosamente da cena política portuguesa⁷⁰.

BIBLIOGRAFIA

- A República perante os problemas nacionais. Programa do Partido Republicano Radical votado no I Congresso Partidário realizado em 9, 10 e 11 de Junho de 1923*⁽⁷⁰⁾. Relator: José de Macedo (1923). Arcádia de Portugal, Editora. Lisboa.
- Cruz, E.C.M. (1985). *Escritos inéditos ou dispersos*. S/n. S/l.
- Faria, E. M. (2014). *A Imprensa Periódica Famalicense nos Séculos XIX e XX*. Edições Húmus. L.^{da}. Vila Nova de Famalicão.
- Farinha, L. (1998). *O Revivalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*. Editorial Estampa. Lisboa.
- Gonçalves, A. (1974). *Os Partidos Políticos e a I República – O caso de Vila Nova de Famalicão (1895-1926)*. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão/Museu Bernardino Machado. Vila Nova de Famalicão.
- Homem, A. C. (1990). *A Propaganda Republicana (1870-1910)*. Edição do Autor. Coimbra.
- Leal, E. C. (2008). *Partidos e programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- Lei Orgânica do Partido Republicano Radical (1923)*. Arcádia de Portugal, Editora. Lisboa.
- Madeira, L. A. (2002). *Alberto da Veiga Simões. Esboço biográfico*. Quarteto Editora. Coimbra.
- Marques, A. H. de O. (1975). *O General Sousa Dias e as Revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*. Publicações D. Quixote. Lisboa.
- O Directório do Partido Republicano Ao País (1925)*. Sociedade Nacional de Tipografia. Lisboa.
- Queiroz, A. J. (2008). *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República*. Livros Horizonte. Lisboa.
- Queiroz, A. J. (2009). *As eleições legislativas de 1925 em Vila Nova de Famalicão. Boletim Cultural - Vila Nova de Famalicão, (III) 5: 275-279*.
- Rodrigues, D. (1990). *Correspondência para Sousa Fernandes*. Câmara Municipal de V. N. Famalicão. Vila Nova de Famalicão.

⁶⁸ *Diário do Governo*, I Série, 20/8/1932, p. 1755.

⁶⁹ Vd. nota 27.

⁷⁰ Em 1932, o PRR ainda foi notícia nos meios oposicionistas, quando se fez representar por Domingos Pereira (membro da elite do Partido Republicano Português) no chamado “Directório Supremo”, organismo que representava os republicanos do interior e do exterior. Dele faziam parte (em representação dos exilados) Bernardino Machado, Afonso Costa, José Domingues dos Santos e Cunha Leal. Dos representantes do interior apenas se conhece o nome de Domingos Pereira (Marques, 1975: 249).

⁷¹ No título surge (erradamente) 1922.

3.4 A Manifestação dos Lavradores do Norte

↳ **TEXTO** JOÃO AFONSO MACHADO

PRELÚDIO

Corria o ano de 1931. Em pleno Verão, a 19 de Agosto, o Presidente da República, General Óscar Carmona, recebia no Palácio de Belém largas dezenas de lavradores nortenhos. Tinham vindo de comboio, com antecipado pedido de audição. E todos se filiavam na Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte, cujo Presidente, o Conde de Azevedo, após outras proclamações, expôs, a final, as pretensões da agremiação que representava:

« – Medidas de protecção para os produtos agrícolas, em especial do milho, do feijão, do gado, do azeite.

– Uma legislação concedendo assistência financeira e desvelada protecção do Estado aos Sindicatos Agrícolas e às suas Federações, não esquecendo, como medida basilar, a urgente Remodelação do Crédito Agrícola, restituindo-lhe os foros de crédito agrícola mútuo, dotando-o generosamente e promovendo, assim da forma mais prática e eficaz, o associativismo agrícola.

– Que o Governo dê às justas reclamações dos organismos sindicais agrícolas a melhor atenção e se digne estabelecer com eles um íntimo contacto por forma a permanentemente receber, por intermédio das Federações regionais dos Sindicatos Agrícolas, todas as informações e esclarecimentos precisos para a solução dos problemas em causa, e para que ao mesmo

tempo resulte que os dinheiros destinados à lavoura sejam gastos com eficiência e não em aplicações inoportunas, como, neste momento, a do projectado “Palácio da Agricultura”.

– Que, sem prejuízo da manutenção dos vários departamentos ministeriais, com as suas especializações técnicas, se realize uma forma eficaz de coordenação económica, subordinada a um largamente pensado e sólido plano.»

Nesse mesmo dia 19, o vespertino Diário de Lisboa dava notícia desta iniciativa, a qual Carmona ouviu e para ela trazia uma resposta vazia no bolso:

«É muito agradável para o meu espírito ouvir aqui reunidos os representantes da lavoura do norte.

Lamentável é porém o motivo que aqui os trouxe.

A vossa vinda determinou-a uma crise horrível que a todos nos aflige.

Tive ocasião de pensar já demoradamente sobre a exposição que o Sr. Conde de Azevedo acaba de ler.

Estou firmemente convencido de que alguns dos assuntos a que ela se refere serão rapidamente resolvidos de acordo com os vossos desejos.

Há para isso a necessidade boa vontade.

Mas para corresponder a ela, necessário se torna também que peçam apenas aquilo que for humanamente possível resolver.

A actual situação política teve, como todos sabem, uma herança pesada de dificuldades. Algumas dessas dificuldades encontram-se já resolvidas; outras ainda o não puderam ser.

A acrescentar à herança que referi há uma crise mundial de tremendas consequências.

A ditadura tem conseguido realizar uma obra que é de molde a que meditem sobre ela todos os que se lhe dirigem.

Peço-lhes, portanto, que considerem as dificuldades do presente e as tomem em linha de conta.

De momento estou convencido que é impossível deferir tudo o que nos pedem. O resto será resolvido logo que as circunstâncias o permitam, porque a actual situação quer apenas o bem do público e não aspirar a conquistar votos.

Repito que estou convencido de que alguma coisa de útil conseguirão, compensando, de alguma maneira, a vossa vinda à capital.

Pela minha parte empregarei para isso todos os meus esforços.

Faço votos ardentes por que, dentro dos limites do possível, a lavoura veja satisfeitas as suas aspirações».

Porventura inconformados com a entrevista com o Presidente da República, os “manifestantes” logo distribuíram uma nota à Imprensa, na qual se lê:

«A Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte de Portugal, com os 65 Sindicatos Agrícolas nela filiados, em nome de toda a lavoura do Além Mondego, para clara e geral compreensão das suas reclamações faz público que todas elas se traduzem na urgente e imperiosa necessidade de resolver a crise que atravessa pela adopção de uma política económica que longe de ser desconexa e contraditória seja unitária, e sabiamente orientada e definida, como complemento e completa concordância com a política financeira que a lavoura e o país aplaudem e apoiam».

A ninguém passou despercebida esta “onda migratória” do Norte agrícola a Lisboa. Dela fizeram amplo eco os jornais de maior tiragem. O que ocorreria então?

A SITUAÇÃO

Tinham sido os dolorosos anos da I República. O tempo bastante para o Partido Republicano se desmembrar e as guerras intestinas darem no marasmo do País. Recordemos: de 1910 a 1926, quantos os Governos? Nada menos do que 45, quase todos intermediados por revoluções, muito sangue vertido nas ruas (sobretudo de Lisboa), década e meia de violência e perseguições que os historiadores de agora, completamente rendidos às suas dívidas ideológicas, pretendem ocultar. Portugal fez marcha atrás no seu desenvolvimento e a injustificada intervenção na Grande Guerra, sem nada acrescentar ao nosso lugar na Europa, apenas trouxe carestia, o agravamento das Finanças Públicas e a inevitável fome. Na sequência do redentor período sidonista – e do assassinato de Sidónio Pais – ocorreu a fase mais conturbada da República, o auge do radicalismo (personificado em Domingues dos Santos), o medo e o desespero e um clima que se acomodava à nova moda autocrática que grassava na Europa, desde a Itália de Mussolini à Alemanha de Hitler. Com o nosso povo ansiando por algo mais frutífero, por paz e tranquilidade. Assim Portugal aderiu, pelo seu todo, em 1926, à Revolução vitoriosa de Braga a Lisboa, com o Marechal Gomes da Costa a chefiá-la.

De uma vez por todas, não se diga mais foi a conspiração dos monárquicos e católicos. (Se o fosse, o mesmo é admitir estes eram a maioria...) Não, foi para Portugal o grito de libertação fixado na Ditadura – porque “Ditadura”, sem pejo, se assumiu a nova República nascida a 28 de Maio de 1926.

Mas muitos males vinham do passado recente, designadamente esperando o gume na lavoura portuguesa. Nada se fizera para a relançar num país essencialmente agrícola como era Portugal e continuou a ser. De tal maneira

que, cinco anos volvidos sobre a dita “Revolução Nacional”, – portanto em 1931 – ainda as gentes sofriam no campo e, concretamente, a anterior colheita do milho não tinha sido vendida à data em que se iniciava a desse ano. O *Diário do Minho* de 19 de Agosto desse 1931 dá conta de uma entrevista a um agricultor da Foz do Douro (!) que exclamava «*o que nós não queremos é que se desorganize a lavoura portuguesa, favorecendo a produção agrícola estrangeira*». E esta (trigo, milho, azeite) provinha, designadamente, da Argentina, da Hungria, da Rússia ou de Espanha... E porque iam a Lisboa? – «*Vamos dizer e pedir que as contribuições da lavoura sejam abaixadas, porque não podemos pagar as mesmas contribuições que pagávamos quando o género dava muito dinheiro e podia com os aumentos que sofreram*».

A tudo acrescia ainda a falta e, conseqüentemente, o elevado custo dos transportes (mormente ferroviários) mais contribuindo para a dificuldade em escoar os produtos agrícolas nacionais.

Confiantes numa situação política estável, os lavradores do Norte decidiram expor as suas preocupações. Sem intermediários, apresentando-se eles próprios. Era um modo habilidoso de pressionar a Ditadura, com figuras de proa a tomar a iniciativa de todos reunir e por todos reclamar.

O HISTORIAL DOS SINDICATOS AGRÍCOLAS

O termo “reivindicações” é bem presente nesta inédita iniciativa. E o Conde de Azevedo, «*senador representante da lavoura do Norte em 1917-18*», um fundador do primeiro sindicato agrícola nortenho, dá nota, em entrevista de 18 de Agosto de 1931 ao *Diário da Manhã*, sobre o berço e o crescer destas instituições. Em 1927, segundo o que narra, eram 23 os sindicatos federados, fornecendo aos seus membros sulfato de cobre e enxofre. Até 1930, o valor dos produtos disponibilizados evoluiria de cerca de 1.661.543\$77 para 5.449.428\$63 escudos. O que tudo incluía novos bens: adubos, sementes, máquinas e alfaias agrícolas, ferro, arame, insecticidas e substâncias criptogâmicas, garrafas, materiais de construção, etc. Sobretudo, interveio na aquisição de géneros importados, assim poupando os agricultores às mais-valias dos intermediários. Daí o seu empenho na criação dos «*Talhos da Lavoura*»... Sem nunca esquecer a assistência jurídica e técnico-agrícola.

Da aludida entrevista se infere ainda o trabalho efectuado junto dos interessados para vencer desconfianças antigas numa óbvia perspectiva de fomento do associativismo. O objectivo é claro: distender os sindicatos ao nível concelhio, incentivar a sua organização freguesia a freguesia.

A Federação, em 1931, já colaborava com as Câmaras Municipais (*máxime*, no Alto Douro e na Beira) e, no Minho, apontava sobretudo, à produção leiteira, com o seu alerta ao alto significado dos lacticínios. Em tudo, e na área silvícola também, tentava dar movimento à força da “propaganda” nos meios da Comunicação Social de então. A deslocação de membros seus aos

países nórdicos, num intento de aprendizagem, estava também nos planos da Federação...

É claro, esta manifestação foi acolhida com todas as reservas, consoante a nota oficiosa do Ministério da Agricultura transmitida pelo *O Primeiro de Janeiro* de 19 de Março de 1931, segundo a qual, «a maneira porque alguns elementos irrequietos da lavoura estão procedendo na apreciação da crise agrícola não é de molde a esclarecer a difícil situação que atravessamos nem se recomenda como meio de auxiliar o Estado, a debelar as dificuldades da hora presente, aliás sentida em todo o mundo. Convém que a lavoura se acau-tele contra os maus conselheiros, reclamando apenas o que seja possível e razoável. (...)»

A CHEFIA DA FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS E A ABRANGÊNCIA DESTA

Disse-se já, a Presidência da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte cabia ao Conde de Azevedo, de seu nome Pedro Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon. Secundavam-no o Conde de Aurora, José António Francisco Maria Xavier de Sá Pereira Coutinho e o Visconde de Pindela, João Afonso Simão Pinheiro Lobo da Figueira Machado. Outrossim eram mentores da Federação o advogado Semião Pinto de Mesquita Carvalho Guimarães, da Casa de Vila Verde, em Caíde, Lousada, e o Sr. Dr. José Nosolini Pinto Osório da Silva Leão. São estes os nomes apontados em reportagem de *O Século* desse 19 de Agosto.



Fig. 1 Conde de Azevedo, Presidente da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte. Fonte: Diário da Manhã, de 18 de Agosto de 1931.



Fig. 2 Visconde de Pindela, João Afonso. Fonte: Arquivo da Casa de Pindela.

Sobre os mesmos, dir-se-á:

O Conde de Azevedo fora Ministro da Instrução, Agricultura, Comércio e Indústria do Governo da Junta Provisória do Reino durante a Monarquia do Norte, em 1919;

O Conde de Aurora, um ilustre literato limiano;

O Visconde de Pindela, um antigo combatente civil a favor do Governo do General Pimenta de Castro (1915) e, como membro dos Cadetes d'El-Rei, na defesa da Monarquia do Norte, engenheiro agrónomo e silvicultor;

O Dr. Semião Pinto de Mesquita, ilustríssimo advogado e defensor dos direitos da Casa de Bragança, cujo património foi surripiado pela República, dando origem à Fundação da Casa de Bragança, pelos quais denodadamente se bateu nas instâncias judiciais durante a II República. Um fundador, ainda, do Movimento Integralista Lusitano.

José Nosolini Leão seria figura de relevo menor. Advogado, também, no Porto, e proprietário, serviria depois a II República fielmente até à sua morte em 1968.

Quanto aos sindicatos representados nesta movimentação, aqui fica o rol: Amarante, Amares, Anadia, Arcos de Valdevez, Atei (Mondim de Basto), Avintes, Baião, Barcelos, Barqueiros, Braga, Brunheiro, Cabanas, Cabeceiras de Basto, Caminha, Carreço, Serva, Coura, Ermesinde, Esposende, Estarreja, Fafe, Favaios, Felgueiras, Gaia, Gondomar, Grijó, Lousada, Maia, Marco de Canavezes, Matosinhos, Meda de Mouros, Monção, Paços de Ferreira, Pampilhosa da Serra, Pardilhó, Paredes, Paredes de Coura, Pedroso, Ponte de Lima, Porto Litoral, Póvoa de Varzim, Santa Marta de Penaguião, Santo Tirso, Sernancelhe, S. Miguel de Acha, Tábua, Valença, Valongo, Venda do Campo, Viana do Castelo, Vieira, Vila Caiz, Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão, Vinhais, dos Lavradores Portugueses e dos Viticultores de Guimarães, Rezende, Viseu, Chaves, Bragança, Mirandela e Miranda do Douro, conforme a listagem de *O Século* de 19 de Agosto.

A iniciativa seria depois secundada pela Associação Central de Agricultura Portuguesa e pelos Sindicatos Agrícolas de Estremoz, Évora, Arraiolos, Reguengos, Moura e Elvas e, também, pela Lavoura do Alto Alentejo, do Norte e das Beiras (cfr. *As Novidades* de 21 de Agosto de 1931).

Percebe-se, a organização teve acesso aos meios de Comunicação Social (à época, os jornais) e, previamente, fez distribuir a seguinte nota oficiosa (in *O Diário da Manhã* de 19 desse Agosto):

«A lavoura organizada do Norte, por intermédio da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte de Portugal e dos representantes dos sessenta e cinco sindicatos que a Lisboa a acompanham, para evitar possíveis e erradas interpretações de qualquer natureza, declara que solidarizando-se com a restante lavoura nacional, vem junto do Chefe do Estado e do Governo da Nação solicitar medidas de imediata e urgente solução para a

crise excepcional do milho e feijão nacionais que directa e indirectamente atinge todas as classes e traz ainda o pedido de estudo e solução rápida dos restantes problemas agrícolas que para bem da economia nacional não admitem delongas, e entre as quais avultam:

Gados, crédito agrícola, tarifas ferroviárias e aduaneiras, reorganização de matrizes, fortalecimento do Sindicalismo agrário, representação permanente da lavoura organizada junto do Governo e plano sólido de fomento económico».

Segundo o *Correio da Manhã* de 21 de Agosto, tratava-se de «fazer ouvir em Lisboa (...) as suas instantes e justas reclamações, grito de miséria que assustadamente vai alastrando por estas províncias extremas de Portugal». E, «da justiça que assistia aos lavradores», sempre «disseram oralmente os Srs. Conde de Azevedo e Visconde de Pindela».



Fig. 3 Saída do Palácio de Belém dos membros da Federação dos Sindicatos após recepção do Presidente Marechal Carmona. Fonte: O Primeiro de Janeiro, de 21 de Agosto de 1931.

NA IMPRENSA

Como se deve perceber, a Imprensa nacional fez ampla cobertura da iniciativa.

Sucederam-se as entrevistas, como a que o Dr. Francisco de Barros Ferreira Cabral Teixeira Homem deu ao jornal *A Voz*, na sua edição de 20 de

Agosto. Era o presidente e um dos fundadores, em 1905, do Sindicato Agrícola de Chaves e um regionalista convicto e historiador da sua terra, com vasta obra publicada. Também o Dr. Francisco de Barros veio a Lisboa, protestando não ser apenas a questão do milho – conforme indicou ao *A Voz* – que os animava, mas também a dos gados, dos transportes, do crédito agrícola, das contribuições e impostos... Com acusações ao Poder Executivo: «O Governo afirma que as últimas importações se têm feito de Angola; mas que é destinado ao mercado de Hamburgo. Esse milho, porém, destinado ao mercado de Hamburgo, foi dividido por terras várias nossas, dando em resultado que o produto baixasse em preço por uma forma verdadeiramente assustadora». E prossegue: «É inadmissível que os nossos produtos criados com amor pátrio, bairrismo, inteligência e sacrifício sejam olhados como têm sido». Abordando ainda a situação dos gados, sem procura nas feiras e alvo fácil dos açambarcadores, informou: «A Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte tomou sobre si o encargo de apresentar no matadouro municipal do Porto os gados mortos das regiões nortenhas. Para isso abriu dois talhos nessa cidade. Foi tal o êxito, ganhando extraordinariamente o lavrador e beneficiando o consumidor, que essa Federação resolveu abrir ao público mais dois talhos na segunda capital do País» (isto numa altura em que os criadores do Barroso se queixavam do seu «comércio quase paralisado»).

Em suma – e sempre nas palavras do Dr. Francisco de Barros – as gentes do mundo rural nortenho, foram a Lisboa «chamar a atenção dos poderes públicos para a injustiça que a perseguição sistemática ao cooperativismo agrícola nacional representa».

Esta abertura dos talhos causara especial polémica dado o insuportável peso fiscal que sobre esses estabelecimentos recaiu – quase 22 contos!!! «Não basta dizer à lavoura que se organize; é preciso saber se ela se pode organizar com ajudas desta natureza» – desabafava o Visconde de Pindela ao *Correio do Minho* de 21 de Agosto.

Já na véspera o tema ganhara o seu lugar na “Nota do dia” de *O Comércio do Porto*:

«A lavoura é das mais atingidas na crise que vai correndo. Continua, por isso, a movimentar-se em reuniões ordeiras e representações aos altos poderes do Estado. Do Norte veio agora a legião dos lavradores arregimentada na Federação dos seus Sindicatos. Ao chefe do Estado e aos ministros das competentes pastas apresentaram hoje as suas reclamações que se prometem atender na medida das possibilidades. Deu hoje na Arcada a gente do Norte, que veio fazer ouvir os seus justificados clamores junto do Terreiro do Paço».

Igual ressonância, como se lê, lograram as audiências junto dos Ministros das Finanças e da Agricultura, a quem os nortenhos se dirigiram seguidamente.

REPRESENTANTES DE 65 SINDICATOS AGRICOLAS DO NORTE ENCONTRAM-SE EM LISBOA, PARA PEDIR AO GOVERNO DIVERSOS BENEFICIOS EM FAVOR DA LAVOURA



Alguns dos representantes dos sindicatos agrícolas do norte, com o sr. conde de Azevedo (x), na redação de O Século

Fig. 4 Delegação da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte na redação do Jornal "O Século". Na primeira fila a contar da esquerda encontra-se o Visconde de Pindela, seguido do Conde de Azevedo. Fonte: Jornal "O Século", de 19 de Agosto de 1931.

A DESLOCAÇÃO AOS MINISTÉRIOS

Era vasta e minuciosa a paupérrima situação da agricultura acima do Mondego. Já no encontro com o General Carmona a mesma ficara assim explicitada (vd. O Século de 20 de Agosto), conforme as providências tidas por urgentes:

«I – Medidas de protecção para os produtos agrícolas, em especial do milho, do feijão, do azeite e dos gados:

- 1) que seja só permitida a importação, do estrangeiro, de produtos agrícolas que a lavoura portuguesa produza quando haja "deficits" anuais da produção nacional impossíveis de cobrir pela produção colonial ou para semente, mas, neste caso, só quando feito pelo Estado ou pelos organismos sindicais federativos da lavoura;*
- 2) que seja regulada a importação das colónias pela aplicação de uma tarifa móvel visando a manutenção do preço do milho ou, eventualmente, do feijão, à volta de uma quantia fixada como seu justo valor;*
- 3) que, se por estas medidas, for necessário compensar Angola ou qualquer colónia, se criem, por exemplo, prémios de exportação para o seu milho, ou outros processos, cujo encargo recaia sobre todos os portugueses e não, somente, sobre os produtores de milho e feijão;*
- 4) que, por meio de uma adequada tarifa aduaneira, salvaguardando os direitos razoáveis da indústria conserveira, identicamente se proceda quanto ao azeite nacional;*

- 5) *que o transporte dos produtos agrícolas e das matérias-primas necessárias à lavoura não continue sendo um ónus e um embaraço para a produção nacional, reduzindo-se as tarifas ferroviárias, por forma a não encarecer esta, e remodelando-se os transportes com material circulante apropriado e de maneira tal que os produtos alcancem os mercados consumidores com toda a necessária rapidez e qualidade de conservação;*
- 6) *que, no sistema tarifário, se atenda ao valor intrínseco da matéria-prima, por forma a que produtos pobres, tal como a cal, o gesso, etc. não sejam, pelo custo do seu transporte, por tal forma onerados que a sua aplicação se torne impossível;*
- 7) *que seja estabelecida uma eficiente protecção à pecuária do continente, não se permitindo importações de gado ou de carne a não ser para cobrir “deficits” nacionais: e*
 - a) *que se promova que o fornecimento do gado aos matadouros municipais seja feito por intermédio dos Sindicatos Agrícolas ou das suas federações ou cooperativas pecuárias;*
 - b) *que o Estado auxilie e proteja o estabelecimento das cooperativas pecuárias, quer para a colocação de gados, quer para a venda directa de carne ao público, quer ainda para a venda de leite;*
 - c) *que o Estado promova e auxilie também, à semelhança do que já, e tão proveitosamente se faz em outros países, a criação de Matadouros Cooperativas Regionais, para o abastecimento dos grandes centros do consumo para carnes abatidas nas regiões produtoras, o que, evitando os contras dos transportes de rezes vivas, barateará o consumo pela supressão de intermediários dispensáveis;*
- 8) *que sejam prontamente revistas as pautas alfandegárias, por forma a que se não considerem industriais máquinas e utensílios agrícolas, e que se não repita o lamentável caso de estarem longos meses retidas na Alfândega máquinas agrícolas, à espera que se verifique que o são!*

Ainda no magno problema do milho deveria o Estado estudar a possibilidade da aplicação desse cereal para fins meramente industriais, salvaguardando os legítimos interesses da viticultura, e dando, assim, larga saída ao milho, só com vantagem para a lavoura e para a riqueza públicas.

II – Associativismo e Cooperativismo agrícola:

- 1) *que o Estado, reconhecendo os princípios e a doutrina do Sindicalismo Agrário, dê aos organismos agrícolas sindicais da lavoura toda a assistência moral, material e técnica, com todas as possibilidades de exercerem uma profícua e desenvolvida acção, quer económica, quer de fomento, de maneira que o lavrador passe a ter incontestável interesse e real vantagem em se integrar no movimento sindical e cooperativista*

da lavoura, e concedendo-lhe representação nos Municípios, nas Juntas Paroquiais, nas comissões de avaliação de prédios rústicos e urbanos, etc., e que os manifestos da estatística agrícola sejam feitos nos respectivos sindicatos;

- 2) *que a remodelação ou reorganização dos Serviços Agrícolas Nacionais se integre bem na doutrina do Sindicalismo Agrário, estabelecendo e promovendo, para que não haja pulverização de esforços nem confusões, o que sobremodo importa, que a organização da lavoura se estabeleça em Sindicatos Agrícolas Concelhios, com delegações nas freguesias, ou por grupos de freguesias, reunindo em federações regionais;*
- 3) *que, dentro desta organização sindical, o Estado seja o primeiro a manter a disciplina e o espírito hierárquico, promovendo que os Sindicatos Agrícolas só possam fornecer-se e representar por meio das suas federações respectivas e que os subsídios e créditos aos Sindicatos Agrícolas, tal como, manifesta e elementarmente, o exige o espírito de toda e de qualquer organização, e a ordem natural das coisas, lhes sejam unicamente concedidos, a requerimento e por intermédio das suas federações respectivas, ao contrário do que por vezes se dá com manifesto atropelo da lógica e de todos os princípios;*
- 4) *que de pronto, e como medida basilar urgente, se faça a remodelação do Crédito Agrícola, restituindo-lhe os foros de crédito agrícola mútuo e dotando-o generosamente;*
- 5) *que o Governo avalize, às Federações de Sindicatos Agrícolas, os créditos necessários e indispensáveis às importações directas de que a produção agrícola nacional careça para o seu barateamento e progresso, e que, quer com crédito, quer com subsídios aos organismos sindicais da lavoura, torne possível e promova o desenvolvimento sindical e cooperativista;*
- 6) *que o Governo dê, às justas dos organismos sindicais agrícolas, que lhe sejam apresentadas pelas suas respectivas federações, a melhor atenção, e se digne, assim, estabelecer com eles um íntimo contacto por forma a, permanentemente, deles receber todas as informações e esclarecimentos precisos para a solução dos problemas em causa, e para que, ao mesmo tempo, resulte que os dinheiros destinados à lavoura sejam com eficiência e não em aplicações inoportunas como, neste momento, a do projectado Palácio da Agricultura».*

Após as despedidas ao Presidente da República, os lavradores dirigiram-se ao Ministério da Agricultura, onde o tenente-coronel (!) Linhares de Lima, o ministro, os aguardava e a quem fizeram idêntica exposição. Desta feita, foi longa a resposta do titular da pasta, ora dizendo-se sempre disposto a «receber os alvitre da lavoura», ora garantindo atendê-los só «na medida do possível».

E enumerou as de insatisfação implausível: no milho, no gado, no feijão... De tal maneira que o Conde de Azevedo voltou a usar da palavra, contrariando o Ministro, e o Visconde de Pindela reforçou com o argumento de que para os sindicatos se organizarem era preciso que os lavradores sentissem, da parte destes, protecção técnica, moral e económica. Mas o Ministro falaria por último, uma vez mais contestando os pontos de vista dos agricultores nortenhos.

Estes visitaram, finalmente, o Ministro das Finanças, Dr. Oliveira Salazar, procedendo como nas anteriores entrevistas. Mais hábil, mais diplomata, Salazar regozijou-se com o facto de «as forças vivas começarem a apreciar a sua obra financeira e económica», sustentando que «as reclamações da lavoura do Norte são filhas da grave crise que atravessamos e de que outra semelhante não há memória», prometendo que o Governo tudo faria para «salvar a Nação»... Terminou agradecendo os aplausos que, no seu entender, os visitantes lhe tinham trazido.

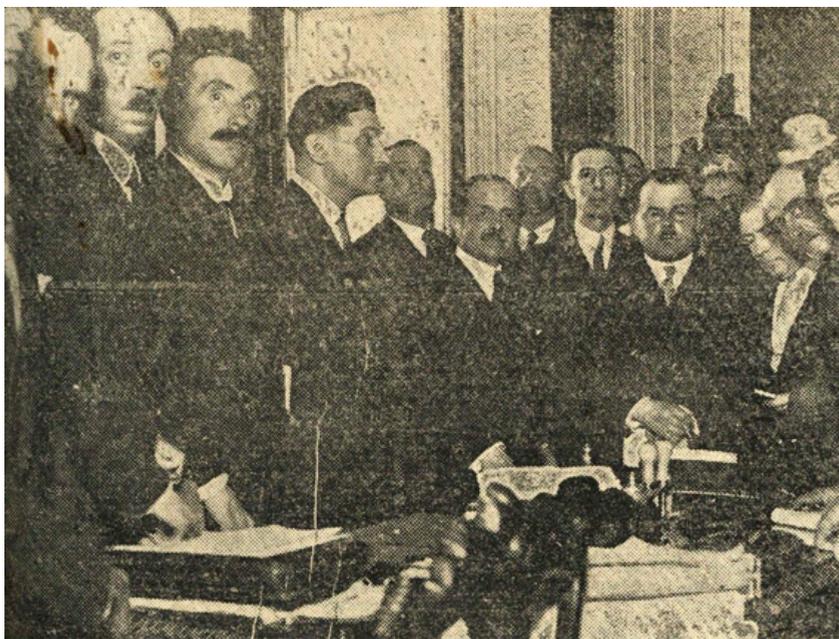


Fig. 5 Reunião dos representantes dos Sindicatos Agrícolas do Norte, com o então ministro das Finanças, Dr. António de Oliveira Salazar. Na imagem é visível, da esquerda para a direita, em primeiro plano o Visconde de Pindela, António de Oliveira Salazar e ao centro o Conde de Azevedo.
Fonte: Diário da Manhã, de 20 de Agosto de 19131.

A NOTA FINAL TERMINANTE DA DESLOCAÇÃO A LISBOA

A comissão dos lavradores nortenhos compunha-se de 185 individualidades que se deslocaram a Lisboa em comboio especial tendo sido recebidos, como já ficou dito, pelo Presidente da República e pelos Ministros da Agricultura e das Finanças. Também num comboio especial regressaram a casa. Hospedaram-se na capital em hotéis diversos, consoante as possibilidades de cada um.

As edições de 20 de Agosto de *O Diário da Manhã*, de *Novidades* e de *A Voz* fornecem em pormenor o teor das diversas intervenções de que aqui se fez súmula.

Em nota final, a Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte transmitiria à Imprensa:

«A Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte de Portugal com os 65 Sindicatos nela filiados, em nome de toda a agricultura do Além-Mondego, para clara e geral compreensão das suas reclamações, faz público que todas elas se traduzem na urgente e imperiosa necessidade de resolver a crise que atravessa pela adopção de uma política económica que longe de ser desconexa e contraditória seja unitária e sabiamente orientada e definida, como complemento da política financeira que a lavoura e o País aplaudem e apoiam».

Já *O Diário de Lisboa*, na sua edição desde mesmo dia, expunha um ponto de vista tão esclarecedor quão de menor optimismo, sob o título «*A lavoura*»:

«Os lavradores do Norte vieram a Lisboa pedir ao governo que os ajude a resolver a crise que os assoberba, decretando medidas urgentes, salvadoras.

O direito de implorar, de reclamar, de ponderar e de discutir é reconhecido, em Portugal, desde a primeira dinastia, pela lei e pelo costume. Bem fizeram, pois, os representantes da agricultura nortenha em produzir de viva voz, junto de quem melhor os pode ouvir, o arrazoado das suas reclamações.

Serão atendidos?

Eles assim o creem, embora a prudência aconselhe que, quando se pede muito, se faça uma sensível redução no volume das esperanças. O governo determinará até onde a sua intervenção pode ser remédio a males evidentes ou embaraço ma iniciativas fecundas.

Pela nossa parte e na modéstia do nosso valor, procederemos sempre como em casos tais: secundar os que lutam pela prosperidade do país, em benefício de todas as classes.

O Norte necessita, sobretudo, de vender, a preços remuneradores, o vinho, o milho, o feijão e o gado. A exportação do primeiro restringiu-se enormemente, desde que o Brasil decretou tarifas quase proibitivas, a fim de animar a sua própria vinicultura, tão carecida de protecção, visto ser

de má qualidade. O segundo tem um concorrente destemido na produção colonial, pois, que Angola, com duas colheitas por ano, está em condições de abastecer a Metrópole, em larga escala.

O terceiro defende-se mal contra a importação similar do holandês e checoslovaco que, além de ser mais barato, goza da simpatia das cozinheiras, porque se coze mais depressa. O quarto encontra competência nas rezes de outras procedências – Argentina, África, Açores, etc. Dantes introduziam-se em Espanha, como contrabando, numerosos bois e vitelos, principalmente para aproveitar a alta da peseta – o que não se faz agora, dado que a moeda espanhola, perdendo quase metade do seu valor, tirou o incentivo ao “negócio”.

Claro que não será, em vinte e quatro horas, que se reajustará o que é ao que deve ser, melhorando a situação actual, de modo a tirar-lhe os espinhos e as agruras. O assunto demanda estudo demorado, a fim de conciliar interesses opostos e em colisão. Cremos mesmo que urge incorporá-lo num plano económico que aplaine divergências, lime arestas e faculte o entendimento necessário das regiões que outra coisa não devem ser senão parcelas do solo e da riqueza nacional.

Alguma coisa também depende da vontade e decisão da lavoura – organizar-se, com os seus próprios recursos e forças, não só para aumentar a sua acção de presença, perante os poderes públicos, mas também e principalmente para se defender contra os monopólios de facto, os “cambões” e a concorrência estrangeira. Está, por exemplo, na sua mão combater o intermediário, quando este, em vez de tornar-se um auxiliar do lavrador, promovendo a circulação e consumo das suas colheitas, visa obter lucros excessivos, perturbando a vida normal dos mercados.

Porque não se dispõe, mas a sério e sem vãos receios, a ocupar-se da oferta directa ao consumidor, nas principais terras do país?

O alargamento do crédito agrícola redundará em frutos óptimos, desde que sirva para desbravar o caminho neste sentido. A revisão das tarifas ferroviárias, eis um problema que carece de ser abordado com a preocupação tenaz de abater certas resistências que se cifram, no fim de contas, em diminuição no tráfico e em encarecimento dos géneros.

Quando principiará este trabalho... de Hércules?».

Os jornais de 21 de Agosto, já após o regresso dos agricultores nortenhos, faziam ampla cobertura do sucedido na Capital – O *Diário de Lisboa*, O *Diário de Notícias*, O *Jornal de Notícias*, O *Comércio do Porto*, O *Primeiro de Janeiro*, O *Século*, *As Novidades*, *A Voz*, O *Diário da Manhã*...

Em nota publicada no *A Voz* do seguinte dia 24, o Visconde de Pindela explicava-se e agradecia a este órgão de informação:

«Sr. Director de A Voz – Não pode esquecer esta Federação os altos serviços prestados à Lavoura pelo jornal que V. tão superiormente dirige, aquando da nossa jornada a Lisboa, para tratar dos mais altos problemas económicos da Nação. Por isso cumprimos o dever de vir agradecer o que em benefício da Agricultura o jornal de V. fez.

Não servimos senão a nossa Terra e os interesses da vida portuguesa. Nenhum motivo particular nos aciona e nos faz viver. Trabalhando para o bem comum pensamos em contribuir, somente, para o debelo da crise que nos envolve e congestiona.

Isso de sobra o compreende V. na publicidade larga que o seu jornal fez da Lavoura Portuguesa, o que quer dizer em benefício da vida económica do País.

A Federação, por via dos jornais, falou a Portugal inteiro. Ficou a saber-se que ela trabalha pelo bem de todos, defendendo a nossa Terra e procurando fazer raiar uma aurora nova.

Este grande serviço da Imprensa não o podemos nem devemos esquecer. Por ele os nossos profundos agradecimentos com os nossos maiores votos de muita estima e consideração nos assinamos. Mtº Attos, e Venrs., Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte. Pelo Presidente, V. Pindela.»

Notas de idêntico teor seriam então enviadas aos restantes meio de Comunicação Social que acompanharam a ida dos agricultores a Lisboa.

SEQUELAS. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resultando num feito a bem dizer inédito, com a divulgação que se referiu e o peso representativo que carregava, o Governo viu-se obrigado a sobre ele se pronunciar em Conselho de Ministros, ainda que de modo ambíguo e provavelmente inconsequente. Mas nada ficou esquecido. Tenha-se presente que a II República – O Estado Novo – dava os seus primeiros passos e a esmagadora maioria dos portugueses via, com alívio, chegado um novo período, finalmente de estabilidade que sem reboço se autodenominava de «Ditadura». O mesmo acreditaram os mentores da Federação dos Sindicatos, todos eles monárquicos instruídos no Integralismo Lusitano de António Sardinha.

Não passe em claro, não nos deixemos enganar pelo nóvel História ideologizada e ideologizante: um notável corpo de ideias e doutrinas, a repescagem das salutares estruturas socio-profissionais portuguesas, um movimento, enfim, de profundo pensar e intelectualidade em que Salazar se inspirou e depois subverteu. A 26 desse Agosto o Visconde de Pindela dava uma última entrevista sobre o assunto a *O Primeiro de Janeiro*, com cujos trechos concluo:

«Em primeiro lugar deixe-me aproveitar o ensejo que se me oferece de, por seu intermédio, exprimir a toda a Imprensa portuguesa o mais vivo e sincero

reconhecimento da Federação pelo apoio que abertamente lhe concedeu, dando larga publicidade às nossas reclamações e acompanhando-nos, com as suas reportagens, nas visitas que tivemos de fazer, em Lisboa, ao Chefe do Estado e membros do Governo.

Em segundo lugar, aproveito também esta oportunidade para esclarecer, com a maior clareza, que a nossa marcha a Lisboa, foi a marcha da Lavoura – só da Lavoura e exclusivamente para a Lavoura – a quem devotadamente servimos. Não houve outros intuitos que não fossem os de pugnar pelos seus interesses e o de facultar ao Governo a solução dum certo número de problemas que, a nosso ver, revestem uma importância capital neste momento de crise económica para o País.

Todos os sentimentos, ideias e cores políticas se viram representados na jornada que efectuámos. Partidarismo, nenhum. Dois pensamentos nos animavam: o da Pátria e o da Lavoura. Uma só política nos uniu – a da causa da lavoura. E dentro dela irmanam-se, juntam-se, unem-se todos os lavradores. Nem opiniões políticas, nem desigualdades, nem diferenças sociais nos separam. No Sindicato Agrícola, que é a melhor e a mais sã instituição social, estão perfeitamente agremiados proprietários e caseiros, criados e jornaleiros, como se fossem membros de uma só e muito grande família. É uma obra democrática e cristã, por excelência, como vê, e é dentro desta acção que lutamos, unidos como um só homem, para que a Terra seja, de facto, como tanto se tem apregoado, o ressurgimento e a salvação de Portugal.

Sou por educação e temperamento um entusiasta do associativismo, tal como o temos nos Sindicatos Agrícolas. Sabe porquê? É que sendo, como é, uma obra democrática e cristã, traz consigo, além do desaparecimento das desigualdades sociais, visto que estas acabam por não ferir, a obra de amparo e assistência à invalidez rural, pois que promove, no mesmo esforço de vontades e de acção, a união de patrões e operários».

E no remate desta entrevista, onde bem fica expressa a defesa da corporação agrícola, unindo solidariamente “mestres, oficiais e aprendizes” de um mesmo mester, como assim foi nos anos dourados de Portugal, algo que só os crentes na perenidade da luta de classes contestará, os quatro pontos enunciados em súmula da expedição a Lisboa;

«1º – Mostrámos que a causa da Lavoura é uma causa eminentemente nacional e sem partidarismo político;

2º – Mostrámos ao País e ao Governo que a lavoura está organizada;

3º – Mostrámos aos lavradores que os Sindicatos Agrícolas, apesar de desamparados, não se poupam a sacrifícios para o bem dos seus filiados e do público em geral; e

4º – Mostrámos que a Lavoura está integrada no ressurgimento financeiro e nele quer decididamente colaborar, sacrificando-se por esse ressurgimento, embora pugnando por uma política económica que seja o complemento da obra financeira que se está operando.»

Foi assim em 1931. De então para cá, muito mudou. No caso específico da agricultura, ela terá servido depois de meio mantedor do sossego das nossas gentes; de explicação óbvia para o enorme fluxo migratório para os grandes centros urbanos ou para o estrangeiro; de actividade a extinguir mediante subsídios de “abate”; agora, parece, de modo de vida a incrementar; entretanto, e indubitavelmente: está o Portugal interior desertificado, aldeias inteiras com as derradeiras dezenas de idosos a habitá-las; e o Associativismo por que lutaram e doutrinaram os monárquicos de há cem anos... esquecido nos arquivos dos jornais.

3.5 O Auto de São João em Vilarinho das Cambas

↳ TEXTO DIOGO CARDOSO

Situada a cerca de 5 km a sudoeste do centro de Vila Nova de Famalicão, a freguesia de Vilarinho das Cambas estende-se ao longo de 9,5 km², sendo delimitada pelas freguesias de Outiz, Cavalões, Gondifelos, Fradelos, Ribeirão e Calendário. É junto da Igreja Paroquial (Fig. 1), que completa o 60.º Aniversário da sua inauguração no próximo ano de 2023, que se desenvolve uma das mais curiosas tradições famalicenses, inseridas nas festas sanjoaninas da comunidade – o Auto de São João.

A Paróquia tem como Orago celeste o Divino Salvador e, há semelhança das várias paróquias envolventes, aparece referenciada no *Censual do Bispo D. Pedro*, que data do século XI – um manuscrito sobre pergaminho que elenca o nome das paróquias distribuídas pelo território arquidiocesano, entre os rios Lima e Ave. Assim, e através desta listagem, comprova-se não só a antiguidade paroquial desta freguesia, mas também de todas as

envolventes, distribuídas pelo vasto território que compõe o concelho de Vila Nova de Famalicão. Atualmente, concilia as atividades rurais com um grande desenvolvimento industrial, sendo possuidora de três zonas industriais – uma delas caracterizada por ser uma das maiores do concelho, situada na parte nascente da freguesia.

Ao longo das próximas páginas será apresentada uma investigação que visa perceber as tradições sanjoaninas da freguesia de Vilarinho das Cambas procurando, num primeiro momento, dar a conhecer a figura de São João Baptista, de modo a que seja de mais fácil compreensão os subtópicos que se sucedem e que procuram compreender a devoção em torno deste Santo no território famalicense, com evidente destaque para a freguesia de Vilarinho das Cambas. Posteriormente, será descrito, pormenorizadamente, o Auto de São João, também conhecido como Carro das Heras, ponto alto das festividades vilarinhenses.



Fig. 1 Igreja do Divino Salvador de Vilarinho das Cambas
Autoria: Diogo Cardoso

1. SÃO JOÃO BAPTISTA – O HOMEM POR DETRÁS DO SANTO POPULAR

“eu vos digo que, de entre os nascidos de mulher, não há nenhum maior do que João”¹

A devoção a São João Baptista é transversal ao Catolicismo e a popularidade do seu culto é bem reconhecida em Portugal, uma vez que – com Santo António e São Pedro – figuram a tríade dos Santos Populares do mês de junho. A memória do seu nascimento é celebrada anualmente, com grau de solenidade, a cada dia 24 de junho. E desde logo se revela aqui um pormenor interessante no sentido da perceção da importância histórica e litúrgica da figura sanjoanina. É que, por norma, e há luz dos ensinamentos cristãos, os Santos devem ser recordados no dia comemorativo da sua morte;

¹ Lc 7, 28.

isto é, no dia em que “nasceram” para a eternidade. No entanto, há duas exceções que, dado o elevado grau da sua importância na história da Igreja, possuem festejos associados à memória do seu nascimento. São elas: a Virgem Maria e São João Baptista, os únicos Santos cuja liturgia comemora o nascimento e a morte em dias distintos.

O dia 24 de junho foi eleito para a comemoração da natividade de São João, ao passo que no dia 29 de agosto se comemora a data do seu martírio, embora com menor relevância litúrgica².

Esclarecer então que é através dos Santos Evangelhos que tomamos consciência da grandiosidade da missão de São João, predestinada

² Já no que concerne à Virgem Maria, esclarecer que é comemorado o seu nascimento no dia 8 de setembro, precisamente nove meses após a celebração do dogma da sua Imaculada Conceição, comemorada a 8 de dezembro. O dia 15 de agosto é reservado, no calendário litúrgico, às comemorações associadas à sua dormição e Assunção aos Céus em corpo e alma, num dogma de fé proclamado em 1950.



Fig. 2 Poça de São João, em Vilarinho das Cambas

Autoria: Diogo Cardoso

desde a anunciação do seu nascimento. O relato descrito no Evangelho de São Lucas dá-nos então conta de que viviam na Judeia – Zacarias e Isabel – um casal idoso que não possuía descendência. Estando certo dia no Templo, Zacarias foi visitado pelo Anjo Gabriel para lhe revelar que a sua esposa iria conceber um filho, apesar da sua idade avançada, ao qual seria dado o nome de João. Incrédulo, Zacarias duvidou das palavras do Mensageiro de Deus e, como punição, viu-se privado da sua fala até ao dia do nascimento da criança³. Foi precisamente na altura em que procuravam dar o nome ao recém-nascido que Zacarias recuperou da sua mudez e revelou que o nome dado à criança seria aquele que lhe havia sido revelado pelo Anjo: João⁴, que significa “agraciado por Deus”. É precisamente no final do primeiro capítulo do Evangelho de São Lucas que está redigido o célebre Cântico de Zacarias, conhecido como

Benedictus, no qual é enaltecida a presença divina de Deus Salvador, num texto solene, que procura uma articulação com a História da Salvação⁵:

“E tu, menino, serás chamado profeta do Altíssimo, porque irás à sua frente a preparar os seus caminhos, para dar a conhecer ao seu Povo a Salvação pela remissão dos seus pecados, graças ao coração misericordioso do nosso Deus, que das alturas nos visita como sol nascente⁶.”

Foi na sua juventude que João começou a pregar nas margens do Rio Jordão, batizando os fiéis que dele se abeiravam e que procuravam seguir os seus ensinamentos⁷. Nesse sentido, sobreveio-lhe o cognome de “Baptista” pelo qual é reconhecido. Foi o protagonista das mais eloquentes pregações que alertavam a vinda do

³ Lc 1, 12-20.

⁴ Lc 1, 62-65.

⁵ Lc 1, 68-79.

⁶ Lc 1, 76-78.

⁷ Mt 3, 1-12.

Messias, Jesus Cristo – seu primo – que chegou mesmo a ser batizado por ele no Jordão, num evento narrado nos Evangelhos (Fig. 2).

“A gente deixava desertas as cidades para ouvirem o novo pregador. (...) clamava contra o vício e contra a desordem, sem exceção de classes ou de condições; sem zelo era vivo, mas discreto e (a) sua doutrina sã e sancta.”⁸

Por conta da sua bravura e pregações convincentes, foi preso após denunciar o casamento ilegal de Herodes Antipas com Herodíades, esposa do seu irmão Filipe – abandonado escandalosamente em prol de uma união de fachada com o cunhado. Ofendido com a denúncia, Herodes – que era o tetrarca da Galileia e da Pereia – ordenou a prisão de João mas, reconhecendo nele um homem santo, puro e justo, protegia-o.

Contam-nos os Evangelhos que, certo dia, o rei Herodes organizou um festa na qual Salomé, filha de Herodíades, procurou cativar as atenções dos oficiais da Galileia que se encontravam entre os convidados. Motivado pela beleza e sedução da jovem, Herodes prometeu entregar-lhe o que pedisse. Cúmplice, Salomé recorreu aos execráveis conselhos da mãe que, desagrada com a denúncia feita pelo Profeta, impeliu que pedisse, num prato, a cabeça de João Baptista⁹. E assim foi! Herodes não podia voltar com a sua palavra atrás e, embora não quisesse que esse fosse o fim do Profeta, ordenou aos guardas que cumprissem o desejo da jovem.

“e aquelle sancto homem que vivera toda a sua vida como se fôra um anjo; aquelle digno precursor do Messias, cujo nascimento havia enchido o mundo de gozo, e cuja sancta vida havia sido sua admiração,

viu a sangue frio aproximar-se a morte contente de antecipar-se pelo martyrio á dolorosa que havia de padecer o Salvador, a cujo nascimento se antecipara tambem.”¹⁰

2. A DEVOÇÃO A SÃO JOÃO EM VILARINHO DAS CAMBAS

“Ele declarou: «Eu sou a voz de quem clama no deserto: ‘Endireitai o caminho do Senhor’, como disse o profeta Isaías.»¹¹”



Fig. 3 Venerada Imagem de São João, de Vilarinho das Cambas
Autoria: Diogo Cardoso

8 (Croiset, 1887, p. 412).

9 Mc 6, 22-28.

10 (Croiset, 1887, p. 412).

11 Jo 1, 23.

A devoção a São João Baptista encontra-se disseminada um pouco por todo o concelho de Vila Nova de Famalicão, embora – atualmente – os maiores polos devocionais se centralizem em volta da Igreja Paroquial de Vilarinho das Cambas e da Capela de São João, em Requião.¹²

A singularidade das festas vilarinhenses em honra de São João resulta da execução de um Auto popular que visa a dramatização da vida do Santo. É protagonizado pelos jovens e crianças da freguesia e a sua realização desenvolve-se no domingo festivo; mais concretamente no final da procissão solene, elemento caracterizador por excelência das festas do nosso país. Mas, e dada a investigação desenvolvida no sentido de perceber o panorama devocional sanjoanino no concelho de Vila Nova de Famalicão, foram encontradas notas de uma outra festa em honra de São João que se realizava na freguesia de Landim, cuja particularidade era igualmente assumida pela existência de um Auto popular. Este hábito, segundo Rui Ferreira, que na sua dissertação de mestrado procurou investigar sobre *As Festas de São João em Braga*, foi inspirado no Carro dos Pastores da capital do Minho¹³ que assume, igualmente, semelhanças com o Auto de São João de Vilarinho das Cambas. A grande diferença, é que ao passo que a tradição vilarinhense trata vários passos da vida do Santo Precursor, as tradições landinense e

bracarense, focam as suas atenções – exclusivamente – na envolvência do nascimento do Baptista. Os textos que atualmente compõem o Auto dramatizado em Vilarinho inspiram-se na obra literária de Gustavo de Matos Sequeira, como adiante será descrito. Influência essa que não se aplica, nem a Landim, nem a Braga.

“O S. João de Landim difere muito do Auto de S. João escrito por Gustavo de Matos Sequeira e realizado pela insigne atriz Amélia Rei Colaço. Enquanto que este é de feição erudita e compreende a vida inteira e o martírio de S. João Baptista, o S. João de Landim é uma obra curta, de carácter popular, que abrange apenas o nascimento e a infância do Santo Precursor¹⁴.”

Assim, e antes de avançar no desenvolvimento deste artigo, referir então que a figura de São João está há veneração dos famalicenses, para além da Igreja de Vilarinho das Cambas, em espaços como o Mosteiro de Landim, a Igreja de Sezures ou ainda na Matriz Antiga de Vila Nova de Famalicão. No entanto, e apesar de muitas das sedes paroquiais do município famalicense não possuírem – atualmente – uma imagem de São João Baptista, não significa que artisticamente a sua figura não esteja presente nas igrejas concelhias. Até porque o mais comum é que apareça representado a batizar Jesus Cristo, nas comuns telas ou azulejos, dispostas sobre as fontes batismais das paróquias como ocorre, por exemplo, nas Igrejas de Outiz, Esmeriz ou Gondifelos.

De referir também, e segundo a obra de Martins Vieira sobre *As Capelas no Concelho de Vila Nova de Famalicão*, que são seis as ermidas dedicadas a São João distribuídas pelo território famalicense. Cinco delas são privadas e situam-se nas freguesias de Calendário, Nine, Avidos e duas em Delães, sendo que a de Perrelos foi já dedicada a Santa Maria – onde,

12 Sobre esta Capela sabe-se, segundo as Memórias Paroquiais de 1758, que no século XVIII era denominada de Capela de Nossa Senhora da Pedra Leital, da qual se valiam as mulheres que, não tendo leite para alimentar os seus filhos, rogavam a proteção mariana. E esta devoção surgiu porque, nas imediações desta Capela, há um penedo de características geológicas originais que lembram, precisamente, o formato do peito de uma mulher. Apesar de ser esta a invocação da Capela na Época Moderna sabe-se, e através do mesmo documento, que no dia de São João, acorriam alguns romeiros a esta Capela, pedindo a proteção do Santo diante da sua imagem. Conclui-se assim que a presença sanjoanina há muito que se faz sentir naquele mesmo espaço – Escrito conforme as informações de IAN/TT, Dicionário Geográfico, Requião, vol. 31, n.º 70, p. 392.

13 (Ferreira, 2013, p. 79).

14 (Sousa, 1946, p. 27).

segundo a tradição, se terá desenvolvido primitivamente o complexo monástico transferido, posteriormente, para Santa Maria de Oliveira. Já a Capela pública dedicada ao Santo pertence à Paróquia de Requião e foi já atrás mencionada. Por curiosidade, e novamente pela análise das Memórias Paroquiais de 1758, chega-se à conclusão de que, também em Avidos, havia festividades anuais em torno da Capela de São João dos Reis, como é apelidada.

“E de São João dos Reys comcorrem bastantes povos no dia do mesmo Santo, no qual vem os clamores de algumas freiguezias satisfazerem ali seus vótos¹⁵”

Agora que se percebe melhor o panorama da devoção sanjoanina no concelho famalicense, debruçam-se as atenções sobre Vilarinho das Cambas.

Aquela que foi a referência documental mais antiga, encontrada até ao momento, no que concerne à devoção sanjoanina nesta comunidade surge, curiosamente, por um equívoco. Em 1706, o Pe. António Carvalho da Costa na sua *Corographia Portugueza* elenca a paróquia de “S. João de Vilarinho das Cambas¹⁶”. No entanto, sabe-se que o Orago desta freguesia é o Divino Salvador e que essa mesma invocação nunca foi alterada. Assim, e este pormenor da confusão do Orago vilarinhense na listagem do Pe. Carvalho da Costa, pode ser indicador da antiguidade e enraizamento da devoção para com o Precursor do Salvador em Vilarinho das Cambas, nos alvares do século XVIII. Não obstante, alude-se igualmente às Memórias Paroquiais de 1758 que notificam que – à época – havia na Igreja Paroquial, um altar lateral dedicado à figura do Baptista.

“O orago desta freguesia he o Salvador. Tem tres altares, o mor he do Sacramento, outro de Nossa Senhora da Paz e o outro de S. João Batista, não tem Irmandade e he de huã nave so¹⁷”.

No entanto, este mesmo documento em nenhum momento alude às festividades sanjoaninas na comunidade, nem tampouco ao Auto de São João. As primeiras notícias encontradas até ao momento que indicam as festas desta freguesia encontram-se descritas no *Portugal Antigo e Moderno* e datam de 1886.

“As festas principaes que hoje aqui se celebram são duas: – S. João Baptista, a 24 de junho, – e Nossa Senhora da Paz, no dia da Assumpção¹⁸”.

Já um dos primeiros dados que indicam a existência do Auto de São João datam dos alvares do século XX e chegam até nós através da imprensa local. No entanto, o depoimento que agora se expõe data, concretamente, do ano de 1934. Foi escrita pela mão do Pe. Leopoldino Mateus, um antigo pároco de Santa Eulália de Balasar e foi editada após uma recolha, e devida transcrição, feita por José Ferreira. Atenemos no seu testemunho:

“No dia de S. João fui de passeio à freguesia de Vilarinho das Cambas, do vizinho concelho de Vila Nova de Famalicão, onde se realizava a festa do Santo Precursor de Cristo (...). Assisti ao desfile da procissão, dirigida pelo nosso abade e em que foram conduzidos os andores com as imagens de S. Sebastião, Senhora da Paz e S. João. O grande largo fronteiriço à Igreja Paroquial estava repleto de povo das freguesias circunvizinhas para assistirem à exibição do

15 IAN/TT, Dicionário Geográfico, Avidos, vol. 5, n.º 59, p. 896.

16 (Costa, 1706, p. 323).

17 IAN/TT, Dicionário Geográfico, Vilarinho de Cambas, vol. 41, n.º 323, p.1947.

18 (Pinho Leal, 1886, p. 1337).

Carro dos Pastores. Este carro é uma imitação do de Braga e as crianças, apesar de rústicas, não representaram menos mal o nascimento do Baptista, despertando entusiasmo os bailados dos pastores acompanhados pela música. Foi uma festa simples que muito agradou os forasteiros que a viram. Parabéns à comissão¹⁹.”

Já no dia 1 de julho de 1956, foi publicada no Jornal “Estrela do Minho”, uma reportagem relativamente às festas de São João, da qual se expõe as principais ideias:

“O domingo passado foi de festa grande na freguesia de Vilarinho. População pacata, dedicada inteiramente à sua festa do São João, ofereceu aos seus milhares de visitantes um espetáculo raro e de cor, em que se fez lembrar aos velhos os seus tempos de infância e aos forasteiros, que viram os seus olhos marejar-se de lágrimas, o amor e o carinho com que veneram e festejam dentro da mais rigorosa tradição o seu santo titular (...). Às 15:00 naquele campanário tão alto (...) o sino chamou... e ninguém se fez esperar. Às 16 em ponto (...) lá estava tudo na igreja a orar e à espera do panegírico do glorioso São João (...). Fradelos, Ribeirão, Calendário, Outiz, Famalicão, Brufe e outras tantas freguesias circunvizinhas fizeram comparecer no terreiro a maioria da sua população. Uns diziam que era pequeno e os locais ripostavam, porque a falar francamente nunca ali se juntou tanto milhar de pessoas (...). Mas... faltava o melhor. Sim, porque o que se fez juntar tanta gente foi o «Auto de São João», que o Carro das Ervas, com os seus artistas iriam apresentar. Tudo se comprime, quando uns mansos, mas corpulentos bois surgem ao fundo... e o «boi-bento» (...). Faz-se silêncio absoluto e todos compreendem a sua

razão de ser. É o arauto que vem apresentar o carro e o seu auto. Surgem os pastores, a Senhora, o São José, o Zacarias, a Santa Isabel, o Anjo... e no final do Auto o encantador menino que representa São João e a que não falta o seu branco cordeirinho... A graça infantil com que abençoa a multidão, encanta e prende a numerosa assistência... Aparece no segundo acto São João já crescido, desempenhado o seu papel de precursor (prègar e baptizar) e termina com o baptismo de Cristo, que por sua vez baptiza São João. Aparece em louvor do Santo, a dança pastoril tão alegre e exclusiva, que a multidão segue com curiosidade e encantamento. Foi assim o São João em Vilarinho. Foi assim o São João em Vilarinho. Não o viu? Se houver no próximo ano, vá lá que não perde o seu tempo... É sempre o mesmo, como há cem anos...²⁰”.

3. O AUTO DE SÃO JOÃO DO CARRO DAS HERAS

“um auto feito ao divino
ou obra de devoção
ornada por um hino
em honra de São João²¹”

O Auto de São João de Vilarinho é uma típica representação teatral que se terá desenvolvido na freguesia – principalmente – no século XX, muito pela ação dos párocos Augusto Veloso e Alcino Azevedo, que parquiaram a freguesia entre 1942-1958 e 1958-2007, respetivamente. Até ao momento, não se conseguiu apurar a altura exata em que esta tradição começou a embelezar as festividades em honra de São João. No entanto, sabe-se que

19 (Mateus, 2018, pp. 45-46).

20 Estrela do Minho (1956, 1 de julho). “O S. João de Vilarinho. Tradição que se viveu”. Estrela do Minho, (s. p.).

21 Auto de São João do Carro das Heras de Vilarinho das Cambas.



Fig. 4 Elenco do Auto São João de Vilarinho das Cambas (2017)
Recuperado a partir de: <https://pt-pt.facebook.com/SAOJOAOemVilarinho/>

já no primeiro quartel do século XX, caracterizavam as festividades locais.

Há notas e pareceres dos paroquianos – se bem que isso ainda carece de veracidade histórica – de que os papéis que atualmente compõem o Auto, foram trazidos da cidade de Braga, através da ação de um vilarinhense que, nos anos 30, servia de sacristão à Igreja do Póculo, sita na cidade dos Arcebispos. Os atuais discursos declamados na dramatização da peça são inspirados nos textos do *Auto de S. João* escritos por Gustavo de Matos Sequeira e realizados por Amélia Rey Colaço, datados de 1936. Se bem que foram acrescentadas e omissas locuções, crê-se que por parte do Padre Augusto Veloso, nos anos em que paroucou Vilarinho das Cambas. Até porque os textos escritos por Gustavo de Matos Sequeira são extensos e complexos, aos quais estão associados um vasto rol de personagens. Em Vilarinho, são apenas quinze os intérpretes: o Romeiro, São João Baptista e Jesus Cristo, Zacarias e Isabel, Nossa Senhora e São José, o Anjo Gabriel,

três pastores, três pastoras, bem como São João Menino (Fig. 4). Como já referido anteriormente, esta dramatização é protagonizada pelos jovens e crianças da freguesia, que de entre declamações e cantos, narram a vida do Baptista à assistência.

É teatralizado sobre um carro agrícola rudimentar, todo ele ornamentado por heras que é puxado por dois bois devidamente embelezados com fitas, flores e pequenas estruturas. À frente, e comandando a trajetória, um outro boi, apelidado de boi-bento, guardado por mulheres vestidas com os típicos trajes minhotos. E faz sentido que este tenha sido o “palco” escolhido pelos vilarinhenses de outrora quando procuraram associar às suas festas esta particularidade (Fig. 5). É que a freguesia possui características marcadamente rurais, apesar de, e como já referido, a parte nascente da freguesia possui atualmente uma das maiores e mais consolidadas áreas industriais do concelho de Vila Nova de Famalicão. O Carro é ornamentado com heras que servem de invólucro a uma



Fig. 5 Representação do Auto São João de Vilarinho das Cambas (2017)
Recuperado a partir de: <https://pt-pt.facebook.com/SAOJOAOemVilarinho/>



Fig. 6 Representação do diálogo entre o Anjo Gabriel e Zacarias (2017)
Recuperado a partir de: <https://pt-pt.facebook.com/SAOJOAOemVilarinho/>

estrutura que é colocada sobre o vagão. É neste espaço onde, num primeiro momento, se ocultam São João Baptista e Jesus Cristo (adultos), bem como o Anjo Gabriel que é subido e descido num elevador manual, manipulado através de roldanas pelos atores que representam João e Jesus.

Após os momentos altos do nascimento do Baptista e conseqüente mudança de Ato, João e Cristo apresentam-se à comunidade, saindo da mencionada estrutura – que podemos apelidar de *Parascenium* – desenrolando as suas deixas. Na plataforma do Carro, os seis pastores devidamente separados por género, dividem-se simetricamente pelas laterais do espaço. No topo esquerdo fica, durante toda a encenação, Zacarias e, do lado contrário, Isabel. São José e Nossa Senhora tomam lugar nas extremidades opostas a Zacarias e Isabel. Quando surgem João e Jesus em cena – já depois da mudança de Ato – estes procuram lugar junto de Zacarias e Isabel, respetivamente. Todos os cânticos entoados ao longo de toda esta encenação são acompanhados instrumentalmente por uma Banda Musical, assim como os orquestrais que servem de base à Dança dos Pastores.

E agora que se percebe melhor a logística empregue nesta ação, atente-se na descrição da dramatização na peça. O Auto inicia-se com a intervenção da personagem do Romeiro que, trajado à moda clássica, sobe ao estrado e contextualiza a época e o lugar onde a peça se baliza.

“Li a obra. / Estou a par de toda a sua matéria / e venho-a aqui explicar / porque sendo de folgar / vos juro que é muito séria. / Fala das coisas do Céu, / toca nos mistérios da graça, / com que Virgem concebeu / e um Anjo até nela passa, / dizendo o que Deus lhe deu²².”

22 Auto de São João do Carro das Heras de Vilarinho das Cambas.

Após um cântico introdutório dos Pastores, surge-nos então Zacarias que, ajoelhado, lamenta o facto de não ter filhos, rogando ao Senhor tal bênção:

“Ouvir, Senhor, as nossas súplicas / Dai a paz, serenos dias / aos vossos servos fiéis / Isabel e Zacarias²³.”

É então que o Anjo Gabriel, elevado na aludida estrutura através das roldanas e aparecido de entre as heras, lhe comunica a miraculosa conceção de João (Fig. 6).

“João, será o seu nome, / nome pelo Céu mandado, / que dum polo a outro polo, / será sempre festejado. / E será o percursor / do Divino Salvador!²⁴”

Em boa verdade, por se achar velho, Zacarias questiona a veracidade das palavras que lhe são anunciadas e, como punição, vê-se sem fala e audição. Posteriormente, os Pastores entoam um cântico ao “Grande Deus da Piedade” clamando a misericórdia do Senhor e enaltecendo a bondade divina que há de revelar o São João ao mundo. Num momento posterior, o Anjo Gabriel volta a surgir de entre as heras, saudando Nossa Senhora e anunciando a conceção miraculosa de Jesus, o Filho de Deus.

Após o desaparecimento do Anjo, a Virgem aproxima-se de Isabel, recriando o episódio da Visitação de Nossa Senhora, descrito no Evangelho de São Lucas. Assim, e após a saudação inicial, Isabel recorda o êxtase sentido ao rever a sua parente. De seguida, o Anjo canta o nascimento de São João que entra em cena, como um menino, e é alvo de honras e elogios por parte dos intérpretes:

23 Auto de São João do Carro das Heras de Vilarinho das Cambas.

24 Auto de São João do Carro das Heras de Vilarinho das Cambas.

“Eis aí o homem, / por Deus mandado...
/ Quem celebrar o seu nome, / João
chamado!²⁵”

A certa altura, a figura de São José questiona sobre o nome que será dado ao menino. Uma pastorinha sugere que tome o nome do pai, Zacarias, nome que não cai nas graças de Isabel. É então clamada a intervenção de Zacarias que escreve numa tábua, com uma pena de pavão: “João será o seu nome”. Aquele que, desde o anúncio do Anjo Gabriel ficara surdo e mudo durante os meses de concepção do Santo, via-se agora recuperado dos seus sentidos. Posto isto, é tempo de o casal louvar a Deus, agradecendo a vida de João:

“Este formoso menino, que dos Céus nos
foi mandado / faz hoje minhas delícias, meu
consórcio abençoado²⁶.”

Segue-se um ambiente festivo, altura em que o Anjo é elevado pela última vez entoando a “Memória de João”. Os Pastores (Fig. 7), por sua vez, entoam igualmente um cântico e veneram o Santo, oferecendo-lhe uma coroa de flores, uma bandeirinha e um cordeiro, os elementos iconográficos caracterizadores da figura do Baptista:

“Este Carneiro / da cor de arminho / se oferece
à gente / de Vilarinho²⁷.”

Completa esta envolvente festiva, o menino que representa São João, é retirado do estrado e guardado no *Parascenium*. De seguida, o Romeiro inicia a “nova Era”, fazendo a ponte entre a infância e a idade adulta de São João e Jesus Cristo, profetizando o fim da vida de ambos:

25 Auto de São João do Carro das Heras de Vilarinho das Cambas.

26 Auto de São João do Carro das Heras de Vilarinho das Cambas.

27 Auto de São João do Carro das Heras de Vilarinho das Cambas.

“Ides vê-los os dois: João e Jesus; / um a
caminho de uma crua espada / outro na
senda da Divina Cruz²⁸.”

Inicia-se assim o segundo Ato do Auto (Fig. 8). Saindo do *Parascenium*, entra em cena a figura de São João, já adulto, que se apresenta como a “voz que clama no deserto”. Veste peles de camelo e é alimentado por gafanhotos e mel silvestre e prega aos ouvintes um sermão que alude à penitência como forma de remissão dos pecados. Jesus, também Ele já adulto, sobe igualmente ao estrado, solicitando o batismo de João. É este o ponto alto da dramatização:

“Eis que os Céus se abriram! O Espírito Santo desceu em forma de pomba, pousou sobre Jesus e dos Céus se ouviu uma Voz que dizia: «Este é o meu Filho muito amado, em quem pus toda a minha complacência²⁹...»”

Na reta final do Auto, o Romeiro volta a aparecer em cena, lembrando da continuidade da vida de João e Jesus, aludindo aos milagres que o Salvador fez na Galileia, curando enfermos e ressuscitando mortos. Quanto ao Baptista, recorda, com eufemismo, a sua morte que – como já acima descrito – se deu como consequência da sua decapitação, a pedido de Salomé a Herodes:

“É este o quadro que começa; / ameaça trágica e completa, / sobre essa pálida cabeça
/ de Percursor e de Profeta³⁰.”

Ao som de uma melodia, os Pastores encerram o Auto, dançando em honra de São João.

28 Auto de São João do Carro das Heras de Vilarinho das Cambas.

29 Auto de São João do Carro das Heras de Vilarinho das Cambas.

30 Auto de São João do Carro das Heras de Vilarinho das Cambas.



Fig. 7 Representação do Cântico dos Pastores (2017)
Recuperado a partir de: <https://pt-pt.facebook.com/SAOJOAOemVilarinho/>



Fig. 8 Representação do Segundo Ato do Auto (2017)
Recuperado a partir de: <https://pt-pt.facebook.com/SAOJOAOemVilarinho/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta é, como perceptível, uma tradição riquíssima do ponto de vista cultural, etnográfico, social e religioso. Segundo os dados recolhidos, esta teatralização sanjoanina não tem uma regularidade anual, sendo representada somente nos anos em que é estabelecida uma Comissão de Festas. Assim, esclarece-se que terá deixado de se realizar por volta do ano 2000, sendo retomada em 2013. Nos anos subsequentes, até ao ano de 2017, continuou a cumprir-se. Desde então, e dada a falta da devida Comissão, o Auto de São João permanece sem ser apresentado à comunidade e demais visitantes, curiosos ou devotos, no domingo mais próximo do dia 24 de junho.

Apesar de ser possuidor de um título que destaca São João, em boa verdade esta dramatização narra, não só a história do Percursor, como também a do Messias, o que faz total sentido uma vez que ambos – hagiográfica e teologicamente – são indissociáveis. Também o facto de o Orago desta freguesia ser o Divino Salvador merece atenção porque, através do Auto, o público passa então a reconhecer não só a história do Santo Popular, como também a do Padroeiro da sua Paróquia.

Tendo em vista a valorização e eternização desta tradição já tão enraizada na comunidade, a Junta de Freguesia encomendou, em 2011, um mural azulejar com cerca de quarenta metros que visa retratar a história, lendas e tradições de Vilarinho das Cambas, na qual o Auto de São João está – naturalmente – representado

Fig. 9 Panorâmica do Painel Azulejar de Vilarinho das Cambas
Autoria: Diogo Cardoso



(Fig. 9). No mesmo sentido, e numa parceria das autarquias locais com “A Casa ao Lado”³¹ foi recriado, em julho de 2022 e através do projeto *Urban Youth*³², um mural representativo desta mesma tradição, envolvendo nesta iniciativa os jovens da comunidade (Fig. 10).

31 O Centro Artístico “A Casa ao Lado” nasceu em Vila Nova de Famalicão no ano de 2005 e assume como principal objetivo a dinamização social e cultural, através da educação artística, intervenções urbanas e inclusão social – redigido a partir das informações disponíveis em: <https://www.acasaalado.com/>

32 O projeto *Urban Youth* está estabelecido em parceria entre “A Casa do Lado” e a Casa da Juventude de Famalicão. É um projeto que tem vindo a ser desenvolvido nas freguesias do município, procurando, agregar jovens e associá-los a projetos de intervenção artística, tal como ocorreu já, em Vilarinho das Cambas – redigido a partir das informações disponíveis em: <https://www.acasaalado.com/>

O Santo Popular que mora no coração dos portugueses, tem em Vilarinho das Cambas uma especial e única tradição que visa, não só comemorar e divulgar o seu miraculoso nascimento, como de todos os seus feitos e virtudes que o elevam à honra dos altares. Em comemoração do seu patrocínio, jovens e crianças cantam hinos à sua conceção, dançam popularmente em sua homenagem e dramatizam os episódios marcantes da sua vida, fazendo as delícias do público. Do auditório, composto por velhos e novos, fregueses e forasteiros, devotos e curiosos, destacam-se os antepassados que participaram ativamente na estruturação e enraizamento desta tradição, o bilhete-postal desta comunidade. É a este passado que devemos o futuro do Auto! São João é do mundo, de Portugal e de Vilarinho!

Fig. 10 Pormenor do Painel *Urban Youth* de Vilarinho das Cambas
Autoria: Diogo Cardoso



REFERÊNCIAS

- Capela, José Viriato (coord.) (2005). *História de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Quasi.
- Costa, Pe. António Carvalho da (1706). *Corografia Portuguesa, e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem; Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bifpos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas obfervaçoens. Tomo Primeyro*. Lisboa: Officina Valentim da Costa Deslandes.
- Croiset, Pe. João (1886). *Anno Christão ou Exercicios Devotos para todos os dias do anno | Tomo Segundo*. Porto: Editor – António Dourado.
- Croiset, Pe. João (1887). *Anno Christão ou Exercicios Devotos para todos os dias do anno | Tomo Terceiro*. Porto: Editor – António Dourado.
- Estrela do Minho (1956, 1 de julho). “O S. João de Vilarinho. Tradição que se reviveu”. *Estrela do Minho*, (s. p.). Disponível em: <http://famalicao.pub.bibliopolis.info/OPAC/Register/Index/819fd9a7-e9e9-4ff3-98ec-327c684279b3>
- Ferreira, Rui Manuel Gomes (2013). *As Festas de São João em Braga: Raízes, História e Potencial Turístico*. Braga: Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/28271>
- Gomes, Paulino (1996). *Famalicão: Terras de Vila Nova*. Paços de Ferreira: Anégia Editores.
- IAN/TT, Dicionário Geográfico, Avidos, vol. 5, n.º 59, pp. 893-904.
- IAN/TT, Dicionário Geográfico, Requião, vol. 31, n.º 70, pp. 385-400.
- IAN/TT, Dicionário Geográfico, Vilarinho de Cambas, vol. 41, n.º 323, pp.1947-1948.
- Mateus, Pe. Leopoldino Rodrigues; Ferreira, José (compil.) (2018). *Noticiários Balasarenses das Décadas de 1930 e 1940*. Póvoa de Varzim: Edição do Autor.
- Pinho Leal, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de (1886). *Portugal Antigo e Moderno – Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande numero de aldeias – Decimo Primeiro Volume*. Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão.
- Sequeira, Gustavo de Matos (1936). *Auto de S. João*. Lisboa: [s.n.]
- Sousa, Maria Clementina Pires de Lima Tavares de (1946). “S. João de Landim”. In: *Monografia das festas ao São João em Portugal*. Porto: Tip. Costa Carregal (pp. 24-27).
- Vieira, Martins António (2000). *As Capelas no Concelho de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

3.6 A emigração para França no entreguerras e os Famalicensees no esforço de guerra do III Reich

↳ **TEXTO** CLÁUDIA NINHOS, CRISTINA CLÍMACO, ARMINDA FERREIRA, ANTÓNIO CARVALHO E ANSGAR SCHAEFER

Este texto é uma breve apresentação dos resultados obtidos no âmbito da investigação para os conteúdos da exposição “Trabalhadores Forçados Portugueses no III Reich e os Famalicensees no Sistema Concentracionario Nazi”, que esteve patente na Casa do Território, entre 17 de julho e 19 de dezembro de 2021, e das comunicações apresentadas no “II Encontro – De Famalicensee para o Mundo: Migrações e Trabalho Forçado em Contexto de Guerra”¹, no auditório da Casa das Artes, nos dias 24 e 25 de setembro de 2021, no âmbito do programa educativo e cultural “De Famalicensee para o Mundo: contributos da História Local”² do município de Vila Nova de Famalicensee.

O programa educativo e cultural “De Famalicensee para o Mundo” apresenta o mapeamento de um conjunto de propostas e sugestões pedagógico-didáticas, com o intuito de se atribuir à História e ao Património Local mais relevância para os alunos, concedendo-lhe maior visibilidade nos conteúdos programáticos, especialmente em História, na sua relação e em articulação com as aprendizagens essenciais da História Nacional e Universal, desde o 1.º

1 “Entre testemunhos e documentos – o longo caminho da investigação”, comunicação apresentada por Cláudia Ninhos, Cristina Clímaco, António Carvalho e Ansgar Schaefer (IHC/NOVA – FCSH) e “A emigração portuguesa em França no entreguerras”, por Cristina Clímaco (IHC/NOVA – FCSH e Universidade de Paris 8) e Arminda Ferreira (CMVNF).

2 Consultar documento em http://www.famalicaoeducativo.pt/_de_famalicao_para_o_mundo_contributos_da_historia_local

ciclo do Ensino Básico ao Ensino Secundário³. Trata-se de um programa educativo e cultural que pretende destacar o estudo do património e a história local, a partir de evidências históricas do património material (monumentos e sítios históricos), do património imaterial (tradições, folclore, expressões artísticas, etc.), do património natural e do património humano (das personagens históricas que se destacaram pelo seu valor humano e pela obra que nos legaram). De realçar que, apesar de assumir enfoque relevante na História, é desejável que outras disciplinas (Geografia, Línguas, Filosofia, Ed. Visual/Artes Visuais, Matemática, Ciências, ...) colaborem no sentido de articular conhecimentos sob várias perspetivas e, assim, possibilitar aos estudantes construir uma visão mais abrangente do Mundo⁴.

Entremos pois no tema. Antes da I Guerra Mundial, o número de portugueses em França era bastante reduzido, como se depreende do Quadro I – Portugueses em França antes de 1916 – e o relativo equilíbrio entre os dois sexos leva a supor que se tratava de uma emigração familiar.

Quadro I – Portugueses em França antes de 1916							
	1876	1881	1886	1891	1896	1901	1911
Total	1237	852	1292	1331	1280	719	1262
Homens	697	483	723	729	770		
Mulheres	540	369	569	602	510		

Fonte: INSEE, données historiques de la statistique générale de France (<https://www.insee.fr/fr/statistiques/2653233?sommaire=2591397>)

O fluxo migratório para França iniciou-se em 1916, com a assinatura da convenção de mão de obra, concretizada a 28 de outubro desse ano, e através da qual Portugal se comprometeu a fornecer trabalhadores para as indústrias de guerra francesas e para a agricultura durante a duração do primeiro conflito mundial. Os primeiros trabalhadores partiram ainda em 1916, nomeadamente para a fábrica da Schneider, no Creusot, com contratos de 6 meses, entre eles o famalicense **Manuel Vieira da Silva** (Ver capítulo Biografias). Em julho de 1917 trabalhavam já em França 5.560 operários, principalmente nas fábricas de material de guerra do Creusot e de Bourges⁵. Segundo Georges Mauco, autor da primeira tese sobre os estrangeiros em França, o número de operários

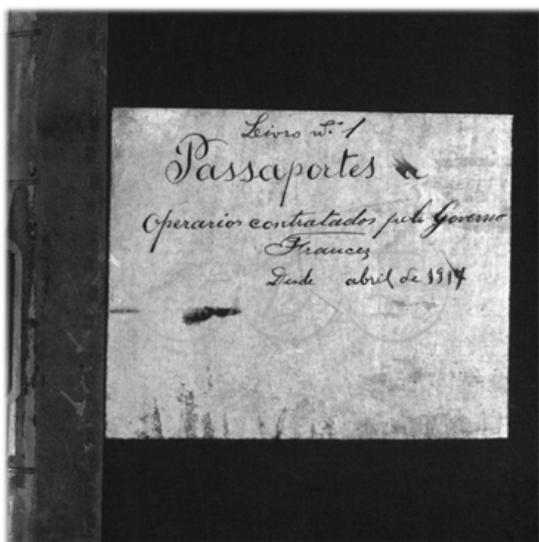
3 Ferreira, A; Alves, L; Barca, I. (coord.) (2018). "De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local". Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e CITCEM/FLUP.

4 Ferreira, A; Alves, L; Barca, I. (2018/2019). Aprender e Ensinar História: assumir a localidade como laboratório didático, Boletim Cultural, V série, número 12/13. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão: Vila Nova de Famalicão. pp. 404-422.

5 Nogaro, B. (1920). "L'introduction de la main d'oeuvre étrangère pendant la guerre", in *Revue d'Economie Politique*, vol. 34, n.º 6, pp. 719-720.

portugueses na indústria durante a I Guerra atingiria um total de 22.850 indivíduos⁶, desconhecendo-se o seu número no sector agrícola.

Note-se, no entanto, que a contabilização geral diverge em função das fontes utilizadas⁷. Uma das dificuldades em conhecer o número real de trabalhadores portugueses, que partiram para França no âmbito da Convenção de 1916, prende-se, em parte, com o facto de serem emitidos passaportes coletivos (Ver figura 1), em que não são discriminados os nomes dos trabalhadores, mas apenas indicado o número de indivíduos que compõem o grupo⁸. Ainda que o fenómeno seja marginal, alguns trabalhadores partiram acompanhados pela família, informação que escapa igualmente nos passaportes coletivos.



Nº 1	Passaporte a Interior da Silva, para Inglaterra levante 282 operários em 25 de Agosto de 1917
Nº 2	Passaporte a Carl Albert Pinte da Costa para França levante 60 operários em 27 de Agosto de 1917
Nº 3	a Serafim dos Santos p.º França levante 78 operários em 28 de Agosto de 1917
Nº 4	a Carl Gomes Ribeiro p.º Inglaterra levante 247 operários em 28 de Agosto de 1917
Nº 5	a Francisco Cardoso p.º França levante 111 operários em 31 de Agosto de 1917
Nº 6	Angelina da Penha para p.º França levante 2 mulheres e 3 filhos em 31 de Agosto
Nº 7	Alfredo Rodrigues da Costa p.º França levante 95 operários em 3-7-17
Nº 8	Augusta da Penha Moraes p.º França levante 8 mulheres e 9 crianças em 3-7-17

Fig. 1 Livro de Passaportes Coletivos.

Fonte: Arquivo Distrital do Porto

Segundo o Instituto dos Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral (ISSOPG), que dirigiu a política de emigração até 1923, a presença portuguesa em França reduzir-se-ia à medida que terminassem os contratos e que ocorresse o subsequente repatriamento dos trabalhadores⁹. Se é verdade que a

⁶ Mauco, Georges (1932). *Les Étrangers en France, étude géographique sur leur rôle dans l'activité économique*. Armand Colin. Paris.

⁷ Para uma passagem em revista das várias estimativas e fontes cf. Volovitch-Tavares, M.C. (2014).

⁸ Para uma estimativa dos pedidos de passaportes cf. Alves, Jorge (1988). Operários para França e Inglaterra (1914-1918). Experiências da emigração portuguesa intra-europeia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, História, Série II, Vol. 05. pp. 317-322.

⁹ Arquivo Histórico-Diplomático, P2, 43, M125.

maioria dos trabalhadores foi repatriada no final do contrato, o que o ISSOPG não refere é que, com o fim da I Guerra Mundial, se iniciou uma nova vaga de emigração para a Europa.

A França sofreu perdas demográficas importantes, estimadas em um milhão e quatrocentos mil soldados mortos, e um número significativo de mutilados de guerra, para além das vítimas civis. O país encontrava-se a braços com um grave problema de falta de mão de obra para a reconstrução das zonas devastadas (correspondendo a 7% do território francês) e para relançar a produção económica nacional, tanto industrial como agrícola.

A partir de 1919, a França procurou negociar novos acordos de mão de obra com vários países europeus, nomeadamente com Portugal. No entanto, a política portuguesa de emigração regressou a uma linha tradicional, procurando canalizar os fluxos para as colónias africanas e, secundariamente, para o Brasil, ainda que, no discurso oficial, a prioridade fosse dada a um grande projeto de desenvolvimento da agricultura metropolitana, para o qual seriam orientados todos os braços disponíveis, mas que nunca foi executado. O governo português procurou temporizar as negociações, arrastando-as durante duas décadas, o que abriu a porta a uma emigração não enquadrada e muitas vezes clandestina.

Como referido, a política de emigração foi dirigida, até 1923, pelo Instituto dos Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral, francamente hostil ao acordo, sendo depois desta data confiada à Inspeção Geral dos Serviços de Emigração¹⁰, que restringiu a saída de trabalhadores agrícolas, nomeadamente de trabalhadores sazonais para Espanha, e intensificou a repressão da emigração. Ao longo da década de 1920, o volume de partidas para França suscitou preocupação aos proprietários rurais, que temiam perder uma mão de obra abundante e barata, pelo que pressionaram o Governo para que adotasse medidas restritivas. Apoiando esta pressão, “O Século” publicou, em maio de 1924, artigos alarmistas sobre o número de portugueses em França, afirmando que este rondaria os 100 mil indivíduos, a maioria dos quais operários agrícolas, e avançando como fonte o cônsul português em Brest¹¹.

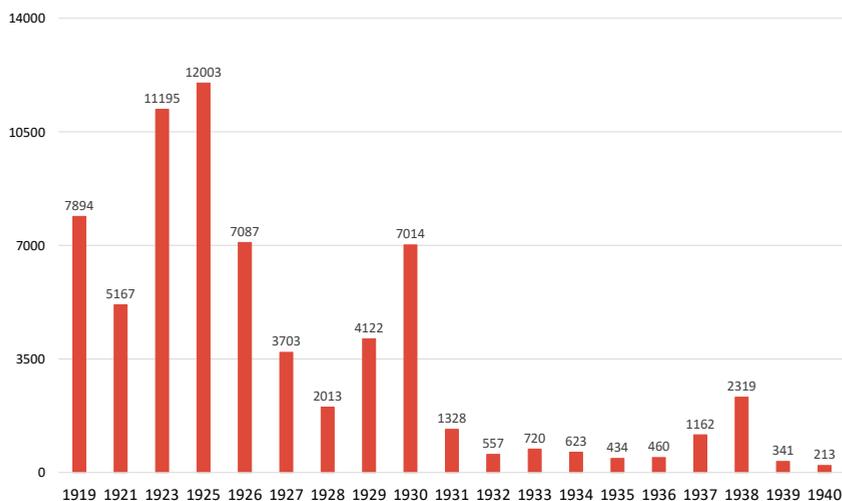
O número de Portugueses em França aumentou rapidamente após a I Guerra Mundial (Ver gráfico 1).

O Anuário Estatístico colocava a emigração para França inicialmente na categoria «Europa», remetendo-a, a partir de 1936, para «outros países». Assim, não é possível obter dados estatísticos detalhados, por países, a partir das fontes portuguesas. Sabemos, no entanto, que os dois principais países de emigração na Europa eram França e Espanha, sendo residual para os demais estados, ainda que os fluxos não se aproximassem dos da emigração para o Brasil no mesmo período (Ver gráfico 2).

10 Santos, Y. (2014). *A Junta Nacional de Emigração e a Política de Emigração no Estado Novo*. Tese de Doutoramento em História. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. p. 44.

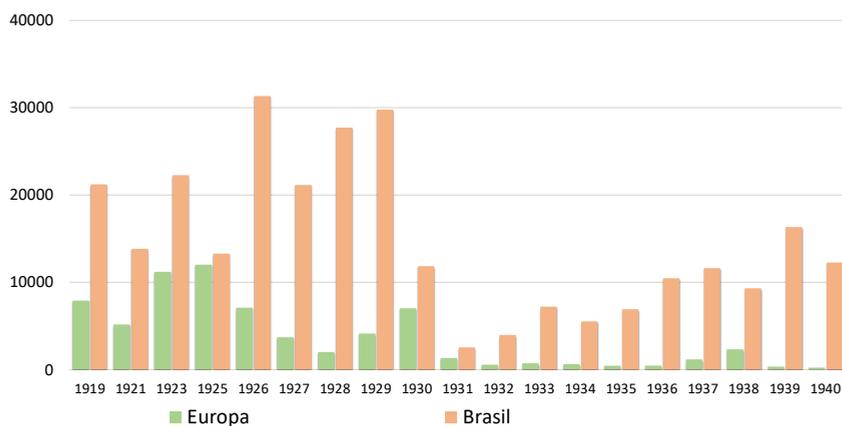
11 Bureau international du travail, *Informations sociales*, 18 juillet 1924, pp. 73-74.

Gráfico 1 Emigração legal para a Europa



Fonte: Anuário Estatístico de Portugal.

Gráfico 2 Comparativo da emigração legal para o Brasil e para a Europa

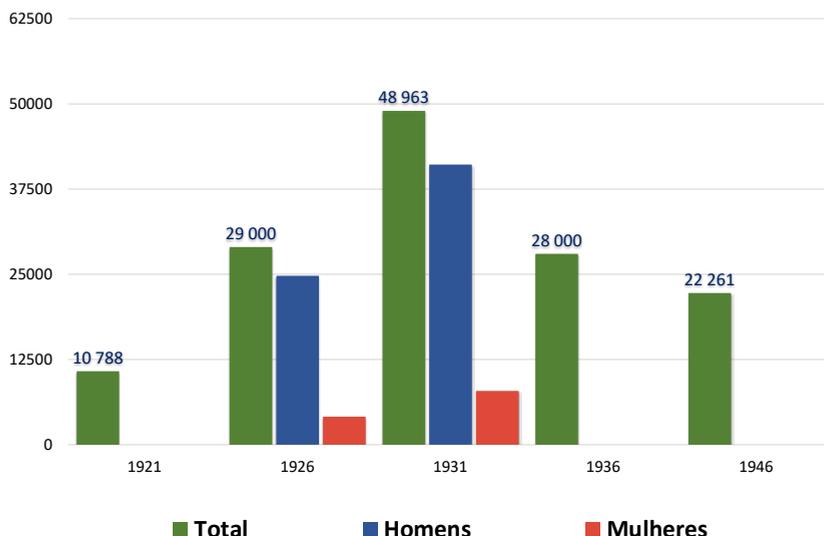


Fonte: Anuário Estatístico de Portugal.

No pós-guerra, aos olhos dos candidatos à emigração, a França surgia como um país de oportunidades e de trabalho. Os fluxos migratórios aumentaram de forma gradual ao longo dos anos 20, tornando-se a França num novo destino da emigração portuguesa (Ver gráfico 3).

Na atratividade da França tiveram, certamente, um enorme peso as informações difundidas pelos soldados do Corpo Expedicionário Português (CEP) aquando do regresso à pátria após a desmobilização. Se um certo número de soldados solicitou a imediata desmobilização em França e permaneceram neste país, outros retornaram nos anos seguintes. O mesmo fenómeno de retorno àquele país aconteceu com os trabalhadores contratados durante a guerra.

Gráfico 3 Portugueses em França entre 1921 e 1946



Fonte: INSEE (dados do recenseamento).

A emigração para França de um trabalhador desencadeava, em muitos casos, a de outros membros da família ou de vizinhos, dando lugar a uma emigração “em rede”. Foi o caso da família Bento da Silva¹², em que um irmão de Celestino e dois irmãos de Rita se encontravam emigrados em França em 1932 (Ver Biografia de Celestino Bento da Silva).

Numa das fábricas de Saint-Fons, na periferia de Lyon, berço da indústria química, a maioria dos operários eram portugueses, ali chegados por recomendação de compatriotas. Em 1933, dos 682 estrangeiros residentes neste município, 82 eram portugueses, ou seja, cerca de 12% da população estrangeira de Saint-Fons¹³. Embora o recrutamento organizado fosse interdito em Portugal, as autoridades portuguesas toleravam a emigração espontânea. Empregadores franceses chegaram a enviar de forma informal agentes recrutadores, munidos de contratos de trabalho, para recrutarem em Portugal. Na posse de um contrato de trabalho, o candidato à emigração poderia solicitar, junto do Governo Civil do distrito de residência, o passaporte de emigrante. Os agentes recrutadores franceses operavam oficiosamente em Portugal, através de angariadores e engajadores, ou de agências de passagens e passaportes. Estas publicavam anúncios nos jornais, muitas vezes enganosos e/ou fictícios, com o intuito de atrair candidatos para irem trabalhar em França. Neste caso, eram as próprias agências que se ocupavam de todos os trâmites do processo de emigração,

¹² Archives Nationales (France), BB11, dossier de naturalisation 30936X32.

¹³ Baroin, H. (1935). *La main-d'oeuvre étrangère dans la région lyonnaise*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Direito. Universidade de Lyon. Lyon. p. 98.

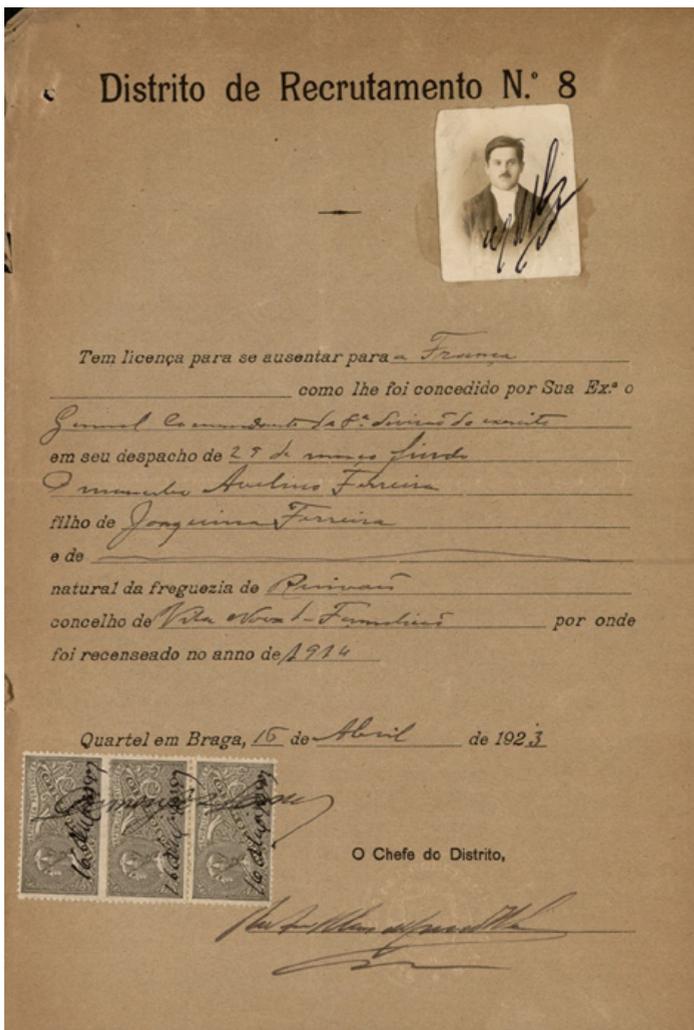


Fig. 2 Licença militar.
Fonte: Arquivo Distrital de Braga

nomeadamente do pedido de passaporte¹⁴. O processo era iniciado na sede do concelho de residência, mediante apresentação de licença militar (Ver figura 3), do registo criminal (Ver figura 4) e do termo de abonação de identidade (Ver figura 5). O administrador do concelho passava então uma guia de pedido de passaporte, que o futuro emigrante apresentava no governo civil para solicitar o documento de viagem. Por sua vez, o contrato de trabalho tinha de ser visado pelo consulado português da área de localização da empresa onde o trabalhador exerceria a sua atividade, o que implicava que o contrato fosse enviado para França e, uma vez visado, reenviado para Portugal. Tudo isto tornava o processo

¹⁴ Sobre a evolução do passaporte cf. Monteiro, I. (2011). Os passaportes: do enquadramento legal à prática (1855-1926), Um passaporte para a terra prometida. Org. Fernando de Sousa; et al (org.). Fronteira do Caos Editores: Porto. pp. 117-135.

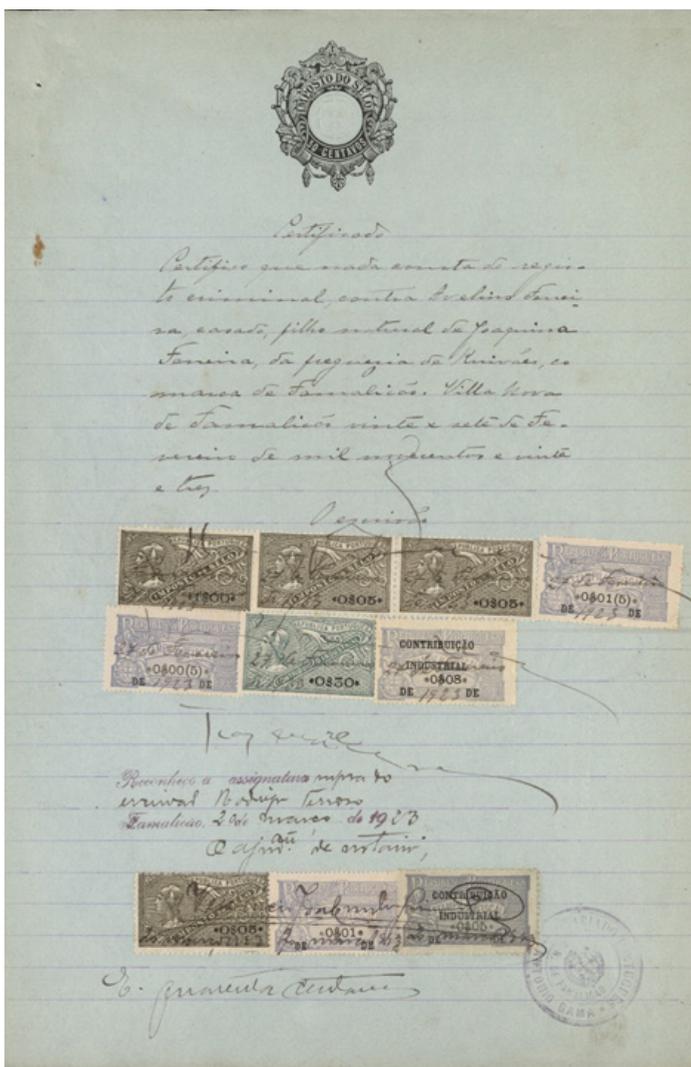


Fig. 3 Registo Criminal.
Fonte: Arquivo Distrital de Braga.

moroso e, sobretudo, dispendioso (Ver figura 6, 7 e 8). Para os estudiosos da imigração portuguesa em França, o visto consular fornece uma preciosa informação sobre as profissões exercidas pelos trabalhadores, assim como sobre a variação geográfica dos salários. Uma vez em posse do contrato visado e do passaporte, o emigrante poderia iniciar a viagem até ao país de destino. Contudo, contrariamente à ideia de uma viagem por via marítima, como durante a I Guerra, a consulta dos dossiers de pedido de passaporte de famalicenses mostra que a saída dos emigrantes legais para França no entreguerras se fazia por Barca d’Alva, que desde 1887 ligava o Douro à Europa, doravante porta de saída da emigração para a Europa por imposição das autoridades portuguesas (Ver figura 9).

Fig. 7 Visto do Consulado de Portugal em Lille.
 Fonte: Arquivo Distrital de Braga.

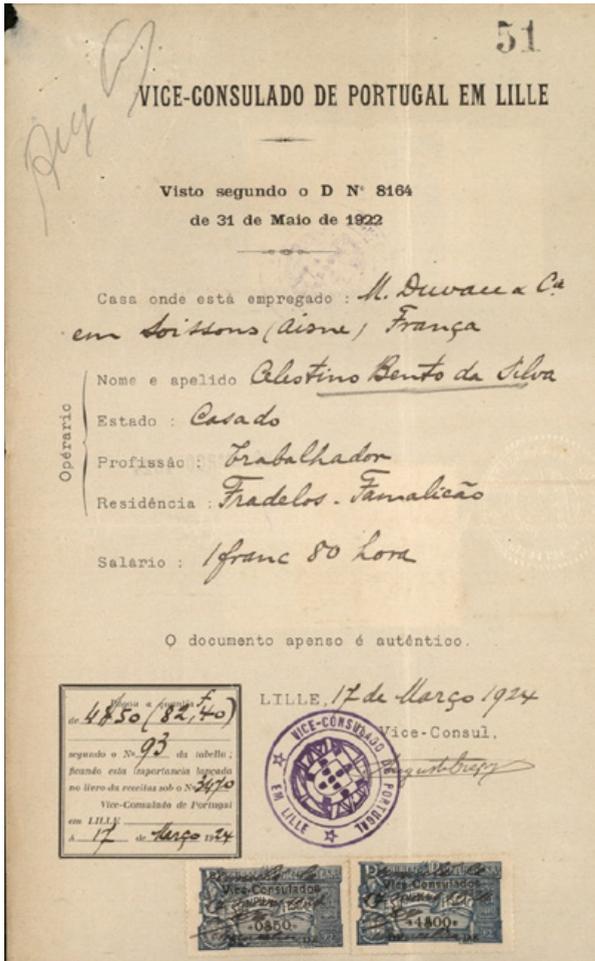
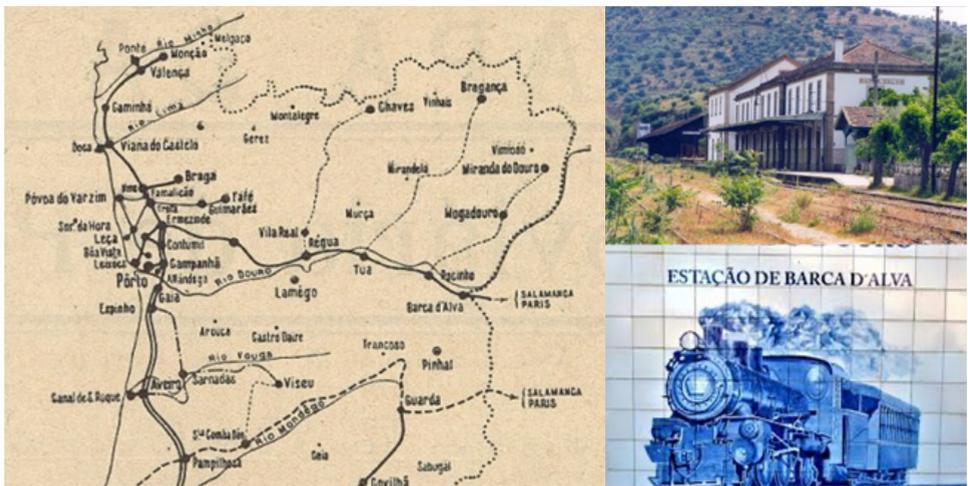


Fig. 8 Mapa do Norte de Portugal com realce para a fronteira de Barca d' Alva. Estação ferroviária de Barca d' Alva.
 Fonte: <https://www.wikiwand.com/pt>



A gestão da emigração para a Europa, que competia até 1920 ao Ministério do Trabalho, passa para o Commissariado Geral dos Serviços de Emigração, sob tutela do Ministério do Interior e, posteriormente, em 1934, para a responsabilidade da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE). Outros emigrantes partiam para França sem contrato de trabalho, num movimento ilegal de saída do país, mas que não correspondia forçosamente a uma emigração clandestina do ponto de vista do país de acolhimento, que a designa de “emigração espontânea”. Numerosos trabalhadores concentravam-se na fronteira franco-espanhola, onde os patrões franceses enviavam angariadores para captar esta mão de obra “espontânea” (portuguesa e espanhola) antes mesmo da sua entrada no país. Uma vez em França, os trabalhadores, quer fossem ou não portadores de um contrato de trabalho, eram encaminhados para o Depósito de Hendaia¹⁵, onde os serviços de mão de obra industrial e agrícola, assim como a polícia, controlavam os contratos e os documentos de identidade e de viagem. No entanto, em período fasto de emprego, como os anos 20, não era difícil contornar o Depósito e entrar clandestinamente em França, com posterior regularização.

Outra característica da emigração para França no entreguerras é o facto de ser feita muitas vezes por “etapas”, que decorre em grande parte do modo como se processava a emigração para Espanha, e para a qual faltam estudos. O migrante aproximava-se gradualmente da fronteira francesa que acabava por atravessar, aproveitando o facto de, desde 1917, a Espanha dispensar os trabalhadores sazonais de passaporte, bastando apenas declararem-se junto das autoridades locais espanholas (contudo, o acordo luso espanhol de 1931, condicionava a travessia da fronteira à apresentação do bilhete de identidade). Foi o caso de Artur Rodrigues Paquete, de Almancil, concelho de Loulé, que munido de uma guia válida por 3 meses, emigrou para Espanha em 1929, para trabalhar na construção da linha de caminho-de-ferro. Em abril de 1930 acabou por atravessar a fronteira francesa e instalou-se neste país, trabalhando até 1938 sucessivamente nas minas de Forchambout, Decazeville e Saint-Etienne¹⁶. Entretanto a esposa e os filhos foram ao seu encontro. Foi também no âmbito do reagrupamento familiar que a esposa e os filhos do famalicense Celestino Bento da Silva, natural de Fradelos, se instalaram em França. O chefe de família emigrara em Abril de 1924, com um contrato de trabalho para a empresa *Duvaux et &*, na qualidade de serrador. Após 6 meses de contrato, em outubro, solicitou, junto do vice-consulado de Soissons, autorização para que a esposa e os dois

15 Pereira, V. (2018). “Trier et inspecter les travailleurs étrangers : les dépôts de travailleurs portugais dans le Pays basque de 1916 à 1940”. Em Dornel (org.), *Passages et frontières en Aquitaine: Expériences migratoires et lieux de transit*, Presses Universitaires de Pau et des Pays de l'Adour: Pau. pp. 119-120.

16 ANTT, PIDE-DGS, Proc. PC 885/41.

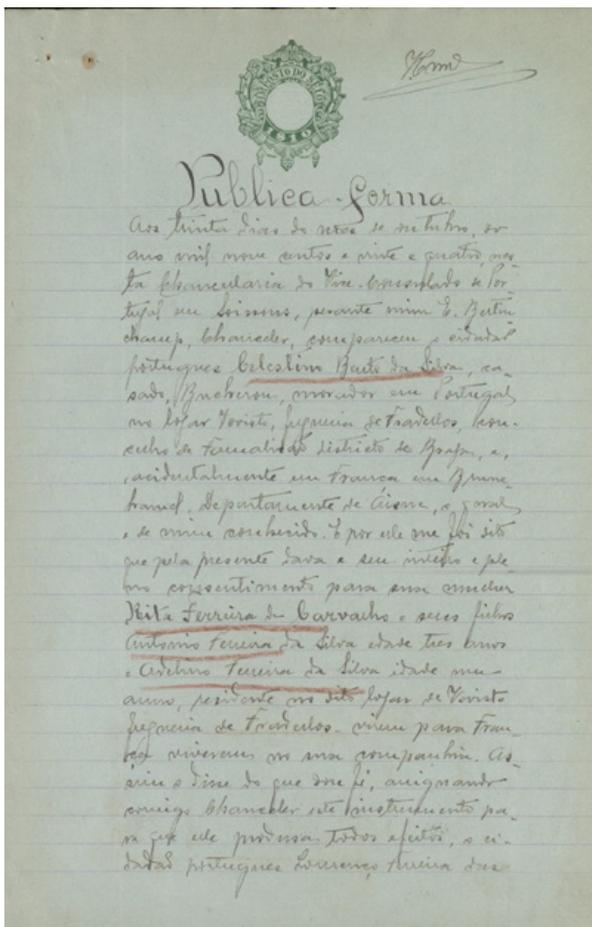


Fig. 9 Carta de chamada da família de Celestino Bento da Silva.
Fonte: Arquivo Distrital de Braga.

filhos se reunissem a si (Ver figura 10). Neste país nasceram seis outros filhos, acabando a família por se radicar definitivamente em França¹⁷.

Na base da motivação para a emigração encontram-se a procura de melhores condições de vida, a fuga à miséria e à fome. No entanto, é necessário também ter em conta o espírito de aventura e o desejo de conhecer novos horizontes, que se manifesta em particular nos jovens adultos e adolescentes. Foi por conta deste espírito de aventura que um grupo de jovens se alistou voluntariamente durante a I Guerra no exército francês, antes da entrada de Portugal no conflito mundial. Foi a conjugação destes fatores que motivou José Vieira, natural de Valença, a emigrar aos 14 anos, percorrendo a pé o caminho que o levou até ao sul de França, acabando mais tarde por se instalar na região mineira de Longwy¹⁸.

¹⁷ Archives Nationales (France), BB11, dossier de naturalisation 30936X32.

¹⁸ Schaefer, Ansgar (2019). "José Vieira - Retrato de um resistente e trabalhador forçado". Vídeo, Kintop, Portugal. Archives des victimes des conflits contemporains (Caen), dossier 21P688534

Os inquéritos consulares¹⁹ oferecem um retrato da emigração portuguesa. Os emigrantes eram oriundos de todas as províncias de Portugal: Minho, Algarve, Trás-os-Montes, Beiras, assim como do distrito de Leiria. No entanto, predominava a região Norte. Uma segunda constatação é a preponderância dos homens e dos analfabetos, que trabalhavam sobretudo na indústria, na construção civil, na agricultura e nas minas, com nuances a nível regional. Relativamente à distribuição geográfica em França, esta é ditada num primeiro tempo pelas necessidades da reconstrução, com as regiões devastadas de Reims (Marne), Arras (Pas-de-Calais), Nancy (Meurthe-et-Moselle), Verdun (Meuse), assim como o departamento da Seine-et-Oise a concentrarem um número importante de operários portugueses (Ver quadro 2). Com o tempo, dá-se uma reconfiguração da distribuição da presença portuguesa, mas Paris e a região parisiense permanecerão durante todo o período do entreguerras como principal núcleo da imigração portuguesa (Ver gráfico 4).

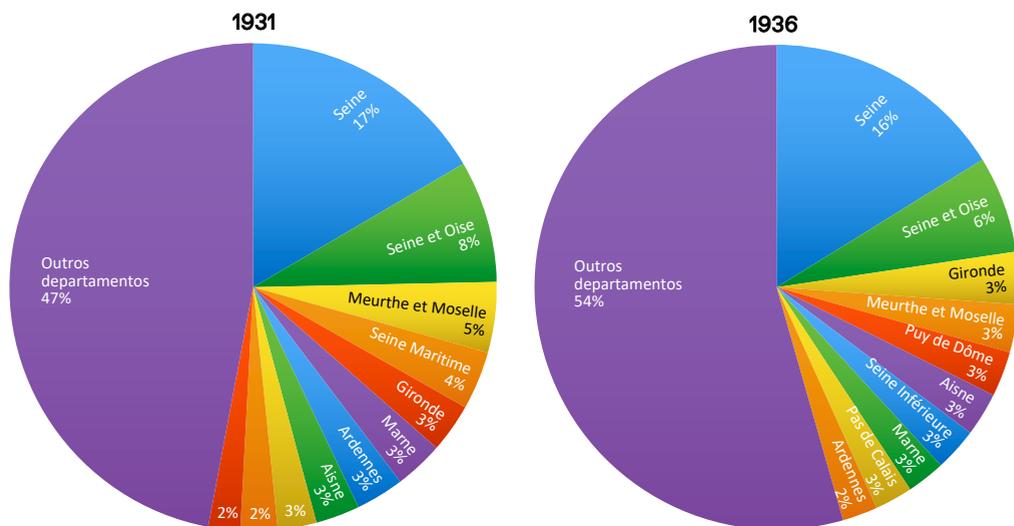
Quadro 2 Distribuição da imigração portuguesa em França

	1921	1926	1931
Aisne		1764	1432
Somme			487
Pas de Calais		1371	1206
Marne		1739	1587
Seine		3216	8106
Seine et Oise		1769	3966
Seine Inférieure		781	1898
Gironde		615	1590
Allier			909
Aveyron			769

Fonte: INSEE (dados do recenseamento)

¹⁹ A partir de 1913, o MNE envia regularmente um inquérito aos consulados sobre a composição e características da colónia. As respostas são dispare e com lacunas, mas traçam o retrato das comunidades locais. Arquivo Histórico-Diplomático, P3 A11 M439-440.

Gráfico 4 Distribuição da imigração portuguesa em França por departamentos



Fonte: INSEE (dados do recenseamento)

Numa primeira fase, que se prolongou até 1932-1933, ou seja, até que os efeitos da Grande Depressão se começaram a fazer sentir em França, a dinâmica da comunidade foi impressa pelas próprias autoridades consulares. Primeiramente, através da defesa dos direitos dos acidentados do trabalho e das respetivas famílias residentes em Portugal. Posteriormente, após 1933-1934 e a agudização da crise económica e o subsequente aumento do desemprego, a defesa da emigração portuguesa deslocou-se do campo consular para a própria colónia, com a mobilização dos trabalhadores portugueses em favor da assinatura de um tratado de assistência entre França e Portugal, que lhes garantisse o direito ao subsídio de desemprego e à assistência médica gratuita, identificados como os principais problemas. Paralelamente, há que considerar esta maior mobilidade da comunidade portuguesa à luz da situação política francesa, marcada pelo crescendo de lutas operárias e do movimento antifascista e, por conseguinte, da sua própria politização.

No entanto, para o Estado português, a emigração para França era desprovida de interesse. Em dezembro de 1931, Sampaio Garrido, cônsul-geral em Paris, escrevia que «O Estado português, senão coíbe a emigração, também não a facilita, nem a promove». A emigração para França era vista como não apresentando vantagens para Portugal, relegando-se o emigrante a uma função meramente economicista:

«salientei as nenhuma vantagens que a meu ver, para Portugal decorrem de as nossas fronteiras se abrirem aos que pretendem emigrar para França. Muitos analfabetos, quase todos sem conhecimentos técnicos, arrasta-os a aventura ao ponto de largarem de Trás-os-Montes ou do Algarve diretamente para Paris... » « melhor seria que outro rumo seguisse o nosso emigrante já que o não podemos fixar em Portugal. E mais perdoável me parece a incessante aventura que, uma razão histórica mais do que uma fatalidade económica, o arrasta e domina, através de séculos, para terras do Novo Mundo do que o destino incerto para um país de língua e costumes diferentes onde tem que lutar com a forte concorrência de braços de outras nacionalidades, porventura mais adestrados e onde salários pouco compensadores não poderão proporcionar-lhe a higiene e o conforto que o resguarde dos rigores do clima, do contacto com a neve»²⁰.

Os sucessores de Sampaio Garrido à frente do consulado de Paris mantiveram esta visão da emigração para França. Ou seja, continuaram a defender que, se não era possível pôr-lhe termo, deveria desincentivar-se através de uma política pouco favorável à instalação e permanência do emigrante. Isto porque, face a melhores condições de vida, correr-se-ia o risco de o emigrante «desnacionalizar», ou seja, de se integrar no país de acolhimento através, nomeadamente, do reagrupamento familiar ou dos casamentos mistos, com as inevitáveis consequências ao nível das remessas. Em inícios de 1939, face à amplitude da emigração clandestina e ao número de emigrantes sem competências profissionais para executar os trabalhos para os quais tinham sido contratados (nomeadamente de lenhadores que desconheciam o ofício), o Ministério dos Negócios Estrangeiros solicitou ao Ministério do Interior e à PVDE uma «solução governativa que definisse a política a adotar e as complementares resoluções jurídicas necessárias para sua plena efetivação»²¹. O que se traduziu na fixação, em fevereiro de 1939, de normas de fiscalização especial para a emigração de trabalhadores portugueses para França²².

20 Arquivo Histórico-Diplomático, P3 A18 M5, ofício do cônsul geral em Paris para o MNE, de 21 de dezembro de 1931.

21 Idem, Direção Geral dos Negócios políticos e Económicos, 5 de janeiro de 1939.

22 PVDE, Circular n.º 2473, “Aos agentes de passagens e passaportes”, de 16 de fevereiro de 1939

O CASO DOS FAMILICENSES NA EMIGRAÇÃO DO ENTREGUERRAS

Na transição do século XIX para o século XX, Vila Nova de Famalicão afirmou-se como um importante pólo industrial, inserido num território mais amplo, o Vale do Ave, também ele marcado pelo dinamismo do setor secundário. A chegada de capitais oriundos dos apelidados «Brasileiros de torna-viagem» fez fervilhar a sociedade, a economia e a cultura, tendo muitos deles exercido cargos políticos, e marcado o desenvolvimento do concelho.

O tecido económico era dinamizado pelo setor têxtil e por pequenas indústrias de serração e moagem, assim como de produção de máquinas agrícolas. As fábricas coexistiam com pequenas oficinas, muitas vezes de carácter domiciliário e artesanal. O fornecimento de energia e o desenvolvimento das vias de comunicação, com a construção de estradas e a chegada do caminho de ferro, permitiram a expansão fabril, garantindo o alargamento dos mercados e a mecanização da produção, o que gerou novos postos de trabalho e aumentou o proletariado.

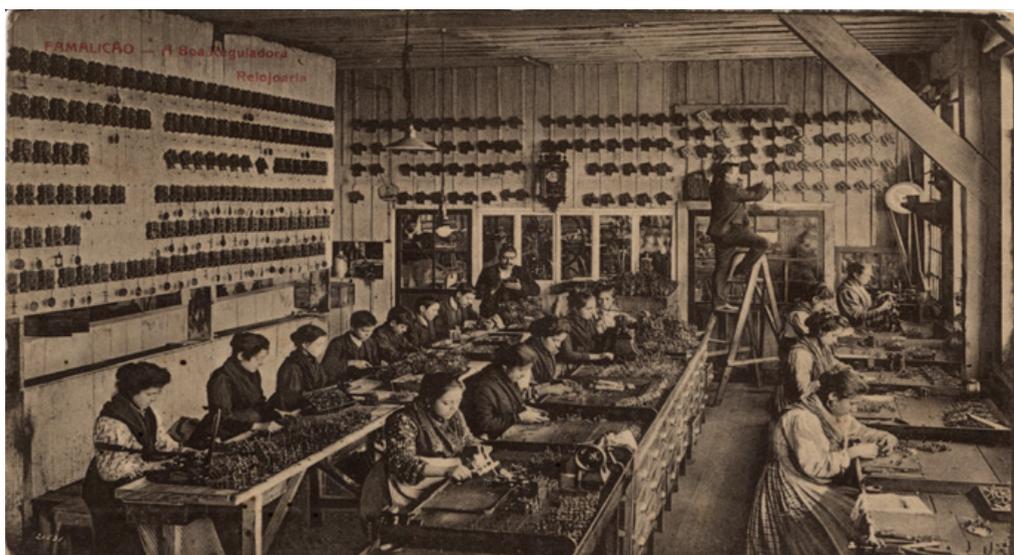


Fig. 10 Relojoaria «A Boa Reguladora», Vila Nova de Famalicão [1912]. Foi uma das mais antigas fábricas de relógios da Península Ibérica e do mundo. Dedicava-se à construção de relógios de mesa, de parede, de caixa alta, despertadores e também de pulso, sendo uma das marcas portuguesas mais perenes. «A Boa Reguladora» fazia nos seus tempos áureos praticamente todas as peças e as caixas dos relógios, dando emprego a centenas de operários. Foi um dos grandes fornecedores de relógios de Estação para os Caminhos-de-Ferro Portugueses e alguns dos seus relógios domésticos atingiram alguma sofisticação, tocando melodias.

Fonte: Arquivo Municipal Alberto Sampaio.



Fig. 11 Estação de Caminho de Ferro, Vila Nova de Famalicão, 1916.
Fonte: Arquivo Municipal Alberto Sampaio



Fig. 12 Vida na aldeia, concelho de Vila Nova de Famalicão, [1900-1910]. Postal ilustrado representando a vida rural da população na época. Pode-se observar uma família numerosa, tradicional do campo, em que as mulheres se dedicavam à tecelagem nos tempos livres.
Fonte: Arquivo Municipal Alberto Sampaio.



Campo Mouzinho de Albuquerque (outro aspecto da feira)

Fig. 13 Feira no Campo Mouzinho de Albuquerque, Vila Nova de Famalicão [1930-1940]. Local de comércio, de compra e venda de produtos agrícolas e artesanais, feira do gado que por tradição se realizava em setembro – Feira de S. Miguel. São visíveis algumas fachadas das habitações com «traça» arquitetónica oitocentista, construídas pelos «Brasileiros de torna-viagem».

Fonte: Arquivo Municipal Alberto Sampaio.



Figura 14 Fábrica Sampaio Ferreira & CIA, Lda. Primeiro estabelecimento fabril têxtil construído pelo empresário famalicense Narciso Ferreira (Pedome, 7/7/1862 – Riba de Ave, 23/07/1993) na margem direita do Rio Ave, em Riba de Ave, Vila Nova de Famalicão.

Fonte: Arquivo Municipal Alberto Sampaio.

A produção local estava limitada ao abastecimento do mercado interno e só em momentos pontuais, depois de terminados conflitos internacionais, como a Grande Guerra, a Guerra Civil de Espanha e a II Guerra Mundial, é que as exportações ganharam uma expressão significativa. Predominava a indústria têxtil no concelho, muito vulnerável à evolução dos mercados internacionais, sobretudo no que diz respeito ao fornecimento de matérias-primas.

A paisagem, no entanto, continuava ainda a ser moldada pela produção agrícola e pela pecuária, que ocupavam grande parte da mão de obra local.

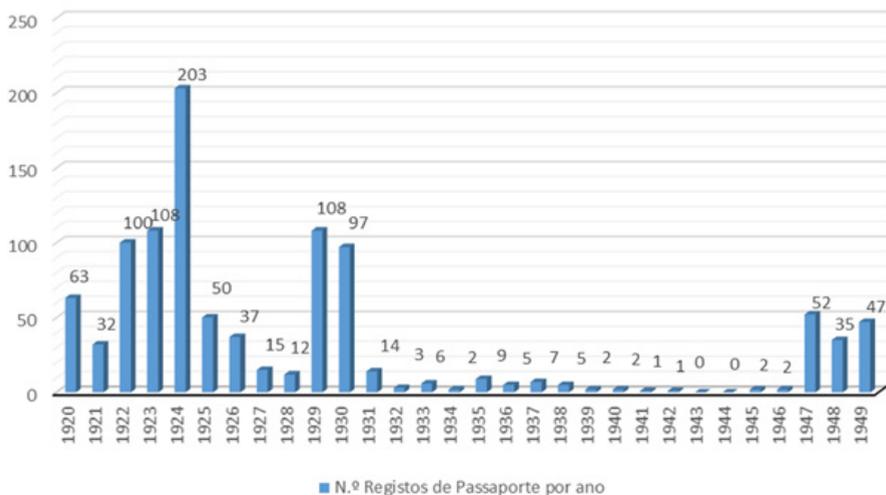
A nível demográfico, desde meados do século XX que se assistiu a um aumento progressivo da população. Segundo os censos de 1930, residiam em Vila Nova de Famalicão 44 203 indivíduos. Este número haveria de crescer na década de 1940 para 56 158 habitantes, dos quais apenas 21 023 sabiam ler. A população continuava a ser esmagadoramente analfabeta.

Apesar do peso da indústria no emprego da mão de obra local, a emigração foi para muitos o mecanismo encontrado para fugir à fome e para encontrar melhores condições de vida.

Os fluxos migratórios tinham como destino principal o Brasil. Entre 1920 e 1949 foram registados, no Livro de Registo de Passaporte do Governo Civil de Braga, 1035 pedidos de famalicenses (Ver gráfico 5). Na Europa, a maioria dos pedidos de passaporte tinha por destino a França (Ver gráfico 6), atingindo o pico em anos de crise económica de 1922, 1923 e 1924 e em 1929-1930 (como é visível no gráfico 1 e 3). Tratava-se de uma emigração em que predominavam os homens (Ver gráfico 8), casados (Ver gráfico 9), na faixa etária entre os 21 e os 35 anos (Ver gráfico 10). Da informação que foi possível apurar, a maioria eram carpinteiros ou agricultores/lavradores, destacando-se ainda os “proprietários” e pedreiros. Muitos identificavam-se como trabalhadores, não sendo possível aferir a profissão exata. No que diz respeito à emigração feminina, a maioria das mulheres eram domésticas. Foi das freguesias de Joane, Arnoso (Santa Eulália), Arnoso (Santa Maria), S. Cosme do Vale e S. Adrião – Famalicão que saiu a maior parte destes emigrantes (Ver gráfico 11).

Fonte: Livro de Registo de Pedidos de Passaporte do Governo Civil de Braga. Arquivo Distrital de Braga

Gráfico 5 Pedidos de passaporte com destino à Europa (1920-1949)



Fonte: Livro de Registo de Pedidos de Passaporte do Governo Civil de Braga. Arquivo Distrital de Braga

Gráfico 6 Emigração famalicense com destino à Europa (1920-1949)

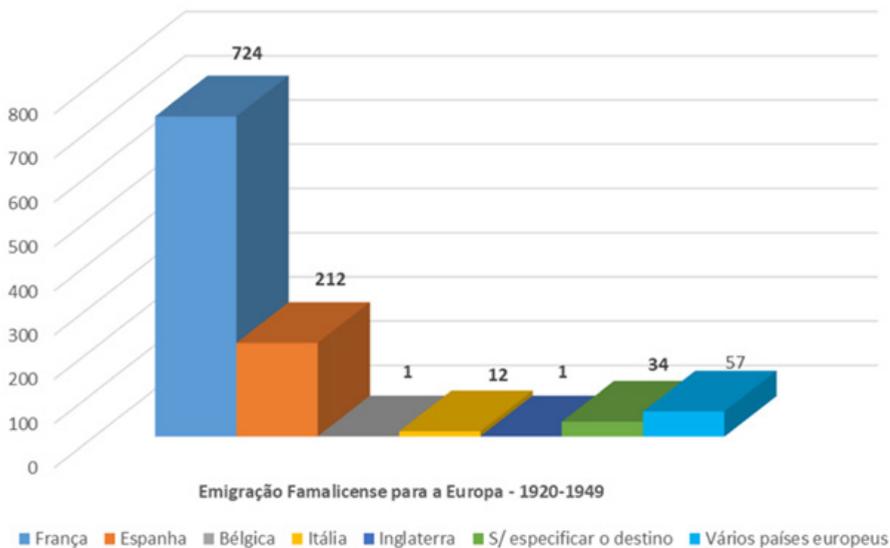
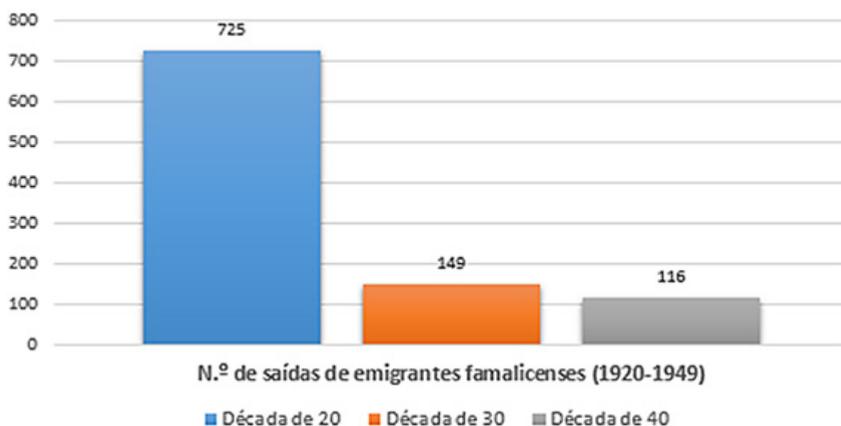
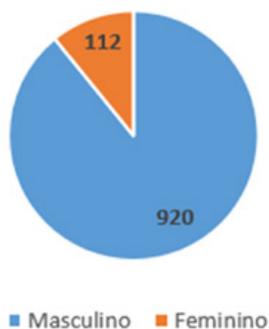


Gráfico 7 Emigração famalicense por décadas (1920-1949)



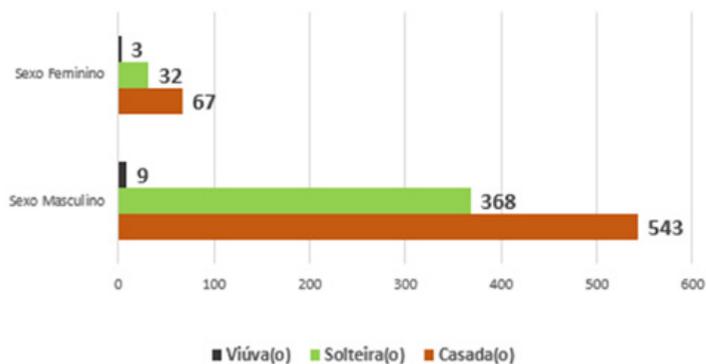
Fonte: Livro de Registo de Pedidos de Passaporte do Governo Civil de Braga. Arquivo Distrital de Braga

Gráfico 8 Emigração por sexo (1920-1949)



Fonte: Livro de Registo de Pedidos de Passaporte do Governo Civil de Braga. Arquivo Distrital de Braga

Gráfico 9 Emigração por Estado



Fonte: Livro de Registo de Pedidos de Passaporte do Governo Civil de Braga. Arquivo Distrital de Braga

Gráfico 10 Idade dos emigrantes famalicenses

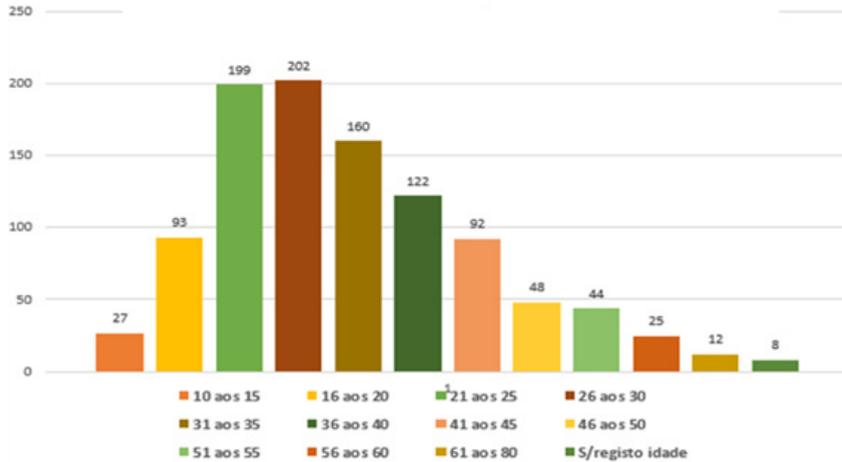
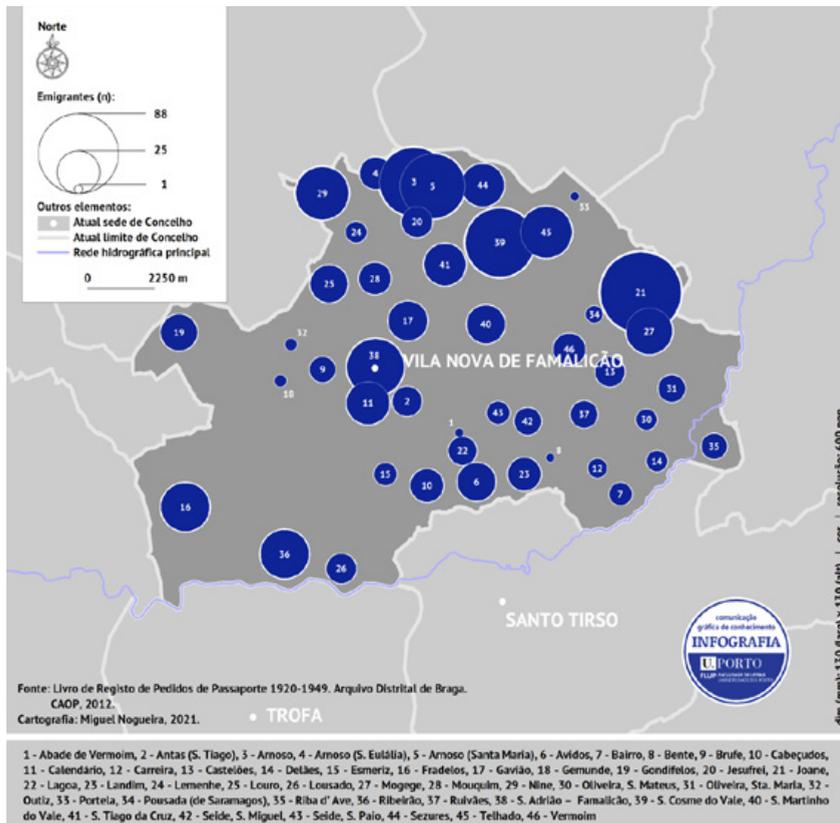


Gráfico 11 Emigração famalicense com destino à Europa por freguesia (1920-1959)



FAMALICENSES COMBATENTES VOLUNTÁRIOS NO EXÉRCITO FRANCÊS EM 1939-1940

O combate nas frentes de guerra europeias faz parte da história de Vila Nova de Famalicão. Na I Guerra Mundial (1914-1918), cerca de 570 famalicense integraram o CEP e combateram na frente da Flandres. Durante a II Guerra Mundial, apesar da neutralidade de Portugal, emigrantes famalicense voluntariaram-se em prol da defesa do país de acolhimento, combatendo em várias frentes durante a invasão da França pelas tropas alemãs, em maio-junho de 1940, integrados na Legião Estrangeira ou nos Regimentos de Marcha de Voluntários Estrangeiros (RMVE), sendo estas unidades constituídas em 1939 para acolher refugiados e imigrantes prontos a lutarem pela França. Outros, naturalizados franceses, servem no exército regular. Conhecemos o nome de quatro destes voluntários famalicense, um dos quais pagará com a vida o engajamento na defesa do país de acolhimento, outro será feito prisioneiro pelos alemães e internado num campo de prisioneiros de guerra.

José Costa nasceu na freguesia de Arnoso, Santa Eulália, a 11 de setembro de 1906, filho de Domingos da Costa e Maria Ferreira. Tinha 18 anos quando emigrou para trabalhar como serrador em França. Contrariamente a muitos emigrantes que partiam na época, sabia escrever. Em 1939, alistou-se num dos escritórios de recrutamento abertos em Paris pelas autoridades militares, sendo afetado ao Depósito de Infantaria n.º 213.

Fig. 15 Lista de combatentes estrangeiros alistados em 1939-1940, com indicação da nacionalidade, do centro de recrutamento e do regimento de afetação. Organizada por regiões militares e elaborada no pós guerra, a lista é lacunar e contém numerosas repetições. Fonte: Site Mémoire des Hommes, Service Historique de la Défense.

LISEE N°1		FEUILLET 657.....	
© Ministère des armées - Mémoire des Hommes			
N°	NOME	REG	REG
16506	LENNESESKY, Rubin	16/8/1904 à	Russe
	SKARERINOSLAV		Dep Inf 213
	(Russie)		Seins
16506	KHACHOUA, Eliazar	13/7/1900 à	Turque
	ANDRINOPEL(Turquie)		Central
16507	CICAL, Moise	3/5/1903 à	Roumaine
	FORJUL(Roumanie)		Génie
16508	ARDITTI, Elie	12/3/1902 à	Hellène
	SALONIQUE(Grece)		Inf
16509	AGHINAZI, Benjamin	16/1/1903 à	Russe
	KARAGOU(Russie)		n°213
	BAAL		
16510	ZEWANA, Aaron	14/1/1902 à	Turque
	ANDRINOPEL(Turquie)		
16511	VOCAT, Alfred	12/12/1902 à	Suisse
	COYREAU(Suisse)		
16512	DA COSTA, José	11/8/1906 à	Portugais
	FAMALICAO(Porta-)		
	gal)		
16513	BAC, Leiba	20/11/1902 à	Roumain
	IGHINA(Roumanie)		
16514	SERZHEVYI, Alexandre	6/1/1904 à	Hongroise
	BUDAPEST(Hongrie)		
16515	ISEMIE, Raphael	21/3/1919 à	Russe
	ELISAVA(Russie)		Génie
16516	DEMSEY, Stanielas	10/5/1902 à	Russe
	VARSOVIE(Belgique)		n°5
16517	IVANOR, Vlastielas	31/10/1902 à	Russe
	PETROGRAD(Russie)		n°213
16518	MANOULACHVILI, Jasan	31/5/1916 à	Georgien
	TIFLIS(Russie)		Art 5
16519	FISCHER, Latielas	27/12/1902 à	Hongroise
	MAROLLI(Hongrie)		
16520	OCABALLERO, Angel	2/10/1905 à	Espagnole
	St MARTIN(Espagne)		Inf
16521	FERRAIRA, Antonio	8/12/1900 à	Portugais
	ALVES(Portugal)		Génie
16522	ZINGAREVITCH, Nathan	12/6/1904 à	Russe
	TIFLIS(Russie)		Inf
16523	MECHOUAV, Avran	17/10/1905 à	Turque
	CONSTANTINOPEL		n°213
	(Turquie)		
16524	HAIMOVICI, Saïl	13/1/1905 à	Roumaine
	KILIA(Roumanie)		
16525	DE DA PALMA, Joaquim	25/7/1904 à	Portugais
	SANTA MARGARITA		
	(Portugal)		
16526	HAZON, Albert	27/10/1906 à	Turque
	CONSTANTINOPEL		
	(Turquie)		
16527	COGAN, Matus	13/8/1914 à	Roumaine
	KICHINEV(Rouma-)		Génie
	nie		
16528	RABINOVICI, Hiseon	9/8/1904 à	Inf 211

Fig.16 Ficha de trabalhador voluntário.
Fonte: DAVCC/Caen



Joaquim Simões, natural do lugar de Cal de Baixo, freguesia de Telhado, nasceu a 1 de maio de 1908. Era filho de Manuel Simões Lopes e Engrácia Simões Correia e emigrou clandestinamente para França. Tinha 31 anos quando se alistou na Legião Estrangeira, no centro de recrutamento de Pau.

Fig.17 Lista de combatentes estrangeiros alistados em 1939-1940. Site Mémoire des Hommes, Service Historique de la Défense.

© Ministère des armées - Mémoire des Hommes						
SIERRA	Pedro	30/12/1913	Espagnol, Lég. Etr.	PAU		
SILBERBERG	Abraham	10/11/1909	Polon.			
SILBERBERG	Alexandre	12/2/1900	Hong.			reconnu insc de le 15/10/39
SILOS CALVO	Miguel	21/6/1921	Espagn.			
SIMA	Jean	14/11/1901	Hongr.			
SIMÕES	Joaquim	1/5/1908	Portug.			
SIMONATO	Raouf	27/4/1918	Espagn.			
SINGER	Konrad	14/12/1912	Roumaine			
SINKEVICENIS	Jonas	16/7/1908	Lithuan.			
SKOTROCH	Pierre	3/2/1900	Suisse			
SKOWRONEK	Fritz	6/6/1909	Allema.			
SLAVSKI	Julien	29/9/1903	Polon.			
SNAUBER	Jean	7/12/1910	Serrois			
SORANSKI	Antoine	26/3/1900	Suisse			reconnu insc de le 25/10/39
SOURES SABATER	Vicente	30/1/1906	Espagn.			
SOLANA	Faustino	6/9/1914				
SOLE	Juan	27/9/1911				
SOLE	Francisco	2/4/1903				R.D.2 le 16/3/1941
SOLER	Francisco	3/8/1919				
SOLER EXPOSITO	Alberto	27/7/1909				inscousis le 4/12/39.
SORAZU	Aspitart Félix	1/1/1916				
SORIANO	Bienvenido	3/7/1915				
SORIANO	Ricardo	3/7/1909				
SORIANO SORIANO	Cristobal	26/8/1919				
SORIANO SORIANO	José	26/7/1917				
SOSA FOSTADOS	Miguel	1/12/1915				
SOSNOWSKI	Barl	2/11/1908				
SOTO	José	26/2/1907				

Manuel Ferreira era natural de Delães, onde nasceu a 15 de março de 1919, e filho de José Ferreira e Bernardina da Silva. Incorporado no 23.º RMVE, em inícios de 1940, foi enviado para a frente de guerra, vindo a morrer em combate a 2 de junho de 1940, com apenas 21 anos. Posteriormente, o Estado francês agraciou-o com a menção «Mort pour la France» (Morto pela França).

© Ministère des armées - Mémoire des Hommes 59

FERNANDEZ	Luís	: 17-8-1921	:	22º RMVE	: Perpignan
FERNANDEZ	Manuel	: 24-8-1912	:	RMVE	: Montauban
FERNANDEZ	Manuel	: 3-1-1911	:	22º RMVE	: Rodez
FERNANDEZ	Manuel	: 24-2-1916	:	22º RMVE	: Perpignan
FERNANDEZ	Miguel	: 24-7-1915	:	RMVE	: Montpellier
FERNANDEZ	Maximo	: 1412-1917	:	1º RMVE	: Pau
FERNANDEZ	Joaquim	: 1-1-1910	:	RMVE	: Pau
FERNANDEZ	José	: 11-1-1911	:	3º RMVE	: Poitiers
FERNANDEZ	Felipe	: 26-7-1914	:	1º RMVE	: Montauban
FERNANDEZ	Julian	: 10-11-1918	:	RMVE	: Nice
FERNANDEZ	Joseph	: 18-10-1912	:	RMVE	: Nice
FERNANDEZ	Justo	: 27-5-1907	:	3º RMVE	: Angoulême
FEBON	Joseph	: 2-6-1908	:	1º RMVE	: Par-Le-Duc
FERRA	Torres	: 18-3-1908	:	22º RMVE	: Tours
FERRARI	Joseph	: 24-3-1904	:	3º RMVE	: Lyon
FERRAS	Joaquim	: 25-8-1907	:	RMVE	: Laon
FERRAZ	François	: 1-11-1913	:	21º RMVE	: Seine Central
FERRÉIRA	Alípio	: 23-4-1893	:	1º RMVE	: Seine Central
FERRÉIRA	Erasmão	: 10-10-1896	:	DRMVE	: Valenciennes
FERRÉIRA	Joaquim	: 15-2-1901	:	DRMVE	: Seine Central
FERRÉIRA	Joaquim	: 12-10-1903	:	RMVE	: Lyon
FERRÉIRA	José	: 14-2-1903	:	RMVE	: Laon
FERRÉIRA	Manoel	: 14-3-1919	:	3º RMVE	: Angoulême
FERRÉIRA	Manoel	: 1-1-1901	:	RMVE	: Versailles
FERRÉIRA	Manuel	: 7-2-1909	:	RMVE	: Mezieres
FERRÉIRA	Manuel	: 18-5-1907	:	22º RMVE	: Versailles

Fig. 18 «Lista dos estrangeiros que se alistaram na Legião Estrangeira e nos Regimentos de Marcha dos Voluntários Estrangeiros» em 1939-1940, com menção a Manuel Ferreira, de Famalicão, que se alistou no escritório de recrutamento de Angoulême, e foi afetado ao 3.º RMVE». Fonte: SHD (<https://www.memoiredeshommes.sga.defense.gouv.fr>).

Manuel de Azevedo era filho de Maria Rosa de Azevedo, tecedeira, e natural da freguesia de Fradelos, onde nasceu a 24 de Agosto de 1900. Filho de pai incógnito, tinha 23 anos quando solicita passaporte no Governo Civil de Braga, a 4 de abril de 1924, para emigrar para França. À semelhança dos demais candidatos à emigração para França, saiu pela estação ferroviária de Barca de Alva, que na época ligava Portugal ao resto da Europa.

O passaporte indica apenas que era “trabalhador”, o que corresponde a um trabalho indiferenciado, sem especialidade. Manuel de Azevedo foi recrutado

para Nantes, no atual departamento francês do Loire Atlantique, pela Société Nantaise de Travaux Publics, uma empresa de obras públicas, com um salário de dois francos por hora de trabalho. Segundo o registo de pedido de passaporte, Manuel era “solteiro, sabia escrever, tinha o cabelo de cor castanha, rosto oval, olhos castanhos, nariz e boca regular e a cor de pele natural”.

Manuel de Azevedo radicou-se em França e casou-se em data desconhecida. No início da II Guerra, residia em Vichy, no n.º 31 da rua Beauparlant, departamento do Allier, exercendo já o ofício de carpinteiro. A naturalização, em agosto de 1938, impôs-lhe a obrigação de defender a França no caso de esta ser atacada. Após a declaração de guerra, foi incorporado no 6.º regimento de engenharia, como soldado de 2.º classe. Foi feito prisioneiro a 22 de junho de 1940, em St. Amand, e internado no stalag IV B, em Mühlberg, onde permaneceu até final da guerra.

Fig. 19 Ficha de prisioneiro de guerra de Manuel de Azevedo, português naturalizado francês, soldado do regimento de engenharia n.º 6, internado no stalag IVB à Mühlberg. Manuel de Azevedo, natural de Famalicão, exercia a profissão de carpinteiro. Fonte: Arolsen Archive

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25																							
Personalkarte I: Personelle Angaben																		Bezeichnung der Gefangenschaft: Nr. 60808					
Kriegsgefangenen-Stammlager: IV B Mühlberg																		Lager:					
Name: Te Azevedo																		Staatsangehörigkeit: Französisch (Portugiesisch natural)					
Vorname: Manuel																		Dienstgrad: 2e Cl					
Geburtsort und -zeit: 24.8.1900 à Taroubaire																		Truppenteil: 6e régie Komp. ulm 1667					
Religion: Cath. Rom Portugal																		Stellberuf: Carpentier Berufsk. 16.c					
Vorname des Vaters: Azevedo +																		Matrikel Nr. (Stammkarte des Gefangenen): 1612					
Familienname der Mutter: Legal +																		Gefangenennamen (Ort und Datum): St. Amand 22.6.40					
Ob gesund, krank, verwundet, eingeleitet:																							
Bild:																		Rähere Personaldescription					
1. April 41																		Besondere Kennzeichen:					
																		rouge droit atrophié					
Fingerabdruck des ersten! Kriegslingers:																		Name und Anschrift der zu benachrichtigenden Person in der Heimat:					
																		Mad. de Azevedo (épouse) 31 rue Beauparlant Font Boumes Vichy (Allier)					
Gepr. 01 12.8.44 Mai 42.																							
OKW-Bereit v. 10.1.40 bestätigt																		Bezeichnung der Gefangenschaft Nr.:					

FAMALICENSES DEPORTADOS

Cândido Ferreira nasceu em Castelões, a 17 de abril de 1922. Tinha emigrado para França com os seus pais, Avelino Ferreira e Joaquina Ribeiro Machado, quando era ainda muito pequeno. Em 1939, residia em Loubert, no departamento da Charante, na Rue Laffitte. Tal como o pai, Cândido exercia o ofício de pedreiro.

Foi preso pela polícia francesa em Roumazières-Loubert por crime de delito comum. Julgado em tribunal, foi punido com pena de prisão, que cumpriu em Limoges (de 2 de julho de 1943 a 8 de setembro de 1943) e depois no presídio de Eysses (de 8 de setembro de 1943 a 2 de julho de 1944). No final da pena foi transferido para o campo de Noé, que constituía uma reserva de mão de obra para o trabalho na Alemanha. A família perdeu-lhe o rasto em finais de julho de 1944. Em 1946, o pai, Adelino Ferreira, ainda procurava informações sobre o desaparecimento do filho.

Cândido foi deportado, juntamente com os portugueses Venâncio Dias, Luís Ferreira, António Ribeiro, Aníbal dos Santos, no comboio que partiu de Toulouse a 31 de julho de 1944. Foi internado em Buchenwald a 5 de agosto de 1944, com o n.º 69209. Segundo a ficha de prisioneiro, media 1,62 cm e era magro. Tinha o rosto oval, olhos castanhos e cabelo preto. Resistiu poucos meses às duras condições de vida do campo, vindo a falecer a 24 de fevereiro de 1945, segundo a documentação alemã, vítima de gastroenterite.



Nom : *Ferreira*
Prénoms : *Cândido*
Age : _____
Adresse de la Famille : _____
Camp en France : _____
Date : _____
Camp en Allemagne : _____
Dernières nouvelles (date), le _____

Ferreira Cândido
Cândido

Fig. 20 Fotografia de Cândido Ferreira.
Fonte: AVCC, Caen, França

KL. BUCHENWALD (Männer) T/D Nr.

FERREIRA Candide
N.A.M.E. Vorname

17.4.1922 Castelane / Portugal 69209
Geb.-Datum Geb.-Ort HÄBL.-Nr.

Häbl. Pers. Karte	<input checked="" type="checkbox"/>	Mil. Gov. Quest.	<input type="checkbox"/>	Dokumente:	<table border="1" style="display: inline-table;"><tr><td style="width: 20px; height: 20px;">7</td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td></tr></table>	7	
7							
Effektenkarte	<input type="checkbox"/>	Order f. Disp.	<input type="checkbox"/>	Inf. Karten:	<table border="1" style="display: inline-table;"><tr><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td></tr></table>		
Effektenverzeichnis	<input type="checkbox"/>	Todesmeldung	<input type="checkbox"/>	Bemerkungen:			
Postkoellr.-Karte	<input type="checkbox"/>	Soz. Vers. Unterlagen	<input type="checkbox"/>				
Schreibs.-Karte	<input checked="" type="checkbox"/>	Zahnbehandlungskarte	<input type="checkbox"/>				
Häbl. Pers. Bogen	<input checked="" type="checkbox"/>	Korrespondenz	<input type="checkbox"/>				
Revierkarte	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>				
Krankenblätter	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>				
Arbeitskarte	<input checked="" type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>				
Geldverw.-Karte	<input checked="" type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>				
Nummernkarte	<input checked="" type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>				

Umschlag-Nr.

04182

KL: Buchenwald kollektiv erfasst 69209

Häftlings-Personal-Karte

Fam.-Name: Ferreira **Oberstellt** **Personen-Beschreibung:**

Vorname: Candide am: _____ an KL. Grösse: 182 cm

Geb. am: 17.4.22 in: Castelane Prov. Famalicao Gestalt: schlank

Stand: leite Kinder: — am: _____ an KL. Gesicht: oval

Wohnort: Louberth-Beckersstrasse Augen: braun

Strasse: rue Laffitte am: _____ an KL. Nase: ger.

Religion: R. kath. Staatsang.: Portugal Mund: geh.

Wohnort d. Angehörigen: Vater: Adelino am: _____ an KL. Ohren: gült.

Louberth w.e. am: _____ an KL. Zähne: rollst.

Eingewiesen am: 6.8.44 am: _____ an KL. Haare: schwarz

durch: B.U.S. Paris am: _____ an KL. Sprache: port. span. Franz.

in KL.: Buchenwald am: _____ an KL. Bes. Kennzeichen: keine

Grund: Polit. Portugiesisch III Entlassung: _____

Vorstrafen: 6 mal kriminell. am: 24.1.45 durch KL.: _____ Charakt.-Eigenschaften: _____

mit Verfügung v.: _____ Sicherheit b. Einsatz: _____

Strafen im Lager:

Grund: Todesursache: Schlag auf dem Hinterkopf Bemerkung: 16.9.43.42

Körperliche Verfassung: 175 cm No 948

KL. B/8.44 - 800 000 27-713

Fig. 21 Documentos de registo do campo de concentração de Buchenwald de Cândido Ferreira. Os documentos contêm informação detalhada, como o local de nascimento, nacionalidade, religião, nome dos pais ou a própria descrição física do prisioneiro. Arolsen Archives (Alemanha)

João Faria de Sá nasceu a 15 de março de 1910, em Sezures. Era solteiro e não tinha filhos. Morava em Aston, no departamento do Ariège, onde trabalhava como operador de teleférico, graças ao qual facilitava a ascensão da íngreme montanha aos patriotas que tentavam chegar a Londres, para se juntarem ao exército da França Livre, evitando que passassem pela estrada vigiada pelos alemães. Denunciado, foi preso a 23 de março de 1943 e deportado no âmbito da operação “Espuma do Mar” (Meerschaum), que visou o envio de trabalhadores para a Alemanha. Passou pelas prisões de St.-Michel e de Fresnes e por Compiègne, a partir de onde seria deportado para o Campo de Concentração de Buchenwald, onde foi internado com o número 41109. De acordo com a documentação do campo, media 1,54 e era magro, de olhos castanhos e cabelo preto. Faria de Sá foi libertado a 11 de abril de 1945.

Apesar de ter sobrevivido ao internamento, as sevícias físicas sofridas e as condições em que viveu deixaram sequelas físicas irreversíveis: enfisema e bronquite, septicemia, picardite e asma, tendo passado longos meses de internamento no pavilhão pulmonar do hospital de Pamiers.

3132

KL: Meerschaum Lagerstufe: 41109 HSNL-Nr.: 

Häftlings-Personal-Karte

Fam.-Name: <u>Faria De Sa</u>	Überstellt	Personen-Beschreibung:
Vorname: <u>João</u> am: _____ an KL.		Größe: <u>154</u> cm
Geb. am: <u>15.3.10</u> Sezures		Gestalt: <u>schlank</u>
Stand: <u>led.</u> Kinder: <u>keine</u> am: _____ an KL.		Gesicht: <u>längl.</u>
Wohnort: <u>Aston par le Cabanne</u>		Augen: <u>braun</u>
Strasse: <u>Ariège</u> am: _____ an KL.		Nase: <u>gerade</u>
Religion: <u>F.K. Staatsang.: Portugal</u>		Mund: <u>gew.</u>
Wohnort d. Angehörigen: <u>Vater: _____</u> am: _____ an KL.		Ohren: <u>absteh.</u>
<u>Satevo F., Sezures,</u>		Zähne: <u>lückh.</u>
<u>Vilanova Familian, Portugal</u> am: _____ an KL.		Haare: <u>schwarz</u>
Eingewiesen am: <u>19.1.44</u>		Sprache: <u>portug., span.</u>
durch: <u>BDS.- Paris</u> am: _____ an KL.		Bes. Kennzeichen: <u>keine</u>
in KL: <u>Buchenwald</u>	Entlassung:	Charakt.-Eigenschaften:
Grund: <u>Polit. Portugese</u>	am: _____ durch KL.:	
Vorstrafen: <u>keine</u>		
	mit Verfügung v.:	
		Sicherheit b. Einsatz:
Grund:	Art:	Bemerkung: <u>L. T. S. FOTO Nr. 1513</u>
		Körperliche Verfassung:

KL 54 43-000000 29441-21

Fig. 22 O cartão de prisioneiro de João Faria de Sá indica, de lado, «Hollerith erfasst». A partir do verão/outono de 1944, todos os cartões dos prisioneiros dos campos de concentração deveriam ser registados centralmente utilizando a máquina tabuladora Hollerith, de maneira a que o Departamento Económico e da Administração Central da SS (WVHA) pudesse planejar a alocação dos prisioneiros ao trabalho forçado. Todos os cartões passaram então a ser preenchidos seguindo o mesmo modelo. No documento é ainda possível identificar a palavra «Meerschaum» («Espuma do Mar»), nome da operação conduzida pelos alemães em França, que visou o envio de trabalhadores para a Alemanha, assim como o triângulo vermelho, que indicava tratar-se de um «prisioneiro político». Contudo, apesar de a maioria dos prisioneiros enviados para os campos de concentração nazis a partir de França serem identificados com o triângulo vermelho, nem todos foram deportados por motivos políticos. Arolsen Archives (Alemanha).

Manuel da Silva filho de António da Silva e de Adelina Moreira, nasceu em Lousado, a 25 de abril de 1923. A família emigrou para França quando Manuel era ainda pequeno. Em setembro de 1933, no âmbito da naturalização coletiva da família, Manuel adquiriu a nacionalidade francesa, ficando deste modo abrangido pela lei de fevereiro de 1943, que impunha aos jovens o trabalho obrigatório na Alemanha (STO), e à qual se substraiu.

Em fevereiro de 1944 encontramos-lo no maquis (grupo de guerrilheiros) de Lantilly, no departamento da Côte d'Or, certamente para fugir ao STO, à imagem de muitos outros jovens que engrossaram a luta contra o ocupante alemão. Com os companheiros, Manuel participou em ações de sabotagem, de recolha de informações e de recuperação de armamento lançado pelos aviões das forças Aliadas. A 25 de maio de 1944, o maquis de Lantilly foi atacado por tropas alemãs e da milícia francesa, e massacrado. Manuel da Silva foi preso e deportado para Dachau a 21 de junho de 1944, onde foi internado com o número 72469. De acordo com a ficha de prisioneiro, era solteiro, magro, tinha 1,65 m, cabelos pretos e olhos castanhos. A 5 de julho de 1944 foi transferido para o subcampo de Allach. Foi libertado pelas tropas americanas a 30 de abril de 1945, regressando a França no final de maio.

Konzentrationslager Häftl.-Nr. 72469
 Gefangenen-Eigenumsverwaltung

Effekten-Verzeichnis

Für den 26. 7. Häftling Da Silva Manuel
 ab am 25. 4. 44 zu 20. Juni 1944 Eingel. am:

Hat / Mütze	Binder	Füllhalter	Wertsachen: Taschenuhr, gelb/weiß mit Setze, gelb/weiß Armbuhr, gelb/weiß m. Lederband, Metallband Ehre-, Singel-Ring, gelb/weiß mit Stein
1 Paar Schuhe / Stiefel	Halstuch / Schal	Schlüssel	
1 Strümpfe	1 Paar Handschuhe	Feuerzeug	
Gamaschen	Arbeitsanzug	Rasierzeug	
Mantel, Sommer / Winter	Handtuch	Aktentasche	
1 Rock Kittel	Manschetten-Knöpfe	Koffer	
Hose	Brieftasche m. Papier	Paket	
Weste	Inv./Vers.-Karte	Verschiedenes:	
1 Pullover Strickw.	Arbeitsbuch		
1 Hemd	Wehrpass		
1 Uterhose	Ausschließungschein		
Kragen	Drehbleistift		

Ich erkenne vorstehende Eintragungen als richtig an: Für die Richtigkeit:
Da Silva K. L. Gefangenen-Eigenumsverwaltung:
 (Unterschrift des Häftling) 7. 7. 1944

Bemerkungen:

KL 52/4, 43 — 000 000

Fig. 23 Registo de Manuel da Silva no campo de concentração de Dachau. Cartão de registo dos bens que o português levava consigo quando chegou ao campo, com a sua assinatura.

Fonte: Arolsen Archives (Alemanha)

Konzentrationslager Dachau Art der Haft: Lh. Fr Gef. Nr.: 73469

Name und Vorname: Da Silva Manuel

geb.: 25.4.23 zu: Louzado - Portugal -

Wohnort: Paris XIX^e Passage Marcelin 2 - Seine

Beruf: Landwirt Rel.: R. K.

Staatsangehörigkeit: Franzose Stand: ldg.

Name der Eltern: Anton + Abeline Norcira Rasse: bl.

Wohnort: w. o.

Name der Ehefrau: / Rasse: /

Wohnort: /

Kinder: / Alleiniger Ernährer der Familie oder der Eltern: /

Vorbildung: /

Militärdienstzeit: / von — bis

Kriegsdienstzeit: / von — bis

Größe: 1.65 Nase: geradl. Haare: Schwarz Gestalt: Schlank

Mund: klein Bart: / Gesicht: oval Ohren: abst.

Sprache: / Augen: Kastanien Zähne: /

Ansteckende Krankheit oder Gebrechen: /

Besondere Kennzeichen: /

Rentenempfänger: /

Verhaftet am: 25.5.44 wo: Lantilly - Côte d'Or

1. Mal eingeliefert: 20.6.44 2. Mal eingeliefert: /

Einweisende Dienststelle: Sipo Paris

Grund: /

Parteizugehörigkeit: / von — bis

Welche Funktionen: /

Mitglied v. Unterorganisationen: /

Kriminelle Vorstrafen: /

Politische Vorstrafen: /

/

/

/

/

/

/

/

/

/

/

/

/

/

/

/

/

/

/

Ich bin darauf hingewiesen worden, dass meine Bestrafung wegen intellektueller Urkundenfälschung erfolgt, wenn sich die obigen Angaben als falsch erweisen sollten.

v. g. u.

Der Lagerkommandant

Da Silva Manuel

KL/42/4, 43 — 000000

Figura 24 Registo de Manuel da Silva no campo de concentração de Dachau. Contém informações pessoais, bem como o local e data da detenção.

Fonte: Arolsen Archives (Alemanha)

TRABALHADORES FORÇADOS NA ALEMANHA

Adriano Moreira da Silva nasceu a 6 de março de 1920, em Lousado. O pai, António Silva Rosa, era ferroviário, natural de Carreço, Viana do Castelo; a mãe, Idalina Moreira, nasceu no lugar de Gandra, freguesia de Santo Adrião, Vila Nova de Famalicão, tendo ambos 21 anos quando nasceu o filho.

Die Deutsche Arbeitsfront
 Hauptabtlg. Arbeitseinsatz
 - Gentransportstab
 Stuttgart N, Jägerstr. 24

153
 000-871
 ITS 060
 Klenze Uhrenfabrik AG.
 Schwenningen a. Neckar

Teilnehmerverzeichnis
 zum Sonderzug am 26. Juli 1943
 (Abfahrtstag) nach: Frankreich
 (Bestimmungsland)

Nr.	Name und Familienname	geb.	geb.	geb.	geb.	geb.
Id.Nr.	Name und Familienname	geb.	geb.	geb.	geb.	geb.
1	Demur Coléttu	26.10.21	Montesyuien	Frankreich	ledig	
2	Laveane Sonja	3. 2.18	Rouen	"	verh.	
3	Stoffel Charles	4. 3.04	Luxembourg	"	verh.	
4	Dalboeuf Antoine	19. 7.01	Paris	"	verh.	
5	Dutalloy Jules	5. 5.14	Haucourt	"	verh.	
6	Da Silva Adrien	6. 3.20	Famalicao	"	verh.	
7	Ganicut Paul	29. 8.22	St. Martin	"	ledig	
8	Ganicut Albert	30. 7.20	St. Martin	"	ledig	
9	Mallet Andre	24. 8.01	Ronon	"	ledig	
10	Berroyer Pierre	24. 4.22	Paris	"	ledig	
11	Delange Pierre	19. 5.24	Boulogne	"	ledig	
12	Saffie Marcel	6. 10.23	Paris	"	ledig	
13	Dutalloy Henri	12. 9.20	Haucourt	"	ledig	
14	Broux Rene	31. 8.21	St. Maur	"	verh.	
15	Forveille Marcel	10. 8.09	Paris	"	verh.	
16	Auchère Jean	11. 8.11	Pussay	"	verh.	
17	Auchère Francois	13.12.24	Nemours	"	ledig	
18	Bury Léon	11. 7.10	Hans sur Heure	Belgien	verh.	

Bescheinigung des Arbeitseinsatzes
 Der Erteilung des Sichtvermerks zur einmaligen Aus- und Wiedereinreise wird zugestimmt.
 8. Juli 1943
 Unterschrift

Fig. 25 Visto coletivo nr. 401-43 de saída e regresso a França, com indicação de 18 nomes, incluindo o famalicense Adriano da Silva. O documento contém informações sobre a data e o local de nascimento, a nacionalidade e o estado civil.
 Fonte: Arolsen Archives (Alemanha).

Name: Da Silva
 Vorname: Adrien
 Tag und Ort der Geburt: 6.3.1920
Famalicão/Portugal
 Staatsangehörigkeit: Frankreich
 Unter-
 schriften-
 stelle: Schwenningen a. N. Reutestraße 105
 Arbeitsstelle: Kienzle Uhrenfabriken
 von: 30.1.43 bis: 23.12.43
 Würde der Arbeiter restlos entlohnt: ---
 Dienstverpflichtet: Ja
 Freier Arbeiter: --- Seit: 30.1.1943
 Anschrift der Familie: Ehefrau, Camille geb.
Renaud in Rusil- Malmaison
 Ort: Schwenningen a. N. de 29. Sep. 1949 1949
Kottweil Land: Wttbg. - Hohenz.
 Unterschriften-
 stelle: Stadt Schwenningen a. N. Auftrag
Ordnungs- u. Gewerbeamt

Fig. 26 Ficha de Adriano Moreira da Silva na fábrica de relógios Kienzle. Fonte: Arolsen Archives (Alemanha).

O percurso até França é desconhecido, mas quando Adriano partiu para trabalhar na Alemanha encontrava-se já casado com Camille Renaud, residindo o casal em Rueil-Malmaison, nos arredores de Paris. De janeiro a dezembro de 1943, trabalhou na fábrica de relógios da Kienzle, em Schwenningen am Neckar. Em julho, foi autorizado a regressar a França, para gozar férias, com a condição de voltar para a Alemanha, onde era suposto trabalhar até dezembro de 1943. Sofreu um acidente de trabalho, com esmagamento da parte frontal do pé esquerdo e uma fratura no 4.º dedo do mesmo pé. Incapacitado para o trabalho, as autoridades alemãs autorizam o seu repatriamento.

Biografia 1

Manuel Vieira da Silva

Nascido na aldeia de Pacelada, na freguesia de Landim, a 6 de dezembro de 1883, Manuel Vieira da Silva chegou a França em abril de 1917 para trabalhar na fábrica da Schneider, no Creusot e, posteriormente, na indústria química da cintura industrial de Lyon. Em 1921 instalou-se definitivamente em Saint-Etienne de Rouvray, na periferia de Rouen, onde se começara a concentrar uma pequena comunidade portuguesa, atraída pelo pólo industrial em formação. Em 1925, Manuel Vieira da Silva casou-se com a francesa Lucie Leroy, que se tornou portuguesa por casamento, mas em 1928 o casal solicita a nacionalidade francesa.

Acusado de ter participado em pilhagens ocorridas durante a invasão alemã de junho de 1940, Manuel Vieira da Silva foi condenado, em outubro de 1940, a um mês de prisão com pena suspensa. Após a derrota do exército francês e a assinatura do Armistício, o novo regime francês identificava o comunista, o judeu e o maçom como inimigos a aniquilar. Uma das primeiras leis adotadas pelo regime de Vichy, logo a 22 de julho de 1940, decretava a revisão da naturalização dos estrangeiros após a entrada em vigor da lei da nacionalidade de 1927. O dossier de naturalização de Manuel Vieira da Silva passa em Comissão a 19 de abril de 1941. Apesar do parecer favorável à manutenção na nacionalidade francesa emitido pelo Prefeito (cargo correspondente a Governador-civil), a decisão da comissão é todavia contrária, considerando que o famalicense se encontrava “praticamente cego, doente, incapacitado para o trabalho, na miséria”, sendo por isso “um elemento sem interesse, ao encargo da coletividade, vivendo do subsídio de desemprego e da pensão de invalidez atribuída pelo Seguro Social, e que só por piedade poderia ser mantido na nacionalidade francesa”. O decreto de 29 de julho de 1941 retirou a nacionalidade francesa a Manuel Vieira da Silva, depois de uma vida passada ao serviço deste país.

Mais de 650 mil dossiers foram examinados pela Comissão de Revisão entre novembro de 1940 e maio de 1944, tendo sido retirada a nacionalidade francesa a cerca de 15 mil pessoas, cerca de 40% eram judeus. A lei será revogada depois da libertação da França, em 1944.

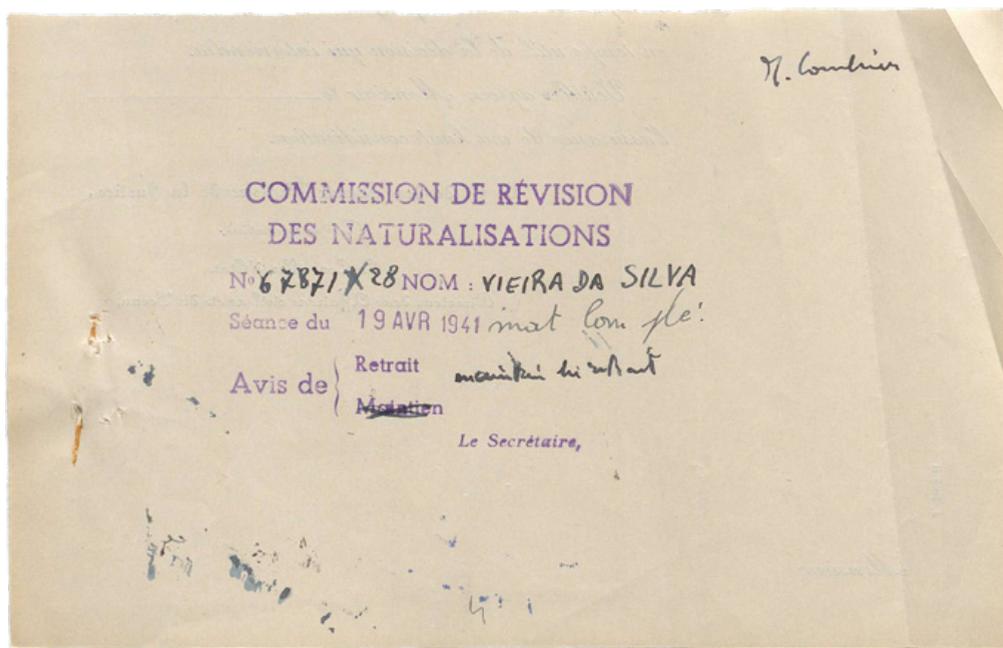


Fig. 27 Processo de naturalização de Manuel Vieira da Silva.
Fonte: Arquivo Nacional, França.

DÉPARTEMENT
de la
SEINE-INFÉRIEURE

N^o 28

MARIAGE
de

Manuel
Vieira da Selva



Lucie, Claire,
Leroy.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE

COMMUNE DE SAINT-ÉTIENNE-DU-ROUVRAY

EXTRAIT 1
D'ACTE DE MARIAGE

6
Le Sept vingt
mil neuf cent vingt cinq
ont contracté mariage à Saint-Etienne-du-Rouvray :

M Manuel, Vieira da Selva
né à Paçolada (Portugal)
le Sept vingt
mil neuf cent quatre vingt trois
fils de José, Vieira da Selva
et de Maria do Carmo, décédée
Deusa de Maria da Conceicao

ET

M Lucie, Claire, Leroy
née à Passos (Luz)
le Neuf juin
mil neuf cent
fille de Deise, Amând, Leroy
et de Celestine, Josephine, Lamine, Demontier, décédés

Contrat de Mariage Quint

Lecture faite, les contractants et les témoins ont signé avec Nous Cabine
Legaigneur Conseiller Municipal
Maire de Saint-Etienne-du-Rouvray.

Suivent les signatures.

Déposé conforme, aux registres, par Nous Maire soussigné.

Saint-Etienne-du-Rouvray, le Sept vingt
mil neuf cent vingt cinq.
Le Maire,



Maire
adv.

Biografia 2

Família Bento da Silva



Celestino Bento da Silva nasceu em Fradelos, a 9 de janeiro de 1897. Casou-se com Rita Ferreira de Carvalho, natural da Póvoa do Varzim, em agosto de 1920. Trabalhador rural e analfabeto, pai de dois filhos (António, nascido em 1921, e Adelino, em 1923), emigrou para França em busca de melhores perspectivas de vida. Munido de um passaporte concedido pelo Governo Civil de Braga e de um contrato de trabalho, Celestino partiu em abril de 1924. A família juntou-se-lhe pouco depois. Os primeiros anos foram de intensa mobilidade, em função dos estaleiros em que Celestino se empregou como lenhador, acabando por se instalar em Picquigny, no departamento do Somme. Entretanto nasceram mais seis filhos. Em 1932, a família adquiriu a nacionalidade francesa. Durante os anos da Frente Popular, Celestino e os filhos mais velhos participaram em atividades locais ligadas ao Partido Comunista Francês, o que levará a família a ser considerada “suspeita do ponto de vista nacional” durante o regime de Vichy. A nacionalidade francesa foi retirada à família Bento da Silva por um decreto com data de 2 de setembro de 1942.

A família Bento da Silva participou nos combates de libertação da França. No verão de 1944, António e Adelino pegaram em armas para expulsar as tropas alemãs de Picquigny, e colaboraram nas operações de perseguição e detenção dos soldados que ficaram na retaguarda.



Fig. 28 Celestino e Rita Bento da Silva com os filhos António, Adelino, Manuel, Bertha, Gerárd, Gilbert e Claudia. Arquivo particular de Isabelle Bento da Silva.

BIBLIOGRAFIA

- Derou, Jean, *Les Relations franco-portugaises (1910-1926)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1986.
- Ferreira, A.; Alves, L.; Barca, I. (Coord.), *De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. Disponível em http://www.famalicaoeducativo.pt/_de_famalicao_para_o_mundo_contributos_da_historia_local
- Aprender e Ensinar História: assumir a localidade como laboratório didático, *Boletim Cultural*, V série, número 12/13, de 2018/2020, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, pp. 404-422.
- Gonçalves, Amadeu, *Dicionário dos Expedicionários Famalicenses – 1914.1918*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão/Museu Bernardino Machado, 2018.
- Mauco, Georges, *Les Étrangers en France, étude géographique sur leur rôle dans l'activité économique*, Paris, Armand Colin, 1932.
- Volovitch-Tavares, Marie-Christine, "La Grande Guerre et l'amorce de l'immigration des Portugais en France", *D'Italie et d'ailleurs, Mélanges en honneur de Pierre Milza*, Marie-Claude Blanc-Chaléard, et alli (org.), Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2014, pp. 105-116.
- Participation des Portugais à la Grande Guerre. Première convention franco-portugaise de main d'oeuvre civile et militaire du 28 octobre 1916*, actes des colloques d'Hendaye, Bordeaux et Paris, Bordeaux, Éditions Quatorze, 2016.
- Santos, Yvette Sobral dos, "L'État portugais face à l'émigration et aux impératifs de la Première Guerre mondiale", in *Cultures de l'exil, Exils et migrations ibériques au XXe siècle*, n.º 5, printemps 2013, pp. 138-154.
- Santos, Yvette Sobral dos, *A Junta Nacional de Emigração e a Política de Emigração no Estado Novo*, thèse de doctorat en Histoire contemporaine, Université Nouvelle de Lisbonne.
- Schaefer, Ansgar, "José Vieira – Retrato de um resistente e trabalhador forçado", vídeo, Kintop, Portugal 2019; Archives des victimes des conflits contemporains (Caen), dossier 21P688534.
- Rosas, F. (Coord.); Schaefer, A.; Carvalho, A.; Ninhos, C.; Clímaco, C. (2022). *Os portugueses no Sistema Concentracionario do III Reich*, 2.º edição. Imprensa Nacional - Casa da Moeda: Lisboa.

3.7 Migrações em Vila Nova de Famalicão, visão genérica e especificidades

↳ **TEXTO** SANDRA TEIXEIRA

Este artigo que hoje dá à estampa é o resultado da comunicação apresentada no II Encontro – De Famalicão para o Mundo: Migrações e Trabalho Forçado em Contexto de Guerra”, na Casa das Artes, a 25 de setembro de 2021, no painel “Migrações recentes: Sensibilidade e Consciência”.

RESUMO

Partindo da ideia que Portugal é um país de acolhimento desde há muitos séculos, uma vez que a Península Ibérica foi alvo de muitas anexações e invasões, como a romana, que nos deixou marcas na Língua, na Lei e na Religião, muitos foram os que ficaram na área geográfica da Península que hoje Portugal ocupa.

Mais tarde, na era dos descobrimentos, quando as Naus vinham carregadas de “escravos” obrigados a imigrar para Portugal e a cá ficar.

Mais contemporâneo, e fruto da descolonização, especificamente de Angola e Moçambique, nos anos 70, foram muitos os nativos daquelas latitudes que vieram para Portugal continental.

O povo português sempre teve a coragem de emigrar, não é um fato recente, sempre esteve presente na sociedade portuguesa, no entanto, foi mais forte no final do século de XIX e durante o terceiro quarto do século XX.

Razões econômicas, sociais, religiosas e políticas, são as principais causas para a Diáspora portuguesa nos cinco continentes.

Vila Nova de Famalicão, em pleno Minho, também viu a sua população emigrar, hoje, é um concelho Internacional e Industrial por tradição, Famalicão é o primeiro concelho exportador do Norte de Portugal e o terceiro exportador a nível nacional.

Em 2019, Vila Nova de Famalicão estava próximo de uma situação de pleno emprego, o que colocou o nosso Concelho no mapa de interesse de quem procurava trabalho, sendo nacionais ou estrangeiros, muitos migraram para Vila Nova de Famalicão, procurando melhor qualidade de vida e emprego.

A grande maioria dos cidadãos imigrantes que escolheram Vila Nova de Famalicão para viver e trabalhar são maioritariamente de nacionalidade brasileira, em segundo lugar estão os cidadãos ucranianos, e na terceira posição os indianos (SEFSTAT, junho 2021).

Estes dados são corroborados pelos dados do atendimento do Centro Local de Apoio à Integração Migrante – CLAIM de Vila Nova de Famalicão, estrutura que existe desde 2008, abrangida pelo protocolo assinado entre o Município de Vila Nova de Famalicão e o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), na altura designado por Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural (ACIDI).

O município de Vila Nova de Famalicão, preocupado com o melhor acolhimento e integração destes cidadãos estrangeiros, iniciou a implementação de dois projetos, um dirigido à capacitação dos agentes das instituições públicas que fazem atendimento e orientam os cidadãos estrangeiros e o outro que tem por finalidade a elaboração do Plano Municipal de Integração de Migrantes de Vila Nova de Famalicão, subjacente a um diagnóstico da população imigrante do Concelho que decorre neste momento.

I. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Portugal foi visto, essencialmente, como um país de Emigrantes, ao longo de muitas décadas, no entanto, a partir dos anos 70, e devido às mudanças geopolíticas nas colónias ultramarinas de Portugal, tudo mudou.

Houve um regresso em massa para o Território Nacional dos portugueses que ali viviam. Neste movimento migratório “forçado” vieram, para Portugal, também muitos nativos daqueles territórios devido aos conflitos armados que se intensificaram após as respetivas declarações de independência, fundamentalmente, de Angola e Moçambique.

Regressaram 505 078 portugueses “retornados”, entre 1974 e 1977, sendo que 61% dos retornados provieram de Angola, 33% de Moçambique e 6% de outras ex-colónias. Estes valores correspondiam a cerca de 5% da população portuguesa (Pires, R. P., in, DUARTE, 2019).

Um dado muito interessante, segundo o levantamento feito pela autora, Maria João Domingues Duarte (2019) é que cerca de 60% dos retornados tinham

nascido em Portugal, principalmente nas zonas norte (32%) e centro (36%) do país.

Assim, na fuga, a opção mais lógica e emocional foi voltar ao país natal, onde ainda tinham família e conseqüente apoio, neste momento de muita necessidade.

Esta foi, seguramente, a maior experiência de acolhimento de Portugal e dos portugueses, sendo que a própria sociedade estava também a reorganizar-se, política e socialmente, depois do 25 de Abril de 1974.

Todas estas mudanças sociais e políticas configuraram um quadro de instabilidade política e social em território nacional, no entanto, a sociedade civil foi capaz de se organizar de forma a se constituírem “grupos” de apoio aos “refugiados” do ultramar, o maior exemplo é o IARN – Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais.

O IARN acolhia, orientava, alimentava e alojava os espoliados do Ultramar.

II. A MUDANÇA NOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS PORTUGUESES

A adesão de Portugal à, então, Comunidade Económica Europeia (CEE) marcou e definiu uma viragem para uma nova etapa que significou grandes mudanças quer nos movimentos migratórios quer nas políticas migratórias do nosso país. Assim, Portugal passou de país de Emigrantes para ser um país procurando por Imigrantes;

A partir de 1986 Portugal converteu-se num país política e economicamente mais atrativo para imigrantes, especialmente depois da assinatura da Convenção Schengen que permitiu um espaço de circulação europeu. (Padilla & Ortiz, 2012).

Em 1990, o número de estrangeiros em Portugal era de 100.000, predominando os imigrantes africanos dos PALOPs, oriundos das ex-colónias do Ultramar, pela facilidade na Língua, e para muitos destes por já terem família ou amigos instalados em Portugal.

Mas durante a década de 1990 os fluxos migratórios complexificaram-se, começando a divergir dos anteriores, tornaram-se mais intensos e diversificados tanto na origem como nas ocupações, situação que se consolidaria na primeira década do século XXI;

Aos stocks de imigrantes provenientes dos PALOPs e aos brasileiros, vieram juntar-se imigrantes provenientes dos países de Europa de Leste não pertencentes então à União Europeia (ucranianos, romenos, moldavos, russos, entre os mais representativos).

A partir de 2009, com a crise económica em Portugal, os fluxos migratórios iniciaram mudanças:

- Em primeiro lugar deu-se uma desaceleração e uma diminuição da imigração para Portugal (SEFSTAT, 2009 e 2010);
- Por outro lado, os imigrantes que se encontravam em Território Nacional iniciaram um retorno aos países de origem;
- Os portugueses recomeçam a emigrar, notando-se uma saída importante de recursos humanos nacionais qualificados para outros países.

III. O CASO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Vila Nova de Famalicão não foi diferente do resto do país, relativamente a estes processos migratórios;

No ano de 2007 é criado o Alto Comissariado para a Integração e o Diálogo Intercultural – ACIDI, que entretanto evoluiu para o Alto Comissariado para as Migrações – ACM, criado pelo Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de Fevereiro, continuando esta estrutura a estar debaixo da alçada do Conselho de Ministros.

Em 2009 a Câmara Municipal e o ACIDI celebram um protocolo dando início do serviço de acolhimento de Imigrantes no Concelho de Vila Nova de Famalicão, o CLAI – Centro Local de Apoio à Integração Imigrante, que mais tarde, em 2014, passou a ter a designação de CLAIM – Centro local de Apoio à Integração Migrante.

O Centro Local de Apoio à Integração Migrante (CLAIM) de Vila Nova de Famalicão foi criado com o objetivo de promover uma integração de proximidade e pretende desenvolver um atendimento integrado.

Somos um gabinete de acolhimento, informação e apoio descentralizado, visando apoiar os cidadãos imigrantes:

- Regularização da situação migratória/Nacionalidade/Reagrupamento Familiar;
- Trabalho/Educação/ Formação Profissional/ Empreendedorismo
- Segurança Social/Serviço de Finanças/Saúde
- Apoio ao Associativismo
- Retorno Voluntário;
- Outras

IV. MISSÃO E AÇÃO DO CLAIM

A) Missão

Ir além da informação e apoiar o processo de acolhimento e integração dos imigrantes a nível local, que envolve múltiplas facetas e vetores, para os quais importa que os imigrantes estejam alertados.

B) Ação

Procura fomentar uma integração cada vez mais plena dos cidadãos imigrantes na sociedade portuguesa e famalicense, dentro de áreas fundamentais como:

- Acolhimento inicial de imigrantes/Participação na vida local;
- Sensibilização da opinião pública;
- Educação/Mercado de trabalho/Saúde;
- Outras atividades no domínio da Interculturalidade.

A) NÚMEROS DO CLAIM (2010-2021)

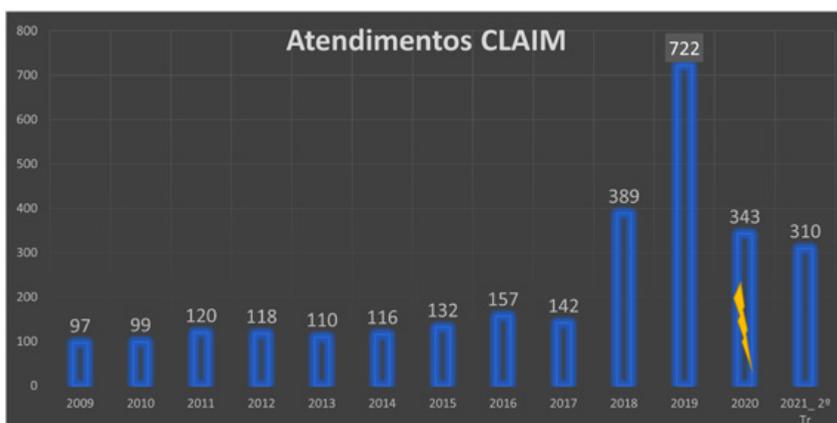


Fig. 1 Atendimentos de CLAIM entre 2009 e 2021

B) QUEM PROCURA O CLAIM?

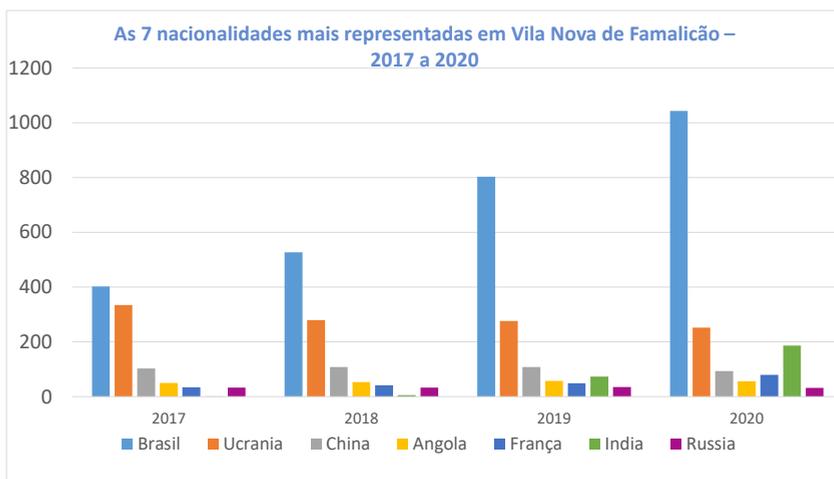
Imigrantes	Anos	Portugal			V. N. de Famalicão (Concelho)		
		Nº	Nº	%	Nº	% nacional	% distrital
Total	2017	421711	11322	2,68	1253	0,30	11,07
	2018	480300	14090	2,93	1386	0,29	9,84
	2019	590348	18238	3,09	1838	0,31	10,08
	2020	662095	21113	3,19	2234	0,34	10,58

Fonte: SEFSTAT, www.sef.pt

C) QUAIS AS NACIONALIDADES?

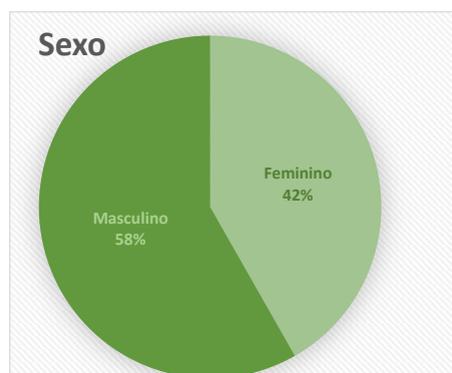
	2017	2018	2019	2020
Brasil	402	527	803	1043
Ucrânia	334	279	276	252
China	103	108	108	93
Angola	50	53	57	56
França	34	42	49	80
Índia	1	5	73	186
Rússia	33	33	35	32

Fonte: SEFSTAT, www.sef.pt

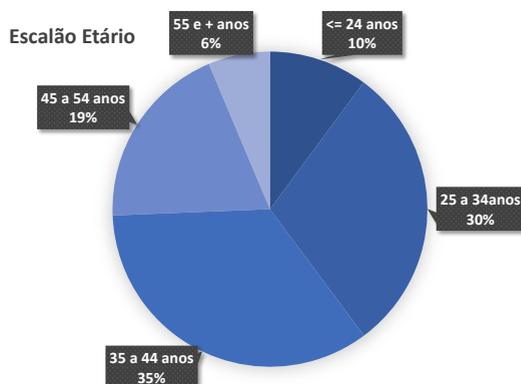


Fonte: SEF/STAT, www.sef.pt

D) IMIGRANTES VS EMPREGO



E) IDADES

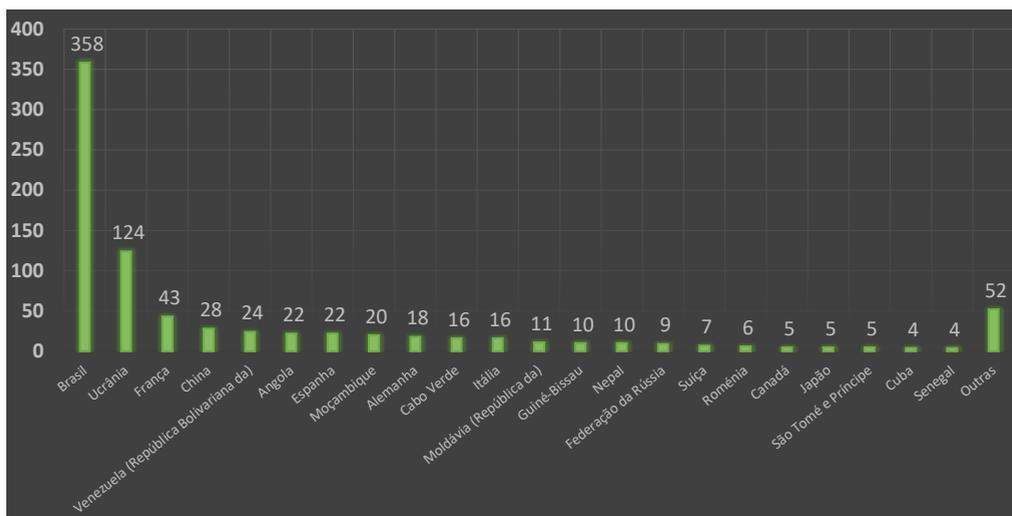


Fonte: <http://www.gep.msss.gov.pt>



Fonte: <http://www.gep.msss.gov.pt>

F) PAÍS DE ORIGEM



Fonte: <http://www.gep.mtss.gov.pt>

V. EVOLUÇÃO E PROJETOS

O Município de Vila Nova de Famalicão, no âmbito da sua Estratégia para a Diplomacia Urbana, apresentou em 2020 duas candidaturas ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI):

- Uma destinada à Capacitação dos agentes, dos colaboradores e das entidades, no atendimento dos imigrantes. Foram desenvolvidas, numa primeira fase 7 ações de capacitação que abordaram, por exemplo, áreas como a Saúde, a Lei da Imigração, a Lei da Nacionalidade, entre outras;
- O outro projeto pretende o desenvolvimento e implementação do Plano Municipal de Integração de Migrantes (PMIM), até ao final do ano 2021 será apresentado o Diagnóstico, para de seguida ser apresentada a proposta de PMIM de Vila Nova de Famalicão.

O PMIM visa sistematizar as estratégias do município e de outras entidades que, ao nível local, atuam na área das migrações e que convergem para a concretização do processo multivetorial de integração dos imigrantes. Assim pretendemos uma melhor gestão dos fluxos migratórios enquanto contributo para o desenvolvimento local, promovendo a articulação e a concertação de ações no território e fomentando a eficácia das políticas de acolhimento e integração de migrantes.

Estes dois projetos são complementares e agem em duas frentes principais do acolhimento de imigrantes no Concelho, culminando na construção de uma rede de entidades para uma melhor e maior rapidez nas respostas a estes munícipes.

BIBLIOGRAFIA

- Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Dados internos CLAIM, 2017 a 2020.
- Pires, R. P, in, DUARTE, Maria João Domingues – Os «Retornados» das ex-colónias portuguesas: representações e testemunhos. In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 503-529.
- Padilla & Ortiz, Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. *Balanços e desafios*, 2012.
- <http://www.gep.mtsss.gov.pt>
- SEFSTAT, 2009 e 2010. www.sef.pt

3.8 O problema da identidade nacional na *óptica* de Eduardo Lourenço

↳ TEXTO NORBERTO CUNHA

1. INTRODUÇÃO

Segundo Eduardo Lourenço, ao contrário da invertebrabilidade ou “diversidade” espanhola (preocupação de sempre dos intelectuais espanhóis, como Unamuno e Ortega), nós, portugueses nunca tivemos problemas de identidade nacional propriamente ditos¹, se por identidade nacional se entender “a questão acerca do nosso estatuto nacional, ou preocupação com o sentido e teor da aderência profunda com que nos sentimos e sabemos *portugueses*, gente inscrita num certo espaço físico e cultural”²;

o nosso problema, se problema existe – diz – é de hipertrofia da nossa realidade³, e, com ele, de “hiperidentidade e de nos sentirmos ‘hiperportugueses’”⁴; situação vivida e agravada pelo nosso espaço imperial na “quase mórbida fixação na contemplação e gozo da *diferença* que nos caracteriza ou nós imaginamos tal, no contexto dos outros povos, nações e culturas”⁵. O que nos perturba não é, pois, não sabermos quem somos, mas sabermos *demais*.

-
- 1 Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade/ Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1978, pp. 13-14. Doravante citaremos esta obra pela sigla *LS/PMDP*.
 - 2 Idem, “Identidade e memória” (1984), in *Nós e a Europa/ou as duas razões*, 4ª ed., aumentada, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa ad Moeda (1994), pp. 9-10. Doravante citaremos esta obra pela sigla *NeA*.

-
- 3 Idem, “Portugal – identidade e imagem” (1987), in *NeA*, p. 19
 - 4 Idem, “Robinson Martins Pereira e a Ilha-Esquerda”, in *Plural* (Lisboa), n.º 1, Outubro de 1983, p. 49
 - 5 Idem, “Identidade e memória” (1984), in *NeA*, ppp. 9-10

2. VEJAMOS ENTÃO, COMO CHEGAMOS AQUI E COMO SAIR DESTA HIPER-IDENTIDADE

Para Eduardo Lourenço, *identidade* é o processo “ao mesmo tempo real e imaginário” mediante o qual construímos um passado que dá espessura e sentido ao presente e sem o qual não pode haver futuro⁶; por isso “postular que Portugal tem um ‘ser’, uma ‘identidade’ (...), não equivale a instituir uma entidade mítica ou mística, independente das formas de vida, dos actos e das acções que a manifestam”⁷; nem é uma sub-reptícia estratégia passadista. A identificação de um país mobiliza o imediato e o mediato, o sensível e o inteligível, introduzindo no caos intrínseco dos primeiros, ou seja, no “viver real”, no viver epidérmico, trivial e quotidiano, uma ordem que faz da identidade uma ficção necessária e sempre *a posteriori*⁸; daí que as “realidades” nacionais – como “França”, “Espanha”, “Portugal”, etc., – consideradas do ponto de vista da sua identidade, só ganham sentido numa incontornável *ilusão retrospectiva* que as põe em relação consigo mesmas e com as demais⁹. A *história* e a *ficção* são, pois, indissociáveis do processo de auto-identificação e re-conhecimento das “realidades” nacionais. Estas vão-se construindo. Por isso, a identidade de um país não é um “‘dado em si’, um mero atributo da sua existência histórica”¹⁰, mas “esforço e luta por uma estruturação, sem cessar posta em causa, ‘afirmação de si’ com tonalidades as mais diversas, desde as eufóricas às suicidárias, tanto por causas ou motivos intrínsecos como extrínsecos”¹¹, em prol da instituição

de “um ‘projecto’ de existência autónoma, ou maximamente autónomo”¹². Não há, pois, para o ensaísta português do *Labirinto da Saudade*, “uma ‘essência’ das nações fóra desta luta equívoca para perenizar um ‘projecto’ de existência autónoma, ou maximamente autónomo, sempre ameaçado, do interior ou do exterior, pelas contradições, antagonismos ou fraquezas dos elementos que a compõem”¹³.

Mas isto não significa que a *identidade* de um povo ou nação se confunda com a sua *existência*. A existência de um povo não se esgota nos seus projectos. Inclui-os e transcende-os. Por isso se pode dizer que certos dramas da existência de alguns povos – como o judeu, o arménio, o palestino, o vasco, etc. – não afectam a sua identidade nacional, mas apenas a sua existência internacional¹⁴. A questão da ‘identidade’ de um povo não decorre, pois, da contingência factual da sua existência histórica, mas do projecto e *sentido* que esse povo lhe atribui, um e outro nascidos de ‘dentro para fóra’ e não de fóra para dentro, mais endógenos que exógenos¹⁵. Só no quadro duma extrapolação da lógica organicista dos indivíduos à sociedade e à história (onde a existência e a identidade são indissociáveis), se pode aceitar, como necessária, a conexão entre a identidade e o viver real ou existência de um povo (como fizeram Worms, Glumpovicz, Liliensfeld, Spengler, etc.); lógica que Eduardo Lourenço refuta, como abusiva e ilegítima, pois só metaforicamente – em sua opinião – se pode assimilar a nação a um organismo¹⁶.

6 Idem, “Portugal—identidade e imagem” (1987), in *NeA*, p. 17

7 Idem, “Robinson Martins Pereira e a Ilha-Esquerda”, in *Plural* (Lisboa), n.º 1, Outubro de 1983, p. 49

8 Idem, “Crise de identidade ou ressaca imperial?”, in *Prelo* (Lisboa), n.º 1, Outubro/Dezembro de 1983, pp. 15-17

9 *Ibidem*

10 *Ibidem*

11 *Ibidem*

12 *Ibidem*

13 *Ibidem*

14 *Ibidem*

15 *Ibidem*

16 Idem, “Robinson Martins Pereira e a Ilha-Esquerda”, in *Plural* (Lisboa), n.º 1, Outubro de 1983, p. 49; idem, “Crise de ressaca imperial?”, in *Prelo* (Lisboa), n.º 1, Outubro/Dezembro de 1983, pp. 15-17

3. SENTIDO IDENTIDADE E CULTURA

Mas se a identidade de um povo decorre do projecto e sentido que ele atribui à contingência factual da sua existência histórica, o que entende Eduardo Lourenço por *sentido* da história de um povo? Associado à ideia de projecto, deriva esse *sentido* “daquilo que habitualmente se chama *Cultura*”¹⁷, entendida esta não como a spengleriana categoria de “civilização”, ou seja, como “conjunto de manifestações mecânicas, vazias de vida interior”¹⁸ nem com o conceito sociológico que a entende como a “totalidade das expressões históricas criadas pelo homem, englobando assim, no mesmo conceito, os machados de pedra do chelense e a Lógica de Hegel”¹⁹. Eduardo Lourenço entende a *Cultura* no sentido de Paul Natorp, ou seja, como *Kultur* ou “conjunto do que constitui o desenvolvimento espiritual da humanidade e corresponde, para a humanidade inteira, àquilo que é a cultura (*Bildung*) para o homem individual”²⁰; ideia de cultura que, do seu ponto de vista, já fora, lapidarmente, sintetizada por Pascal ao defini-la como “a sucessão dos homens que, no curso de séculos, deve ser considerada como um mesmo homem que subsiste sempre e aprende continuamente”²¹.

O real sentido da cultura estava, pois, para Eduardo Lourenço, na “produção de coisas valiosas e de valores”²², o que não era propriamente o que faz a cultura *folclórica* (como a escapelizou Sérgio) mas a “alta cultura” (que não temos nem nunca tivemos) criada pelas elites (de que foram exemplo os nossos “estrangeirados”). O sentido da nossa história ou o projecto que nos identifica não está, pois,

17 Idem, “Consolação” (1976), in *O Complexo de Marx*, Lisboa, 1979, Publicações D. Quixote, p. 63
18 *Ibidem*
19 *Ibidem*, p. 8
20 Idem, *Heterodoxia, I e II*, Lisboa, Assirio & Alvim, 1987, p. 8
21 *Ibidem*
22 *Ibidem*

para Eduardo Lourenço, no desenvolvimento material e nas suas formas usuais, mas num valioso e característico desenvolvimento de ordem espiritual (ou “alta cultura”).

4. CULTURA E LÍNGUA

E o “lugar geométrico” mais expressivo e natural dessa “alta cultura” (ou simplesmente a *cultura*) que dá sentido à nossa vida colectiva é – em sua opinião – acima de qualquer outro – a *Lingua*. É nela, na sua linguisticidade, que “o ser da autonomia portuguesa (...) se auto-nomeia e através dessa auto-nomeação se autonomiza”²³ (não é, por acaso, pois, que quando a Europa moderna começou a constituir-se, a polémica se centrou, imediatamente, na nobreza das línguas”²⁴); é nela que “estão escritas todas as aventuras espirituais e concretas, corpo da nossa histórica realidade. Ela é mediadora original entre a realidade nacional e os indivíduos”²⁵, mediadora e mediúnica (e não um reflexo e aquisição histórico-cultural); é o corpo e a forma nos quais a nossa própria história (individual e colectiva), vive, habita e se mostra em toda a sua *autenticidade*²⁶.

Não surpreende, pois que, para Eduardo Lourenço, a relação entre a *Cultura* e o *texto* (e, implicitamente, deste com o *sentido* da história) seja da ordem “da reiteração e da circularidade”, uma remete para o outro e vice-versa²⁷. Todavia, das duas realidades – a língua (e suas modalidades de expressão) e a cultura – só esta, como adverte, é “englobante, sem ser totalizável”, ou seja, ao contrário da textualidade, a cultura não tem o perfil simbólico da mónada leibniziana, não se exprime nela apenas a totalidade de um

23 Idem, “Cultura e realidade nacional ou uma querela sem sentido” (1957), in *Ocasionais, I*, Lisboa, A Regra do Jogo Edições [1984], pp. 22-23
24 Idem, “Entretien sur l’Europe” (1992), in *NeA*, p. 196
25 *Ibidem*
26 *Ibidem*
27 Idem, “Contexto cultural e novo texto português” (1979), in *O Canto do Signo/Existência e Literatura* (1957-1993), Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 280

ponto de vista, nem a sua totalidade se esgota nas múltiplas perspectivas singulares representadas pela pluralidade dos textos, porque embora também se possa apresentar na linguagem textual, é pré-existente a esta e seu horizonte ôntico incontornável²⁸. O que significa que, para Eduardo Lourenço, não há um nexo linear e claro entre a cultura e o texto, mas sabemos que aquela é um espaço amniótico em que a Língua (e as suas modalidades) se subsumem. Deste modo, demarca-se da tentação de reduzir, a “jogos” linguísticos, os problemas culturais que se apresentam na linguagem.

5. TEXTO E IMAGEM

Mas se o horizonte de sentido dos problemas culturais não se esgota nos textos e na análise linguística nem nos enunciados protocolares da análise logico-sintáctica; se não está na forma pela qual esses problemas se exprimem (tenha essa forma como referência ou não a experiência vivida), onde se situa, então? Em sua opinião, nas *imagens* da cultura portuguesa que esses textos apresentam; melhor dizendo, no conjunto de imagens ou *imago* (no sentido de Jung) que os portugueses foram fazendo de si próprios, ao longo da história, imagens essas inscritas e reveladas na “mónada” discursiva, especialmente a literária²⁹.

Esta opção pela *imagem* não é apenas uma opção metodológica de Eduardo Lourenço mas resulta da sua convicção de que os portugueses têm um “patológico pendor de viver como se entre o que somos e o que conhecemos de nós, nos fosse necessário esse véu de incúria pelo que José Régio chamava ‘as nossas coisas’, [portugueses] mais dotados[s] que ninguém para viver de imagens, mitos, sugestões, delirante curiosidade por tudo quanto *vem de*

fóra”³⁰. Por isso elege, estrategicamente, como objecto de análise da nossa “alta cultura” (pela qual a nossa identidade se vai identificando e não o inverso) a imagem literária, a saber, um tropo micro-estrutural, “uma certa estruturação do conjunto *comparação-metáfora-metonímia*”³¹, que sabe que é heterogénea à realidade.

O seu problema não é, pois, saber, por essas imagens, o que somos nem que “lugar” ocupamos no mundo, mas uma tarefa deliberadamente mais modesta – tecer uma *imago-logia*, quer dizer “um discurso crítico sobre as *imagens* que de nós mesmos temos forjado”³² – preocupação que sempre foi a sua desde o primeiro volume de *Heterodoxia*³³ – e que se tornaram partilha colectiva e património comum³⁴, com especial e exclusiva atenção “naquelas que, por uma razão ou por outra, alcançaram uma espécie de estatuto místico, pela voga, autoridade e irradiação que tiveram ou continuam a ter”³⁵. É a estrutura sistémica, recorrente e persistente, destas *imagens* – e só estas – que lhe interessa.

6. GENEALOGIA DA IMAGEM MÍTICA DE PORTUGAL

É na *Psicanálise mítica do destino português* (1977/78), texto mais tarde recolhido na sua obra *Labirinto da Saudade* (1978), que Eduardo Lourenço analisou algumas das *imagens míticas* mais pregnantes da nossa realidade e

28 *Ibidem*

29 Idem, “Robinson Martins Pereira e a Ilha-Esquerda”, in *Plural* (Lisboa), n.º 1, Outubro de 1983, p. 48 e idem, *LS/PMDD*, pp. 13-14

30 Idem, “Repensar Portugal” (1978), in *LS/PMDD*, pp. 69-70

31 Georges Moliné, “Image”, in *Dictionnaire de Rhétorique*, Paris, Le livre de poche, Librairie Générale de France, 1992, p. 169

32 Eduardo Lourenço, “Robinson Martins Pereira e a Ilha-Esquerda”, in *Plural* (Lisboa), n.º 1, Outubro de 1983, p. 49 e idem, *LS/PMDD*, p. 14

33 *Ibidem*, pp. 14-15

34 *Ibidem*, p. 14

35 *Ibidem*

ficção identitária³⁶, derivadas da nossa existência nacional que – em seu entender – tem oscilado, historicamente, entre dois ritmos: ora reactualiza, pela emergência dum *herói* (Nun’ Álvares Pereira, D. João II, Marquês do Pombal, Mousinho da Silveira, Sidónio Pais, Salazar, etc.) a *Vontade* originária que a fundou (Afonso Henriques); “ora mergulha em delírios e sonhos compensatórios absurdos, transformando-se na Pátria de eleição do *Milagre*, do *Sebastianismo*, sinais inequívocos de loucura empírica, tanto como promessa de ressurreição”³⁷ Como se geraram e perduraram essas imagens míticas na nossa memória colectiva?

A primeira e mais relevante das razões de ser desta auto-mitificação foi, segundo Eduardo Lourenço, o nosso *império colonial*. Este mudou não apenas o nosso *modo de ser* mas o *ser mesmo* de Portugal³⁸; para sempre e radicalmente; por rotura e não por um processo dialéctico. Este momento genesiaco (a gesta das Descobertas) que deu um outro sentido à nossa existência colectiva (e do qual ficamos reféns e recorrentes para sempre, e sobretudo, sempre que nos *perdemos*) foi, para Eduardo Lourenço, simultaneamente, o nosso “momento solar” e o momento mágico de que a nossa memória sentida continua a alimentar-se, insaciável; “euforia mítica” que devemos “quase exclusivamente, ao papel mediano e simbolicamente messiânico” que desempenhamos na história ocidental, ao convertê-la, não tanto como artífices mas como mensageiros e apóstolos, em *História mundial* (mediação privilegiada semelhante à que o povo judaico chamou também a si, mas ainda por cumprir, ao contrário do que aconteceu conosco); foi neste papel mediador e “evangelizador” (evangelização religiosa e cultural) que,

segundo Eduardo Lourenço, encontramos a nossa “única e autêntica identidade”, mito em função do qual a nossa memória “processa a permanente reestruturação do nosso presente concreto, empírico”³⁹.

Mas uma outra razão, intimamente conexa, com a supracitada, contribuiu para a nossa auto-mitificação de “povo eleito” – foi o nosso famigerado *parasitismo*⁴⁰. Decorrente de privilégios sem relação alguma com o mundo do trabalho, consagrando até o afastamento dele e que se foi estendendo, por imitação, a toda a população⁴¹, o parasitismo incutiu-nos a mentalidade de “pobres milionários por direito divino”⁴² e está na origem da nossa “mentalidade milagreira”⁴³, visível em aspectos como “a imprevidência histórica de que demos provas várias vezes desde Alcácer-Quibir à Descolonização, a eterna surpresa que sublinha as catástrofes mais evitáveis, o nacional-grito de ‘pouca sorte’, com que comentamos os desastres que nós próprios elaborámos por inércia ou confiança infinita nas boas disposições da Providência”⁴⁴. Um parasitismo denunciado à direita e à esquerda (por Salazar, por António Sérgio, por Jaime Cortesão, entre outros).

Um terceiro factor desse processo de auto-mitificação a ter em conta foi, também, segundo Eduardo Lourenço, a nossa hiper-identidade⁴⁵, que e nos levou “a confundir a (nossa) particularidade com a *universalidade*, a não sermos capazes de nos abirmos ao diálogo com o *outro*, a crer-nos o *centro do mundo*”⁴⁶, “criando assim um universo de referências *autistas* onde naufraga o nosso sentimento

36 Idem, “Psicanálise mítica do destino português”, in *Raiz e Utopia*, n.º 5/6, pp. 4-19; idem, “Le labyrinthe de ‘la saudade’”, in *Esprit* (Paris), 1, 1969, pp. 58-61

37 Idem, “Da literatura como interpretação de Portugal” (1975), in *LS/PMDP*, pp. 101-102

38 Idem, “Portugal-Identidade e imagem” (1987), in *NeA*, pp. 18-19

39 Idem, “Identidade e memória” (1984), in *NeA*, p. 10

40 Idem, “Somos um povo de pobres com mentalidade de ricos”, in *LS/PMDP*, pp. 141

41 *Ibidem*, pp. 141-142

42 *Ibidem*, p. 142

43 *Ibidem*

44 *Ibidem*, pp. 141-142

45 Idem, “Identidade e memória” (1984), in *NeA*, pp. 9-10

46 *Ibidem*, p. 14

da realidade e da complexidade do mundo”⁴⁷; autismo reforçado pelo nosso império colonial que, se não nos modelou, física e moralmente, alterou, no entanto, no plano ficcional – como assinala Eduardo Lourenço – a nossa sensatez, pois o acrescentamos ao pequeno país que somos “para lhe dar *uma dimensão mágica*”⁴⁸ e auto-compensatória.

Um outro factor, ainda, dessa nossa auto-mitificação – já assinalado por Fernando Pessoa – foi, segundo Lourenço, a nossa “espécie de *sublime* vocação de *não-identidade*”⁴⁹, essa nossa vocação para não sermos *ninguém*, para a despersonalização, agindo como se não fôssemos *objectos* da história mas *sujeitos* (privilegiados) dela, longe dos seus efeitos, como *causa sui* por obra e graças de Deus⁵⁰. Por isso nos surpreendemos tanto quando a História nos afecta, porque a história a fazer é para os outros e não para nós (a nossa já está *feita*). Vemo-nos simultaneamente, intervenientes e estranhos espectadores do nosso passado, vivendo nele “como peixes na água entre o prosaísmo mais rasteiro e o onirismo mais banal”⁵¹, numa “espécie de *delírio manso*, desse sonho acordado que, às vezes, se assemelha ao dos videntes (*voyants* no sentido de Rimbaud) e outras, à pura inconsciência, para estar à altura de si mesmo”⁵²; atitude, ao que parece, tão necessária à nossa vida colectiva como o oxigénio ou o pão para a boca⁵³.

A juntar a estes factores, Eduardo Lourenço assinalou a nossa crença de que somos “um povo abençoado pelos céus, a bem dizer, um povo eleito, que não tem necessidade de esperar o Messias”⁵⁴; um povo investido numa

missão providencial (daí o “milagre” contínuo da nossa independência e continuidade, como o mostra as “robinsonadas” da nossa historiografia do antigo regime e não só), com a diferença de que o Messias do povo judaico ainda está para vir enquanto o nosso já veio, está no *passado*, mais exactamente, no imaginário imperial e apostólico do século XVI, convertido na sua maior e constante obsessão do presente e mesmo do futuro⁵⁵.

E se é verdade que a revolução e 25 de Abril de 1974 e a descolonização nos tiraram a venda dos olhos e nos puseram diante da realidade, nem por isso, os nossos sonhos mudaram⁵⁶. O que o leva a afirmar que poucos povos serão, como o nosso, intimamente quixotescos, quer dizer, tão indistintamente, Quixote e Sancho. Quando se sonharam sonhos maiores do que nós, mesmo a parte de Sancho que nos enraíza na realidade está sempre pronta a tomar os moinhos por gigantes”⁵⁷. Esta fuga para o sonho e para o “delírio manso” que nos afecta continuamente, é reforçada pelo desconhecimento que, em geral, temos do nosso país e da terra que habitamos, que faz com que nos sintamos estranhos nela, que mesmo os homens mais ilustres se sintam *ausentes da nossa própria realidade*⁵⁸.

Mas outros factores, ainda que de menor relevância, são, ainda, assinalados por Eduardo Lourenço, no nosso processo de auto-mitificação: os *Lusíadas* (esse poema épico camoeano, cujo patriotismo fizemos nosso e cujos heróis deliberadamente encarnamos), a intolerância contra-reformista, o cativo filipino, a esquizofrenia do século XIX, a reacção nacionalista finissecular de Oitocentos, o “quase parricídio” da chamada *Geração de 70*, o *Saudosismo*, o Salazarismo, a chamada “filosofia portuguesa” e, enfim, as “robinsonadas” de

47 *Ibidem*

48 Idem, “Psicanálise mítica do destino português” (77/78), in *LS/PMDP*, p. 45

49 Idem, “Identidade e memória” (1984), in *NeA*, p. 14

50 *Ibidem*, pp. 14-15

51 Idem, “Portugal – identidade e imagem” (1987), in *NeA*, p. 23

52 *Ibidem*

53 *Ibidem*

54 Idem, “L’Europe et nous” (1987), in *NeA*, pp. 46-47

55 Idem, “Identidade e memória” (1984), in *NeA*, p. 10

56 *Ibidem*

57 *Ibidem*

58 Idem, “Repensar Portugal” (1978), in *LS/PMDP*, pp. 69-70

muitos poetas e historiadores oficiais do Portugal do século XX (como Fortunato de Almeida e José Matoso).

Prestemos-lhes alguma atenção, começando pelos *Lusíadas*.

Este poema épico – que representa, heroiicamente, a nossa identidade colectiva (imaginária ou ficcional) e a hiperbolização do nosso amor pátrio⁵⁹ – contribuiu, segundo Eduardo Lourenço, “mais do que tudo o resto para nos descentrar em relação a nós mesmos e nos instalar numa perspectiva autista de configuração esquizofrénica”⁶⁰. Veio a ser, sem o saber, o alimento mais poderoso do que veio a chamar-se “lusitanidade” e “portugalidade”, conceitos – para Eduardo Lourenço – absurdos e grotescos. É verdade que Camões nos conferiu, enquanto povo, “uma existência epopeica e desta insolação sublime nunca mais nos curamos. O nosso caso é verdadeiramente único nos anais do Ocidente cristão. Nenhum inglês, alemão ou francês é solicitado a identificar-se idealmente com os heróis que os representam; nenhum espanhol, imitando o seu herói arquétipo se qui-xotiza a ponto de se tomar pelo *Cavaleiro da Triste Figura*, até porque através dele operou e opera justamente a cura psicanalítica que o situa de novo no real. Somente o português, enquanto tal, e por camoniana determinação e exaltação, é oficialmente *heróico* e nesse ofício imaginário põe todas as suas complacências. Todo o famigerado enigma da nossa originalidade histórica cabe no ‘peito ilustre lusitano’ a que o verbo do poeta soube conferir foros de corpo místico nacional”⁶¹. Todavia, essa hipertrofia do sentimento nacional só tomará uma feição grave e patológica “à medida, ou nos momentos, em que a distância entre a nossa hora solar e a realidade decaída que a prolonga

se acentuará”⁶² (o que já era um facto quando Camões escreveu *Os Lusíadas*), lançando-nos nas trevas dum acriticismo alarve e unanímista, que o banimento do *erasmismo hispânico* em 1527 (Valladolid), agravou, até esmorecer (apagar mesmo), entre nós, a disposição para a independência e liberdade de espírito, volvendo-nos “em familiares do Santo Ofício, sumamente honrados por sê-lo”, “em adoradores extáticos no melhor dos casos e em refinados hipócritas no pior, criando em nós essa espécie de *indiferença a toda a verdade que não seja vivida colectivamente*, (...) inventores geniais de ‘concórdias’ e ‘verdades médias’ que naturalmente não poderiam jamais conduzir aos Descartes, aos Pascal, aos Torricelli e muito menos aos Espinoza”⁶³. O cativo filipino acentuou o nosso passadismo errático e genesiaco na medida em que levou uma elite a crer que “a nossa razão de ser, a raiz de toda a nossa esperança, *era o termos sido*”⁶⁴; “descontentes com o presente, mortos como existência nacional imediata, nós começamos a sonhar simultaneamente o futuro e o passado. Nunca se meditou a sério em actos tão significativos como os da invenção de falsos documentos pelos monges de Alcobaça *para provar a nossa existência legal* no passado, assim como, já depois da ressurreição, no labor incrível dos nossos juristas para justificar o nosso direito a um lugar ao sol entre os povos livres. Nós vivemos então um drama digno do *Henrique IV* de Pirandello. É difícil conceber que a confusão entre o real e o sonho possa ir mais longe do que o foi na cabeça do António Vieira das alegações diante do Santo Ofício, mistura única de lucidez delirante e de delírio divino. Nele se operou como em ninguém mais a conversão da nossa longa ansiedade pelo destino pátrio em exaltada aleluia”⁶⁵. Ele representa a máxima expressão dum messianismo

59 Idem, “Portugal – identidade e imagem” (1987), in *NeA*, p. 18

60 Idem, “A emigração como mito e os mitos da emigração”, in *LS/PMDDP*, pp. 130-31

61 Idem, “Camões no presente” (1972), in *LS/PMDDP*, pp. 168

62 *Ibidem*, pp. 170-71

63 Idem, “Psicanálise mítica do destino português” (1977/78), in *LS/PMDDP*, pp. 53-54

64 *Ibidem*, p. 25

65 *Ibidem*

levado ao paroxismo mais exaltado, que afetou, profundamente, o nosso ser colectivo, da Restauração até às Luzes pombalinas, acusado por estas (mas não morto) na pessoa do Padre Malagrida e que “representou, ao mesmo tempo, o *máximo de existência irrealista* que nos foi dado viver, e o *máximo de coincidência com o nosso ser profundo*, pois esse sebastianismo representa a consciência delirada de uma fraqueza nacional, de uma carência, e *essa carência é real*”⁶⁶.

As invasões napoleónicas (a partir de 1808), o refúgio de D. João VI no Brasil, o fardo da ocupação inglesa e, mais tarde, a perda do próprio Brasil, alterarão, radicalmente, (nos planos histórico e mítico) a *existência* e a *imagem* de Portugal⁶⁷. Garrett e Herculano serão, até certo ponto, “os decisivos *mitólogos*”⁶⁸ deste Portugal diferente. Garrett mostrando as nossas *raízes* históricas indestrutíveis; Herculano, a nossa alma colectiva⁶⁹. Mas nem um nem outro foram suficientemente ousados e mobilizadores para se livrarem e livrarem as nossas elites de um “sentimento de fragilidade óptica relativo à existência pátria durante *todo* o século XIX”; nem um nem outro foram capazes de exorcizar e aniquilar o “pânico anímico” que debroa a sua obra e virá a pulsar, sem freio e arritmicamente, na obra de Antero, de Eça, de Oliveira Martins, e, igualmente, na de Nobre, de Junqueiro e de Sampaio Bruno⁷⁰; pânico anímico que terá a sua “expressão-resumo” na reacção histórico-patriótica ao *Ultimatum*, acentuada, na instância da automitificação, pela facção saudosista da *Renascença Portuguesa* (que fará do “não-ser” imaginário de Portugal a sua autêntica realidade!), por Fernando Pessoa e o seu

Ultimatum (1917)⁷¹, e, por fim, pelo Salazarismo e pela chamada “Filosofia portuguesa”.

Com a reacção ao *Ultimatum* brotará quer a nossa *redescoberta* de África e o retomar duma consciência imperial⁷² quer uma reacção nacionalista e mística, neo-garrettiana (reagindo ao grito “parricida” de Antero), encarnada, sucessivamente, pela *Geração de 90* que, segundo Eduardo Lourenço, fez da “apologia de Portugal e das coisas portuguesas – na medida mesma do seu *arcaísmo* – um valor em si, um paradigma para condenar todo o patriotismo que não seja como o dela, um *nacionalismo sentimental*, um culto, mais ou menos lírico, de uma realidade pátria desvinculada da Modernidade”⁷³.

Mas é com o *Saudosismo* de Pascoaes que o mito de “Portugal-menino-jesus-de-todas-as-nações” se torna uma realidade onto-transcendental e indizível. Enquanto a pátria de Junqueiro é “*a pátria histórica visível*, maniqueisticamente vítima do mau pastor real à espera da infância do Povo e da loucura do Condestável para ressuscitar em glória republicana”⁷⁴, Pascoaes subtrai “a mesma *pátria à História*, enquanto aventura guerreira e política, passada ou próxima, para a instalar definitivamente no seu ser *ideal* que é simultaneamente a transmutação idealizante e idealista mais genial que o tema pátria acaso inspirou”⁷⁵. Pascoais coloca a pátria “*fora do mundo* (...) fazendo desse *estar fora do mundo* a essência mesma da Realidade”⁷⁶, num processo de “reversão (...) do *não-ser* imaginário (...) em ser *supremo*, mítica e mística *Saudade* – corpo-sombra da

66 *Ibidem*

67 Idem, “Crise de identidade ou ressaca imperial?”, in *Prelo* (Lisboa), n.º 1, Outubro/Dezembro de 1983, pp. 17-18

68 *Ibidem*, pp. 17-20

69 *Ibidem*

70 Idem, “Da literatura como interpretação de Portugal” (1975), in *LS/PMDP*, p. 92-93

71 *Ibidem*, p. 93; idem, “Psicanálise mítica do destino português” (77/78), in *LS/PMDP*, p. 27

72 Idem, “Psicanálise mítica do destino português” (77/78), in *LS/PMDP*, pp. 26-27 e 45

73 Idem, “Patriotismo e nacionalismo”, in AA.VV., *Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual*, Lisboa, Edição da revista ‘Nação e Defesa’, Lisboa, s. d., p. 5

74 Idem, “Da literatura como interpretação de Portugal” (1975), in *LS/PMDP*, pp. 107-108

75 *Ibidem*

76 *Ibidem*

existência lusíada”⁷⁷. Saudade que não é ou não pretende ser recusa do presente e do futuro porque, para o poeta amarantino, “mais importante que ter *sido* ou ter *tido* Império, mais decisivo que haver usufruído riquezas mortas, ou até ter sido actores de uma gesta científica que podíamos ter tido num grau e esplendor que não tivemos, é (...) o haver interiorizado como alma da nossa alma o sentimento obscuro mas iluminante dessa visão positiva da *vida como sonho que se sabe sonho* mas que no interior desse sentimento se recupera como criadora saudade, desejo de um Desejo que jamais tomará a forma de uma possessão idolátrica, subtraindo-nos assim, de raiz, à tentação moderna por excelência, a de Fausto: *saber, poder para reinar* sobre a Natureza e os Outros. É nesse sentido que Pascoaes nos outorga e se outorga o estatuto de Povo-Saudoso, quer dizer, de Povo que apercebe em tudo quanto toca a sombra da ilusão e da morte, mas a uma e a outra exige a promessa da vida”⁷⁸. Pascoaes não é, pois, o poeta dum saudosismo mórbido – como o denuncia, impaciente, Júlio de Matos – nem confunde esse sentimento-ideia (a expressão é sua) com uma conduta psicológica ligada à satisfação das necessidades primárias – como a define António Sérgio, com infeliz sarcasmo. O *saudosismo* pascoaesiano – como diz Eduardo Lourenço – “deve muito mais o que se supõe às grandes intuições épico-metafísicas do século XIX (em particular à de Victor Hugo)”⁷⁹ e é impossível sabermos se nele “a mitificação da *realidade-pátria* é um caso particular da sua visão cósmica e metafísica do Real, ou a transfiguração simbólica da bem concreta vivência de uma paisagem, de uma história, de um povo singulares que nós chamamos *Portugal*, e que para ele podia ser lido e compreendido a partir da janela e das vozes apenas abertas do

77 *Ibidem*

78 *Ibidem*, p. 110

79 *Ibidem*, pp. 109-110

Marão...”⁸⁰. Ambivalência que estrutura o (não) ser da pátria que somos.

Nesse processo de automitificação, Eduardo Lourenço incluiu, também, Fernando Pessoa. Embora este soubesse que Portugal não tinha um futuro concreto e que o nosso império histórico agonizava, procurou transfigurar “a gesta particular de um pequeno-grande-povo em *gesta da consciência universal*”⁸¹, concebendo o nosso destino “como *descoberta de Índias que não vêm no mapa*. Quer dizer, apesar do que a fórmula possa conter de inovador e futurante, uma espécie de *repetição* do já feito e do já sido”⁸². Mas não pura repetição do mesmo. Repetimo-nos numa negação espontânea da limitação dentro da qual cremos vazada e refém a nossa vida, confundindo essa limitação com uma carência de “estrangeiramento” ou actualização como, erradamente, julgou a parricida *Geração de 70*⁸³. Ora, para Pessoa, Portugal “não é apenas a Tormes rústica para repouso dos príncipes Jacintos fatigados de Civilização, nem um Marão cósmico e fantasmático – *sempre e ainda Portugal paisagem...* – mas essa vocação *mediadora* e como que *profética* de nação humilhada e ofendida, (...) de povo que sofrendo da sua *particularização*, da sua antiga nostalgia de estar presente em toda a parte e ser tudo em todos, denuncia a aberração das superpotências, senhoras da História e da Cultura”⁸⁴ e de costas para a Europa, virado para o Atlântico, saudando o Infinito, envia “à merda’ todo esse lixo imperial e imperialista”⁸⁵, em nome de um Portugal-outro, “messiânico e futurante, digno da Raça dos Navegadores e Descobridores aos quais Álvaro de Campos se assimila para reclamar o fim de uma Democracia que nunca existiu e a vinda do super-homem

80 *Ibidem*, pp. 109-110

81 *Ibidem*, p. 115

82 Idem, “Identidade e Memória” (1984), in *NeA*, pp. 10-11

83 Idem, “Da literatura como interpretação de Portugal” (1975), in *LS/PMDP*, p. 119

84 *Ibidem*

85 *Ibidem*, p. 120

harmónico e mão forte capaz de assegurar a resurreição de um Portugal que deixe de ser o do *português* de camoniana e hegemónica memória para ser o do *português-ninguém*, imerso e dissolvido no universal de todos”⁸⁶. Enfim, o Portugal-menino-jesus-de-todas-as-nações. Pessoa, como salienta Eduardo Lourenço, não *esperanada* do Portugal presente; mas “como nauta de si mesmo, como história-profecia de que a *Mensagem* interroga os anúncios e signos sucessivos, (espera) *tudo*”⁸⁷, ou seja, espera um Portugal “puro futuro, manhã a amanhecer, vinda próxima do Encoberto, Cristo sem cristianismo, *fraternitatis rosea crucis*”⁸⁸, corolário “de uma *epopeia da alma*, de uma ‘ulisseia’ espiritual, invenção de um Ocidente futuro para o qual (...) parece olhar, de costas voltadas para uma Europa há muito entregue aos demónios da *vontade de poderio*.”⁸⁹.

Num outro plano – o político-doutrinal – se inscreve a contribuição do Salazarismo para a nossa automitificação colectiva. No seu obsessivo esforço em devolver Portugal à realidade, à prosaica realidade do Sancho cervantino – apresentando de Portugal “uma imagem idealizante e *idilica* (...) uma espécie de *aldeia* orgulhosamente feliz na sua marginalidade, na sua diferença”⁹⁰ (cujo *ser* e *destino* serão doravante o seu tema obsessivo⁹¹) – cairá num novo quixotismo: “uma *lusitanidade* exemplar, cobrindo o presente e o passado escolhido em função da sua mitologia arcaica e reaccionária (...), uma ficção ideológica, sociológica e cultural mais irrealista ainda que a proposta pela ideologia republicana, por ser ficção oficial, imagem sem controlo nem contradição possível de um país sem problemas, oásis da paz, exemplo das nações, arquétipo da solução ideal

que conciliava o capital e o trabalho, a ordem e a autoridade com um desenvolvimento harmonioso da sociedade. (...) Não vivíamos num país real mas numa ‘Disneyland’ qualquer, sem escândalos, nem suicídios nem verdadeiros problemas”⁹². Este unanimismo esquizofrénico, em volta dum *verdade portuguesa* (só posta em causa pelos “inimigos” de Portugal e da verdade) traduziu-se num hipernacionalismo que acabou por acentuar, ainda mais, o pior dos irrealismos: o histórico, alienando mais do que nunca a alma portuguesa⁹³. Irrealismo histórico ao qual a chamada “Filosofia Portuguesa” – identificada por uns” como a *ideologia cultural* de um fascismo lusitano que em Portugal até aos anos 50 não fora capaz de ter os seus Gentile ou os seus Rosenberg”⁹⁴ e por outros “confundida com uma expressão da ideologia oficial mais exorbitada, em pleno reino (...) de uma genérica hegemonia cultural da *esquerda*”⁹⁵, procurou – segundo Eduardo Lourenço – dar conteúdo cultural e filosófico. Mas, para Eduardo Lourenço, o movimento da *filosofia portuguesa* foi muito mais do que uma e outra coisa; apesar da sua aparente desqualificação devido ao seu esoterismo e misticismo, o movimento forjou com Álvaro Ribeiro (e em menor grau com Orlando Vitorino e António Quadros), “talvez a primeira tentativa de *uma contra-imagem cultural* da realidade portuguesa para inverter toda a mitologia cultural de tradição liberal e iluminista e em particular aquela que, confessada ou inconfessadamente, *tentou refazer nessa linha a imagem nacional*, quer dizer, a da geração de 70”⁹⁶, oferecendo de nós mesmos “a mais articulada *contra-imagem* cultural

86 *Ibidem*

87 *Ibidem*, p. 123

88 *Ibidem*, pp. 123-24

89 *Ibidem*, p. 123

90 Idem, “Portugal – identidade e imagem” (1987), in *NeA*, pp. 20-21

91 Idem, “Da literatura como interpretação de Portugal” (1975), in *LS/PMDP*, p. 105

92 Idem, “Psicanálise mítica do destino português” (77/78), in *LS/PMDP*, p. 32.

93 Idem, “Segundo Prólogo sobre o Espírito de Heretodoxia” (1960), in Eduardo Lourenço, *Heterodoxia, I e II*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1987, p. 215-216

94 Idem, “Psicanálise mítica do destino português” (77/78), in *LS/PMDP*, pp. 38

95 *Ibidem*

96 *Ibidem*, pp. 38-39

de tipo místico-nacionalista que se conhece⁹⁷; contra-imagem que faz a apologia da “excelência ímpar do *ser português*, não apenas na sua configuração ético-ontológica mas *cultural*”⁹⁸, “um *Portugal-Super-Man*, portador secreto de uma *mensagem* ou possuidor virtual de um Graal futuro, (que) encontra em cada um de nós ecos por demais equívocos, para poder ser considerado e atirado para o simples rol das *aberrações projectivas* da nossa esquizofrénica vida nacional”⁹⁹. Mas mesmo que a contra-imagem que a *Filosofia Portuguesa* construiu de Portugal fosse uma “aberração projectiva da nossa esquizofrénica vida nacional”, o surgimento reiterado e pregnante dessa “*esquizofrenia sublime*”, dessa reivindicação *patológica* da nossa identidade – como a descreve Eduardo Lourenço (também já ocorrida em outros povos, como na Alemanha romântica, na Rússia de Dostoievski, na Espanha de 98, na América do Sul, na África de Senghor, etc.)¹⁰⁰ – e terem-se empenhado na construção mítica desse “éon histórico predestinado à regeneração espiritual do universo” “gente na aparência de formação tão diferente como Jaime Cortesão, Hernâni Cidade, José Marinho e, sobretudo, Agostinho da Silva (“um dos portugueses mais originais do seu tempo”), obrigamos a tomá-los a sério¹⁰¹.

Finalmente, Eduardo Lourenço passa em revista a mitificação messiânica e o *irrealismo* prodigioso, com a historiografia oficial portuguesa apresentou e aureolou os acontecimentos da nossa História¹⁰². O nascimento de Portugal – para muitos historiadores e poetas – apareceu, segundo Eduardo Lourenço, “como da ordem do *injustificável*, do *incrível*, do *milagroso*, ou num resumo de tudo isso, do *providencial*”¹⁰³.

Esta convicção de que um outro poder, sobre-humano e mais alto – a “mão de Deus” – esteve por detrás da fundação e continuidade de Portugal é, também, convicção comum à maior parte dos portugueses. Convicção que explica a maneira única e “milagrosa” como interpretamos o ser e sentido da nossa História. Mas que reflecte, também, – como assinala Eduardo Lourenço – “a consciência duma congénita fraqueza”, à qual procura subtrair-se, invocando a protecção activa e providencial do “Absoluto”¹⁰⁴. Este complexo, simultaneamente, de inferioridade e superioridade (que são a imagem inversa um do outro) que nos corroi e nos coloca numa posição *irrealista* em relação a nós mesmos – ao contrário do que nos conviria – nunca foi despoletado ao longo da nossa história¹⁰⁵. Conforme as contingências nacionais ou internacionais, assim assumimos uma ou outra face desse complexo. Complexo agravado pelo facto de sermos um povo que “viveu sempre em bicos dos pés, acima das suas possibilidades reais, esperando tudo de milagres que às vezes aconteciam, de dons sebastiões e de caldos de portaria, a ponto de converter esta existência pícara em segunda natureza. Quando os desastres aconteceram descobriu-lhes logo o antídoto, criando a especialidade lusitana por excelência de transfigurar os alcácer-quibires reais em aljubarrotas fictícias”¹⁰⁶.

Eduardo Lourenço espera que, com a queda do nosso império colonial, depois da revolução de 25 de Abril de 1974 – que nos encurralou na nossa “autêntica realidade” – se esvazie esse complexo ambivalente e doentio em que vivemos imersos, desde há séculos, se desvançam os nossos mitos messiânicos de “povo eleito” (irrealistas até ao delírio doentio), deixemos de procurar saídas – como sempre fizemos – em ‘portas pintadas na parede’ e as

97 *Ibidem*, p. 38

98 *Ibidem*

99 *Ibidem*

100 *Ibidem*, p. 39

101 *Ibidem*

102 *Ibidem*, p. 19

103 *Ibidem*, p. 21

104 *Ibidem*

105 *Ibidem*

106 Eduardo Lourenço, “Socialismo crítico ou Ditadura” (1975), in *Os Militares e o Poder*, Lisboa, Editora Arcádia, 1975, pp. pp. 108-109

procuremos, antes, nas portas vulgares que cruzamos, no dia a dia¹⁰⁷.

7. CONHECIMENTO E MÉTODO

Como compreender a estes mitos diagnosticados por Eduardo Lourenço da nossa auto-mitificação que, segundo ele, são, também, um diagnóstico da nossa mórbida hiper-identidade? O próprio Eduardo Lourenço reconhece que, de um ponto de vista científico, a sua explicação é débil. Por várias razões: em primeiro lugar, porque o mito é um pressuposto e condição de possibilidade da própria explicação racional, cujo discurso – como já advertira Bergson – tem apenas “uma claridade de superfície, funcional, ligada a uma prática, ela mesma estilizada” e, por isso, só a interpretação permite esclarecer a sua intenção¹⁰⁸; em segundo lugar, porque a explicação mitológica – ao contrário da científica, cujo tempo é objetivo, contínuo, linear, irreversível, quantitativo e condição de possibilidade da causalidade mecânica e da previsibilidade – é da ordem do tempo subjectivo (que é um tempo descontínuo, reversível, qualitativo e “efectual”), pois nele se compreende o sujeito da história não apenas como intérprete do mito mas comprometido e efeito da sua própria interpretação¹⁰⁹; por isso, “o que nós somos, (...) está fora da causa e do efeito, fora também do princípio da razão suficiente, imitação irrisória da lógica divina mas transcrição perfeita da nossa suficiência”¹¹⁰; não está, pois, ao alcance de uma qualquer explicação pró-naturalista (como o materialismo histórico) ou anti-naturalista (como o idealismo hegeliano) que, além de reducionistas, estão

inquinados de pretensões holistas e da tentação do absoluto¹¹¹.

Mas Eduardo Lourenço rejeita também qualquer explicação historicista e sociológica e, mais ainda, qualquer explicação sociológica organicista. Em sua opinião, todo o “conhecimento histórico” que reenvie à história – como faz o historicismo – “significa ler o mesmo no horizonte do mesmo, o que é histórico como a história e a história como o que é histórico. O esquema da *sucessão*, da *coexistência*, ou outros de essência temporal, transfiguram-se em esquemas de *explicação*, quando é certo que, enquanto tais, *sucessão* e *coexistência* nada explicam”¹¹². São modalidades, já “inteligíveis”, do conhecimento histórico e não condição deste¹¹³. O verdadeiro conhecimento histórico não está, pois, segundo Eduardo Lourenço, na crítica histórica (que coloca a história fora do tempo dos acontecimentos, mascarando-os com o véu da sua sombra) mas nos acontecimentos onde o *tempo* e a *história* coabitam, indissolavelmente, na sua substância concreta, ou seja, nas obras (seja qual fora sua forma); é nestas que, segundo Eduardo Lourenço, está “a verdadeira *história*”, “pois é na obra que o *tempo efectivo* do homem perde a abstracta idealidade de coordenada extrínseca, indiferente à realidade da obra”¹¹⁴. Os mitos – como o de “Portugal-menino-jesus-de-todas-as-nações” e todos os demais que povoam o nosso imaginário colectivo – não são, pois, explicáveis, do ponto de vista de Eduardo Lourenço, por meros mecanismos sociológicos – como uma suposta alienação popular fomentada pelos interesses e astúcia duma classe social. Por isso, em seu entender, o materialismo histórico – por exemplo – não passa de uma crítica

107 *Ibidem*

108 Idem, “Michel Foucault ou o Fim do Humanismo”, in *O Tempo e o Modo* (Lisboa), n.º 56, 1968, p. 10

109 Idem, *Heterodoxia, I e II*, Lisboa, Assírio & Alvim Edições, 1987, p. 25

110 Idem, “Tempo e Poesia” (1959), in *Tempo e Poesia*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, s.d. p. 39

111 Idem, *Heterodoxia, I e II*, Lisboa, Assírio & Alvim Edições, 1987, pp. 36-37

112 Idem “Crítica, obra e tempo” (1968), in *O Canto do Signo/Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 48

113 *Ibidem*, p. 49

114 *Ibidem*

“simplista e grosseira”¹¹⁵, “uma dialéctica sofisticada, uma maneira abusiva de tomar a parte pelo todo”¹¹⁶, uma “gíria vazia” e um “puro palavreado”¹¹⁷, pois um povo não é um sistema social e ideológico bipolar e maniqueísta mas um sistema histórico e orgânico¹¹⁸. Válido na esfera económica considera-o, contudo, ilegítimo e metafísico quando se pretende estendê-lo “às estrelas da Via Láctea, quer dizer, às formas universais da consciência humana e dos seus valores”¹¹⁹. Eduardo Lourenço não contesta a existência de classes sociais, que considera tão reais como a gravitação física; por elas se explica porque Churchill foi um defensor da propriedade privada e Joaquim Vieira da sua colectivização; como se explica, pela gravitação, que um homem que se atire em queda livre, dum 20º andar, morra, inevitavelmente, ao contacto com o chão. Mas se a classe social e a gravitação, condicionam, genericamente, os respectivos comportamentos morais e físicos dos indivíduos, esse condicionamento – como adverte – não é fatal, de contrário tornar-se-iam inteligíveis escolhas como as de Bertrand Russell ou Álvaro Cunhal e impossível que um homem não morresse depois de se atirar dum 20º andar, mesmo, seguramente, protegido por um para-quadras. Portanto, a noção de classe como a de gravitação não são absolutos. O que significa que a noção de classe não esgota o homem, que as infra-estruturas não condicionam, em absoluto, as super-estruturas humanas, que o pensamento se pode elevar ao conhecimento desinteressado da verdade, aparecendo, assim, como um valor independente das condições de

115 Idem, “Explicação pelo inferior ou a crítica sem classe contra Fernando Pessoa” (1952), in *Ocasionais, I*, Lisboa, A Regra do Jogo, Edições, (1984), p. 114

116 Idem, *Heterodoxia, I e II*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1987, p. 35

117 Idem, “Explicação pelo inferior ou a crítica sem classe contra Fernando Pessoa” (1952), in *Ocasionais, I*, Lisboa, A Regra do Jogo, Edições, (1984), p. 113

118 Idem, “Somos um povo de pobres com mentalidade de ricos”, in *LS/PMDD*, p. 140

119 Idem, *Heterodoxia, I e II*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1987, pp. 35 e 36

classe¹²⁰. Não têm, pois, sentido, em sua opinião, as pretensões holistas do materialismo histórico assim como a crença de que “a ideia de classe e suas variações são o expediente universal, a chave miraculosa que pela primeira vez nos fazem aceder às verdes pradarias da bem-aventurada compreensão científica da realidade”¹²¹.

Consequentemente, considera absurdo que se procure defender e explicar, como fenómenos de classe, a angústia da “Ode à Noite” de Fernando Pessoa, os romances de Julio Dinis, as ‘contradições’ de Antero, as ‘não contradições’ de Oliveira Martins ou vice-versa, as ‘Éclogas’ de Bernardim (e porque não o sol, a lua e as estrelas?), etc.¹²²; como absurdo, considerar os *Lusíadas*, como o poema duma ‘classe’ – a burguesia – e Camões o seu ‘búzio’, o ‘médium’ dos seus interesses¹²³; como absurdo se lhe afigura, também, que se considerem os admiradores de Pessoa como “tenebrosos e maquiavélicos cultores de não se sabe que ideologia reaccionária”¹²⁴.

Os mitos do nosso imaginário colectivo não são, pois – na opinião de Eduardo Lourenço – explicáveis nem por uma análise sociológica pró-naturalista nem por uma análise classista. Nem pelo idealismo hegeliano. Ainda que este e a análise marxista, apesar de opostos, nos tenham mostrado por via da “inevitável” dialéctica (que eles próprios foram as primeiros a explicar) a incoercível tentação do homem pelo *absoluto*, ao no-lo revelar “participante do absoluto e da aparência dele”, devir e consciência do mesmo devir, imagem adequada da sua realidade de ser necessário e de ser aparente, numa tentativa recorrente e nunca acabada de unir o que parece não poder unir-se, de conciliar o inconciliável, demonstrando através do

120 *Ibidem*, pp. 35-36

121 Idem, “Explicação pelo inferior ou a crítica sem classe contra Fernando Pessoa” (1952), in *Ocasionais, I*, Lisboa, A Regra do Jogo, Edições, (1984), p. 113

122 *Ibidem*

123 *Ibidem*, p. 114

124 *Ibidem*, p. 115

seu movimento que as contradições do real são vencidas pelo próprio movimento que as põe a descoberto”¹²⁵.

Esta recusa, por parte de Eduardo Lourenço, numa interpretação historicista, pró-naturalista ou idealista dos mitos e, por outro, a ênfase que põe na sua análise imagológica e discursiva, poderia levar-nos a crer que encontraríamos na *psicanálise* e no *estruturalismo linguístico*, a chave da sua metodologia. Mas não. Quanto à primeira, Eduardo Lourenço considera “impossível” psicanalisar Portugal como Jean-Louis Schonberg fez (*Federico Garcia Lorca*, Plon, 1956) – qual “o mandatário do grande inquiridor, Sigmund Freud”¹²⁶ – “explicando” o superior pelo inferior e em nome da “objectividade científica”¹²⁷. Pelo modo como o fez, Schonberg não só incorreu em absurdos de “proporções mitológicas”¹²⁸. Por exemplo: para uma homenagem a Frei Luis de León, Lorca escrevera o poema ‘Soledad’, cuja dedicatória é *Homaje a Fray Luis de León*. Ora Schonberg não teve dúvidas em afirmar que a dedicatória era uma ‘capa fictícia’ e que se tratava, sim, de um poema de ruptura, sendo Dali o seu verdadeiro destinatário¹²⁹. Ora – diz Eduardo Lourenço – com esta metodologia “tudo se prova e, por isso mesmo, tudo se torna improvável”¹³⁰ como mostrou que tudo se pode provar (que o mesmo é dizer que os enunciados da psicanálise são irrefutáveis)¹³¹ (em nada beliscando, aliás, o mito de Lorca, que saiu dessa prova mais verdadeiro que a sua verdade¹³²).

Apesar desta crítica à psicanálise, Eduardo Lourenço, crê, contudo, que Portugal seria uma

“mina” para Freud e que ao nosso país só faria bem uma psicanálise do nosso comportamento global, que nos arrancasse as “máscaras”, que se confundem já com o nosso verdadeiro rosto¹³³. Mas não – como fez questão de salientar – a psicanálise de um “Portugal-objecto” (tarefa equivalente à de Schonberg para Lorca, que considerava condenada ao malogro)¹³⁴, mas uma psicanálise, entendida esta “no sentido de pôr a descoberto o inconscientemente *oculto*” do “*discurso* que, sob a forma da *nostra* História, nos é, comumente, apresentado como o *discurso da verdade sobre nós mesmos*”¹³⁵. É esta a psicanálise de Portugal que recomenda e considera exequível.

É óbvio que Eduardo Lourenço não ignora que “Portugal como ‘história’ não se reduz ao *discurso* (s) que, sobre a realidade portuguesa, ao longo dos séculos foi proferido e em particular àquele(s) que se encontra consignado nas *Histórias* mais conhecidas. Todavia, não é menos óbvio que esse *discurso* (em si mesmo uma pluralidade de leituras) é o mais imediato e o mais revelador dos espelhos, aquele onde com o máximo de relevo apreendemos a *imagem* que fazemos de nós enquanto portugueses”¹³⁶. Análise imagológica que – como faz questão de salientar – não é nem pretende ser uma análise estrutural.

É verdade que toda a *narrativa* (e também a mítica, obviamente) está ligada à *estrutura* que a manifesta e tira o seu *significado* dessa estrutura¹³⁷. Também é verdade que a redução da realidade literária (na qual se incluem as narrativas míticas) à realidade linguística, assegurou à crítica um estatuto de cientificidade de que carecia a crítica literária tradicional,

125 Idem, *Heterodoxia, I e II*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1987, pp. 36-37

126 Idem, “Estranha claridade sobre o mito de Lorca”, in *Ocasionais, I*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1984, p. 98

127 *Ibidem*

128 *Ibidem*, p. 100

129 *Ibidem*

130 *Ibidem*

131 *Ibidem*

132 *Ibidem*, pp. 103-104

133 Idem, “Psicanálise do destino português” (77/78), in *LS/PMDP*, p. 20

134 Idem, “Robinson Martins Pereira e a Ilha-Esquerda”, in *Plural* (Lisboa), n.º 1, Outubro de 1983, p. 49

135 *Ibidem*. Como fez Lacan?

136 *Ibidem*

137 Idem, “Crítica, obra e tempo” (1968), in *O Canto do Signo/Existência e Literatura* (1957-1993), Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 50

especialmente a de lastro romântico. Efectivamente, “a ideia do texto como *textura*, isto é, como estrutura linguística explicitável em função de um *modelo* que nela se manifesta operatorialmente”¹³⁸ pretendeu ser não apenas uma resposta ao verbalismo da crítica tradicional mas, mais do que isso, uma condição metodológica *sine qua non* de acesso à *literariedade*, enquanto único campo objectivado e verificável de explicitação do mecanismo verbal¹³⁹; deste modo, eliminava-se, simultaneamente, “não só as pretensões redutoras da antiga análise que reenviava o texto a outra instância não-textual (consciência, sociedade, história) como as pretensões metaforizantes da crítica simbólica que repercutem no texto para um espaço imaginário (intenção, ideia, sentido, símbolo)”¹⁴⁰.

Mas a redução do *texto* à *textura* se tinha a vantagem de pôr diante do analista um objecto perfeitamente identificável e susceptível de manifestar o seu ‘segredo’ (que não era outro senão o dessa mesma *textura*, descobrindo-se aos olhos do analista como estrutura) por outro lado, a *realidade* do texto esgotava-se na operação reconstituente da lei imanente da sua produção textual¹⁴¹. Reduccionismo que estava longe de satisfazer Eduardo Lourenço. Em primeiro lugar, porque este modelo linguístico-estrutural tratava, como *realidade objectal*, “o acto através do qual nós nos separamos do real nomeando-o, isto é, a linguagem mesma”; em segundo lugar, porque a estrutura à qual é imanente o significado duma narrativa, não é a manifestação de uma *verdade* transcendente ou imanente a ela, porque a verdade é uma propriedade da ordem da contestação possível e implica um juízo categórico que a estrutura do discurso literário (como mítico) não consente (“o projecto de recuperação da *verdade* de uma

obra é um puro não sentido”¹⁴²); em terceiro lugar, porque o conhecimento da conversão do texto à *textura* é semelhante ao do histologista que diseca uma célula morta, ou “melhor ainda, ao conhecimento palpável que tem um cego de um tecido tornado familiar pelo percurso táctil, indefinidamente reversível. É que, justamente, a redução do texto à *textura* acaba por ser uma espécie de *conhecimento cego*, prisioneiro da pura materialidade textual, a qual está longe de coincidir com o texto”¹⁴³; em quarto lugar, a linguística, enquanto “ciência da linguagem *objectivada e ritualizada*”, “não abre o espaço, onde o texto literário nasce como texto, espaço que não é propriamente *linguístico* mas *imaginário*”¹⁴⁴. Portanto, “a *textura* não é o texto”¹⁴⁵ e, quando oferecida como realidade literária, “recalca (...) a essência mesma de todo o texto *literário*, quer dizer, a sua natureza *fictícia*, quer dizer ainda, a sua imperativa *irrealidade*”¹⁴⁶. Portanto, a crítica (os Jakobson, os Todorov e os Barthes, por exemplo) que reduz a realidade literária à *textualidade* e esta à *estruturalidade*, revertendo aquela realidade na linguística e argumentando que “a Literatura é, *antes de tudo*, fenómeno linguístico”, toma “como substancial [o texto] o que só o é pelo investimento de algo não-textual”¹⁴⁷ e “falha por princípio essa realidade que não tem *sentido algum* fora desse investimento *valorativo* de difícil ou impossível justificação através do qual subtraímos *uma certa realidade linguística* (e não toda

138 *Ibidem*, p. 67

139 Idem, “Crítica textual e morte do texto” (1975), in *O Canto do Signo/Existência e Literatura* (1957-1993), Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 67

140 *Ibidem*

141 *Ibidem*

142 Idem, “Crítica, obra e tempo” (1968), in *O Canto do Signo/Existência e Literatura* (1957-1993), Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 50

143 Idem, “Crítica textual e morte do texto” (1975), in *O Canto do Signo/Existência e Literatura* (1957-1993), Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 67

144 *Ibidem*, pp. 67-68

145 *Ibidem*

146 *Ibidem*

147 Idem, “Da metamorfose da crítica ou o crepúsculo do humanismo” (1971), in *O Canto do Signo/Existência e Literatura* (1957-1993), Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 59

a realidade linguística) à sua função puramente comunicante”¹⁴⁸.

Irrupção valorativa que, como adverte Lourenço, “não parece depender da maneira formalmente inteligível de uma particular estruturação verbal de que seja fácil desarticular os elementos e fornecer a chave, mas da apreensão de *uma palavra ao mesmo tempo finita e total (...)*”¹⁴⁹, cuja ‘essência’ é, por assim dizer, “o facto de que não tem começo nem fim”¹⁵⁰; por isso a Literatura começa onde a Linguística acaba, porque o homem não é uma espécie de teofania (ou antes *atheofania*) da Linguagem mas “o Homem esforçando-se por se falar, e não uma Palavra falante hipostasiada de que o Homem seria menos o mediador que o eco sempre atrasado e fracassado”¹⁵¹.

8. A ‘INTERPRETAÇÃO’ COMO MÉTODO

Ora se o que verdadeiramente somos (pelo que fomos) nos é inacessível por meios positivos, se não é explicável pela luta de classes nem pelo idealismo absoluto, nem pela sociologia organicista; se a análise imagológica de cultura portuguesa recusa uma certa psicanálise – porque explica de mais – como recusa o estruturalismo pela sua redução do texto à textura e à estruturalidade, que método é o seu e que fiabilidade lhe podemos conceder? – a *interpretação*.

Como já antes assinalamos, para Eduardo Lourenço, “o que nós somos, (...) está fora da causa e do efeito, fora também do princípio da razão suficiente”¹⁵². É verdade que, como qualquer cientista, não tem a pretensão dum conhecimento “em si” desse mundo mas apenas o conhecimento das suas aparências, mais

exactamente, das *imagens* desse mundo que aparecem na linguagem; mas o seu objectivo não é descobrir as correspondências entre o seu objecto ficcional de análise e a estrutura da linguagem nem entre esta e a realidade “em si”; o seu objectivo é outro: é descobrir o sentido dessa “ficção” visível na linguagem, considerada não apenas enquanto “parte” duma análise, mas enquanto inscrita num todo, fenomenologicamente, *intencional*. cuja leitura racional clássica é impotente para ler o texto completo do discurso que a consciência é. Nesta instância analítica, a explicação naturalista ou nomológica é, completamente, inoperante e inadequada. As categorias da análise tornam-se de tal modo polissémicas que (...) o linear e a unidade dão lugar ao circular e ao plural, o conhecimento torna-se “o movimento inteiro de morder e ser mordido, a paixão circular da vida por si mesmo”, a heterodoxia analítica – como expressão duma exigência de liberdade de pensar que recusa o absoluto humano de Calígula (que invocou a unidade para cortar a cabeça ao povo romano) – torna-se um imperativo e, com ela, uma *interpretação* que desvele a outra face invisível, mítica e primordial, da linguagem¹⁵³. Mas a interpretação – diz Eduardo Lourenço – “não deve ser concebida como uma astúcia suplementar através da qual acedemos à plena compreensão da ‘aparência’ cultural, o que nos confirmaria a imagem habitual da Razão”¹⁵⁴ – como acontece com a hermenêutica de Freud (que favorece uma metodologia ainda racionalista) e com a análise marxista dos mecanismos de alienação social¹⁵⁵; a esta “ingenuidade da perspectiva racional e da ‘imagem’ da Razão nela inclusa”, Eduardo Lourenço contrapõe a interpretação nietzschiana de “uma ‘razão

148 *Ibidem*

149 *Ibidem*

150 *Ibidem*, pp. 58-59

151 *Ibidem*

152 Idem, “Tempo e Poesia” (19159), in *Tempo e Poesia*, Lisboa, Relógio d’Água Editores, s.d., p. 39

153 Idem, “As confissões de um místico sem fé” (entrevista concedida a Diogo Pires Aurélio), in *Prelo* (Lisboa), Maio de 1984 (número especial), pp. 12-13; idem, “Michel Foucault ou o Fim do Humanismo”, in *O Tempo e o Modo* (Lisboa), n.º 56, 1968, p. 10

154 Idem, “Michel Foucault ou o Fim do Humanismo”, in *O Tempo e o Modo* (Lisboa), n.º 56, 1968, p. 10

155 *Ibidem*

ardente' para a qual não há 'acontecimento em si', mas uma pluralidade de 'sentidos'. Por isso todo o conhecimento é não só 'interpretação' como interpretação da interpretação e assim sem termo. Num certo sentido é ele, mais que Kierkegaard, (...) o autêntico anti-Hegel e é deste anti-hegelianismo que o Estruturalismo de Foucault releva com toda a evidência"¹⁵⁶. Interpretação cujos *topoi*, Eduardo Lourenço, não foi, contudo, buscar às representações veiculadas pelo discurso filosófico – sobre as quais é céptico – mas às representações veiculadas pela Literatura, pela “grande literatura” (que, como adverte, é “essencialmente, Poesia”¹⁵⁷, não submetida, porém, a uma dialéctica ternária e, temporalmente, consecutiva), onde – em sua opinião – encontrou, mais e melhor do que em qualquer outra forma de expressão, “o carácter de *ficção* da nossa relação com a realidade”¹⁵⁸. Sabendo – como Vico – que “é *poeticamente* que habitamos o mundo ou *não o habitamos*”¹⁵⁹, Eduardo Lourenço procurou desvendar nessa literatura enquanto prosa (cuja claridade é sempre alienante e duma “substancial negrura”) o *utópico* e *ucronico* que ela oculta, o *não-dito*, ou seja, as narrativas míticas e poéticas, que precedem e estruturam toda a linguagem racional (inclusive a dessa literatura)¹⁶⁰ e onde se revela o real mais autêntico e originário¹⁶¹: como os mitos do “Labirinto da Saudade”, que dá pelo nome de Portugal.

156 *Ibidem*

157 Idem, “Crítica literária e metodologia” (1966), in *O Canto do Signo/Existência e Literatura* (1957-1993), Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 36

158 Idem, “As confissões de um místico sem fé” (entrevista concedida a Diogo Pires Aurélio), in *Prelo* (Lisboa), Maio de 1984 (número especial), p. 9

159 Idem, “Tempo e Poesia” (1959), in *Tempo e Poesia*, Lisboa, Relógio d’Água Editores, s.d., p. 38

160 Idem, *Heterodoxia, I e II*, Lisboa, Assírio & Alvim Editores, 1987, p. 105

161 Idem, “Esfinge ou a poesia” (1951), in *Tempo e Poesia*, Lisboa, Relógio d’Água Editores, s.d., p. 29; idem, “Crítica textual e morte do texto” (1975), in *O Canto do Signo/Existência e Literatura* (1957-1993), Lisboa, Editorial Presença, 1994, pp. 68-69

9. CONCLUSÃO

Todos sabemos como as categorias freudianas são problemáticas e como a sua enunciação proposicional não resiste – ou quando resiste é, controversamente – à prova da falsabilidade. Por outro lado, embora Eduardo Lourenço tenha dito que o *sentido* da (*ratio* da nossa identidade) que procura nas *imagens* não se esgota na estrutura discursiva onde aparecem (isso seria reduzir o sentido à *forma* da linguagem), remetendo para uma realidade “em si”, irredutível ao Absoluto – seja ele identificado com “coisas”, classes, ideias puras ou a libido freudiana – a verdade é que uma tal noção de sentido acaba por se reduzir a uma *intencionalidade fenomenológica*, cuja realidade mais autêntica está no *não-dito*, no silêncio.

Como encontrar então o sentido da nossa identidade se a própria linguagem em que ele se mostra, o oculta?! Como tê-lo como horizonte de inteligibilidade se é para nós um enigma? Eduardo Lourenço também nem sempre recusa os métodos que diz recusar. Por exemplo: embora nos tenha dito que a luta de classes só tem validade no plano económico, não deixa de denunciar a classe tecnocrático-burocrática como a responsável pela “*imagem portuguesa* em função da qual Portugal parece escolher-se ‘livremente’ quando afinal é (e foi) apenas por ela *escolhido*”¹⁶²; rejeita a relação causa-efeito, mas não deixa de dizer que o povo português, “foi durante séculos um povo literalmente *morto de trabalho*”, vítima de uma classe parasitária e herdeira de uma tradição guerreira¹⁶³; como também considera causas do nosso decadentismo e irrealismo histórico, o nosso divórcio com a Europa da partir do século XVI.

Por outro lado, opondo-se abertamente ao estruturalismo linguístico, não se entende como concilia esta advertência com a sua

162 Idem, “Repensar Portugal” (1978), in *LS/PMDP*, pp. 79-80

163 Idem, “Somos um povo de pobres com mentalidade de ricos”, in *LS/PMDP*, pp. 140-41

afirmação de que “é inútil buscar na *gênese*, na *biografia*, na *realidade social*, o ser de uma ‘realidade’ cuja matéria é *linguagem em luta consigo mesma*, quer dizer com a sua imediata relação com o real”¹⁶⁴, não havendo outro horizonte espiritual da análise que o da Forma Literária (ainda que una, múltipla e indefinida)¹⁶⁵ e “só enquanto absoluto esquecimento do eu-leitor, ela (a leitura) se revela como manifestação literária *valiosa*. Então é exacto que aquilo que se apresentou como ‘pura possibilidade’ atingiu o estatuto de objecto, está diante de nós como uma realidade mais real que a nossa realidade empírica”¹⁶⁶. Enfim, embora recuse a análise freudiana, como horizonte da sua interpretação, Eduardo Lourenço diz que o que Portugal precisa é de “uma autêntica psicanálise do nosso comportamento global, um exame sem complacências que nos devolva ao nosso ser profundo ou para ele nos encaminhe ao arrancar-nos as máscaras que nós confundimos com o rosto verdadeiro”¹⁶⁷. O sublime triunfo, entre nós, do princípio do prazer sobre o princípio de realidade, e o nascimento traumático de Portugal faria dele uma mina para Freud¹⁶⁸. E ainda que frequentemente tenha reafirmado a sua oposição ao organicismo sociológico e ao positivismo não deixou de falar de Portugal como “sujeito activo”, cujo conhecimento histórico nos permite distinguir, ao longo do seu devir, “um certo número de comportamentos colectivos estruturais ou de anormal constância”¹⁶⁹ e que o *indiferentismo*, tão característico do nosso comportamento histórico, devém certamente do “nosso lado árabe,

porventura. Profundo poço onde mergulham as raízes insondáveis do verdadeiro *mistério* do nosso comportamento histórico”¹⁷⁰. Enfim, o mito das “imagens” se é uma teoria que os textos da autêntica cultura portuguesa (especialmente a literária) revelam prenha e recorrente, não mostram, no entanto, se essa pregnância (cuja empiricidade Eduardo Lourenço liminarmente rejeita) é, fenomenologicamente, intencional ou arquetípica; tudo o que se sabe é que esse mito se encontra onde o procuramos, ou seja, na consciência, mas que o seu autêntico sentido se oculta no indizível. Tarefa, aparentemente, condenada ao malogro, trágica, para quem tanto espera (e desespera) da linguagem na descoberta da nossa identidade nacional. Como Eduardo Lourenço.

164 Idem, “Crítica literária e metodologia” (1966), in *O Canto do Signo/Existência e Literatura* (1957-1993), Lisboa, Editorial Presença, 1994, pp. 45-46

165 *Ibidem*

166 *Ibidem*, p. 43

167 Idem, “Psicanálise mítica do destino português” (77/78), in *LS/PMDP*, p. 20

168 Idem, “Somos um povo de pobres com mentalidade de ricos”, in *LS/PMDP*, pp. 144-45; idem, “Psicanálise mítica do destino português” (77/78), in *LS/PMDP*, pp. 20-21

169 Idem, “Robinson Martins Pereira e a Ilha-Esquerda”, in *Plural* (Lisboa), n.º 1, Outubro de 1983, p. 49

170 Idem, “Psicanálise mítica do destino português” (77/78), in *LS/PMDP*, p. 55

3.9 Naturalmente Famalicão – Cronologia de uma paisagem

↳ **TEXTO** VASCO FLORES CRUZ

Entre janeiro e agosto de 2022 esteve patente na Casa do Território, no Parque da Devesa uma exposição intitulada “Naturalmente Famalicão”, que visou apresentar a evolução da paisagem do concelho ao longo dos últimos 6000 anos. Este período corresponde ao intervalo entre o assentamento definitivo dos primeiros povoados até aos dias de hoje e as transformações da paisagem descritas ocorrem essencialmente pela ação humana. Nesse sentido esta mostra, complementada com um programa paralelo de atividades, procurou instigar os famalicenses para a construção de um futuro melhor.

Entre o momento em que surgiram os primeiros povoados no local onde viria a ser Famalicão e dois mil e vinte e dois o rio Ave correu, geralmente sereno, desde a serra até ao mar. Mas nem o curso do rio esteve imune às transformações que impusemos à paisagem da qual restam apenas indícios daquilo que foi quando os nossos antepassados aqui se instalaram.

Seis mil anos, são geralmente um intervalo insignificante na história de uma paisagem, porém à pergunta que levantamos, “O que pensaria um habitante do Castro das Eiras se ao sair do balneário, rastejando sob a abertura da Pedra Formosa, encontrasse a paisagem que construímos?” teria de ser dada uma resposta que tivesse por base o espanto de não reconhecer quase nada do que estaria a ver.

A exposição Naturalmente Famalicão procurou mostrar, de uma forma gráfica e intuitiva, como evoluiu a paisagem do concelho, como consequência dos avanços tecnológicos, das mudanças administrativas e fluxo de populações ou da introdução de animais e sobretudo de plantas que trouxemos de outras paragens.



A paisagem que se vê através da janela da Casa do Território, inclui evidências de todos esses momentos, das sucessivas gerações de famalicenses, das suas vontades e anseios. Este acumular de mudanças resultou num território profundamente alterado onde o espaço natural quase desapareceu. No entanto, em primeiro plano temos o parque da cidade que é também uma evidência de uma mudança de paradigma que se pode observar num último momento desta viagem pela paisagem do concelho, onde o natural volta a ser uma prioridade.

Foi neste contexto que, mais do que um exercício de história, a exposição Naturalmente Famalicão apresentou-se como sendo um convite a uma reflexão sobre como desejamos que seja o nosso território no futuro!

Para além dos conteúdos disponíveis nas paredes, nos módulos e plintos, o visitante encontra informação que só é visível quando interage com os elementos expositivos, tornando a visita uma busca ativa pelo conhecimento.

Por fim e como principal mensagem desta mostra, é sugerida a ideia, muitas vezes esquecida, de que a paisagem é uma construção conjunta, da qual todos temos responsabilidade. Nesse sentido, o visitante é convidado a desenhar e partilhar na sala de exposição, a sua visão de como perspectiva que evolua a paisagem do concelho.

A julgar pelos contributos, vamos ter um futuro mais verde!

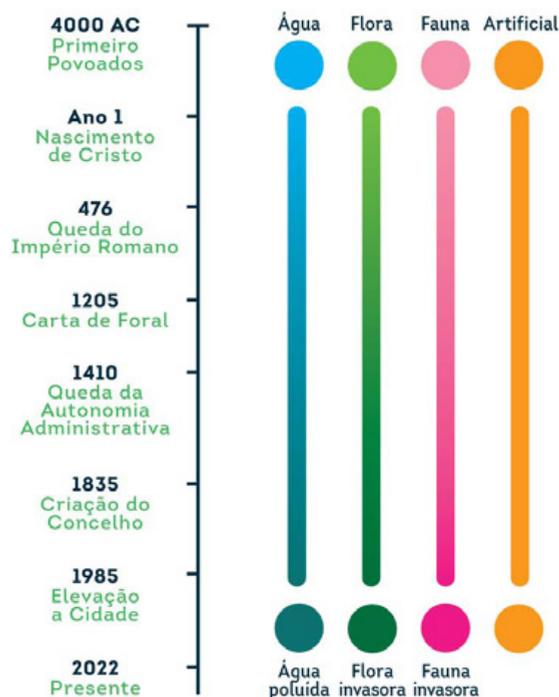


Fig. 2 Legenda de Cores

4000 A.C. – PRIMEIROS POVOADOS

O cultivo de algumas plantas, sobretudo leguminosas e cereais e a criação de animais como vacas e cabras, permitem que o Homem se torne sedentário, surgindo assim os primeiros assentamentos definitivos. Há cerca de 6000 anos o Homem já não vive apenas do que a natureza oferece, molda o território em seu proveito, usando a enxada mas sobretudo o fogo como grande modelador da paisagem. No entanto, os vales aluviais permanecem densos de vegetação, impenetráveis e repletos de animais selvagens.



Fig. 3 4000 a.C. – primeiros povoados

1 – NASCIMENTO DE CRISTO

Em plena invasão romana os habitantes locais vivem em povoados fortificados no topo de colinas a que chamamos *Castros*. Os *Castros* tornam a presença humana evidente na paisagem e a agricultura e a pecuária ocupam áreas extensas e fizeram a floresta recuar. Os animais selvagens são ainda abundantes e um importante recurso, mas são ao mesmo tempo uma ameaça, sobretudo para os animais que o Homem cria, que agora inclui galinhas trazidas pelos Fenícios.



Fig. 4 1 – Nascimento de Cristo

476 – QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO

Terminou o domínio romano na região mas deixou uma transformação indelével na paisagem. Pequenos núcleos urbanos espalham-se pelo território que é cruzado por estradas pavimentadas por onde circulam pessoas e mercadorias. Até os cursos de água podem ser atravessados e em qualquer altura do ano com novas pontes construídas. Toda esta inovação tem grande impacto na paisagem, com a expansão da área agrícola e uma crescente procura de lenha que cria uma enorme pressão sobre a floresta e a vida selvagem da região.

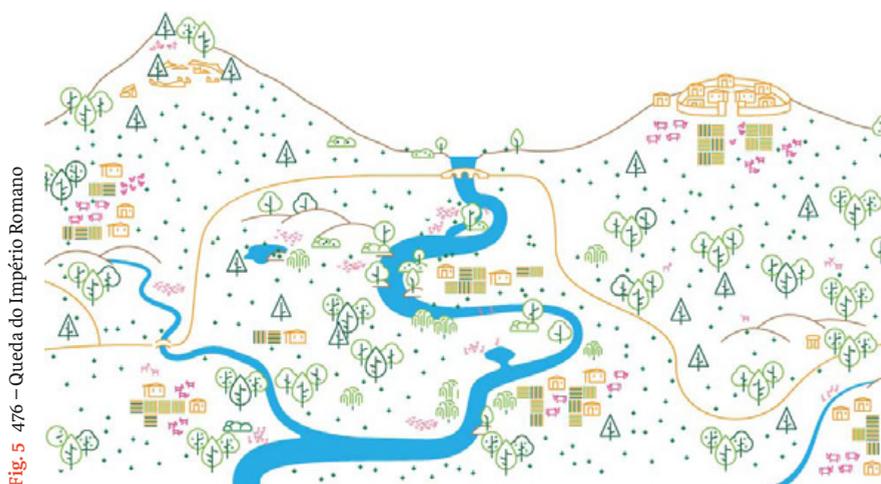


Fig. 5 476 – Queda do Império Romano

1205 – CARTA DE FORAL

Alguns séculos atribulados com invasões de povos vindos do norte e do sul terminam com a criação do Reino de Portugal e pouco tempo depois por carta de foral é reconhecido por D. Sancho I o povoamento de Famalicão. Estamos num momento de reorganização em que se promove o povoamento e o aumento demográfico, o que resulta na expansão da área agrícola e no conseqüente recuo da floresta. Nesta altura já existem todos os povoados que vão dar origem às freguesias que conhecemos hoje.



Fig. 6 1205 – Carta de Foral

1410 – PERDA DA AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

Uma guerra civil, as guerras com Castela pela independência do reino e uma pandemia (Peste Negra) estagnam o desenvolvimento do país. Logo depois, a vila de Famalicão perde a autonomia administrativa e passa a integrar o concelho de Barcelos. Nem o clima está de feição, após um ótimo climático medieval em que as culturas prosperaram, entramos numa pequena idade do gelo, o que faz com que as florestas voltem a recuperar terrenos que haviam sido antes cultivados e prosperam os animais selvagens!

Fig. 7 1410 – Perda da autonomia administrativa



1835 – CRIAÇÃO DO CONCELHO

Os Descobrimentos e as plantas trazidas das Américas, como o milho e a batata, transformam a paisagem num retalho de pequenas parcelas que sustentam uma crescente população. A arquitectura tem como recursos materiais naturais o que faz com que os casarios se integrem na paisagem, no entanto, a pressão sobre o território natural é tamanha que a floresta quase desapareceu. As áreas agrícolas ocupam todas as zonas planas e as aves aquáticas que passam o inverno nas margens do Ave começam a perder o seu habitat.



Fig. 8 1835 – Criação do Concelho

1985 – ELEVAÇÃO A CIDADE

Aglomerados urbanos e industriais crescem desenfreadamente e são uma constante na paisagem que se fragmenta em talhões definidos pelas estradas agora em alcatrão. Novas fontes de energia diminuíram drasticamente o uso de lenha e a produção de adubos químicos quebrou a relação entre a floresta e a agricultura. O território natural está agora ocupado ou por agricultura moderna e mecanizada ou pela silvicultura do eucalipto, toda a bacia do Ave está poluída e a vida selvagem quase desapareceu.



Fig. 9 – Elevação a Cidade

2022 – PRESENTE

A área urbana continuou a crescer e com edifícios cada vez maiores, assim como as vias de comunicação que fragmentam ainda mais o território. A agricultura e a silvicultura foram-se especializando e um punhado de plantas dominou toda a paisagem. No entanto, o desenvolvimento da rede de saneamento e de tratamento de resíduos diminuiu muito a poluição das linhas de água e algumas espécies outrora raras voltaram a prosperar. Multiplicam-se as campanhas de educação ambiental onde a floresta autóctone é uma tema central, mas terão efeito com o clima a mudar?



Fig. 10 2022 – Presente

2050



Fig. 11 Que Futuro?

Que futuro?



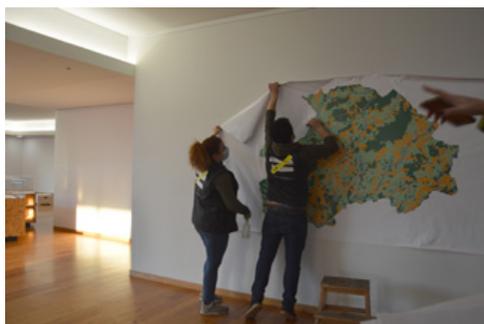


Fig. 12 e 13 A construção: Pormenores da montagem da exposição



Fig. 14 e 15 Primeira sala: Os primeiros povoados na paisagem do Vale do Ave

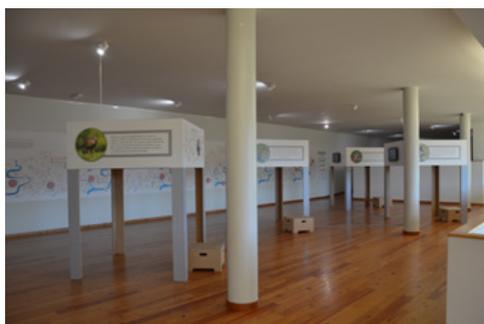


Fig. 16 e 17 Sala principal: Uma viagem pela história da paisagem de Famalicão

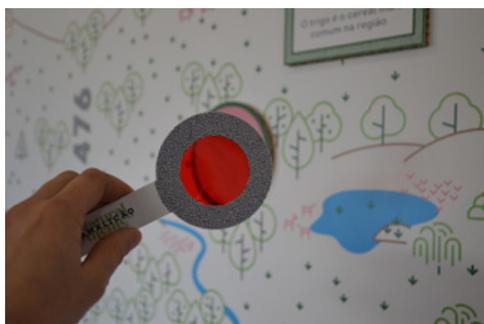


Fig. 18 e 19 Pormenores da sala de exposição

Fig. 20 e 21 Inauguração da exposição, com a presença do Sr. Vereador do Ambiente, Dr. Hélder



Fig. 22 e 23 Interação dos visitantes com os elementos expositivos



Fig. 24 e 25 Serviços educativos: As escolas na exposição – os mais novos



Fig. 26 e 27 Serviços educativos: As escolas na exposição – os do meio





Fig. 28 e 29 Serviços educativos: As escolas na exposição – os maiores



Fig. 30 e 31 Conferência “Mudam-se os Tempos, Mudam-se as Paisagens” (programa paralelo)



Fig. 32 e 33 Visitas ao território – Uma paisagem com Rios, Moinhos e Comboios (programa paralelo)

3.10 Famalicão: Terra de Turismo? Passado e presente

↳ TEXTO VITOR SÁ

Na atualidade o destino Vila Nova de Famalicão assenta, sobretudo, em três tipologias de turismo: cultural, industrial e de negócios. Apesar de ainda ser um destino pouco procurado, a posição geográfica estratégica poderá tornar-se num aliado para o desenvolvimento turístico. Aliás, a posição geográfica poderá ser o seu melhor aliado, mas igualmente o pior adversário para um destino como Famalicão, já que o concelho enfrenta um grande desafio para fixar visitantes e/ou prolongar a sua estadia. No presente artigo procura-se sintetizar a procura turística recente do concelho, conhecer a imagem de Famalicão como destino em obras do audiovisual do século XX e XXI e, por fim, passar em revisão a oferta hoteleira nas últimas décadas.

1. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL

Vila Nova de Famalicão localiza-se no distrito de Braga, fazendo fronteira com os concelhos de Santo Tirso, Trofa, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Barcelos, Braga e Guimarães. Possui um território com 201,6 km² e uma população de 133 574 habitantes (2021). É o concelho mais exportador do norte e o terceiro do país. Em termos de acessibilidade encontra-se serviços pelas autoestradas A3 e A7, bem como pela linha do Minho.

2. PROCURA TURÍSTICA

A falta de indicadores no que diz respeito aos visitantes, dificulta a tarefa de estudo da procura turística. Este fator demonstra a pouca importância e atenção que tem sido dada à atividade turística. De acordo com o município, as visitas ao posto de turismo começaram a ser contabilizadas apenas em 2018, sendo o primeiro ano completo 2019.

Quadro I – Número de visitantes do posto de turismo

	Guimarães		Barcelos		Braga		Famalicão	
2010	57 842	--	41 553	--	86 108	--	--	--
2011	58 798	1,65%	46 059	10,84%	120 266	39,67%	--	--
2012	121 435	106,53%	38 494	-16,42%	140 677	16,97%	--	--
2013	46 462	-61,74%	37 475	-2,65%	180 038	27,98%	--	--
2014	46 457	-0,01%	34 083	-9,05%	173 074	-3,87%	--	--
2015	66 802	43,79%	33 175	-2,66%	212 553	22,81%	--	--
2016	66 988	0,28%	35 546	7,15%	268 476	26,31%	--	--
2017	75 198	12,26%	36 797	3,52%	325 108	21,09%	--	--
2018	80 393	6,91%	34 859	-5,27%	350 592	7,84%	--	--
2019	107 638	33,89%	35 318	1,32%	385 145	9,86%	440	--
2020	23 964	-77,74%	7 983	-77,40%	89 677	-76,72%	185	-57,95%
2021	29 313	22,32%	8 122	1,74%	--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pelas respetivas autarquias

O quadro I espelha o número extremamente reduzido de visitantes ao posto de turismo de Famalicão, mesmo em 2019, último ano antes da pandemia Covid-19.

Recorrendo aos dados disponibilizados pelo INE e no que diz respeito às dormidas, a tendência no período 2011 – 2019 foi de crescimento, registando-se, no entanto, recuos nos anos de 2012 e 2013. Ainda assim, no espaço de oito anos, o número de dormidas subiu de 17 137 para 30 620 por ano (quadro II). Neste indicador as discrepâncias, quando comparado com Barcelos, não são tão evidentes, especialmente tendo em conta os anos de 2011 e 2020.

Quadro II – Número de dormidas

Ano	Barcelos		Braga		Guimarães		Vila Nova de Famalicão	
2011	23 992	---	285 799	---	150 190	---	17 137	---
2012	22 128	-7,77%	285 904	0,04%	208 331	38,71%	13 630	-20,46%
2013	29 382	32,78%	293 274	2,58%	178 429	-14,35%	13 129	-3,68%
2014	27 945	-4,89%	358 066	22,09%	208 987	17,13%	15 315	16,65%
2015	37 549	34,37%	412 617	15,23%	222 534	6,48%	18 655	21,81%
2016	35 776	-4,72%	483 956	17,29%	256 531	15,28%	21 397	14,70%
2017	40 251	12,51%	525 419	8,57%	311 737	21,52%	29 409	37,44%
2018	49 769	23,65%	582 414	10,85%	342 300	9,80%	29 649	0,82%
2019	58 796	18,14%	639 600	9,82%	369 455	7,93%	30 620	3,27%
2020	20 479	-65,17%	263 609	-58,79%	143 684	-61,11%	20 013	-34,64%

Fonte: Elaboração própria/INE

Ainda segundo os dados disponibilizados pelo INE, este crescimento ter-se-á dados sobretudo pelo crescimento significativo no número de dormidas de estrangeiros (quadro III). Em 2011, registavam-se 3 426 dormidas de estrangeiro (19,99%) e 13 711 de portugueses (80,01%), em 2019 estes valores foram de 11 652 (38,05%) e 18 968 (45,29%) respetivamente.

Quadro III – Percentagem de dormidas de portugueses e estrangeiros entre 2011 e 2020

Ano	Vila Nova de Famalicão	
2020	Portugal	54,71%
	Estrangeiro	45,29%
2019	Portugal	61,95%
	Estrangeiro	38,05%
2018	Portugal	67,10%
	Estrangeiro	32,90%
2017	Portugal	68,55%
	Estrangeiro	31,45%
2016	Portugal	68,15%
	Estrangeiro	31,85%
2015	Portugal	69,93%
	Estrangeiro	30,07%
2014	Portugal	70,17%
	Estrangeiro	29,83%
2013	Portugal	74,67%
	Estrangeiro	25,33%
2012	Portugal	77,38%
	Estrangeiro	22,62%
2011	Portugal	80,01%
	Estrangeiro	19,99%

Fonte: Elaboração própria/INE

3. OFERTA TURÍSTICA

De acordo com o Registo Nacional de Turismo (RNT)¹, Vila Nova de Famalicão possui na atualidade 6 empreendimentos turísticos, todavia, dois dos elementos presentes já não se encontram em atividade². Desta forma a capacidade reduz-se dos 363 hóspedes apresentados no RNT para 320. Já no que diz respeito ao número de unidades de alojamento (UA), o RNT apresenta-nos um total de 188 UA que, na realidade, se reduzem a 166. Quanto ao Alojamento Local (AL), o RNT³ indica a existência de 80 registos com capacidade para 687 utentes. Estes AL encontram-se especialmente concentrados nas freguesias do núcleo urbano da cidade (quadro IV).

Quadro IV – Unidades de AL por freguesia

Antas e Abade de Vermoim	6
Arnosos (Santa Maria e Santa Eulália) e Sezures	2
Carreira e Bente	1
Cruz	1
Esmeriz e Cabeçudos	1
Gavião	2
Gondifelos, Cavalões e Outiz	5
Joane	3
Landim	4
Lemenhe, Mouquim e Jesufrei	4
Lousado	1
Mogege	1
Oliveira (Santa Maria)	1
Pedome	1
Requião	4
Ribeirão	3
Vale (São Cosme), Telhado e Portela	5
Vermoim	3
Vila Nova de Famalicão e Calendário	32
Total	80

Fonte: Registo Nacional de Turismo

¹ Consultado em maio de 2022

² Hotéis Pransor na área de serviço de Seide na A7 e que, apesar de demolidos em 2020, ainda se encontram presentes no RNT.

³ Consultado em maio de 2022

Em termos de atrações turísticas, o concelho possui uma oferta eclética. A oferta divide-se por 10 museus, 1 coleção visitável, 3 parques urbanos, 4 salas de espetáculos e 3 elementos de património imóvel visitáveis e de valor relevante, sendo dois classificados como Monumento Nacional (quadro V).

Quadro V – Principais atrações turísticas

Atrações Turísticas	
Museus	Museu Bernardino Machado Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave Casa-Museu Camilo Castelo Branco e Centro de Estudos Camilianos Museu do Automóvel Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado Museu da Guerra Colonial Fundação Castro Alves Fundação Cupertino de Miranda – Centro Português do Surrealismo Casa Museu Soledade Malvar Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa Museu da Confraria da Nossa Senhora do Carmo ⁴
Galerias de Arte	Galeria Municipal Ala da Frente Galeria da Casa-Museu Soledade Malvar
Parques Urbanos	Parque da Devesa Parque da Juventude Parque de Sinções
Sala de espetáculos	Casa das Artes ⁵ Teatro Narciso Ferreira ⁶ Fundação Cupertino de Miranda Fundação Castor Alves
Património	Igreja de S. Tiago de Antas Mosteiro de S. Salvador de Arnoso (Monumento Nacional) Ponte da Lagoncinha (Monumento Nacional)

Para lá dos elementos mencionados anteriormente e que já têm uma posição solidificada, a autarquia tem desenvolvido esforços para a criação de uma rota de turismo industrial. Três dos elementos – o Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, Museu do Automóvel e o Museu Nacional Ferroviário-Núcleo de Lousado – já se encontram mencionado no quadro V, porém esta rota inclui um conjunto de empresas que ainda laboram na área dos têxteis, alimentação e investigação.

⁴ Coleção visitável

⁵ Com programação permanente

⁶ Com programação permanente

FAMALICÃO TURÍSTICO ATRAVÉS DOS TEMPOS

Longe da sua insignificância de outros tempos, Famalicao é hoje cortada por magnificas ruas e aformoseada por muitos e alguns bem elegantes edificios públicos e particulares, o que tudo a torna verdadeiramente atraente e digna de demorada visita do turista. (Villas, 1922, p. 258)

Reflexo como destino na literatura e cinema

De uma forma geral e transversal no tempo, Famalicao é visto como um destino periférico e sem grandes motivos de atração. Acima de tudo, uma localidade de passagem e com significativo polo industrial. Até meados do século XX a ruralidade era também destacada.

A literatura de viagens nunca dispensou uma significativa atenção ao concelho como destino. Para Saramago “toda esta região aparece ao viajante como paisagem de subúrbio, semeada de casas, e nela sente-se o foco de penetração industrial que irradia do Porto” (Saramago, 2018, p. 78) e, como tal, “a igreja matriz de Antas, no seu românico trecentista, surge insolitamente, incongruente neste meio cuja ruralidade se desagrega, menos integrada no ambiente do que o mais delirante produto da imaginação «casa maison com janela de fenêtre» para emigrante” (Saramago, 2018, p. 78). Por entre este “arraial das arquiteturas cretinas” (Saramago, 2018, p. 79), segundo o autor, as indicações para uma das mais importantes atrações turísticas, a Casa de Camilo, vai-se diluindo, vindo a “acontecer o ridículo de passar o viajante ao lado da casa que foi de Camilo Castelo Branco e não a ver” (Saramago, 2018, p. 79). Apesar da expectativa sobre o que iria encontrar, Saramago não se deixa enganar, sabendo que “a verdadeira casa ardeu em 1915, que esta é tão postiça como os merlões do Castelo de Guimarães” (Saramago, 2018, p. 79). Como tal, a impressão não será a mais positiva.

As árvores nem eram estas, nem as plantas, nem provavelmente o empedrado do chão. Está ali a acácia do Jorge, rente ao lanço de escadas, e essa é autêntica. O viajante sobe, o guarda vai dizendo coisas já conhecidas, e agora abre-se a porta do andar. O viajante compreende que não haverá milagres. A atmosfera é baça, os móveis e os objetos, por mais verdadeiros que sejam, trazem a marca doutros lugares por onde passaram e ao regressarem vêm estranhos, não reconhecem estas paredes nem elas os conhecem a eles. (Saramago, 2018, p. 80)

O viajante, formulação usada pelo autor para se retratar ao longo da viagem, conclui que “Ceide é muito mais a casa de Ana Plácido, quase nada a de Camilo” (Saramago, 2018, p. 80), e que, dadas as circunstâncias, “não comove, entristece” (Saramago, 2018, p. 80).

Também na década de 1980, o britânico *Blue Guide* faz uma rara referência ao concelho em obras internacionais.

“Vila Nova de Famalicão, with paperworks, is by-passed, just E of which is the Romanesque church of São Tiago d’Antas, containing some curious 17c pink azulejos. [...] Lousado (left), with the medieval Ponte da Lagoncinha possibly on the Roman foundations, beyond which we pass near [...] the Roman castro of Alvarelhos” (Robertson, 1988, p. 300).

Mais de década e meia antes da visita de Saramago, na decénio de 1960, o Guia de Portugal afirmava que a localidade “(...) vila moderna e progressiva de 4337 hab., centro de um laborioso concelho, rústico e fabril, e importante cruzamento rodoviário” (Proença & Dionísio, 1996, p. 776), não lhe reconhecendo motivos de atração.



Fig. 1 Documentário “Famalicão” (1941) de Manoel de Oliveira
Fonte: Oliveira, 1941/Youtube



Fig. 2 Documentário “Famalicão” (1941) esclarecedora quanto à posição central do concelho
Fonte: Oliveira, 1941/Youtube

No cinema Vila Nova de Famalicão surge como elemento central em duas obras do século XX. Primeiro no documentário intitulado como “Famalicão”, filmado 1940 mas divulgado no ano seguinte, sendo da autoria de Manoel de Oliveira e locução de Vasco Santana. Entre outros, este documentário reflete o carácter passageiro da localidade dada a sua posição geográfica, ainda que estivessem a ocorrer mudanças. O locutor, Vasco Santana, diz que “já não se vem a Famalicão só para meter gasolina” (Oliveira, 1941, 2:21), o tal carácter passageiro referido anteriormente, “Famalicão de hoje é bem diferente, tornou-se num centro de comunicações entre as principais vilas e cidades do norte do país” (Oliveira, 1941, 2:37). Depois de navegar pelo Famalicão rural, religioso e camiliano, Vasco Santa afirma que “Famalicão não vive de recordações românticas” (Oliveira, 1941, 7:02), referência a Camilo Castelo Branco e a outros autores contemporâneos que passaram pela localidade. Afinal de

contas o concelho “modernizou-se, [...] progride” (Oliveira, 1941, 7:06), sendo em 1940 “um meio industrial dos mais importantes do país, as suas fábricas são inúmeras e espalham-se por toda a parte” (Oliveira, 1941, 7:07). Minutos depois o narrador volta a atrás e apresenta a face rural de Famalicão a quem o “o tempo e o progresso não absorveram o pitoresco desta linda terra” (Oliveira, 1941, 12:08), mantendo-se aquilo que de mais típico já existia, “as suas vindimas, as suas malhadas e as suas grandes feiras” (Oliveira, 1941, 12:17). Concluindo a obra, o narrador termina com uma frase que complementa as palavras iniciais. Santana afirma que “não basta passar pela rua principal é preciso demorar-se um pouco” (Oliveira, 1941, 21:44).

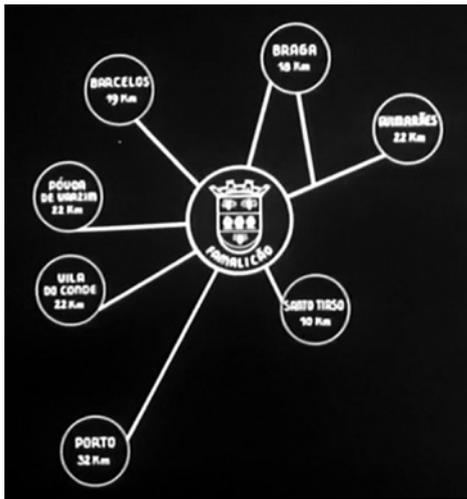


Fig. 3 Demonstração da posição central no documentário “Famalicão” (1955)
Fonte: Malheiro, 1955/Vimeo/FamalicãoID

Quinze anos depois é publicado um novo documentário da responsabilidade de Ricardo Malheiro, realizador natural de Famalicão, desta vez com locução de Fernando Pessa. Este documentário foca-se mais nas gentes e no património da localidade. Todavia no meio da impetuosa narração da cidade, são apresentadas as novas, formosas e elegantes casas – contrastando com a imagem que anos mais tarde Saramago irá apresentar – airosas, amplas, graciosas ruas e o bem apetrechado hospital, apesar do edifício dos paços do concelho se encontrar em ruínas fruto de um incêndio. A imagem progressiva do concelho continua com o seu “grande incremento industrial” (Malheiro, 1955, 9:55) e a grande diversidade de estabelecimento fabris, ainda que “essencialmente agrícola” (Malheiro, 1955, 10:13). Mantém-se assim uma localidade que “ostenta a sua graça e pitoresco” (Malheiro, 1955, 16:29), avistando-se dos seus montes os “mais belos e pitorescos quadros” (Malheiro, 1955, 16:40).

Perto de quinze anos depois, em 1969, no âmbito de uma homenagem ao famalicense Nuno Simões é realizado um filme com cerca de 15 minutos. Na abertura surgem as habituais imagens do centro da, à época, vila. Apesar

de inicialmente focado nas atividades desenvolvidas no centro da localidade, são feitas referências indiretas às características rurais do concelho através da presença da feira de gado, ao despovoar das aldeias para a ida à feira e às abundantes imagens que remetem para esta realidade. Porém o protagonismo da ruralidade divide-se com o da indústria, já que “o trabalho em Famalicão reparte-se pela fábrica e pelo campo” (Guimarães, 1969, 5:18). Segundo este documento, o concelho também se “orgulha[ria] do seu pitoresco” (Guimarães, 1969, 11:20), com a Ponte da Lagoncinha, Mosteiro de Arnoso e Igreja de Antas, ao qual se juntaria o “labor oficial” (Guimarães, 1969, 11:44), numa “aldeia de trinta mil almas a labotar nas suas oficinas” (Guimarães, 1969, 11:49). O espelho do “dinamismo e ritmo progressivo do concelho” (Guimarães, 1969, 14:37) ia além das panorâmicas da cidade, sendo também demonstradas imagens do “futuro museu de donas-elviras” (Guimarães, 1969, 12:05) e de uma exposição de arte popular.

Durante a década de 1970 é feito um documentário em conjunto com outros concelhos portugueses. Apesar do ano, segundo a Cinemateca Portuguesa, ser desconhecido, as imagens a cores e a já existência da torre da Fundação Cupertino de Miranda, permite-nos localizar a realização do documentário na referida década. A adjectivação é muito semelhante com o narrador às outras iniciativas, ao afirmarem que “Vila Nova de Famalicão é uma das mais progressivas terras do norte de Portugal, pois situada numa região eminentemente agrícola, se tornou centro industrial e comercial de significativa importância” (*Terras de Portugal*, n.d., 12:26), com os edifícios do século XIX e início do século XX que “oferecem uma variedade arquitetónica não destituída de saboroso pitoresco” (*Terras de Portugal*, n.d., 12:58). Ao concelho são-lhe atribuídos também notáveis monumentos, sendo destacados o Mosteiro de Arnoso, a Ponte da Lagoncinha e a Casa de Camilo, “o que, só por si, justifica uma ida a Famalicão” (*Terras de Portugal*, n.d., 14:17).



Fig. 4 Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave na série “Um Lugar para Viver” (2009)
Fonte: Ribeiro & Fernandes, 2009/Arquivo RTP



Fig. 5 A face rural em “Um lugar para viver” (2009)
Fonte: Ribeiro & Fernandes, 2009/Arquivo RTP

Século XXI adentro, Fimalicão surge como elemento central de um episódio da série de comédia “Um Lugar para Viver” emitida em 2009. Mais uma vez, a Casa de Camilo é o elemento central da imagem do concelho. De forma não muito diferente daquela vista nas iniciativas anteriores, o concelho é descrito como estando a “meio caminho entre Braga e o Porto e desde os tempos mais antigos que é um entreposto” (Ribeiro & Fernandes, 2009, 6:42). Mais uma vez a localização geográfica e vocação industrial estão presentes. De forma semelhante, volvidas várias décadas, a ruralidade continua a estar evidente na narração do concelho “onde tudo é muito mais calmo, tudo muito mais pacífico” (Ribeiro & Fernandes, 2009, 28:42), apesar da “vida no campo [ser] dura” (Ribeiro & Fernandes, 2009, 29:54).

Hotelaria fimalicense

Segundo a lenda a origem de Fimalicão está ligada a um estalajadeiro de nome Famielão. Este terá construído uma estalagem ou venda à face da estrada que ligava Braga ao Porto, oferecendo acomodações para viandantes e muares dando, desta forma, nome à povoação de Famielão (Salgado, 2005). Verdadeira ou não, o desenvolvimento da localidade terá por certo ligação às estalagens que ofereciam leito a quem estava de passagem. Silva (2015, p. 99) defende que no século XIX em Fimalicão “pululavam as tabernas e casas de pasto, algumas, certamente, muito pouco recomendáveis”. Exemplo tardio dessa realidade é a “Casa Pacheco” que, em 1912, se encontrava a leilão (figura 6). Esta seria a “mais antiga e afreguesada da vila” (Sousa, 1912, p. 3).

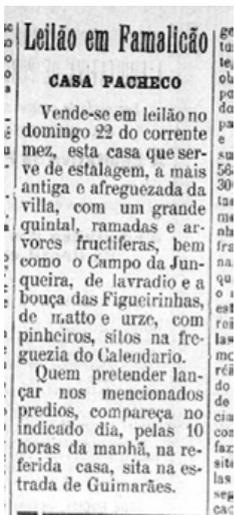


Fig. 6 Anúncio ao leilão da Casa Pacheco
 Fonte: Sousa, 1912, p. 3



Fig. 7 Edifício do Hotel Central
 Fonte: Espólio de Vasco Carvalho – Bibliotecas Digitais da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco



Fig. 8 Anúncio de abertura do Hotel Central
Fonte: Sousa, 1903



Fig. 9 Edifício do Hotel do Carmo na década de 1960
Fonte: Espólio de Vasco Carvalho – Bibliotecas Digitais da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco

Embora existam registos quanto à hotelaria famalicense do século XIX, será no XX que esta se irá desenvolver. Uma das primeiras referências da hotelaria famalicense do século XX é o Hotel Central (figura 7 e 8), aberto em maio de 1903 e pertencente aos responsáveis pela direção do Hotel Carolina, Conceição Mesquita e António Oliveira Mesquita (Sousa, 1903). Prometia ser um hotel “com as melhores vistas da vila, ampla sala de jantar e bonitos quartos, [...]”, um dos melhores hotéis da província” (Sousa, 1903, p. 1). Na realidade este era o novo Hotel Central, uma vez que este já teria existido noutra edificação. As notas deixadas por Vasco de Carvalho fazem referência à passagem do Hotel Central para as mãos de Maria da Conceição em setembro de 1897 e que se acredita ser a referida Conceição Mesquita. Aliás, existem também notas a referir o encerramento do Hotel Central em 1896, sendo esta propriedade de Domingos José Dias e que abaixo será explicado. O Hotel Central irá manter-se nas mãos de Conceição Mesquita entre 1903 e 1915, ano em que passará para Adolfo Dias que, por sua vez, o conduzirá em até 1929. Em 1936 falece a ex-proprietária e no seu obituário é feita referência ao Hotel Central como o melhor da vila há trinta e um anos.

No que diz respeito ao Hotel Carolina (figura 10), este deverá ter deixado de existir antes de 1920 sendo que, de acordo com Silva (2015), este terá sido mantido por Maria da Conceição Fonseca até 1903, tendo a gestão deste ficado a cargo de Manuel Varela Santos que, por sua vez, na primeira década do século XX passará a gerência para Ludovina Rosa da Silva e que o manterá até 1918. Contemporâneo dos hotéis Central e Carolina, o (Grande) Hotel do Carmo (figura 9) na casa dos Machado, propriedade de Bernardino Machado, ter-se-á instalado por 1910 (Sá da Costa & Pinto da Silva, 2010) e encerrando antes de 1914. Terão tido lugar neste hotel algumas iniciativas de caráter político entre republicanos.



Fig. 10 Hotel Carolina

Fonte: Espólio de Vasco Carvalho – Bibliotecas Digitais da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco



Fig. 11 Anúncio de venda do prédio da Pensão Vilanovense

Fonte: Sousa, 1923.



Fig. 12 Publicidade ao Hotel Vilanovense em 1933

Fonte: Silva, 1933



Fig. 13 Publicidade à Nova Pensão Vilanovense

Fonte: Silva, 1942c

Entretanto existia também na então vila o Hotel Vilanovense (figura 10, 11 e 12), o maior existente à época e publicitado como o mais antigo, tendo estado à venda em 1923 (Sousa, 1923). Segundo Silva (2015) este hotel ter-se-á chamado também Hotel Boavista, Hotel Folhadela, Hotel Mesquita e Hotel Ruço, de acordo com os diferentes arrendatários. Em 1896 o hotel foi entregue a Domingos José Dias por contrato celebrado com Francisco de Mesquita, sendo,

segundo o artigo, considerado muito justamente um dos primeiros hotéis da província (Sousa, 1896). Desta forma, Domingos José Dias abandonaria o Hotel Central localizado na Rua de Santo António e que montara e dirigira. A avaliar pelo nome da proprietária em 1923 (Eugénia Guimarães) e o nome presente no anúncio de 1933 (Joaquina Dias Marques), o hotel terá, entretanto, mudado de mãos. Segundo Pimentel (1913) este hotel terá sido também conhecido como “Hospedaria [da] Eugénia”. Por ele terá passado, entre outros, Pinheiro Alves, primeiro marido de Ana Plácido que, “não tendo coragem para reentrar na sua casa solitária de S. Miguel de Seide, nem pisar o torrão natal cujas árvores viram decorrer alguns dos seus dias felizes” (Pimentel, 1913, p. 36), procurou abrigo neste hotel. Nele faleceria em 1863. Este teria sido também local de passagem de Camilo Castelo Branco e onde se terá cruzado precisamente com Pinheiro Alves. Martins (1924, p. 188) relato um desses acontecimentos:

Uma vez Camilo também fora a Vila Nova de Famalicão, entrara no único albergue capaz – a hospedaria da Eugénia – fronteira ao café do Gato onde os mesmos fregueses continuavam a arrastar as mesmas pedras do dominó diante das garrafas pintalgadas das moscas. De manhã, ao abrir a sua janela de guilhotina, com os dezasseis vidrinhos na brancura do caixilho, sentira o ruído arrastado doutra vidraça a erguer-se e a cara citrónica e glabra de Pinheiro Alves surgira à sua beira. Das bocas de ambos saíram insultos, gritos de cóleras, desabaços ouvidos curiosa e pasmadamente pelos frequentadores da locanda a cuja porta, outrora, no tempo em que o marido era confiante, o romancista namorava a formosa mulher de costas voltadas para os batucadores de pedras de jogo, cismáticos contempladores de xicaras vazias e barulhentos puxadores de enebadas cartas. Fora tudo. Ele o ofendido, não sacara duma arma, nem se desafrentara. Bem dissera o Nacional, que “ele não tendo a coragem de usar do direito da vida e de morte que a lei lhe dá, a tem, todavia, para assistir aos funerais da sua honra”. Apesar desse encontro, e da possibilidade doutros, acadimara-se ao Vilanovense, instalara-se no seu aposento, mostrava-se à mesa redonda, livre das bisbilhotices desenvolvidas à sua beira nos sítios onde interessava ao público o drama de amor da mulher com o celebrado escritor.

Mais tarde, mas ainda no século XIX, o Vilanovense é mencionado na obra “Minho Pitoresco”. Segundo o autor “pelo menu e pelo serviços se pode por igual, se não melhor, avaliar do valor de uma povoação” (Vieira, 1887, p. 90), tendo sido “bem serviços e com asseio – hurrah pelo Vilanovense” (Vieira, 1887, p. 90). Faz ainda referência a dois outros estabelecimentos da localidade, Carolina e Leonardo, indicando que a “saudação [não] indica menos-prezo para as suas casas de hospedagem” (Vieira, 1887, p. 90). Este hotel, de acordo com manuscritos de Vasco Carvalho, pertenceu até outubro de 1896 a Francisco de Mesquita Guimarães, passando para as mãos de Domingos José

Dias. A existência deste hotel chegaria ao fim em 1942 através de um “pleno acordo” (Silva, 1942a, p. 1) entre os proprietários e por parte da Companhia de Seguros Garantia, tendo estes também adquirido o Salão Moderno. Terminava assim a existência do maior hotel de Famalicão, ponto de recrutamento de operários para Angola, jantares de despedida e bailes de Carnaval, mas que já não correspondia às exigências da época. Os proprietários do Vilanovense mudam-se para os números 24 a 26 do Campo Mouzinho de Albuquerque e abrem a Nova Pensão Vilanovense (Silva, 1942c).

O referido Hotel Leonardo pertencente a Leonardo José Rodrigues de Carvalho terá, segundo Silva (2015), começado como botequim na Rua Direita. Ainda segundo o mesmo autor este poderá ter-se tornado num hotel apenas na mudança para a Rua Adriano Pinto Bastos na década de 1860 e terá encerrado com a morte do fundador em 1896.

Em 1920 projetava-se a construção de um Grande Hotel em Vila Nova de Famalicão, um “amplo e dotado com todos os aperfeiçoamentos indicados pela indústria hoteleira dos mais adiantados países” (Sousa, 1920, p. 2), já que este era visto como um “elemento de progresso para povoação, que é de primeira ordem, um bom hotel, pois para ele hão de vir muitas famílias no verão [...], encantadas pelas belezas de Famalicão” (Sousa, 1920, p. 2). Volvidos dois anos, o projeto não se materializou. A imprensa lamentava, já que este chamaria “bastantes visitantes, [...] e a vila mais conhecida se torna[ria]” (Sousa, 1922, p. 2). Ao longo de vários anos o assunto do Grande Hotel vai ciclicamente surgindo na imprensa local. Em 1928, o jornal Estrela do Minho volta recordar que têm pedido “às iniciativas locais, ao bairrismo dos famalicenses, a construção de um hotel moderno, onde algumas dezenas de famílias de fora possam vir passar a estação calmosa, contribuindo [...] para o desenvolvimento da economia local” (Sousa, 1928, p. 1), mas sem sucesso. Esta situação era ainda mais gravosa, uma vez que o concelho vizinho de Santo Tirso possuía melhores hotéis. Na década de 1930, Vasco Carvalho, reputado industrial e intelectual famalicense, propõe a construção de um hotel junto dos Paço do Concelho. Apesar de existirem projetos para o empreendimento que se iria chamar “Hotel Famalicão”, este nunca avançou.

Entretanto, e ainda na década de 1920, o Hotel/Pensão Mesquita viria a receber, em conjunto com o Hotel Santa Luzia em Viana do Castelo, aquelas que terão sido a primeiras estrelas Michelin no país no ano de 1929, conservando-a até 1936. De acordo com Silva (2015), este hotel foi fundado por Joaquim de Oliveira Mesquita e viria a existir até à década de 1970.

Só bastante mais tarde surge o referido projeto do Hotel Garantia. Este hotel irá conhecer um percurso sinuoso até ao encerramento. O hotel é anunciado ainda na década de 1930 (figura 15), constituindo uma “antiga aspiração da nossa terra: possuir um hotel digno do seu valor turístico e da sua vida crescente e progressiva” (Silva, 1938, p. 1). Este hotel partiria de uma iniciativa da companhia de seguros Garantia, sendo expectável um mínimo de 30 quartos e com



Fig. 14 Publicidade à Pensão Vilanovense (década de 1950)

Fonte: Espólio de Vasco Carvalho – Bibliotecas Digitais da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco

Fig. 15 Título de notícia no jornal Estrela do Minho

Fonte: Silva, 1938, p. 1

ATÉ QUE ENFIM!

Famalicão vai ter um Hotel

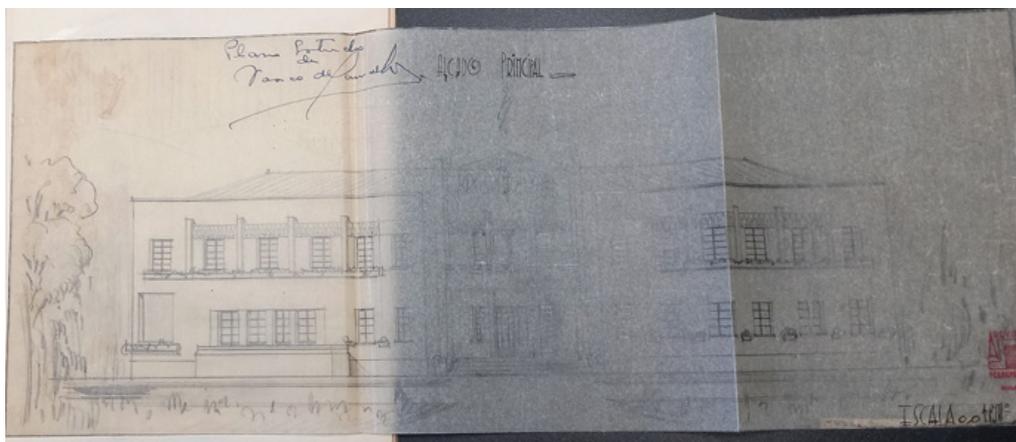


Fig. 16 Projeto para o “Hotel Famalicão”

Fonte: Espólio de Vasco Carvalho – Bibliotecas Digitais da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco

“linhas elegantes e rigorosamente portuguesas e obdece[ndo] às mais modernas e rigorosas condições de higiene” (Silva, 1938, p. 1). O tão desejado Hotel Garantia é recebido com grande entusiasmo pela imprensa local, relatando a construção passo a passo e discutindo os possíveis nomes do empreendimento. Ao contrário da oferta já existente, este iria possuir sala de fumo e leitura, sala de jantar, sala de reuniões, água fria e quente em todos os quartos e cozinha limpa e cheia de luz (Silva, 1942b). O hotel viria a ser construído em menos de um ano, mais precisamente 50 semanas (Silva, 1943a), tendo a inauguração marcada para 19 de junho de 1943 (figura 17 e 18) numa “requintadamente elegante festa inaugural” (Silva, 1943b, p. 1). Entre outras individualidades, regista-se a passagem pelo Hotel Garantia ainda no ano de 1943 de António Ferro, diretor do Secretaria de Propaganda Nacional (SPN), tendo regressado no ano seguinte. Ferro viu no Garantia “um bom serviço prestado ao turismo português” (Silva, 1950a, p. 4). O antigo Agente Geral das Colónias, Júlio Cayola, também teceu palavras elogiosas sobre o hotel, confessando que “poucas vezes [terá] encontrado num hotel um conjunto tão completo” (Silva, 1950a, p. 4). Também estiveram no Garantia nos anos seguintes o subsecretário de Estado das Obras Públicas, José Frederico Ulrich, Júlio Botelho Moniz, Ministro do Interior, Nuno Simões, a equipa de futebol do Sporting Club de Portugal. Há igualmente registos da passagem de José Caeiro da Matta, Ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo tecido um elogio ao hotel:

Na minha vida de judeu errante, tendo conhecido todos os grandes hotéis da Europa, dificilmente tenho encontrado casa como esta, em que tudo é de molde a merecer o nosso inconfundível aplauso. (Silva, 1950a, p. 4)

Há igualmente inúmeras referências à realização de bailes de Carnaval, noites de Santo António, aniversários, homenagens, passagens de ano, festas de empresas e até consultas médicas. Com as condições criadas “Famalicão começa[va] a querer fazer turismo” (Silva, 1948, p. 4) e, para tal, pedia-se a conclusão do Parque Marechal Carmona (hoje 1.º de maio), “para recreio dos visitantes e para válvula da população indígena” (Silva, 1948, p. 4).

A exploração do hotel foi passando por várias mãos. No ano da inauguração é entregue ao proprietário da Confeitaria Arcádia do Porto, mas em 1950 já se fala de um eventual encerramento. Segundo a imprensa “diz[ia]-se que o Hotel Garantia é grande de mais” (Silva, 1950a, p. 1) para a localidade. Entre as razões são apontados os preços elevados, afastados a população local. Certo é que em abril de 1950 este já se encontrava encerrado, gerando preocupação pela aproximação da feira de maio e do verão. Assim urgia reabrir aquele que não seria o “único cartaz de turismo [...], mas o centro criado e propulsor do turismo do concelho e da província” (Silva, 1950b, p. 6). O hotel viria, de facto, a reabrir a 8 de maio. Em menos de um ano volta a ser noticiada uma “angustiante crise” (Silva, 1951, p. 1) que assolava o hotel, com as gerências a sucederem-se,

A inauguração do
Hotel Garantia
foi um acontecimento
mundano na nossa
terra!



Fig. 17 Manchete do jornal Estrela da Manhã e fotos da inauguração
Fonte: Silva, 1943b, p. 1



Fig. 18 Foto do hotel perto da data de inauguração
Fonte: Silva, 1943a

Hotel GARANTIA
FAMALICÃO

Grandioso baile de REVEILLON
com as artistas da Emissora Nacional
Maria Augusta e Maria Matilde

A Orquestra Sousa Júnior e o grande tenor
GUILHERME KJOLNER
apresentados pelo locutor Humberto Mergulhão

Trajo de jantar—Entrada 40\$00

Reservam-se mesas pelo Telefone, 60 —Famalicão

Fig. 19 Anúncio à festa de passagem
de ano 1949-1950
Fonte: Silva, 1949

o hotel acumulava prejuízos. No ano seguinte e na sequência dos problemas que iam surgindo, é aberto um café e restaurante virado para a Rua de Santo António fruto da transformação do outrora salão do hotel. Certo é que, em 1956, o Garantia volta a fechar portas. Ainda no mesmo ano reabre sobre o formato Café-Restaurante-Hotel, com pequenas alterações criadas pelo arquiteto Fernando Barbosa, aproximando-o dos desejos dos famalicenses. Afinal de contas, a relação distante com os habitantes locais tinha sido apontada como razão para os primeiros problemas de viabilidade.

Entretanto, em 1952, surge a Pensão Ferreira, também ela ponto de encontro para jantares comemorativos, nomeadamente dos alunos do Externato Camilo Castelo Branco, mas também religiosas e de homenagem. A título de exemplo, em 1956, realizou-se uma homenagem a Amadeu Mesquita,

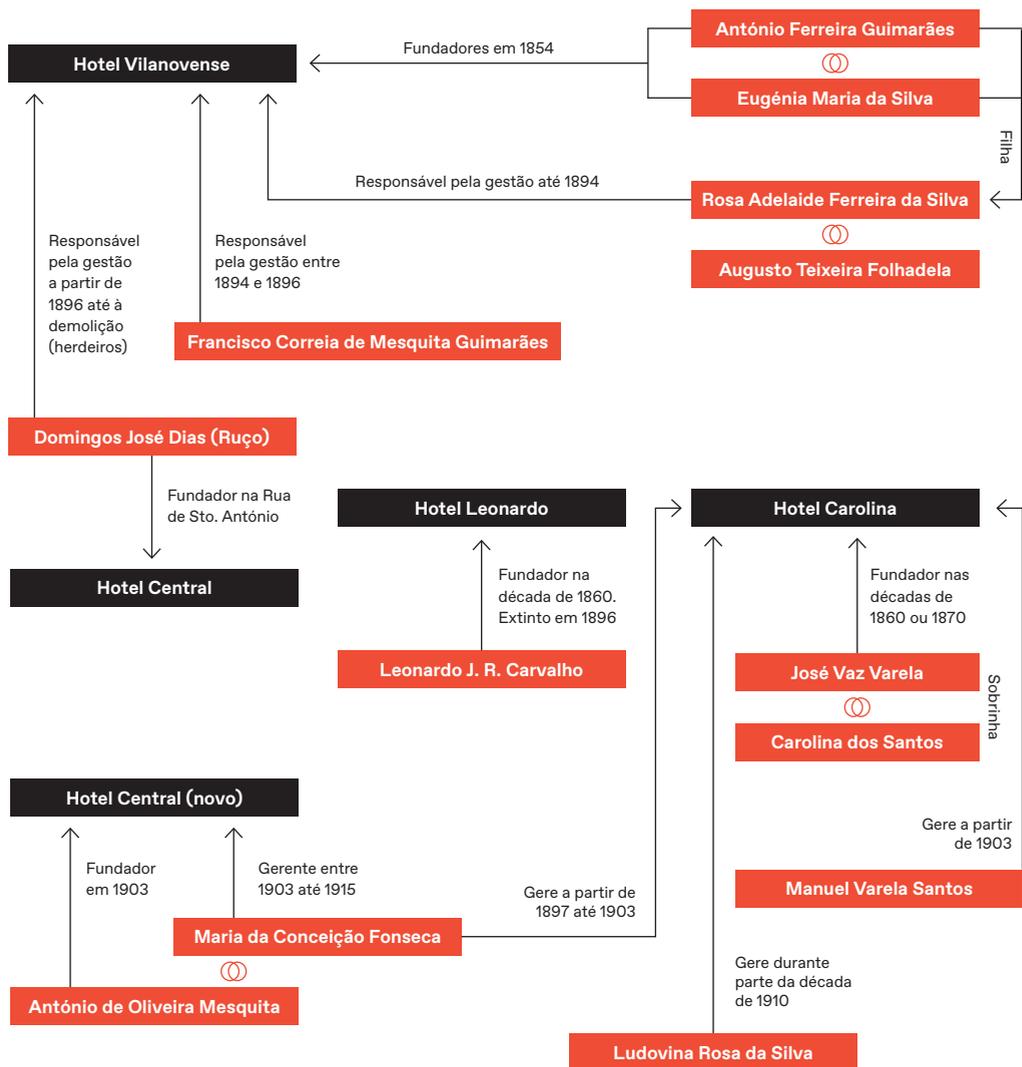


Fig. 20 Parte da complexa teia de ligações entre a hotelaria famalicense entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX

curiosamente impulsionador do Hotel Garantia, com a “presença de mais de duzentas individualidades [...] na melhor das Pensões locais (Pensão Ferreira), por ser a única casa que dispunha de três grandes salões contíguos adequados ao efeito (Silva, 1956, p. 1)”. Viria a tornar-se apenas residencial na década de 1970. Entretanto, em 1960, abre a mais modesta Pensão de Santo António. Precisamente de frente para esta última existiu, pelo menos durante as décadas de 1950 e 1960, a Pensão do Parque. Todavia, é na década de 1970 que começa a germinar aquele que, até há pouco tempo, era o maior hotel de Famalicão no



Fig. 21 Formatura do Corpo Ativo na inauguração do novo quartel dos Bombeiros de Famalicão (1966) em frente à Pensão do Parque
Fonte: Arquivo Municipal Alberto Sampaio

que diz respeito à capacidade de alojamento. Fruto de um investimento familiar, em 1979 surge a Residencial Moutados com 18 quartos, dimensão confirmada pelo guia Michelin de 1983 e que concorriam com os 40 quartos da Pensão/Residencial Francesa. Na década de 1980 a oferta hoteleira de Famalicão, no centro da cidade e de acordo com Ribas (1984), estava reduzida a três pensões: Pensão Ferreira, Pensão Francesa e Pensão Garantia.

Resultado de uma procura crescente, em 1985 viria a nascer o Hotel Moutados, com 57 quartos e com três estrelas. Distingua-se da restante oferta existente no concelho pela sua modernidade, mas também por oferecer bar, auditório, restaurante, salão de festas, sala de conferência e parque. No final da mesma década, em 1989, o guia Michelin recomenda os mesmos alojamentos, mas, no caso da Francesa, o número de quartos já seria diferente, contado com 37 quartos. Foi precisamente na década de 1980 que o Garantia fechou definitivamente como unidade hoteleira. Já em 2001 desaparece a recomendação da Francesa e surgem os dois hotéis Pransor, nas estações de serviço da A7, cada um com 20 quartos e, poucos anos depois, em 2006, já só surge a referência ao Hotel Moutados, decorrendo, ainda assim, os últimos anos de atividade da Residencial Francesa.

Apesar do crescimento no número de Alojamentos Locais a partir de 2008, ano em que esta tipologia surgiu, durante vários anos a cidade passariam por um quase vazio no que diz respeito à hotelaria tradicional com dimensão significativa, existindo apenas o Hotel Moutados perto do centro da cidade. Todavia, em 2016 foi inaugurado o Villa Prime Hotel na rua Barão da Trovisqueira, oferecendo 10 quartos e, mais recentemente, em 2022, o B&B Hotel Famalicão com 98 quartos, fazendo crescer expressivamente a capacidade hoteleira na área central da cidade.

Notas finais

Famalicão é uma terra de turismo? Desde cedo que o concelho de Vila Nova de Famalicão é visto como um ponto de passagem, ligando algumas das cidades mais importantes do norte. Esse carácter passageiro não mudou muito até aos dias de hoje. Se é verdade que na atualidade o concelho tem mais motivos de atração do que no passado, também não será menos verdade que estas não obrigam a uma permanência prolongada no seu território. Acresce ainda o facto do desenvolvimento das infraestruturas viárias ter permitido que as distâncias que já eram curtas se tenham encurtado ainda mais no que diz respeito ao tempo de deslocação.

O caminho iniciado no que diz respeito ao turismo industrial poderá vir a ser uma das armas para o desenvolvimento do turismo em Famalicão. Dado o reconhecimento nacional e internacional de algumas das empresas existentes no concelho, urge sensibilizar os empresários e gestores para os ganhos que a abertura de portas ao público pode trazer, não só para o território em que se encontram implantados, mas também em termos de reputação da marca. Para localidades com uma sólida base industrial, este tipo de turismo compreende um conjunto de possibilidades para reforçar a estrutura económica, mas também identitária (Otgaar et al., 2010). Neste sentido, e caso a aposta turística de Famalicão se centre no turismo industrial, Otgaar et al. (2010) recomendam 1) um acordo quanto aos principais objetivos no desenvolvimento do turismo industrial, 2) uma definição clara sobre o conceito de turismo industrial para todos os envolvidos, 3) construção de uma base forte de ativos, 4) identificar o público-alvo, 5) usar o turismo industrial como *unique selling point* para atrair e prolongar a estadia dos turistas, 6) introduzir padrões de qualidade nas empresas a visitar, 7) desenvolver instrumentos de comunicação e 8) cooperar com operadores turísticos, agências e postos de turismo.

BIBLIOGRAFIA

- Guimarães, M. (1969). *A terra e o homem*.
- Malheiro, R. (1955). *Famalicão*. <https://player.vimeo.com/video/300582053>
- Martins, R. (1924). *A paixão de Camilo (Ana Plácido)*. Lisboa.
- Oliveira, M. (1941). *Famalicão*. [https://www.youtube.com/watch?v=ISlIneupRHg&ab_channel=Richy Baker](https://www.youtube.com/watch?v=ISlIneupRHg&ab_channel=RichyBaker)
- Otgaar, A. H. J., Berg, L. van den;, Berger, C., & Feng, R. X. (2010). *Industrial Tourism: Opportunities for City and Enterprise*. Ashgate.
- Pimentel, A. (1913). *Memórias do tempo de Camilo*. Companhia Portuguesa Editora.
- Proença, R., & Dionísio, S. (1996). *Guia de Portugal: Entre Douro e Minho – Il Minho (3.ª)*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribas, T. (1984). *Portugal turístico: Roteiro*. Círculo de Leitores.
- Ribeiro, A., & Fernandes, J. M. (2009). *Um lugar para viver*. RTP.
- Robertson, I. (1988). *Blue Guide: Portugal (3ª)*. A.& C. Black.
- Sá da Costa, A., & Pinto da Silva, A. (2010). Centenário da República (1910-2010) Homenagem à 1ª Vereação Republicana. In A. Sá da Costa (Ed.), *Boletim Cultural (6/7)*. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Salgado, B. (2005). *Vila Nova entre dois forais*. Quasi.
- Saramago, J. (2018). *Viagem a Portugal (26.ª)*. Porto Editora.
- Silva, A. J. P. da. (2015). As primeira décadas do município. In *As portas da história de Vila Nova de Famalicão (1835-2015)*. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Silva, J. C. da. (1933, August 20). Hotel Vilanovense (Publicidade). *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1938, November 6). Até que enfim... *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1942a, April 19). Na hora da arrancada... *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1942b, April 26). Boa perspetiva. *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1942c, June 14). Nova Pensão Vilanovense (Publicidade). *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1943a, May 23). Hotel Garantia. *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1943b, June 27). A inauguração do Hotel Garantia foi um acontecimento mundano na nossa terra! *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1948, July 25). O nosso parque. *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1949, December 25). No Title. *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1950a, January 15). O Hotel Garantia vai fechar portas? *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1950b, April 2). Hotel Garantia. *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1951, March 4). O Hotel Garantia está a passar por uma nova e angustiante crise. *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1956, December 30). O ilustre famalicense Amadeu Mesquita. *Estrela Do Minho*.
- Sousa, M. P. de. (1896, October). Hotel Vilanovense. *Estrela Do Minho*.
- Sousa, M. P. de. (1903, April 26). Hotel Central (publicidade). *Estrela Do Minho*.
- Sousa, M. P. de. (1912, September 22). Leilão em Famalicão: Casa Pacheco. *Estrela Do Minho*.
- Sousa, M. P. de. (1920, February 29). Grande Hotel. *Estrela Do Minho*.
- Sousa, M. P. de. (1922, February 26). Em pedra dura... *Estrela Do Minho*.
- Sousa, M. P. de. (1923, April 22). Magnífico prédio. *Estrela Do Minho*.
- Sousa, M. P. de. (1928, June 3). Grande Hotel. *Estrela Do Minho*.
- Terras de Portugal. (n.d.). <http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=13230&type=Video>
- Vieira, J. A. (1887). *Minho pittorescos (II)*. Livraria de António Maria Pereira.
- Villas, F. F. (1922, November 5). Vila Nova de Famalicão: Resumo histórico e descritivo. *Revista de Turismo*.

3.11 O impacto do programa educativo e cultural municipal “De Famalicão para o Mundo”, nas práticas pedagógicas e na relação com o território, em contexto educativo, a partir da formação contínua de professores

↳ **TEXTO** LUÍS ALBERTO ALVES E ARMINDA FERREIRA

RESUMO

Este estudo foi orientado no sentido de responder à pergunta de partida: “Qual o impacto do programa educativo e cultural municipal “De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local”, nas práticas pedagógicas e na relação com o território, em contexto educativo, a partir da formação contínua de professores?”

Concebido para ajudar os professores a rentabilizarem a História Local e as ofertas educativas distribuídas pelo território na sua prática docente, procurou-se, a partir da análise de alguns relatórios de avaliação de professores elaborados na sequência da ação de formação “De Famalicão para o Mundo: Arte e História Local” retirar evidências da forma como o programa educativo e cultural municipal “De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local” influenciou as práticas pedagógicas, didáticas e científicas. Nesta análise privilegiou-se a análise qualitativa, elegendo a avaliação da ação como um caso a poder fornecer perspetivas importantes para a sequência do Projeto.

Os resultados permitem concluir que a experiência de formação contribuiu para dar a conhecer e divulgar de forma mais concreta o território de Vila Nova de Famalicão e que a partir deste programa educativo e cultural os professores ficam a conhecer cientificamente o meio onde habitam e lecionam.

Palavras-chave: Programas educativos municipais; Famalicão; História Local; Arte.

INTRODUÇÃO

“Um dos objetivos fundamentais da escola atual era conseguir tornar as crianças exploradoras, pesquisadoras, cientistas, artistas e desportistas. Serem elas protagonistas do processo de aprendizagem. Não matar a curiosidade nem o entusiasmo. É preciso libertá-las dentro da escola para serem cidadãos ativos, conscientes, críticos e com a ideia de que se aprende em qualquer lugar e não só dentro da sala de aula”. (Neto, 2022: 6)

Os programas educativos municipais são, no nosso entender, uma mais valia para o desenvolvimento de competências transversais nos alunos, assim como um meio de apoio ao trabalho dos docentes em contexto de sala de aula. As ações de formação constituem um elemento complementar para uma melhor perceção da filosofia holística do Projeto, mas simultaneamente para uma maior consistência científica, pedagógica e didática na intervenção em contexto de aplicação em sala de aula. Daí ter sido privilegiada a modalidade de “Oficina” que implica uma parte teórica, mas também uma atividade com os alunos que é depois partilhada com o grupo de formandos.

1. PROGRAMAS E PROJETOS EDUCATIVOS MUNICIPAIS

A elaboração dos projetos educativos municipais constitui-se como um incentivo para todos os municípios. Este estímulo consubstancia-se na necessidade de construir uma política educativa de coesão estruturada que responda às necessidades da comunidade educativa, de modo a desenvolver a ação educativa e formativa e o desenvolvimento integral do território, assumindo a educação como base de um desenvolvimento sustentado.

A aposta no desenvolvimento e promoção do sucesso educativo, através de políticas planeadas, materializa-se não só na construção/ampliação de edifícios escolares, mas também no apoio às atividades educativas e atividades realizadas pelas associações de pais; na gestão das novas competências atribuídas à área da educação; no reforço dos seus agentes educativos e na formação permanente dos mesmos; na dinamização de espaços e tempos culturais e na implementação de projetos pedagógicos de promoção do sucesso escolar.

Estas estratégias implicam o envolvimento e a colaboração de todos os agentes educativos e sociais na coconstrução de planos de ação, continuamente reformulados numa lógica de proximidade e articulação sistémica, de forma a ir ao encontro dos constantes desafios que a escola e a educação têm vindo a assumir.

Esta abordagem, baseada na metodologia de investigação-ação e em trabalho de projeto, contribui não só para o crescimento e partilha de ideias, mas também para a implementação de técnicas e boas práticas, envolvendo todos os intervenientes da educação no concelho de Vila Nova de Famalicão.

Os projetos educativos dão conta da centralidade dada pela autarquia à educação, destacando o desenvolvimento do território e a participação de agentes e parceiros diversos, numa perspetiva de Cidade Educadora.

Neste contexto, o município de Vila Nova de Famalicão implementou vários projetos que contribuem, de forma significativa, para a formação dos alunos nos diferentes níveis de ensino, como por exemplo: “Do Falar ao Ler”; “Brincar a torto e a direito”; “Ainda estou Aprender”; “Hypathiamat”; “Literattus”; “My Machine”; “Viagens pelo Património Cultural”; “De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local”; “Made 4 Schools”; “No Poupar Está o Ganho”; “Mais Cidadania”; “Teach for Portugal”; “Eco-Escolas”; e no apetrechamento informático das bibliotecas escolares que têm potenciado aprendizagens e competências nos alunos.

Através do Plano Estratégico Educativo Municipal 2017 – 2025 (PEEM), o Município propõe, apoia, catalisa esforços e lidera a rede de relações e funções que tornem operacionais as iniciativas acordadas, fundadas no respeito pelas diversidades existentes e pela autonomia. A Carta Educativa definiu como um dos eixos prioritários o desenvolvimento e a implementação do Projeto Educativo Municipal pela necessidade de:

- Desenvolver programas integrados de intervenção;
- Delinear estratégias de atuação e traçar uma linha orientadora comum para todas as entidades locais que, direta ou indiretamente, intervêm no desenvolvimento educativo e formativo do concelho;
- Articular, numa rede de parceiros, as entidades que trabalham na educação formal, não-formal e informal.

O programa educativo e cultural em estudo – “De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local” – segue as linhas de orientação da carta das «Cidades Educadoras» em que a educação é da responsabilidade de toda a sociedade e não apenas das famílias, do Estado e das escolas, pelo que é de extrema importância e compromisso o envolvimento do município, das associações e das empresas, deixando às escolas o desempenho da sua missão central, a de se tornarem centros de aprendizagem.

1.1. O Programa educativo e Cultural “De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local”

O programa educativo e cultural “De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local” do Município de Vila Nova de Famalicão insere-se no eixo 2 – “Cidade Inovadora e Criativa”, no âmbito da educação para as artes e património, inscrito no Plano Estratégico Educativo Municipal¹. Foi desenhado ao longo do ano letivo 2018/2019 (concluído em maio de 2019 como experiência-piloto). Está fundamentado no conceito «Cidade Educadora», na legislação emanada pelo Ministério da Educação e outros documentos legislativos: Decreto-Lei n.º 54, de 6 de julho 2018, Decreto-Lei n.º 55, de 6 de julho de 2018; Despacho n.º 6944-A/2018; Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro; Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto; Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto; Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro; Plano Estratégico Educativo Municipal 2017 – 2025, Educa 25’ – Famalicão inovador, inclusivo e participado; Carta Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão.

Apresenta um conjunto de propostas e sugestões pedagógico-didáticas com o intuito de se atribuir à História e Património Local mais relevância para os alunos, concedendo-lhe mais visibilidade nos conteúdos programáticos, especialmente em História na sua relação com a História Nacional e Universal. De realçar que, apesar de se assumir um enfoque relevante na História, outras disciplinas (Geografia, Línguas, Filosofia, Ed. Visual/Artes Visuais, Matemática, Ciências, ...) colaboram no projeto no sentido de articular conhecimentos sob várias perspetivas e, assim, construir-se uma visão mais abrangente do Mundo.

¹ Consultar http://www.famalicaoeducativo.pt/_plano_estrategico_educativo_municipal

1.2. Objetivos

O programa educativo e cultural propõe a dinamização de atividades educativas para exploração do património e história local apoiadas por um conjunto de valências culturais à escala concelhia, a saber: Arquivo Municipal Alberto Sampaio; Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco; Gabinete de Património Cultural (através da plataforma/projeto Famalicão ID); Gabinete de Arqueologia; Galeria Municipal Ala da Frente; Hortas do Parque da Devesa; Labirinto das Artes – A Casa ao Lado; Programa Educativo “Viagens pelo Património Cultural”²; Quinta Pedagógica de Bairro; Museus de Famalicão: Casa de Camilo. Museu – Centro de Estudos; Museu Bernardino Machado; Museu Fundação Cupertino de Miranda – Centro Português do Surrealismo; Museu do Automóvel; Museu de Cerâmica Artística da Fundação Castro Alves; Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado; Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave; Museu da Guerra Colonial; Casa – Museu Soledade Malvar; Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa; Museu da Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe (Figura 1).



Fig. 1 Programa educativo e cultural municipal “De Famalicão para o Mundo: Contributos da História Local”

- 2 Este programa educativo é aplicado ao 1.º ciclo do ensino básico. Dividido em duas partes, distintas, mas complementares, a primeira parte realiza-se em contexto de sala de aula, com a deslocação de um ator que explora os conteúdos científicos de cada uma das unidades culturais, através da aplicação das maletas pedagógicas e da estratégia “Storytelling”, que, em articulação com as aprendizagens essenciais de cada ano de escolaridade, da disciplina de Estudo do Meio, explora, de forma divertida e interativa, e dá a conhecer as seguintes unidades culturais: Casa de Camilo – Museu. Centro de Estudos; Estação Arqueológica de Perrelos; Museu Bernardino Machado; Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave; Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado. Mais informações em http://www.famalicaoeducativo.pt/_viagens_pelo_patrimonio_cultural

1.3. Metodologia

O programa educativo e cultural municipal pretende oferecer aos agentes educativos, do concelho de Vila Nova de Famalicão, sugestões que integrem um conjunto de fontes históricas de património local, e consequentes ações estratégicas interativas com significado para os alunos, quer em contexto de sala de aula através de aulas-oficina, quer em visitas de estudo presenciais às diversas unidades culturais, com o apoio das oficinas pedagógicas direcionadas para as aprendizagens essenciais, por ano de escolaridade, quer de visitas virtuais, através de vídeos, exposições virtuais e acesso a fontes escritas e iconográficas alojadas em plataformas web:

- O Arquivo Municipal Alberto Sampaio³ através da sua plataforma de pesquisa permite o acesso a registos de fontes de várias tipologias – família, pessoas coletivas, pessoas singulares, documentação municipal e outros fundos públicos;
- A Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco⁴ – através das Bibliotecas Digitais: “A Oposição Democrática em Vila Nova de Famalicão” e “Biblioteca Vasco de Carvalho” também permite o acesso a fontes de várias tipologias. Na BMCCB encontra-se sediada a “Antena de Informação Europeia”, assumindo-se como uma extensão do Centro de Informação *Europe Direct* de Barcelos, possibilitando o acesso a informação produzida pelas instituições europeias;
- O Gabinete de Património Cultural através da plataforma FAMALICÃO ID⁵ possibilita um acesso público à informação, de forma integrada, produzida pelas diversas unidades culturais municipais. A partir do acesso a esta plataforma é possível encontrar milhares de registos, organizados quer temporalmente e espacialmente, quer por assuntos, temas, património material e imaterial, património construído, etc.

Pretende-se com estas sugestões de metodologias de ensino que os estudantes, ao mobilizar inferências sobre fontes históricas concretas e que, eventualmente, lhes são familiares, tenham a oportunidade de aprofundar conhecimentos e outras competências contribuindo-se, assim, para o desenvolvimento do seu pensamento histórico, geográfico, estético, filosófico, em suma, para a sua cultura (Figura 1).

O presente projeto não pretende ser um documento fechado, mas sim “De e para Todos”, aberto a propostas e sugestões de natureza pedagógica e científica e envolvendo docentes e estudantes, dos diferentes níveis de ensino do território de Vila Nova de Famalicão. Pretende-se que estes últimos sejam,

³ Consultar em www.arquivoalbertosampaio.org

⁴ Consultar em www.bibliotecacamilocastelobranco.org

⁵ Consultar em www.famalicaooid.org

também, agentes ativos em todo o projeto, e que desde cedo possam desenvolver uma consciência cultural que lhes permita compreender de forma integrada o mundo em que vivem e assumir na sociedade posições fundamentadas.

Nesta linha de pensamento, e seguindo o conceito de «Cidade Educadora», desenvolveu-se um projeto educacional e cultural que promove a educação para a diversidade, considera a qualidade de vida como objetivo alcançável facilitando o intercâmbio a novas experiências e fomenta a sua permuta (Pereira, 2005: 88). Um projeto que na medida do possível envolva “Todos” os jovens famalicenses, a partir da Escola/sala de aula, e que, em relação com o espírito de «Cidade Educadora», enquanto espaços/tempos de aprendizagem (formal e não formal), sejam dadas oportunidades de construir conhecimentos e outras aprendizagens relacionadas com o meio Local, articulado no sentido transversal e vertical. Transversal porque estará em diálogo com diversas disciplinas, vertical porque será articulada com a História Nacional e Universal.

O contacto direto com a realidade da sua comunidade, permite aos alunos adquirirem mais facilmente uma maior noção da sua importância enquanto agentes de transformação da realidade que os rodeia. Além disso, o estudo do meio local possibilita que se faça frente a problemas de desenraizamento cultural, possibilitando de uma forma mais fácil uma identificação que ajude a construir uma identidade em espaços e grupos mais próximos. Assim, o conhecimento do passado da comunidade local permite às crianças e aos jovens compreender melhor a sociedade em que vivem e participam, preparando-os gradualmente para exercerem uma cidadania consciente.

A variedade de contextos educativos que o local promove facilita uma aprendizagem significativa através do desenvolvimento de competências como observação, exploração, curiosidade mental, criatividade, emoção, comunicação, argumentação, próprias e dos outros, pela interação física, intelectual e emocional proveniente de atividades com o património (Melgar & Donolo: 2011). A educação pelo Património Cultural, nomeadamente o «Territorial» entendido como todos os bens, materiais e imateriais, portadores de valor histórico, arqueológico, arquitetónico, documental, artístico, etnográfico, científico, social e económico, refletem valores de memória, autenticidade, originalidade, singularidade e estimula, a par com a educação formal, a construção dos conhecimentos dos alunos, acrescentando, através de situações educativas não formais, competências interdisciplinares e multidisciplinares aos conteúdos programáticos curriculares dos vários níveis de ensino. Os Serviços Educativos das unidades culturais realizam diversas atividades servindo de mediadores para estreitar a relação entre a cultura e o público, nomeadamente o escolar, e são uma componente fundamental para a concretização da missão das mesmas.

A construção das planificações do programa educativo e cultural envolveu professores e alunos das escolas públicas e privadas⁶ e as unidades culturais do concelho⁷ que apresentaram sugestões de temas a serem lecionados e propostas de articulações interdisciplinares a serem trabalhadas em contexto escolar pelas equipas multidisciplinares, assim como a articulação entre as oficinas pedagógicas das unidades culturais com os conteúdos programáticos das diferentes disciplinas e dos vários níveis de ensino.

1.4. Implementação do Programa Educativo e Cultural

Ao longo do desenvolvimento do projeto “De Famalicão para o Mundo”, com início no ano letivo 2018/2019, professores de várias escolas do concelho, de diferentes níveis de ensino e de várias disciplinas, aderiram e envolveram-se nas atividades educativas do mesmo.

Estabeleceu-se desde o início uma dinâmica de colaboração entre todos os intervenientes no projeto, em que professores e estudantes constituíram grupos de trabalho em torno do estudo da história e do património local, em articulação com as aprendizagens essenciais das diversas disciplinas e em trabalhos de projeto interdisciplinares.

De forma a capacitar os docentes a lecionar no território de Vila Nova de Famalicão determinou-se que, anualmente, a partir de 2018, e em articulação com o Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (CITCEM/FLUP), o Curador da Galeria Municipal Ala da Frente e o Centro de Formação de Associação de Escolas de Vila Nova de Famalicão (CFAEVNF) seria oferecida formação acreditada, em modalidade oficina (50h), para professores designada “De Famalicão para o Mundo: Arte e História Local”.

De forma a premiar as iniciativas/projetos escolares centrados no território de Vila Nova de Famalicão, foi criada a “«Sebenta Digital» – De Famalicão para o Mundo – A História Local como experiência educativa”, alocado também no Portal da Educação, na página do Projeto. Esta iniciativa, orientada para professores e alunos dos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada do concelho, pretende reconhecer e valorizar publicamente, todos aqueles que, em termos educativos, elevam a excelência do nome do concelho de Vila Nova

6 ACE – Escola de Artes de Vila Nova de Famalicão; Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco; Agrupamento de Escolas D. Maria II; Agrupamento de Escolas D. Sancho I; Agrupamento de Escolas de Gondifelos; Agrupamento de Escolas de Pedome; Agrupamento de Escolas de Ribeirão; Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado; Didáxis – Cooperativa de Ensino, CRL; Escola Profissional CIOR; Escola Profissional do INA – OFICINA; Instituto Nun’ Alvres.

7 Arquivo Municipal Alberto Sampaio; Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco; Casa do Território; Gabinete de Arqueologia; Gabinete de Património Cultural (dinamização da plataforma/projeto Famalicão ID); Hortas Urbanas de Famalicão; Labirinto das Artes – A Casa ao Lado; Parque da Devesa; Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão; Quinta Pedagógica do Centro Social de Bairro e Galeria Municipal Ala da Frente,

de Famalicão, constituindo-se, assim, como um importante fator de identidade e de orgulho para as gentes deste território.

Para dar sentido à ligação de Famalicão com o Mundo, no ano letivo 2020-2021, organizou-se um Encontro que mobilizasse o maior número possível de educadores para que, ao longo do ano escolar, se procurasse planificar atividades em contexto escolar que se pudessem inscrever neste desiderato e se evidenciasse exemplos de famalicenses que, de alguma forma, participaram em momentos cruciais na História ao nível mundial – “Prisioneiros famalicenses nos campos de concentração”; “Acolhimento de Crianças Austríacas da Cáritas Portugal” por famílias famalicenses – e que pudessem incorporar propostas de valores de Humanidade a eleger no quadro educativo.

Neste sentido e tendo surgido o Despacho nº 3687/2020 que criou um grupo de trabalho para elaborar um Programa Nacional em torno da Memória do Holocausto e, mais tarde, em 25 de junho de 2020, a Resolução do Conselho de Ministros nº 51/2020, que aprovou as linhas estratégicas do “Projeto Nunca Esquecer – Programa Nacional em torno da Memória do Holocausto”, delineou-se um programa para o evento acreditado pelo CFAEVNF, intitulado de “Encontro – De Famalicão para o Mundo: em torno da Memória do Holocausto e a ajuda Humanitária”⁸ que se concretizou a 25 e 26 de setembro de 2020, na Casa das Artes. Para tal, desde o início estabeleceu-se, em parceria com o CITCEM/FLUP, um grupo de trabalho criado para o efeito, com representantes das seguintes instituições – Galeria Municipal Ala da Frente, Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova (IHC/NOVA – FCSH), Associação de Professores de História (APH) e Centro de Formação de Associação de Escolas de Vila Nova de Famalicão (CFAEVNF).

Nos dias do Encontro esteve patente na Casa das Artes a exposição itinerante – “Crianças Austríacas da Cáritas Portugal” – cedida pela Embaixada da Áustria, com o intuito de dar a conhecer os conteúdos científicos sobre a temática do após II Guerra Mundial. A mesma exposição circulou pelos agrupamentos de escolas do concelho como recurso educativo em formato físico e virtual⁹, com o intuito de dar a conhecer a temática a todos os alunos do concelho e possibilitando aos docentes a elaboração de projetos no âmbito da História Local em articulação com a História Nacional e Universal.

Atendendo a que a promoção de valores humanistas e cívicos é fundamental na formação de jovens segundo os atuais paradigmas educacionais, o Encontro, acreditado com 13 horas, pelo CFAEVNF, para os grupos disciplinares 200, 240; 300; 310; 320; 290; 400; 410; 420 e 600, pretendeu consciencializar

8 Consultar programa e resumos do “Encontro – De Famalicão para o Mundo: em torno da Memória do Holocausto e a ajuda Humanitária” em “Recursos Educativos” do programa educativo e cultural “De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local” em http://www.famalicaoeducativo.pt/_de_famalicao_para_o_mundo_contributos_da_historia_local

9 Consultar <https://caritaskinder.wordpress.com/2014/08/07/exposicao-criancas-austriacas-da-caritas-em-portugal/>

para a necessidade de preservar a Memória do Holocausto e promover os valores consagrados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Encontro teve como objetivos inserir a História Local num contexto Nacional e Universal; incrementar a participação de Portugal na ação internacional em prol da Memória do Holocausto, do combate ao antisemitismo, à xenofobia, da promoção da liberdade religiosa e do respeito por todos os seres humanos; refletir sobre a importância da temática para a consecução do “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”; identificar temas que possam ser abordados em trabalho de projeto (de acordo com o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular); planificar trabalhos de acordo com os recursos, as faixas etárias e os conteúdos programáticos, valorizando a criatividade, a originalidade e o sentido estético; garantir a apresentação pública dos projetos escolares, favorecendo a componente relacional, de conhecimento e de reforço identitário com o espaço local e de literacia digital.

O Encontro contou com o registo de 230 inscrições, de várias partes do país e do estrangeiro e realizou-se em formato híbrido. O excelente naipe de comunicações que foi possível reunir presencialmente, associado ao facto de dezenas poderem acompanhar por via digital, são evidências da boa seleção do tema.

O registo gravado, com posterior disponibilização das intervenções que autorizaram essa divulgação, garantem que, muito para além do que foi dito, a base de dados do programa educativo “De Família para o Mundo: Contributos da História Local” saísse enriquecida com excelentes recursos, que foram alocados nos “recursos educativos” do programa educativo e cultural e incorporados nos projetos educativos de diferentes estabelecimentos e/ou agrupamentos.

No ano letivo 2021-2022 foi realizado o II Encontro – “De Família para o Mundo: Migrações e trabalho forçado em contexto de guerra”. Tal como no I Encontro, os objetivos passaram por inserir a História Local na História Nacional e Universal; analisar os diversos ciclos migratórios portugueses em contexto de guerra ao longo do séc. XX; compreender o envolvimento de portugueses/famalicenses no complexo fenómeno do sistema de trabalho forçado estabelecido pela Alemanha durante a II Guerra Mundial; conhecer o panorama migratório na atualidade e as principais implicações sociais, económicas e jurídicas; compreender como se expressam os artistas e que meios usam para nos dar a ver uma obra de arte em circunstâncias tão extremas; consciencializar para o alcance da globalização das migrações e da cidadania ao nível nacional, regional e global; estimular o desenvolvimento de projetos escolares relacionados com a temática; refletir sobre a importância destes conteúdos para a consecução do “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”.

O II Encontro realizou-se nos dias 23 e 24 de setembro de 2021, em formato misto (presencial e online), com sessões plenárias e uma visita à Exposição “Trabalhos Forçados Portugueses no III Reich”, patente na Casa do Território, procurando, assim promover um espaço de partilha e reflexão interdisciplinar

e comparada, através do debate em torno de problemas, abordagem, metodologias e práticas de investigação, tendo em vista o intercâmbio entre investigadores e professores. Neste sentido, teve como finalidade a divulgação e debate sobre matérias relacionadas com as migrações e trabalho forçado em contexto de guerra, assim como, perscrutar a possibilidade de nos acercarmos do conhecimento das práticas artísticas nestas condições.

Como refere François Taddei (2019), citado por Ferreira; Barca & Alves (2019):

“Uma sociedade que aprende é uma sociedade na qual quando alguém aprende algo, outro pode aprender mais facilmente, porque o primeiro documentou e compartilhou seus conhecimentos ou inovações. (...) Em vez de competir por conhecimento, devemos aprender a partilhar em rede para entreajudar, para cooperar, para compartilhar (...). Então essa postura permitirá que possamos progredir e avançar” (p. 423).

Nesta linha de pensamento, o meio só poderá potenciar aprendizagens quando profissionais em conjunto, técnicos superiores do Município, formadores, professores, educadores, alunos, famílias, conseguirem partilhar os recursos que vão produzindo, as ideias que foram pensando, as estratégias que foram experimentando. As escolas ou os espaços educativos potenciarão uma comunidade de aprendentes quando ousarem inovar e partilhar, experimentar e validar iniciativas que tiveram, como é o caso das experiências no espaço identitário de Vila Nova de Famalicão como laboratório de aprendizagem (Ferreira; A.; Alves, L.; Barca; I., 2018).

Disponibilizar meios para desenvolver competências transversais, e promover uma cidadania mais consciente e interventiva (mais fundamentada e autónoma) é um dos objetivos cruciais para o sucesso deste compromisso educativo e social que o Município de Vila Nova de Famalicão se propõe concretizar. A página do projeto “De Famalicão para o Mundo: Contributos da História Local”, alocada no Portal da Educação, já referido, é um espaço virtual que tem identidade. É construído por todos quantos se sentiram interessados em ajudar a dinamizar o conhecimento da realidade local na sua História e Património. Tem a generosidade de quem partilha e o desejo de “progredir e avançar” coletivamente, aproveitando a força dos que nos têm acompanhado nesta procura do melhor para crianças e jovens estudantes (Ferreira; A.; Alves, L.; Barca; I., 2018).

2. A AVALIAÇÃO DO PROGRAMA EDUCATIVO E CULTURAL MUNICIPAL “DE FAMILICÃO PARA O MUNDO: CONTRIBUTOS DA HISTÓRIA LOCAL” – IMPACTO DO PROGRAMA NOS DOCENTES A PARTIR DA AVALIAÇÃO DAS AÇÕES

2.1. Metodologia e sua fundamentação

A metodologia é a organização do processo de pesquisa através da investigação para se recolher e analisar os dados que vão de encontro aos objetivos do trabalho. O problema de uma investigação exige a escolha de um modelo conceptual e o problema a investigar determina a escolha do método e dos procedimentos a seguir. Para Nóvoa (1991: 30), “as opções científicas e metodológicas devem pautar-se por critérios de coerência e pertinência em relação ao objeto de estudo e não por qualquer decisão apriorística sobre a validade das teorias ou das práticas de investigação”.

A definição de um problema é o início de qualquer trabalho de investigação (Almeida e Freire, 2000: 37). Também para Pacheco: “Toda a investigação tem por base um problema inicial que, crescente e ciclicamente, se vai complexificando, em interligações constantes com novos dados, até à procura de uma interpretação válida, coerente e solucionadora” (1995, cit. por Pacheco, 2006: 13).

Sobre a mesma problemática, Quivy e Campenhoudt (1997, citado por Pacheco, 2006: 14), referem que aquando da definição do problema, em forma de pergunta, o investigador deve procurar “as qualidades de clareza (ser precisa, ser concisa e unívoca); de exequibilidade (ser realista); de pertinência (ser uma verdadeira pergunta); abordar o estudo do que existe [...]; ter uma intenção de compreensão dos fenómenos estudados”.

Neste sentido, pretende-se que a pergunta seja precisa, clara e unívoca e, também, pertinente para o contexto do estudo em que se insere.

Pela análise teórica e conceptual que realizámos sobre o programa educativo e cultural municipal, a partir da evolução da legislação emanada sobre a municipalização da educação, o problema desta investigação orienta-se em torno da seguinte questão:

Qual o impacto do programa educativo e cultural municipal “De Famalicão para o Mundo”, nas práticas pedagógicas e na relação com o território, em contexto educativo, a partir da formação contínua de professores?

A formação contínua de docentes é um elemento estrutural na melhoria da qualidade, da eficácia e da eficiência do sistema de educação. A necessidade de atualização é uma verdade que precisa ser enfrentada por profissionais de qualquer área no século XXI. A formação contínua é uma ferramenta capaz de manter atualizados os docentes sobre práticas pedagógicas atuais e prontos para usar os recursos tecnológicos a seu favor.

As ações de formação podem ajudar os docentes a abandonar o perfil de professor expositor para se tornar numa espécie de tutor das aprendizagens dos alunos, impulsionando a experimentação, colocando em prática estratégias de motivação e feedback, e explorando outros espaços de aprendizagem, como por exemplo as unidades culturais locais.

O Município de Vila Nova de Famalicão, em parceria com o CFAEUVN e com o CITCEM/FLUP tem desenvolvido no âmbito do programa educativo e cultural em análise, formação acreditada, quer em formato de ação de curta duração; quer de curso de formação e ainda em modalidade de curso – 50h – procurando dar resposta a questões de desconhecimento de temáticas relacionadas com o meio local contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e dos resultados escolares dos alunos e para o desenvolvimento/valorização profissional dos docentes na perspetiva do seu contínuo aperfeiçoamento ao longo da vida.

O desenvolvimento de uma investigação exige, ainda, a escolha de um modelo conceptual que a possa encaminhar. O problema a investigar determina a escolha do método e dos procedimentos a adotar.

Nas ciências sociais e, em particular, na educação, podemos falar de dois paradigmas investigativos principais: um de orientação positivista/normativa, o outro de pendor interpretativo. É neste segundo que se enquadra o presente estudo pois o comportamento humano não se pode observar da mesma maneira que os objetos naturais. Defende-se que o estudo social não pode ser efetuado sem se considerar as perceções subjetivas, os significados que os atores sociais atribuem a uma determinada realidade e, que vão sendo reconstituídos em interação com essa mesma realidade. Tal como defende Carr & Kemmis (1988: 101):

(...) el carácter «objectivo» de la sociedad, por tanto, no es una realidad independiente a la que están sujetos, no se sabe como, los individuos. Por el contrario, la sociedad posee cierto grado de objectividad gracias a que los actores sociales, en el proceso de interpretación de su mundo social, la exertiorizan y objectivan”.

Uma investigação qualitativa terá relevância na medida em que procure compreender determinada realidade, auscultando os intervenientes, aqueles que dão substância a uma ordem social, verificando como é que a concretizam e a perfeccionam. Assim, atribui-se importância aos sujeitos, enquanto participantes e construtores da realidade. O indivíduo constitui-se como ponto de acesso a uma realidade que o investigador procura entender e, como as ações só fazem sentido por referência a regras sociais que as autorizam, torna-se indispensável conhecer o contexto social dentro do qual adquirem significado tais ações.

Segundo Bogdan & Biklen (1994: 47-51) a investigação de natureza qualitativa possui características que se adequam aos propósitos desta investigação como: o papel do investigador, principal instrumento da investigação, inserido

no contexto de estudo – “ambiente natural”, procurando perceber o mesmo; a investigação qualitativa é descritiva, dando maior ênfase ao processo do que ao resultado ou produto; visa a desculturação e o conhecimento das práticas e a análise dos dados de forma indutiva, na medida em que o investigador procura apender os sentidos que os atores em estudo dão realidades dinâmicas.

“Os investigadores qualitativos estabelecem estratégias e procedimentos que lhes permitam tomar em consideração as experiências do ponto de vista do informador”. (Bogdan & Bklen, 1994: 51).

A abordagem qualitativa poderá desenvolver-se através de várias estratégias destacando-se nesta investigação o **estudo de caso** ou **pesquisa etnográfica**, que tem vindo adquirir credibilidade na área da educação (Ludke & André, 1986: 13) e ainda pode adotar distintas orientações podendo combinar a investigação qualitativa com a quantitativa.

Esta é a opção assumida nesta investigação, tendo em conta os objetos da mesma que nos remetem para determinadas técnicas e instrumentos de recolha e análise de dados, tendo em conta as questões de investigação e os dados que se pretendem obter.

Para o desenvolvimento deste projeto de investigação selecionamos como instrumentos para recolha de dados os relatórios de avaliação dos formandos que solicitaram acreditação. Os mesmos constituem-se como fontes de informação para análise de conteúdo uma vez que permite tratar de uma forma metódica informações, testemunhos que apresentam um grau de reflexividade elaborada.

2.2. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

O presente estudo é fundamentado na metodologia qualitativa, a partir da análise dos relatórios de avaliação para acreditação da ação de formação “De Famalicão para o Mundo: Arte e História Local”.

Esta ação de formação tem como objetivos: dotar os educadores e professores dos diversos graus de ensino de instrumentos pedagógicos e didáticos; aproveitar os conteúdos programáticos e disciplinares para reforçar as aprendizagens e a identidade dos alunos; discutir e divulgar o desenvolvimento de projetos escolares relacionados com a História/Património Local; analisar as potencialidades da Arte com o Património Local; identificar conteúdos programáticos com possíveis articulações com a localidade; compreender as possibilidades de incorporar didaticamente os recursos patrimoniais disponíveis em Famalicão; inserir a História Local num contexto nacional e global; elaborar estratégias e recursos específicos em função dos conteúdos das diferentes áreas disciplinares/disciplinas; planificar trabalhos a realizar pelos alunos de acordo com os recursos, as faixas etárias e os conteúdos programáticos; garantir a

apresentação pública desses trabalhos favorecendo a componente relacional, de conhecimento e de reforço identitário com o espaço local e de literacia digital; fomentar uma verdadeira reflexão sobre a educação patrimonial, numa perspetiva individual e coletiva.

De forma a dar a conhecer as plataformas digitais municipais aos docentes foram convidados a fazer parte da ação de formação, os técnicos superiores das unidades culturais municipais responsáveis pelas mesmas, para capacitar os docentes para a utilização das mesmas plataformas em contexto de sala de aula, de forma a explorar o Património e História Local com os seus alunos.

Esta ação de formação permitiu o acompanhamento dos formandos/docentes na realização dos projetos de escola, efetivando-se assim uma monitorização mais sistemática. De notar que muitos dos docentes recentemente colocados neste território desconheciam, à partida, as potencialidades patrimoniais do mesmo.

Para facilitar o trabalho dos docentes foram elaborados recursos educativos relacionados com conteúdos científicos do meio local e disponibilizados no site do projeto.

O modelo de avaliação da ação de formação é expressa, em termos quantitativos, tendo por base um relatório que é avaliado numa escala de 1 a 10 valores, distribuído pelas seguintes percentagens:

- 20% participação e presença: em que a participação deve corresponder a pelo menos 2/3 da duração da ação; os formandos devem assinar/registar a presença no final de cada sessão tendo em conta o programa distribuído;
- 80% trabalho produzido: no relatório (num máximo de 5 páginas de texto) os formandos elaboram uma reflexão crítica sobre o exposto tendo em conta os objetivos e os conteúdos da ação, as metodologias e estratégias implementadas, os contributos dos conhecimentos adquiridos para a melhoria do desempenho profissional e ainda uma apreciação global referindo os aspetos mais e menos positivos.

O relatório para acreditação é elaborado com questões abertas, promovendo a reflexão dos professores o que, para o nosso trabalho de investigação, nos faculta informação significativa sobre a apropriação dos conteúdos e objetivos subjacentes à mesma. Neste sentido iremos dar atenção às questões sobre: as “expetativas iniciais e o modo como elas foram sendo modificadas com o decorrer da ação”; “os pontos fortes e os aspetos a melhorar”; o “impacto no desenvolvimento pessoal e profissional e na melhoria das aprendizagens dos alunos”.

2.3. Análise e discussão dos dados

No sentido de dar resposta à pergunta de partida, optamos pelo **Estudo de Caso** que nos permitisse compreender todas as dinâmicas e reflexões dos professores envolvidos, pois como refere Bell (1997: 22), uma das vantagens deste método consiste no facto de permitir ao investigador a possibilidade de as concentrar num caso específico ou situação, de identificar os diversos processos interativos e de proporcionar uma oportunidade para estudar, de forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspeto de um problema, num espaço relativamente curto.

Neste sentido procedeu-se, numa primeira fase, à análise de conteúdo de todos os relatórios de avaliação dos professores que solicitaram a acreditação e criaram-se cinco categorias de análise (Ver quadro 1) e respetivos indicadores/descriptores, a partir das questões abertas do nosso instrumento de investigação (Ver anexo 1 – Quadro 2):

Quadro 1 – Categorias análise de conteúdo

Categorias	Indicadores/Descritores
Expetativa	Justificações que invoquem motivos prospetivos para a inscrição na ação de formação.
Pedagógico-Didática	Razões de natureza pedagógica; metodologias de ensino; aprendizagens dos alunos; experiências vivenciadas pelos alunos (conhecimentos prévios, ideias tácitas, atitudes, valores, ...), Razões de natureza didática: novos recursos para lecionar conteúdos científicos que contribuam para a melhoria das estratégias de ensino-aprendizagem, motivação dos alunos, diminuição da indisciplina, ...
Impacto nas aprendizagens	Evidências de adesão por parte dos alunos às atividades desenvolvidas articuladas com a formação com reflexo na aprendizagem.
Impacto na autonomia dos alunos	Evidências de ganhos na autonomia dos alunos em processos de construção de conhecimento através de recolhas metacognitivas.
Desenvolvimento profissional e pessoal	Evidências de desconhecimento de História Local e vontade de as superar; Explicitação de inconformismo e vontade de aposta numa profissionalidade permanente.

2.3.1. Amostra

A amostra do nosso estudo é constituída por 24 relatórios de docentes/ formandos, a lecionar nas escolas do concelho de Vila Nova de Famalicão da ação de formação, “De Famalicão para o Mundo: Arte e História Local”, em modalidade oficina (50h: 25h presenciais + 25h trabalho autónomo em contexto de sala de aula) sobre os quais incidiu a análise de conteúdo.

Os 24 formandos correspondem aos seguintes grupos disciplinares:

- 8 docentes do GD 400 – História;
- 8 docentes do GD 600 – Artes Visuais;
- 3 docentes do GD 420 – Geografia;
- 2 docentes do GD 200 – Português e Estudos Sociais/História
- 2 docentes do GD 110 – Ensino Básico – 1º Ciclo
- 1 docente do GD 240 – Educação Visual e Tecnológica

Foram tomadas precauções de natureza ética, não revelando os nomes dos professores, identificando-os por meio de letras maiúsculas e números e pelo respetivo grupo disciplinar e que passamos a exemplificar: P1/600; P2/400; ...

2.3.2. A avaliação do Programa educativo e cultural municipal “De Famalicão para o Mundo”

Neste subcapítulo procuramos responder à pergunta de partida tendo por base os movimentos discursivos categorizados tendo por base os indicadores criados.

Qual o impacto do programa educativo e cultural municipal “De Famalicão para o Mundo”, nas práticas pedagógicas e na relação com o território, em contexto educativo, a partir da formação contínua de professores?

A análise de conteúdo ocupa um lugar cada vez maior na investigação social, na medida em que permite tratar de forma metódica informações que apresentam um certo grau de profundidade e complexidade (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Procedendo-se a uma análise/síntese dos movimentos discursivos dos docentes/formandos, e no que diz respeito às “**Expetativas**”, os mesmos referiram procurar ter conhecimento e contacto com o património histórico, cultural e artístico do concelho, da área de residência dos seus alunos, para dinamizar e construir projetos em contexto educativo a partir de articulações interdisciplinares, com recursos e estratégias disponibilizadas pelo Município, facilitadoras do processo de compreensão de aprendizagens, de forma a criar vínculos identitários com as raízes histórico-geográficas dos alunos ajustadas ao currículo. Por outro lado, as “**expetativas**” dos docentes/formandos prendem-se com motivos de ordem profissional, referindo que após a publicação do Decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de julho, sentiram necessidade de alterar práticas pedagógicas, ao nível das planificações e métodos de ensino, assim como também adquirir conhecimentos científicos sobre a Arte, Património e História Local de forma a melhorar e alterar a prática letiva.

A procura de conhecimentos sobre práticas de trabalho interdisciplinar e colaborativo, assim como de um espaço de partilha nas sessões da ação de formação dos trabalhos construídos em contexto educativo levou-os a procurar processos de aprendizagem inovadores, facilitadoras do desenvolvimento de ações motivadoras para os alunos.

As expectativas mencionadas por outros docentes prendem-se por justificações de opção metodológica, como as das sessões serem em formato digital, com “trabalho autónomo” possibilitando uma “melhor gestão do tempo”.

Relativamente à categoria “**Pedagógico-Didática**” os movimentos discursivos dos docentes envolvidos nesta ação de formação, referiram que o Município disponibiliza um conjunto de recursos que constituem um manancial de oportunidades para a lecionação do currículo, proporcionando aos alunos experiências de aprendizagens mais significativas, através do acesso às “plataformas digitais”, plataformas estas desconhecidas por alguns professores.

É também referido que o programa educativo e cultural ao integrar e incentivar o interesse dos alunos pela História e Património Local e, simultaneamente, em face da sua dimensão nacional dá-lhes a conhecer a História Nacional, possibilitando que estes novos conhecimentos promovam uma prática pedagógica cada vez mais ajustada às exigências do nosso tempo.

O programa educativo e cultural disponibiliza um conjunto de recursos educativos de apoio ao trabalho dos professores em contexto de sala de aula e promove um conjunto de estratégias facilitadoras das aprendizagens dos alunos. Neste sentido, segundo os docentes/formandos, ao promover um conjunto de estratégias que permitem ligar o meio envolvente dos alunos ao currículo, através de articulações interdisciplinares e de partilha de estratégias de ensino diversificadas e atrativas, quer em trabalho individual, quer em trabalho de grupo ou trabalho colaborativo, que possibilita o desenvolvimento e consolidação de novos conhecimentos e aprendizagens essenciais transversais, através de uma abordagem pedagógica diversificada, facilitadora e motivadora para as aprendizagens dos alunos, favorecendo a relação pedagógica professor-alunos.

Para os docentes/formandos os conteúdos programáticos articulados ao nível interdisciplinar quer vertical, quer horizontal envolvem os alunos e estimulam o interesse para continuar a trabalhar segundo a metodologia de investigação-ação ou do trabalho de projeto, reforçando a identidade territorial dos alunos, o que, como as fichas de metacognição comprovam, foi atingido.

Quanto à categoria “**Impacto nas aprendizagens**”, que tem como indicador/descritor as “evidências de adesão por parte dos alunos às atividades desenvolvidas articuladas com a formação com reflexo na aprendizagem”, os docentes/formandos consideraram que a possibilidade de recorrer ao património local para compreender a história, torna a sua aprendizagem/conhecimento bem mais apelativa pois o trabalho realizado em articulação interdisciplinar

possibilitou a obtenção de trabalhos com melhor qualidade, os conteúdos curriculares são mais facilmente assimilados quando associados à realidade local dos alunos, dando sentido a muitos conteúdos que aprenderam do currículo nacional, desenvolvendo a sua autonomia e responsabilidade e despertando nos alunos um sentido de pertença e, como refere o P20/400 “foi tão importante que estes solicitaram para continuar a realizar trabalhos do mesmo âmbito”.

Referem que as melhorias das suas práticas pedagógicas e científicas permitiram melhorar as aprendizagens dos alunos, articulando os conteúdos programáticos/currículo à realidade próxima dos seus alunos, desenvolvendo competências levando-os ao encontro do Perfil do Aluno.

O trabalho colaborativo realizado ao longo da ação de formação demonstrou, como refere o P6/400, “que este é essencial para melhorar as práticas letivas, mas também melhorar e reforçar as aprendizagens dos alunos”.

A planificação da atividade partiu de um problema levantado pelos alunos, utilizando a metodologia de brainstorming, e de uma questão-problema que os alunos teriam que resolver em pequenos grupos, sendo o professor um facilitador dessas aprendizagens. Estas atividades alteraram atitudes e comportamentos por parte dos alunos, favoreceram a motivação dos alunos, levando à construção de uma identidade própria, subjacente à cultura empreendedora e importante no desenvolvimento integral dos alunos, pois proporcionou grandes discussões e reflexões, por exemplo, sobre a igualdade de género, e sobre a existência de objetos pessoais que contam histórias como os dos museus.

Os docentes/formandos consideraram a aplicação da ficha de metacognição uma mais-valia no seu trabalho pois através da sua aplicação verificaram quais as dificuldades sentidas pelos alunos, os seus interesses, assim como a opinião relativamente à atividade, o que permitiu uma reflexão sobre a pertinência da mesma, possibilitando reajustes. O P19/600 refere que “o balanço da implementação desta ficha na metodologia de trabalho é francamente positivo, quer por parte dos alunos, quer por parte do professor” (P19/600), pois como salienta o P24/420 “foi possível verificar que os objetivos propostos foram plenamente alcançados”.

Relativamente à categoria “**Impacto na autonomia dos alunos**” os docentes/formandos valorizaram a autonomia dos alunos relativamente à aplicação da metodologia de trabalho de projeto interdisciplinar no levantamento e estudo do património histórico, cultural e artístico através das plataformas digitais Municipais, pois promoveram a curiosidade e o interesse dos alunos, o envolvimento e a motivação, nomeadamente nos que menos apreciam a escola, e constituíram uma oportunidade de desenvolver aprendizagens mais significativas, obrigando os professores a saírem da sua zona de “conforto”.

O trabalho de projeto proporcionou aos alunos experiências de aprendizagem enriquecedoras, com qualidade, respeitando o ritmo e a autonomia de

cada aluno, através da aplicação de ferramentas diversificadas que captaram a atenção e interesse, e que, de certa forma, promoveram a mudança de atitudes e comportamentos, melhorando o seu desempenho, graças a uma nova visão dos professores sobre o ensino, nomeadamente, o trabalho interdisciplinar ou de articulação interdisciplinar, que permitiu o trabalho colaborativo e que melhorassem as suas práticas letivas.

Os docentes/formandos através da aplicação da ficha de metacognição obtiveram feedback dos alunos e notaram um crescimento no interesse e motivação no estudo de temas abordados e na participação nas atividades com metodologias de ensino-aprendizagem ativas, através de projetos interdisciplinares, a partir de visitas de estudo presenciais e/ou online, aulas em formato oficina, e que após analisadas as fichas de metacognição comprovaram que os objetivos propostos foram atingidos, reforçando a identidade territorial dos alunos, o gosto pelas aprendizagens e um conjunto de competências inerentes aos conteúdos de cada uma das disciplinas o que lhes permitiu realizar uma avaliação mais profunda e pertinente das atividades. Os alunos viram ainda o seu trabalho reconhecido, publicado e acedido o que os motivou para futuras visitas a museus.

Ao respeitar o ritmo de aprendizagem dos alunos utilizando ferramentas diversificadas para captar a sua atenção e motivação, através da implementação do trabalho de projeto em articulação interdisciplinar, promovendo o trabalho colaborativo, permitiu aos alunos a aprendizagens de qualidade e a mudanças de atitude e comportamento visível através do desempenho de cada um, da troca de ideias, da discussão de possibilidades para construção do seu conhecimento, numa dinâmica de espírito colaborativo entre todos desenvolvendo competências que se esperam nos alunos e no seu perfil à saída da escolaridade obrigatória.

Como explica o P17/400 “(...) foi possível mobilizar os alunos para que se envolvessem neste trabalho, desde a sua conceção até à realização do produto final. A partir das suas casas, os alunos puseram mãos à obra e procuraram dentro das arcas das suas mães, avós, tias e outros familiares as peças de enxoval, que ciosamente ainda se guardam como testemunho de um tempo, que permanece na memória e nos afetos das gentes da nossa terra. Usaram os telemóveis e produziram registos fotográficos diversos, que depois de selecionados, foram devidamente contextualizados no período do Estado Novo. Para isso, tiveram de realizar pesquisas sobre a época, as peças e os materiais, que muito bem souberam enquadrar num tempo de ditadura onde a mulher era criada para casar e ser dona de casa. Sobre este assunto emitiram opiniões e avaliaram criticamente à luz dos nossos dias. Debateram estereótipos e a igualdade de género. Socorreram-se dos seus conhecimentos no âmbito das TIC e realizaram entrevistas, produziram áudios e vídeos, que depois montaram numa atividade meticulosa de corta e cola tecnológico que resultou na produção de vídeo final, que reflete a participação ativa dos alunos em todas as fases de elaboração do projeto”.

No que diz respeito à categoria de análise dos movimentos discursivos dos docentes/formandos “**Desenvolvimento profissional e pessoal**” referem que tomaram conhecimento da riqueza do património histórico-cultural do concelho de Vila Nova de Famalicão, o que nos leva a crer que desconheciam a sua riqueza. Referem que ao adquirir estes conhecimentos sobre a História e Património Local também adquiriram uma bagagem de conhecimentos e de instrumentos profissionais que lhes permitem trabalhar os conteúdos de uma forma mais apelativa, articulando o currículo com a realidade próxima dos alunos. É referido também que a ação de formação permitiu perceber como a flexibilização das aprendizagens é importante para trabalhar o currículo obrigando os docentes saírem da sua zona de “conforto”.

Mencionam que como a temática da ação de formação é transversal e que grande parte dos temas abordados, tornaram-se numa mais-valia para a sua função profissional e, por consequência, melhoraram as aprendizagens dos alunos. O conhecimento e/ou reavivar de algumas temáticas não só os enriqueceu a nível pessoal, como os alertou para determinadas atitudes e comportamentos por parte dos alunos, sensibilizando-os para a forma da sua abordagem através das articulações curriculares com o Património e História Local.

O espaço de partilha dos projetos elaborados em contexto de sala de aula com os seus alunos dado aos docentes/formandos possibilitou o aprofundamento da componente de formação específica, descobrir novas estratégias e recursos de ensino diversificado e atrativas para trabalhar as aprendizagens dos alunos de forma monitorizada pelos docentes, tais como as visitas de estudo interativas, o funcionamento de uma aula oficina, a possibilidade de associar a arte aos conteúdos programáticos das várias disciplinas, o contacto e parceria com entidades culturais municipais e privadas, o acesso às plataformas web municipais, a aplicação da metacognição de forma a conhecer o pensamento dos alunos e a envolve-los na construção do seu conhecimento, indo assim ao encontro do Decreto-lei nº 55/2018, de 6 de julho e ao perfil de aluno à saída da escolaridade obrigatória.

Como refere o P2/400 relativamente aos conteúdos abordados na ação de formação “uma variedade temática que resultou numa ampla interdisciplinaridade em campos do conhecimento como a História, a Antropologia, a Sociologia (com grande ligação à História), a Arqueologia industrial, ainda no campo de uma Filosofia da arte, e até em alguns campos das Ciências exatas. Assim, a partilha de experiências de trabalho, quer no que respeita à variedade temática, quer quanto a metodologias, foi extremamente positivo para todos (...)” e ainda o P/600 “(...) esta formação teve um impacto muito positivo na minha prática pedagógica e na minha formação pessoal/profissional, tendo contribuído para dar resposta a muitas dúvidas que tinha e contribui também para modificar a minha prática letiva, encontrando assim novas ferramentas para poder utilizar na lecionação da minha disciplina”.

Alguns docentes/formandos referiram ainda que acabaram a ação com novas ideias e novos projetos que procurarão implementar no próximo ano letivo e que tencionam por em prática trabalhos apresentados por colegas participantes na formação e que passaram a utilizar nas suas aulas as ferramentas digitais municipais.

Um dos formandos refere que após as sessões online, num processo reflexivo e introspetivo dava por si a pensar nos assuntos:

“(…) dei por mim a pensar nos assuntos mesmo para lá da hora e da ligação informática. Quase que me obrigou a uma reflexão constante sobre o que deveria ou não fazer e, como se não bastasse, quando definimos o tema a trabalhar, esta reflexão, diria mesmo meditação, acompanhou-me durante muito tempo. Parece que os formadores nos obrigavam a fazer umas TIAS (trabalhos intercalares/individuais da ação) tal a preocupação que ela despertava em nós. No trabalho autónomo, sempre partilhado, fui descobrindo que cada um dos elementos do grupo tinha capacidades e competências diferentes e por isso a divisão das tarefas foi altamente facilitada. A realização do produto final (vídeo) surgiu de forma natural, como que se não houvesse aquilo não teríamos mais nada a apresentar” (P3/400)

3. REFLEXÃO FINAL

Mais do que apresentar as conclusões deste trabalho de investigação, optamos por proceder a uma reflexão final, tendo em conta o quadro teórico apresentado no início e os resultados do trabalho empírico, partindo da questão de partida.

A partir da análise dos relatórios dos docentes/formandos que solicitaram acreditação da ação de formação “De Famliação para o Mundo: Arte e História Local”, e que permite o acompanhamento da realização dos projetos de escola, efetivando-se assim uma monitorização mais sistemática, é de notar que muitos dos docentes colocados neste território desconheciam, à partida, as potencialidades patrimoniais do mesmo, e que mesmo os naturais do concelho consideraram que foi enriquecedor, do ponto de vista histórico, geográfico, cultural e artístico.

Os docentes envolvidos nesta ação de formação e em interação entre pares, consideraram, que tiveram a possibilidade de enriquecer o conhecimento pessoal, mas também a formação profissional, partilhando, por exemplo, experiências pedagógicas ao mesmo tempo que contactaram com a importância da aplicação, em contexto de sala de aula, de fichas de metacognição, que visa melhorar a prática docente, assim como também da utilização das plataformas digitais municipais de forma a motivar os alunos e a utilizá-las como recurso e estratégia de ensino.

Constatou-se, pois, que a experiência de formação contribuiu para dar a conhecer e divulgar de forma mais concreta o território de Vila Nova de Famalicão e que a partir deste programa educativo e cultural os alunos ficaram a conhecer cientificamente o meio onde habitam.

Estas evidências vêm demonstrar a importância do programa educativo e cultural “De Famalicão para o Mundo”, nas suas várias dimensões, constituindo uma mais valia para o desenvolvimento das competências transversais dos alunos, assim como um meio de apoio ao trabalho dos docentes em contexto de sala de aula e comunidade educativa, pois também disponibiliza recursos educativos e um local de partilha dos trabalhos elaborados pelos alunos, a «Sebenta Digital»¹⁰. Este programa educativo e cultural faz parte de uma panóplia de programas que o Município promove junto da comunidade educativa, como meio de apoio à prática docente e que coloca em evidência a importância da implementação de políticas locais de educação, mais próximas das comunidades educativas, das suas características e reais necessidades. O trabalho em rede e as parcerias estabelecidas entre o Município e as Universidades tem permitido uma constante monitorização dos vários programas educativos e consequentemente um maior rigor científico.

O Município de Vila Nova de Famalicão tem realizado anualmente diagnósticos de necessidades com as escolas do seu território respondendo e apoiando de imediato, muitas vezes antecipando-se ao poder central.

Em termos de trabalhos futuros, sugere-se a avaliação do impacto da formação nas práticas pedagógicas dos professores em momentos mais distanciados da realização da formação de forma a aceder a um quadro mais compreensivo do impacto da formação na prática pedagógica continuada dos docentes.

¹⁰ Consultar http://www.famalicaoeducativo.pt/_de_famalicao_para_o_mundo_contributos_da_historia_local

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araújo J., (2007). A Nova Gestão Pública da Escola. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade Portucalense.
- Azevedo, J. (2003). Cartas aos Directores de Escolas. Porto: Edições ASA.
- Azevedo, J. (2011). Liberdade e Política Pública de Educação. Ensaio sobre um novo compromisso social pela educação. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Barroso, J. & Pinhal, J., Org. (1996). A Administração da Educação Os Caminhos da Descentralização. Lisboa: Edições Colibri.
- Barroso, J. (1999). Regulação e autonomia da escola pública: o papel do Estado, dos professores e dos pais. *Inovação*, vol.12, n.º 3, 9-35.
- Barroso, J. (2003). Autonomia das escolas cinco anos e cinco ministros depois... *Educação e Matemática*, n.º 73.
- Barroso, J. (2004). A autonomia das escolas: Uma ficção necessária. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 17, n.º 002, 49-83.
- Caixeiro, C. M. A. (2014). Liderança e cultura organizacional: o impacto da liderança do diretor na(s) cultura(s) organizacional(ais) escolar(es). Tese de doutoramento. Évora: Universidade de Évora. Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/11416> (Consultado em 09/12/2021)
- Carvalho, M. I. G. (2012). A (des)centralização e a intervenção dos municípios na educação A percepção dos diversos atores educativos (Dissertação de mestrado). Universidade Católica Portuguesa, Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais, Viseu. Disponível em <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/12517/1/A%20%28DES%29CENTRALIZA%3%87%3%83O%20E%20A%20INTERVEN%3%87%3%83O%20DOS%20MUNIC%3%8dPIOS%20NA%20EDUCA%3%87%3%83O%20-%20A%20PERCEP%3%87%3%83O%20DOS%20DIVERSOS%20ACTORES%20EDUCATIVOS.pdf> (Consultada a 27/12/2021)
- Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, Diário da República n.º 79/2008, Série I de 2008
- Costa, J. (1996). *Imagens organizacionais da escola*. Porto: Edições Asa.
- Cruz, C. F. (2012). *Conselhos Municipais de Educação: política educativa e ação pública*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Instituto de Educação, Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/6457> (Consultado em 03/01/2022)
- Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio. Diário da República n.º 102/1998, 1º Suplemento, Série I-A de 1998.
- Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho, Diário da República n.º 126/2012, Série I de 2012.
- Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, Diário da República n.º 29/1989, Série I de 1989.
- Decreto-Lei n.º 58/90, de 14 de fevereiro, Diário da República n.º 38/1990, Série I de 1990.
- Delors, J.; et al. (1996), *Educação: um tesouro a descobrir*, Porto, Edições ASA.
- Fernandes, A. S. (2014). Contextos de intervenção educativa local e a experiência dos municípios portugueses. Machado, J. et al. (2014). *Municípios, educação e desenvolvimento local. Projetos educativos municipais*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, pp. 25-61.
- Ferreira, A.; Barca, I; Alves, A. (Coord.) (2018). Projeto “De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local”. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Disponível em http://www.famalicaoeducativo.pt/_de_famalicao_para_o_mundo_contributos_da_historia_local
- Ferreira, A.; Barca, I; Alves, A. (2019). Aprender e Ensinar História: assumir a localidade como laboratório didático. In *Boletim Cultural*, V série, n.º 12 e 13, Ano 2018-2020. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, pp. 406-426.
- Formosinho, F; Machado, J. (2000). *Políticas Educativas e Autonomia das Escolas*. Porto: Edições ASA.
- Gouveia, D. (2013). *A Gestão da Escola e a Participação dos Atores Educativos. Relatório de Atividade Profissional. II Ciclo de Estudos em Ciências da Educação Administração e Organização Escolar*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional de Braga Faculdade de Ciências Sociais.
- Lei 46/86 de 14 de outubro. LBSE
- Lei n.º 52/2012, de 5 de setembro. Diário da República, n.º 172/2012 1.ª série.
- Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, Diário da República n.º 166/2009, Série I de 2009
- Lima, L. C. (1998). *A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar*. 2ª ed. Braga: Universidade do Minho.
- Lima, L. C. (2011). *Administração Escolar: Estudos*. Coleção_ Educação Formação Porto: Porto Editora.
- Marques, M. I. S. (2017). *As competências e Ação Municipal na Gestão da Rede Local de Educação*

- e Formação: Estudo de caso de um Município Piloto no Processo de Descentralização no âmbito do Programa Aproximar Educação. Braga: Universidade do Minho.
- Martins, H. (2007). Os Municípios e a Educação. Estudo das modalidades de gestão das AEC. Aveiro: Universidade de Aveiro (dissertação de mestrado; policopiado).
- Martins, M. R. (2001). As Autarquias Locais na União Europeia. Porto: Edições ASA.
- Neto, Carlos (2022). "A escola a tempo inteiro é uma vergonha nacional". In. Público, n.º 11 823. 11 de setembro de 2022. P2, p. 4 a 7.
- Neto-Mendes, A. (2004). Regulação estatal, auto-regulação e regulação pelo mercadosubsídios para o estudo da profissão docente. In J. A. Costa, A. Neto-Mendes & A. Ventura, (Org.). Políticas e Gestão Local da Educação. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 23-33.
- Neto-Mendes, A. (2007). A participação dos municípios portugueses na educação e a reforma do estadoElementos para uma reflexão. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/156704385/antonio-neto-mendes-a-participacao-dos-municipios-portugueses-na-educacao-e-a-reforma-do-estado-elementos-para-uma-reflexao-pdf> (Consultado em 27/12/2021)
- OCDE (2008). Panorama sobre a Educação: Indicadores da OCDE. Disponível em <https://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/41262163.pdf> (Consultado a 10/12/2021)
- Ott, S. (1989). The organizational culture perspective. Pacific Grove: Brooks/Cole Publishing Company. Disponível em <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/11416/24/CAP%C3%8DTULO%20V%20A%20CULTURA%20ORGANIZACIONAL.pdf> (consultado em 10/12/2021)
- Pinhal, J. (2006). A intervenção do município na regulação local da educação. In J. Barroso (org.), A Regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e actores (pp. 100-128). Lisboa: Educa.
- Plano Estratégico Educativo Municipal 20172025, Educa 25'Famalicão inovador, inclusivo e participado. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Vila Nova de Famalicão (2017). Disponível em http://www.famalicaoeducativo.pt/_plano_estrategico_educativo_municipal (Consultado a 10/01/2022)
- Pinhal, J. (2012). Os municípios portugueses e a educaçãotreze anos de intervenções (1991-2003). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a Ciência e Tecnologia
- Portaria n.º 69/2019, de 26 de fevereiro. Diário da República n.º 40/2019, Série I de 2019.
- Rocha, L. (2015). Territorialização ou Municipalização da Educação. In Correio do Minho, 19/02/2015. Disponível em <https://correiodominho.pt/cronicas/territorializacao-ou-municipalizacao-da-educacao/6556> (Consultado a 12/01/2022)
- Silva, M. A. L. (2016). Gestão Educacional numa perspetiva multiculturalista do clima escolar. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

CURRÍCULOS



04

BREVES CURRÍCULOS

Armando Coelho Ferreira da Silva

Professor catedrático jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Investigador do CITCEM; Coordenador científico do Gabinete de Arqueologia de Vila Nova de Famalicão.

Ansgar Schäfer

Doutorado em História Contemporânea. É investigador integrado do Instituto de História Contemporânea (IHC NOVA FCSH). O seu trabalho como historiador foca-se principalmente nas relações sócio-políticas entre a Alemanha nazi e Portugal, e no legado colonial português. Co-realizou o documentário de longa-metragem “Viagem ao Sol” (2021) e produziu vários filmes premiados internacionalmente, entre os quais “48”, realizado por Susana de Sousa Dias.

António Carvalho

Diretor do Museu Nacional de Arqueologia (desde 2012). Licenciado em História pela NOVAFCSH. Pós-Graduado em Ciências Documentais pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde é docente convidado na área da Arqueologia e Investigador na UNIARQ-Centro de Arqueologia. Investigador do Instituto da História Contemporânea da NOVA-FCSH.

António José Queiroz

Doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Porto).

Arminda Esmeralda de Araújo Ferreira

Mestre em Educação, Supervisão Pedagógica em Ensino da História, pela Universidade do Minho; Pós-graduação em Relações Históricas Portugal, Brasil, África e Oriente, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Pós Graduação em Administração e Organização Escolar pelo Instituto de Estudos Superiores de Fafe; Licenciada em Ciências Históricas, ramo educacional e Ciências Históricas, ramo científico pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique; Professora do Ensino Básico e Secundário, em Mobilidade Estatutária na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Cláudia Ninhos

Doutorada em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova. É investigadora do Instituto da História Contemporânea da mesma instituição. A sua investigação centra-se nas relações entre o Estado Novo e o III Reich e no Holocausto. Desenvolve atualmente um trabalho de investigação sobre a cobertura jornalística do anti-semitismo e do Holocausto na imprensa portuguesa. É co-autora dos livros *Salazar, Portugal e o Holocausto* (Temas e Debates, 2013) e *O Essencial sobre os Portugueses no Sistema Concentracionario do III Reich* (INCM, 2021) e autora dos livros *Portugal e os Nazis* (A Esfera dos Livros, 2017) e *O Essencial sobre Aristides de Sousa Mendes* (INCM, 2021). Docente na Universidade Lusófona.

Cristina Clímaco

Maître de conférences na Universidade de Paris 8 Vincennes Saint-Denis, investigadora integrada do Laboratoire d'Études Romanes/Paris 8 e investigadora colaboradora do IHC e do CEIS20. Tem trabalho na área do exílio e emigração nos anos 20 e 30, e das relações luso-francesas. De entre as obras publicadas destacam-se *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio, 1927-1936*, Lisboa, Colibri, 2017 e *Les Portugais et la guerre d'Espagne. Engagement militant, solidarités et mémoire*, Paris, Riveneuve/CERMI, 2021.

Diogo Cardoso

Licenciado em Gestão do Património pela Escola Superior de Educação do Porto. Atualmente, é mestrando em História e Património na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Luís Alberto Alves

Professor Associado com Agregação do Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras do Porto. Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Coordenador científico do projeto “De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local”.

Luís Gonzaga Cardoso de Almeida

Licenciado em História pela Universidade Aberta. Técnico Superior no Gabinete de Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Sandra Teixeira

Licenciada (1996) e mestrada (2008) em Psicologia pela Universidade do Minho, desenvolve a sua atividade profissional na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão desde 2002, onde é responsável pelo Centro Local de Apoio à Integração Migrante, a funcionar nesta Câmara Municipal desde 2008.

João Afonso Machado

Escritor. Investigador. Advogado.

Vasco Cruz

Mestre em *Ecologia, Ambiente e Território* (FCUP); licenciado em *Química Aplicada* (UMinho); Coordenador de projetos de conservação e de comunicação de ciência na área da biodiversidade.

Vitor Sá

Licenciado em Ciências da Comunicação (2010), Mestre em Turismo, Património e Desenvolvimento (2012) pelo Instituto Superior da Maia e Doutoramento em Turismo pela Universidade de Aveiro (2021). Desenvolveu atividades de docência no ISMAI, IPMAIA, ESHT-IPP e, mais recentemente, na EFTA – Escola Profissional em Turismo de Aveiro, sendo na atualidade Professor Adjunto no ISLA – Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia e membro do GOVCOPP.

Norberto F. Cunha

Professor Catedrático aposentado da Universidade do Minho. Coordenador Científico do Museu Bernardino Machado.

Odete Paiva

Doutorada em História e investigadora do CITCEM da Faculdade de Letras do Porto

FICHA TÉCNICA

Boletim Cultural VI série, n.º 2, Ano 2022

Edição

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Diretor

Mário Passos, Presidente da Câmara Municipal

Coordenador editorial

Pedro Oliveira, Vereador da Cultura

Conselho Consultivo

António Joaquim Pinto da Silva, António José Queiroz,
Armando Coelho Ferreira da Silva, Arminda Esmeralda
de Araújo Ferreira, Daniel José Ribeiro de Faria,
José Agostinho Pereira, Norberto Ferreira da Cunha

Colaboram neste número

Ansgar Schäfer, António Carvalho, António José Queiroz,
Armando Coelho Ferreira da Silva, Arminda Esmeralda de
Araújo Ferreira, Cláudia Ninhos, Cristina Climaco, Diogo
Cardoso, João Afonso Machado, Luís Alberto Alves, Odete
Paiva, Sandra Teixeira, Vasco Cruz, Vitor Sá

Secretariado

Arminda Esmeralda de Araújo Ferreira

Design Gráfico

António Pedro

Execução Gráfica

Papelmunde

Tiragem

500 exemplares

ISSN

0871-3308

Depósito Legal

412746/90

Isento de registo na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99
de 09 de junho, art.º 12.º, n.º 1, alínea b)

Foto da capa: Relojoaria «A Boa Reguladora», Vila Nova de
Famalicão [1912]. Fonte: Arquivo Municipal Alberto Sampaio

